

Wilton James Bernardo-Santos

**Intervenção da escrita
um estudo do político-enunciativo na institucionalização
da Lingüística Moderna no Brasil**

**Unicamp
Instituto de Estudos da Linguagem
2008**

Wilton James Bernardo-Santos

**Intervenção da escrita
um estudo do político-enunciativo na institucionalização
da Lingüística Moderna no Brasil**

**Tese apresentada ao Programa
de Pós-graduação em Lingüística
do Instituto de Estudos da
Linguagem da Universidade
Estadual de Campinas, como
requisito parcial para a obtenção
do título de Doutor em
Lingüística; área: história das
idéias lingüísticas.**

**Orientador: Prof.º Dr.º Eduardo
Junqueira Guimarães**

**Campinas, SP
Instituto de Estudos da Linguagem
2008**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL - Unicamp

B456i Bernardo-Santos, Wilton James.
Intervenção da escrita: um estudo do político-enunciativo na institucionalização da lingüística moderna no Brasil / Wilton James Bernardo dos Santos. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Eduardo Roberto Junqueira Guimarães.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Língua portuguesa - Semântica. 2. Escrita. 3. Discurso. 4. Idéias lingüísticas - História. 5. Brasil - Línguas. I. Guimarães, Eduardo Roberto Junqueira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

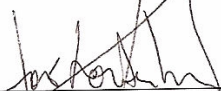
tjj/iel

BANCA EXAMINADORA:

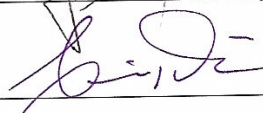
Eduardo Roberto Junqueira Guimarães



José Horta Nunes



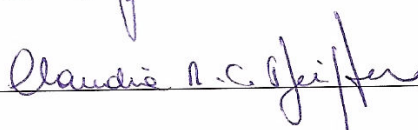
Cristiane Pereira Dias



Mariângela Peccioli Galli Joanilho



Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer



Neuza Benedita da Silva Zattar



Silvana Mabel Serrani



Lauro José Siqueira Baldini



IEL/UNICAMP

2008

Para meu pai Edigar Bernardo (em memória), para Maria Gedalva (minha mãe), para Willio e Fábio (meus irmãos), para Rebeca, Deguinha e Eulália (meus filhos) e para a também professora Maria Roseneide (mulher da minha vida).

Agradecimentos

Universidade Federal de Sergipe - Departamento de Letras,

Unicamp/IEL,

CAPES,

Prof. Drº Eduardo Guimarães

e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização do trabalho.

Resumo

O trabalho se inscreve junto ao projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil especificamente focalizando processos de institucionalização. Do entorno de fundação das primeiras universidades nos anos de 1930, publicações e republicações de especialistas e não-especialistas são estudadas com a preocupação em centrar olhar à textualização do jogo político-enunciativo no debate sobre “A QUESTÃO DA LÍNGUA NO BRASIL”. Tendo em operação um feixe de pontos específicos de reflexões teóricas regido por uma concepção materialista da linguagem em que pesa sua dimensão histórica pela via dos estudos da significação, enunciação e discurso (Guimarães, 1995), é fundamental pensar as obras como parte da instrumentação documental escriturada pelo processo de gramatização (Auroux, 1992) do português no Brasil. A análise considera o efeito da “papelada” como exterioridade constitutiva do simbólico (Rancière, 1994); a dispersão de diferentes textos como encaixes constituintes de obras em versões clivantes da ordem territorial hierárquica própria da “disposição formal das práticas científicas”. Considera o peso significativo que ocupam no âmbito global das materialidades, sejam “centrais” ou “periféricos”, textos de “borda” ou “bordas” de texto. Seu sentido não é o que traz de conjuntivo, mas o é lugar da disjunção histórica por efeito da existência da sintaxe, da divisão do sujeito (Pêcheux, 1997), (Henry, 1992). E se esse modo de pensar o texto é geral, quando a questão para onde os sentidos deslizam é a da “língua nacional”, sempre decisiva na textualização do político (Orlandi, 2001), o que logo se avizinham são sentidos próprios da escrita, efeito da razão gráfica (Auroux, 1998). E isso se dá em uma dimensão em que o aparelho formal, na relação com o “saber disponível” dos estudos, não alcança: é o histórico no sentido forte. Na tensão dessa imbricatura, constitui-se uma espacialidade enunciativa própria da história da lingüística no Brasil. O esforço de pesquisa é concentrado então na compreensão de “pontos críticos” da relação inescapavelmente contraditória delineada no fato da materialidade da linguagem, no acontecimento enunciativo (Guimarães, 2002), que constitui um “domínio interdiscursivo significativo” próprio da “questão da língua”. Do modo de descrever e analisar essa tensão, veio a abertura para uma formulação mais forte: na textualização da questão da língua nacional, o sujeito histórico-enunciativo é constituído por efeitos de sentido da escrita. A intervenção da escrita.

Résumé

Le travail s'inscrit près du projet Histoire des Idées Linguistiques au Brésil spécifiquement en focalisant des processus d'institutionnalisation. Depuis la fondation des premières universités nous années de 1930, publications et des republications de spécialistes et non- spécialistes sont étudiées avec la préoccupation tournée pour la textualization du jeu politique-énonciatif dans le débat sur «LA QUESTION de LA LANGUE AU BRÉSIL ». En ayant dans opération un faisceau de points spécifiques de réflexions théoriques régi par une conception matérialiste de la langue où il pèse sa dimension historique par la manière des études de la signification, énonciation et discours (Guimarães, 1995), c'est fondamental de penser les oeuvres mange partie de l'instrumentation documentaire écriture par la procédure de gramatizacion (Auroux, 1992) du Portugais au Brésil. L'analyse considère l'effet de la « paperasse » comme extériorité constitutive du symbolique (Rancière, 1994) ; la dispersion de différents textes je mange des rainures constitutives d'oeuvres dans des versions diviseuses de l'ordre territorial hiérarchique propre de la « disposition formelle des pratiques scientifiques». Il considère le poids significatif ils que occupent dans l'appartien global de matérialité, soient « centraux » ou « périphériques », textes de « bord » ou « bords » de texte. Son sens n'est pas ce qui apporte conjonctif, mais le c'est place de la disjonction historique par effet de l'existence de la syntaxe, de la division du sujet (Pêcheux, 1997), (Henry, 1992). Et si cette manière de penser le texte est général, quand la question pour où les sens glissent est ce de la «langue nationale», toujours décisive dans la textualization de politique (Orlandi, 2001), ce qui bientôt s'avoisinent sont des sens propres de l'écriture, effet de la raison graphique (Auroux, 1998). Et cela si de dans une dimension où l'appareil formel, dans la relation avec le « savoir disponible » des études, n'atteint pas : c'est la historique dans le sens fort. Dans la tension de cette convergence, se constitue un spatialité énonciative propre de l'histoire de la linguistique au Brésil. L'effort de recherche est concentré alors sur la compréhension de « points critiques » de la relation inégalement contradictoire délinéée dans le fait de la matérialité de la langue, dans l'événement énonciatif (Guimarães, 2002), qui constitue un «domaine interdiscoursif signifiant » propre de la « question de la langue ». De la manière de décrire et analyser cette tension, venait l'ouverture pour une formulation plus forte: dans la textualization de la question de la langue nationale, le sujet historique-énonciatif est constitué par des effets de sens de l'écriture. L'intervention de l'écriture.

Bagatela para a mão esquerda

Escrever com a mão esquerda
é tarefa bem ingrata.
Não seria empreendida
se não fosse estritamente
necessária.

A mão esquerda é mais dura,
mais austera, e desconfia
desses gestos estouvados
que a mão direita, impensada,
esbornia.

À mão esquerda é vedado
o recurso falso e fácil
de dispensar partitura,
a fraqueza (dita força)
do hábito.

Dá o jeito contido
das coisas que ela produz,
o ar desesperançado
de quem até nem precisa
vir á luz.

(No entanto, ela escreve coisas
da mais esconsa eloquência:
atropelar o sentido ao contrapelo da pauta
é sua ciência.)¹

*

Meu nome veio através de sete gerações de homens com o mesmo nome, cada um dando ao seu primeiro filho o mesmo nome do pai e então as mães apelidando os filhos para não confundi-los com os pais quando ouviam seus nomes serem chamados ao ar livre, enquanto trabalhavam lado a lado no trigo alto até a cintura.

Os filhos acreditavam que seus nomes eram os apelidos que ouviam flutuando através desses campos e respondiam a eles, imaginando quem eram pelo som das palavras, sem jamais sonhar que seu nome real e legal os estava esperando, escrito em algum papel em Chicago, e que aquele nome seria o que precederiam com “Sr.” E que aquele seria o nome com o qual morreriam. 2/5/1980, *Homestead Valley, Califórnia*.²

SUMÁRIO

¹ BRITTO, Paulo Henriques. *Macau*. São Paulo, SP, Cia. das Letras, 2003, p. 19.

² SHEPARD, Sam. *Crônicas de Motel*. Porto Alegre, RS, L&PM, 1982, p.57.

INTRODUÇÃO.....	01
DIAGRAMA DA ORDEM GRÁFICA DOS CAPÍTULOS.....	14

Primeira parte

CAPÍTULO 1

POLÊMICA, SILÊNCIO E ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO: UMA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NOS MODOS DE TRATAR OS ESTUDOS DO PORTUGUÊS DO BRASIL.....	16
---	----

Desdobramentos dos anos de 1930/40.....	19
1. O “falatório”: momento dos autores em primeiro plano.....	19
1.1. O novo no mesmo: um tempo para a Lingüística.....	19
1.1.1. Uma região de sentidos para a Lingüística moderna.....	24
1.1.2. A língua: no passado, objeto da sociedade; no presente, da universidade.....	31
1.1.3. Uma história da língua para a ciência lingüística.....	34
1.1.4. A divisão dos sentidos restritivos.....	36
1.1.5. Crítica às práticas acadêmicas.....	38
1.1.6. A autoria em questão.....	39
1.1.7. Obra (norma) de referência.....	40
1.1.8. Predicação para significar <i>sagrado</i> o ensino.....	41
Desdobramentos dos anos de 1970.....	42
1.2. Silêncio para a formação das áreas de trabalho.....	42
1.2.1. A Lingüística como trabalho universitário.....	42
1.2.2. Um lugar para a Lingüística na História das Ciências.....	45
1.2.2.1. História, naturalismo e culturalismo.....	46
1.2.3. O apagamento da autoria para a institucionalização da Lingüística.....	51

1.2.4. Categorização, linhas argumentativas para a Lingüística.....	52
1.3. Publicações e acontecimentos institucionais.....	54
Anexos.....	200

CAPÍTULO 2

OS SENTIDOS DA ESCRITURAÇÃO:

NOTAS PARA UMA REFLEXÃO TEÓRICA.....	56
--------------------------------------	----

2.1. A intervenção da escrita no acontecimento enunciativo.....	56
2.2. A gramatização e a razão gráfica:.....	58
2.3. Projeção de sentidos: espaço para temporalização específica	62
2.4. O simbólico e a existência da sintaxe.....	63
2.5. A escrita como ameaça (a dimensão política).....	67
2.5.1. Disjunção histórica.....	69
2.6. Sobreposição de sentidos: regras administrativo-funcionais	70
2.7. Os sentidos na paginação	71
2.8. A fala da voz muda ou “O relato fundador”.....	71
2.9. Polifonia e integração de sentidos: enunciação não-segmental.....	73
2.10. Versão e textualização: discurso e texto.....	77
2.11. Ressonância discursiva.....	79

Segunda parte

CAPÍTULO 3

UMA OUTRA FILIAÇÃO PARA A LÍNGUA

OU O DOMÍNIO ESPANHOL EM *O PROBLEMA DA LÍNGUA BRASILEIRA* DE SILVIO ELIA.....82

3.1. Documentos para o processo de institucionalização.....	83
3.1.2. A escrita para os domínios da ciência (ponto crítico).....	85
3.1.3. A escrita sobrepondo a unidade lingüística.....	91
3.2. O novo no mesmo.....	96
3.2.1. O sentido jurídico processual no volume.....	96
3.2.2. Acontecimento enunciativo e política de línguas: sentidos da 2ª ed. (ponto crítico)	98
3.3. Política de língua e materialidade escrita.....	105

CAPÍTULO 4

NA CIÊNCIA, O MAIS MODERNO; NA CULTURA, O ESCRITO DA TRADIÇÃO EM *A LÍNGUA DO BRASIL* DE G. C. DE MELO.....108

4.1. Ciência (Lingüística): a institucionalização das idéias.....	111
4.2. O especialista, o profissional.....	112
4.2.1. O desenvolvimento científico como argumento.....	114
4.3. O escrito mais antigo, sentidos filológicos.....	116
4.3.1. Limites para o objeto de estudo.....	116
4.3. 2. Controle para um tempo de longa duração.....	119
4.3.3. O componente tempo define a validade do objeto.....	121

4.3.4. Em busca da unidade perdida.....	122
4.3.4.1. Cultura e ciência: uma posição construída.....	123
4.3.4.2. Palavra gramatical: estrutura lingüístico-social.....	124
4.3.4.3. Na divisão do real, a ideologia como o não-científico.....	124
4.3.4.4. Unidade bibliográfica, citação [escrita] (ponto crítico).....	126
4.4. Uma noção de povo para a Língua.....	127
4.4.1. Lingüística histórica geral comparativa.....	131
4. 4. 2. O povo para uma história da idéias lingüísticas.....	133
4. 5. Africanismos como “fonte de erro”.....	134
4. 6. A intervenção da escrita pela didatização da “questão” (ponto crítico).....	135
4.7.1. Ciência e ética.....	138

CAPÍTULO 5

A QUESTÃO DA LÍNGUA EM “O INDÍGENA NA FORMAÇÃO DA FAMÍLIA BRASILEIRA” POR GILBERTO FREYRE EM *CASA GRANDE & SENZALA*.....

5. 1. Desdobramento do sujeito: do enunciado à enunciação.....	141
5. 2. O que aconteceu (primeira parte do trecho).....	142
5. 3. Como aconteceu (segunda seção do trecho).....	144
5.3.1. A escrita para apagar as línguas (ponto crítico).....	148
5. 4. As Línguas.....	149
Diagrama da linearidade paginar.....	151
Anexos	245

CAPÍTULO 6

UM “ENTRETANTO” PARA A LÍNGUA NACIONAL EM “O ESCRAVO NEGRO
NA VIDA SEXUAL E DE FAMÍLIA DO BRASILEIRO” POR GILBERTO FREYRE
EM *CASA GRANDE & SENZALA*.....152

6.1. Fronteiras dos sentidos para a “formação do brasileiro”.....	154
6.2. Origem africana/influência européia.....	155
6.3. A dimensão corpórea da língua.....	157
6.3.1. A língua como objeto de degustação; a consistência natural.....	158
6.3.2. Efeitos da [digestão] língua.....	161
6.3.3. Da criação ao ensino da língua: a consistência institucional.....	163
6.4. O discurso da condescendência.....	164
6.4.1. Sentidos positivos para as línguas africanas.....	165
6.4.2. Desfazendo contradições: as línguas não sentidas.....	166
6.4.3. O domínio europeu.....	167
6.5. Escrita, família, religião/educação: escrúpulo, vergonha e indignação.....	167
6.6. A língua na língua: a posse do território.....	169
6.7. Fim da formação.....	171
6.7.1. Vácuo temporal.....	172
6.7.2. O idioma e o adjetivo pátrio.....	174
6.7.3. Hierarquia na família, hierarquia na língua nacional.....	175
6.7.4. A língua em outra posse: o povo para legitimar o nacional.....	175
Diagrama da linearidade paginar.....	177
Anexos.....	251

CAPÍTULO 7

UMA NOTA PARA O ESQUECIMENTO EM “O SEMEADOR E O LADRILHADOR” POR SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA EM <i>RAÍZES DO BRASIL</i>	178
7.1. Uma reflexão sobre a nota: “A Língua-Geral em São Paulo”.....	180
7.2. Regiões de sentido.....	182
7.2.1. Conhecer / saber a língua (portuguesa).....	183
7.2.2. O fim do tupi no planalto paulista.....	188
7.2.3. Alcinhas: uma abordagem residualista.....	190
Anexos.....	267
CONCLUSÃO.....	193
ANEXOS.....	199
BIBLIOGRAFIA.....	280

Introdução

0. O período

Há, no debate acadêmico nacional, diferentes modos de tratar historicamente os estudos do Português do Brasil. Destaco três deles: a) seja para a formulação de uma posição frente à “Questão da língua”, o estudo é datado e avaliado segundo critérios da “Linguística Moderna”, casos de Elia (1940) e Melo (1946); b) seja para propor um “roteiro de leituras”, os estudos são considerados em “linhas de interpretação” (Castilho, 1992); ou para apresentar a “evolução do pensamento crítico” como “fontes para a teoria e a história” (Pimentel, 1978; 1981); c) seja para a produção de uma história das idéias em que a periodização dos estudos é construída na relação com acontecimentos institucionais (Guimarães, 2004).¹ Pensar sobre processos de institucionalização dos estudos do PB no debate acadêmico brasileiro a respeito da “questão da língua nacional”, levou-me a estudar publicações em diferentes edições, considerando um desdobramento nos processos desses estudos: do entorno de fundação das primeiras universidades brasileiras à entrada dos programas de pós-graduação (de 1930/40 aos 70).

O período é o do acontecimento histórico enunciativo estruturante de temporalidades. Nessa dimensão, explode a noção de período como intervalo de tempo em que reina a justaposição de fatos marcantes tomados como sentido completo, fechado. Para essa pesquisa o período é o do acontecimento construído entre edições. É um processo de particularização em que, por exemplo, um título vem de *Iniciação à filologia portuguesa*

¹ As implicações decorrentes desses diferentes modos de tratar os estudos do português do Brasil constiuem o objeto do capítulo 1.

em 1949 à *Iniciação à filologia e a lingüística portuguesa* em sua 4ª ed. já em 1970.² Ele é construído por essa “volta histórica”.

Esse título não apenas foi, como quer o autor: “ampliado para corresponder ao conteúdo”, para “retratar a mudança de inteligência”. O enunciado é parte das condições históricas que fazem vir a público em 1995, uma nova edição de *Raízes do Brasil* (1936), (objeto do capítulo 7) de Sérgio Buarque de Holanda, trazendo longa nota sobre a “questão da língua” incorporada na edição de 1947 (ou 1955), posto que o texto é egresso de artigo publicado no jornal *Estado de S. Paulo* em 1945. O período é demarcado *no quando* da 49ª edição (2003) de *Casa Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre (objeto do capítulo 5). A edição traz em prefácio o “exemplo mor” para a interpretação do “ser nacional”: a língua nacional para explicar o “equilíbrio de contrários” (Cardoso, p. 23). Se o período é aberto em um desdobramento institucional, sua demarcação é então particularizada por essa “volta histórica que acrescenta uma abertura para o novo no mesmo” em republicações: obras de autores/professores, parte específica na história das idéias lingüísticas que constitui uma posição aqui examinada a partir do “nascidouro” da lingüística moderna no Brasil.

1. O *corpus* /objeto

Se a definição do período é aberta em um desdobramento institucional, a construção do *corpus* é um esforço de compreensão centrado em um desdobramento enunciativo do sujeito historiador dos estudos do português do Brasil em historiador da “língua do Brasil”. Deparamo-nos então com obras exclusivamente dedicadas à “questão da língua” ou que a tem atravessada em sua materialidade: de um lado os estudos da língua nacional; de outro, os estudos de seus estudos. Quer dizer, temos aí uma questão teórica no gesto de mobilizar diferentes papéis-documentos, textos como inscrições institucionais para a composição do

² É obra de Gladstone Chaves de Melo.

corpus. Nessa mobilização, é fundamental o fato da definição dos documentos a entrar para um patamar tal onde efetivamente se goza o *status* de *corpus*. Neste gesto, rejeitamos que tais e tais documentos figurem produzindo certa pretensão de “representar a totalidade do processo histórico”. É parte da pesquisa tomar a constituição do *corpus* como algo que torne possível contemplar significativamente os percursos de reflexões teórico-analítico-metodológicos.³

A eleição dos materiais é histórica, política e, antes de tudo, esse deve ser o esforço do trabalho, é teórica. O processo de constituição do *corpus* considera então o efeito da “papelada” como exterioridade constitutiva do simbólico, como história a ser relatada, considerando seu excesso de palavras (Rancière, op. cit.), e os sentidos das materialidades históricas (Febvre, 1953, 1962)⁴. E é aí também que a pesquisa se refugia contra possíveis críticas relativas ao seu não interesse por “completude” do *corpus*. Para essa pesquisa, ao contrário, é preciso “calar o falatório da multidão” para auscultar no que ela tem a dizer, o dito histórico na enunciação.

³ Cabe lembrar que não se trata de minimizar a tal pretensão de totalidade variando em número, modalizando em “as histórias” ou “uma história”. Não é porque digo “uma história de x” que estou garantindo não ter a pretensão de completude do processo de pesquisa. A questão é deparar-se com o real não através do excesso, iludido por completudes. É preciso procurar “pontos de impossível que seja de outro modo”.

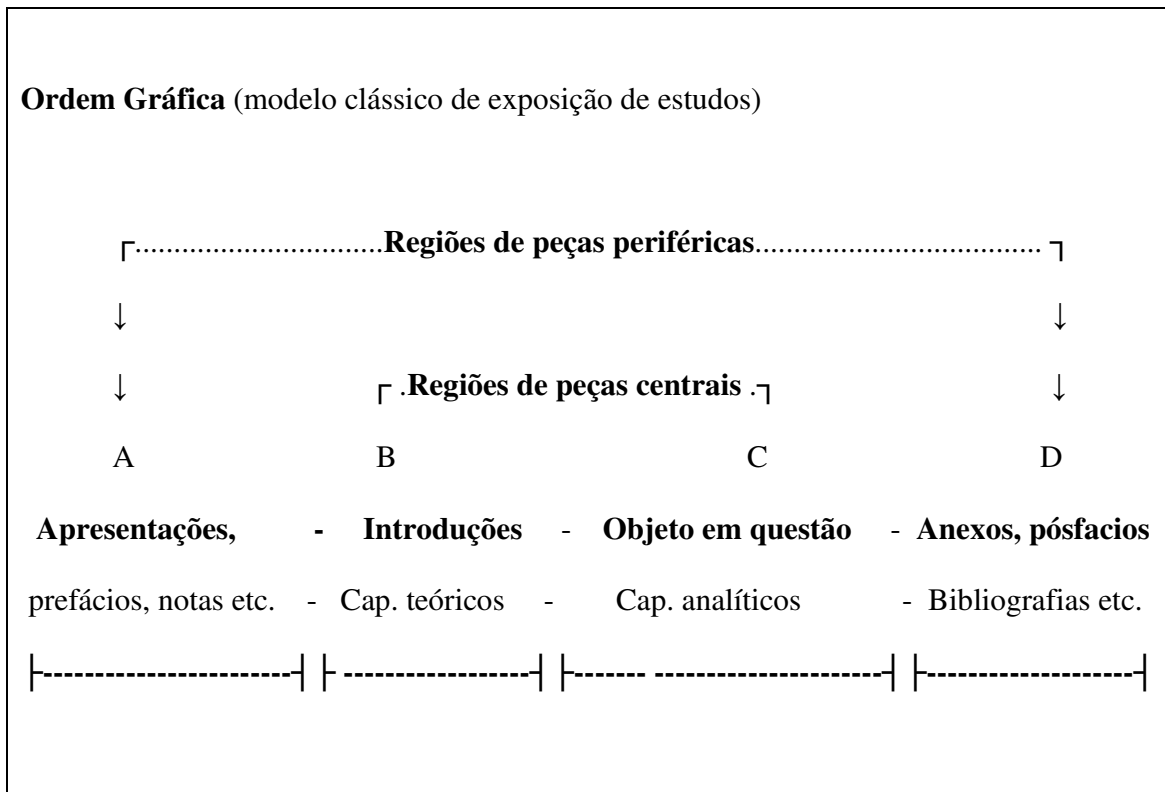
⁴É decisiva para a constituição do *corpus* essa forma de se deparar com as materialidades. Forma que construímos incluindo uma passagem por Rancière,() e que se liga a uma reflexão febvreana, do período em estudo, desencadeadora de trajetórias teórica em um debate específico. Primeiro com a preocupação instrumental em “Les appuis de l’irréligion: la philosophie?” E também por remeter indiretamente a uma compreensão muito refinada da materialidade em “Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee. In: Combats pour l’histoire. Paris, Armand Colin, 1953. p. 119-43. O efeito de certas condições materiais, não-objetal, da obra que muito bem se conectar à compreensão do simbólico pelo desdobrar do sujeito em certa deslinearidade em Sujeito e significante, cap. 2, de *A ferramenta imperfeita* (Henry, 1992). Essa discussão “vai às alturas” na medida em que se espalha por áreas de trabalho muito próximas. Na psicanálise, da qual nos aproximamos com (Henry, op. Cit.); e no próprio Aurox em seu *A filosofia da linguagem* (1998), no cap. 2. Escrita. Mas se estende entre críticos literários (Borges,), na semiótica de Eco Em seu *A obra aberta*; historiadores sociais e antropólogos (Chartier,). Mas esses últimos não entram no processo efetivo de pesquisa. Nosso capítulo 3. Notas para uma reflexão teórica procura cuidar da demarcação teórica operante do trabalho. Mais adiante na síntese dos capítulos, isso fica especificado.

Um conjunto de obras publicadas e republicadas é portanto estudado considerando a dispersão de diferentes textos avolumados. Considerando também que há uma ordem territorial própria da “disposição de textos científicos” em ao menos duas partes: “elementos periféricos” (folha de rosto, “orelhas”, apresentação, prefácio, posfácio, sumário etc) e o “texto propriamente dito” (introdução, desenvolvimento: capítulos, seções e conclusão). É preciso considerar ainda que aqui entra uma outra formação constituída em práticas significantes do fazer científico, um saber constituído a partir de premissas numa certa ordem instrumentalizada, por exemplo, em manuais de metodologia do “trabalho científico”, da “investigação científica”. É a ordem hierárquica seqüenciada das atividades/partes resultadas em livro; modalizações histórico-enunciativo-discursivas funcionando pelo efeito de sentido da diferença. Os capítulos e suas referências (apêndices e/ou anexos, notas de rodapé, notas ao final do capítulo e índices). Considerar efeitos de sentido pontuais produzidos a partir de instrumentações normativas como ABNT e a NGB sobre a questão. Considerar os sentidos que circulam em manuais para elaboração de projetos de pesquisa sobre a disposição do texto: “as notas de rodapé devem oferecer informações adicionais **sem quebrar a continuidade** do texto” No fundo, o *corpus* vem do percurso em que, movido pelo teórico, o analista se dedica a essa diferença e a toma como **o objeto da pesquisa**.

2. O método

Interessado por essa diferença, considerando o histórico do ponto de vista enunciativo, em gestos com reconhecidas sérias ameaças de implicações teórico-metodológicas, desloco o olhar para reordenar a dispersão e analisar, em separado, documentos desses estudos que vêm em uma ordenação, por assim dizer, histórica de exposição dos estudos. Vejamos na fig.1 essa ordenação histórica.

Fig.1



Podemos dizer das relações de sentido deslizando entre textos e é possível, sim, considerar os sentidos de uma região introdutória no sentido da preparação para realizar o proposto. O sentido que circula dando a saber que o livro não tem aquele fim. Existe um depois central. Tanto que essa região introdutória é significada como “dispensável”. Assim, as regiões centrais são independentes na materialidade gráfica. Ou seja, o que temos aí é a representação do modelo clássico: lugares regulados para as realizações do teórico (o pensamento) e do prático (o fazer); e as relações entre teoria e prática analítica na sequência linear a que está submetida a exposição dos estudos.

Assim certos textos, tradicionalmente tomados como **peças periféricas** exteriores ao que “realmente vale”, nessa pesquisa, são examinados em busca daquilo que significam tendo em vista o lugar que ocupam no espaço (gráfico) enunciativo onde o sujeito é

historiador dos estudos. Politicamente são fundamentais no jogo entre edições e reedições, no processo histórico de constituição de espaço enunciativo na institucionalização dos estudos científicos da linguagem no Brasil. São documentos tratados aqui como **regiões de borda**. Também nesse mesmo âmbito, a contraparte do desdobramento, nas **peças centrais** das obras, ou seja, *lá onde* o autor é analista, é **historiador da língua** nacional, o movimento analítico redefiniu a ordem das obras para examinar **bordas de regiões**, seja em trechos de conjuntos de capítulos, seja em trechos de capítulos, seções, notas, reedições etc.⁵

Esse quadro poderia nos levar a um fechamento, um horizonte para o sujeito do aparelho analítico. Quer dizer, esse modo de tratar os documentos/textos traz para o analista o risco de aceitar, já no interior de suas operações, “um *a priori* ‘não questionado’, uma presença relativamente indesejada”. É um problema a ser minimizado com a colocação da objetiva da análise na enunciação por um ponto de vista específico: o do acontecimento.

Não vamos ao encontro desses sentidos para com eles seguir uma direção, ao contrário, a análise os toma como objeto. Essa concessão, que é reconhecer esses sentidos do domínio formal, tem como contrapartida o gesto de estudar esses textos separadamente. Deslocamento que imagino minimizar o risco residual nas análises. Os documentos apontam na direção da linearidade adiante, o analista prefere se voltar para seus “pares locutores”, ou seja “outros” prefácios, aí então se depara com o outro histórico.

O procedimento metodológico faz o analista circular por documentos à procura não de elementos lingüisticamente sistêmicos ou apontando para certa ordem temporal “fora” do texto; o significado não é questão do analista, ele não quer interpretar dados “esquecidos

⁵ Por isso, o traço documental da pesquisa é decisivo. Vide a farta documentação dos capítulos 1, 5, 6 e 7 através de anexos pp. 199-279.

pela história”. Não é o caso de ser contributivo no sentido de “preencher mal entendidos” na luta por interlocução transparente sobre a ordem temporal. Não. O esforço do procedimento metodológico é para colocar em operação um processo analítico dedicado à opacidade da ordem territorial; é dedicado à sintaxe significativa (ver cap. 2 seção, Henry, 1992) onde a dimensão gráfica é fundamental. E não é tranqüila essa circulação do analista pelas materialidades, assinalando “pontos críticos”. Ao contrário, há um esforço que acontece senão pela reflexão interessada por uma conflagração particularizada por gestos de tal forma a trazer como fim uma compreensão do processo histórico, apreciando o funcionamento dos sentidos no jogo político-enunciativo. É já então de se falar da relação inseparável do método com o teórico.

3. O teórico

Para trazer aqui a análise, foi então preciso considerar em funcionamento dois trajetos de reflexões teóricas:

3.1. Um primeiro trajeto considera que os sentidos, em relações contraditórias próprias de seus deslizamentos (Pêcheux, AAD-69, p. 96; in: Gadet & Hak, trad. bras. 1997) delineiam espaços político enunciativos constituindo uma divisão da autoria não em co-autoria como cabe pensar interlocutivamente (Benveniste, 1974), onde “digo o que quero ou o dito é o que quero dizer”. Bem mais que isso, o dito, ou melhor, o discurso, é efeito de sentido entre locutores, uma divisão na enunciação tomada então como histórica justamente na instalação de uma diferença que vem do simbólico e constitui o sujeito descentrado, dividido e afetado pelo interdiscurso em suas específicas condições histórico-materiais de produção. Considerar o funcionamento dos sentidos em sua relação contraditória significa procurar compreender a materialidade da linguagem como acontecimento histórico político-enunciativo por conta da heterogeneidade constitutiva da

linguagem (Authier-Revuz, 1998). E é essa relação no fato da materialidade que constitui lugar da exposição ao real histórico, um “domínio interdiscursivo significante” da “questão da língua nacional”: domínio que aparece então como objeto a ser tocado pelo esforço teórico do processo de pesquisa.

3.2. Um segundo trajeto, não dissociado do primeiro, presta atenção à instrumentação documental escriturada: o processo de gramatização, no caso, do português do Brasil (Auroux, 1992). E isso leva a inescapáveis relações de sentido com o espaço da razão gráfica (Auroux, 1998). Assim, nas obras do período em questão, é preciso ter em vista os efeitos de sentido da diferença construída por uma ordenação específica, posto que cada peça traz um efeito de peso específico na hierarquização geral de lugares nas obras. Nessa diferença, o sujeito é então desdobrado em historiador dos estudos (da ciência) e historiador da língua sob efeitos da instrumentação burocrático-administrativa, os sentidos de regulamentação, de normatividade funcionando pelo histórico, pela linguagem em um lugar enunciativo próprio onde a relação com o “aparato” gráfico é cénica.

Como essa ordem é parte inescapável das relações de constituição do sujeito (o cruzamento de trajetos), ao deslocar o olhar analítico para a relação significante “entre” a materialidade da linguagem e esses territórios postos como “centrais e periféricos”, torna-se possível estudar, nessas materialidades, a constituição de uma espacialidade enunciativa tal que funciona politicamente para além de produzir o efeito de “validação” da edição ou reedição. É o espaço ocupado pela documentação: do gráfico ao simbólico, do simbólico ao gráfico sem subjetivismos.

Em certa medida, ao historiarem os estudos do português no Brasil e ao historiarem a língua dando uma interpretação para o objeto: a “Questão da língua do Brasil”, essas publicações têm funcionamento político-enunciativo na construção de uma temporalidade

específica para a história das idéias lingüísticas em funcionamento discursivo, sentidos de um tempo-*cronos*. Essa pesquisa no entanto se dedica justamente ao *onde*-histórico, às materialidades escrituradas.

Por isso, tratar os textos como “bordas” significa, sobretudo, em uma concepção materialista da linguagem, que é preciso considerá-los nas relações de sentido funcionando como abertura para a construção de um outro no próprio real possível da linguagem. É então uma questão de alteridade constitutiva da heterogeneidade da linguagem. E essa construção entra em processo de radicalização tal, porque o novo significa *no mesmo*. Textualiza diferentes versões em diferentes edições (Orlandi, 2001), portanto, uma abertura na construção de uma temporalidade para os estudos do Português na história das idéias lingüísticas.

E é nesse ponto decisivo que um “fundo teórico mobilizador”, constituído em relação direta com a análise, toma parte sofrendo com isso a instabilidade do processo fundamental para seu desenvolvimento. Nessa relação instável em que as partes são abalroadas, o gesto de textualização recorta reflexões sem que isso signifique um “esquecimento de suas especificidades”, mas cada trajeto de reflexão teórica tem suas funções deslocadas pelas relações com as demais. Ou seja, penso que é nessa movimentação que temos em operação, isto é, em funcionamento analítico, um “feixe de pontos específicos” num “centro fluido de reflexões teóricas”, como disse, regido por uma concepção materialista da linguagem em que pesa sua dimensão histórica pela via dos estudos da significação (enunciação e discurso).

4. O objetivo

Compreender relações constitutivas de desdobramentos no processo de construção, de abertura no espaço enunciativo das ciências da linguagem no Brasil é objetivo da pesquisa, quando o que está em questão é o debate sobre a língua nacional. Para estudar essa abertura, o trabalho de pesquisa é dedicado a examinar um desdobramento do sujeito em historiador dos estudos do português do Brasil e historiador da “língua do Brasil”. Compreender essa conjugação é que me interessa. Vejamos uma sumária apresentação dos capítulos.

*

Na **primeira parte**, temos dois capítulos com funções mais gerais no sentido global da pesquisa; ela traz incursões em textos introdutórios das obras selecionadas e também o capítulo, digamos assim, mais teórico da tese.

No **capítulo 1**, Polêmica, silêncio e acontecimento enunciativo: uma trajetória histórica em diferentes modos de tratar os estudos do Português do Brasil, descrevo textos de abertura em diferentes publicações e republicações, a partir de 1940. Isso por conta dos trabalhos de autores que integraram os quadros das primeiras universidades até meados dos anos de 1970: ou seja, como disse, a entrada da Lingüística como disciplina obrigatória nos cursos de Letras e a chegada de cursos de pós-graduação. A seleção das obras foi então definida pela relevância do vínculo autoral com as instituições de ensino. O capítulo atenta para traços específicos de diferentes modos de tratar os estudos do Português do Brasil em sentidos circulantes nesses textos: títulos, apresentações e prefácios. Dispõe sobre traços mais gerais e traz descrições mais específicas do lugar de enunciação constitutivo da posição de sujeito construída nessas materialidades. Dividido em dois momentos, é dedicado a desdobramentos dos anos de 1930/40 aos 70 e finalizado com o esboço do modo

de tratar os estudos por onde pesam os acontecimentos institucionais, ou seja, um terceiro momento na história da idéias lingüísticas.

O **capítulo 2**, Os sentidos da escrituração: notas para uma reflexão teórica, procura detalhar um “fundo teórico mobilizador” da pesquisa. Discuto a formação de relações em um conjunto de categorias do conhecimento que adentraram a pesquisa produzindo uma convergência de noções em uma concepção histórico-materialista da linguagem. Sem que isso signifique um “esquecimento” de suas especificidades, as categorias têm função deslocada pela relação com as demais constituindo um feixe de reflexões, um centro fluido. Ou seja, o gesto teórico-metodológico recorta do debate a respeito da reflexão sobre a linguagem “trechos decisivos” que se mostraram indispensáveis na mobilização do trabalho, mas em contrapartida a análise produz notável instabilidade nesse “fundo” mobilizador do processo.

*

Na **segunda parte**, a análise radicaliza a concentração no sentido de que os gestos teórico-metodológicos se dedicam à análise do funcionamento da linguagem em trechos/textos mais longos, graficamente, enunciados de longa duração. Consideramos que esse gesto é um ponto de discussão, pois se trata de um deslocamento em relação à concepção de texto predominante. Nessa segunda parte então apresentamos percursos de análise. Cada um dos próximos quatro capítulos traz estudos dessas longas linearidades. Mas privilegiando as questões que interessam à pesquisa: a “questão da língua” e a escrita, seja como um objeto, o simbólico na enunciação (Henry, 1998), seja como por efeitos de sentido de relações que incluem sentidos da interface (a escrita, sobretudo do ponto de vista gráfico). Por conta disso, fundamentalmente, o que trazemos aqui são pontos críticos dessas

linearidades. Os lugares onde a divisão desigual do real, ou seja, o próprio do político, o contraditório aparece então como acontecimento enunciativo. Ao lado disso nos esforçamos para que o gesto não signifique perder de vista o histórico enunciativo para a sequencialização sistêmica. Na verdade, nessa segunda parte, temos duas diferentes regiões. A região dos especialistas na “questão” é dedicada a filólogos, lingüistas, posto que constituídos no “centro da virada histórica”: nessa ordem de institucionalização, a filologia (o passado), a lingüística (presente e futuro).

No **capítulo 3**, Uma outra filiação para a língua ou o domínio espanhol em *O Problema da língua brasileira* por Silvio Elia. Dedicado ao livro de 1940, trago um estudo das relações entre capítulos em sua 2ª edição de 1961 justamente por onde a escrita intervém na construção da unidade lingüística.

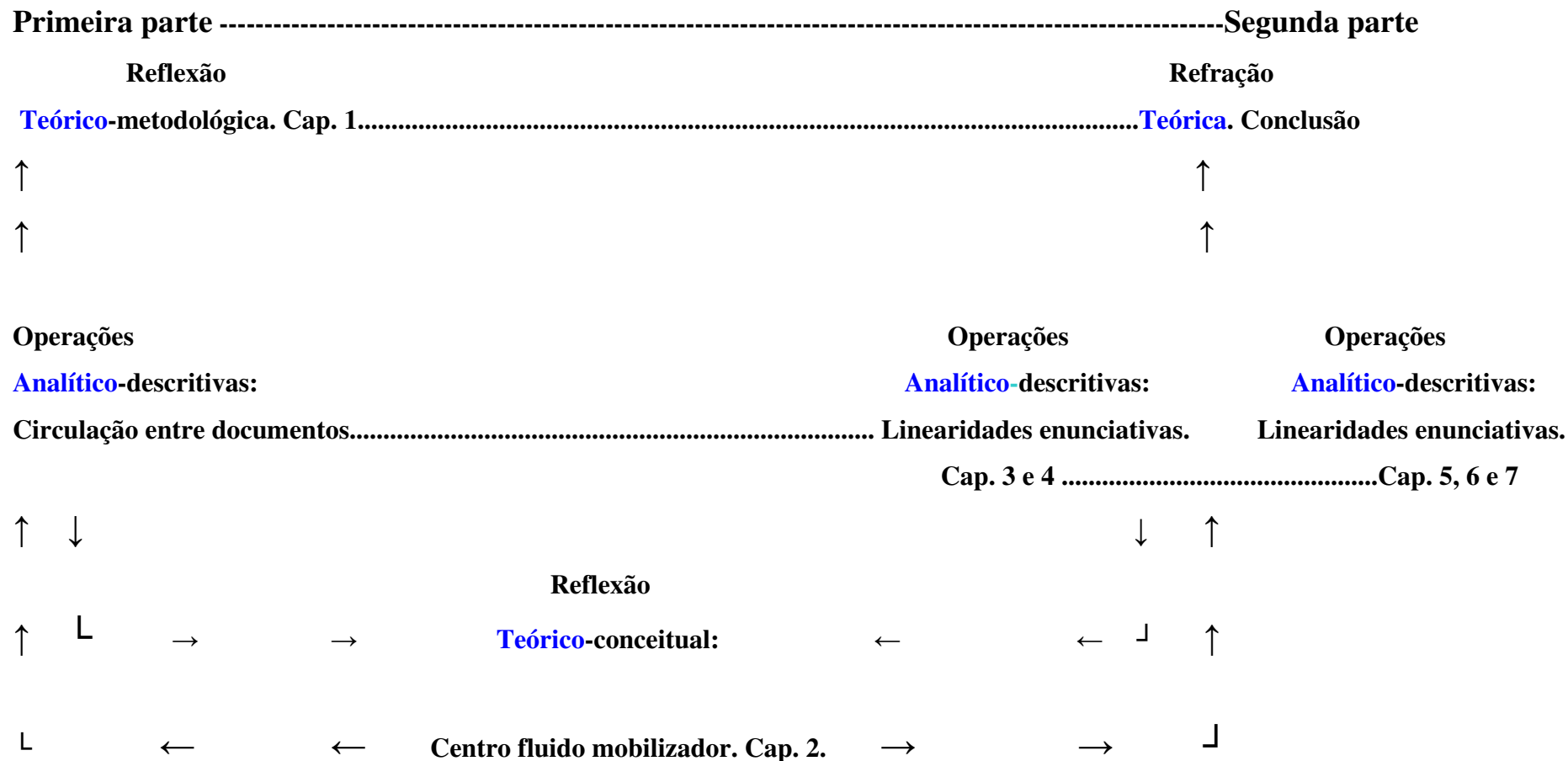
O **capítulo 4**, Na ciência, o mais moderno; na cultura, o escrito da tradição em *A língua do Brasil* de G. C. de Melo é também uma análise de relações entre os capítulos. Nelas, o processo histórico tem localização dominante no ensino pela construção de um espaço enunciativo que denega o que não for circunscrito à escrita.

À região dos não-especialistas, dada a audiência de suas obras, entram para o *corpus* da pesquisa trabalhos de estudiosos de “áreas vizinhas”, historiadores, sociólogos, antropólogos: intérpretes do Brasil, fundamentais nas instituições, que em suas trajetórias passaram pela “questão da língua”. Os dois capítulos seguintes se dedicam a Gilberto Freyre em seu *Casa Grande & Senzala* de 1933, edição trabalhada de 2004: No **Capítulo 5**. A questão da língua em “O indígena na formação da família brasileira” e no **Capítulo 6**. Um “entretanto” para a língua nacional em “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro”. Essa segunda parte tem então duas regiões. O que as diferencia é o fato de que entre os especialistas, ou seja, na primeira região os dois livros são dedicados “exclusivamente a ‘questão’”. Na segunda região, entre os não especialistas, a “questão da língua” é transitória.

O **capítulo 7**, Uma nota para o esquecimento em “o semeador e o ladrilhador” por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* , é dedicado aos efeitos de sentido produzidos pela entrada, no volume, em edição posterior, de um texto a respeito da questão da língua para argumentar, com a presença tardia da língua geral em São Paulo, a falta de contato da gente paulista com o português.

Há diferentes operações analíticas mais gerais entre os capítulos. No primeiro, circulamos entre documentos, textos mais curtos, peças periféricas de diferentes obras. Nos capítulos 3 e 4, o trabalho analítico se diferencia porque eles têm como objeto a “inteireza” do livro de especialistas dedicados a questão da língua do Brasil, enunciados de longa duração. Diferentemente, nos capítulos 5, 6 e 7, dirigidos a não-especialistas, a objetiva da análise se volta para entrada da questão da língua como objeto que argumenta interpretações do Brasil. Mas em todos eles, a instrumentação teórica, descrita no segundo capítulo, é a mesma e o centro de interesse da pesquisa é o entrecruzamento de sentidos da “questão da língua” sobretudo com o que estamos chamando de **intervenção da escrita** na institucionalização da lingüística moderna no Brasil.

Diagrama da ordem gráfica dos capítulos ⁶



⁶ O capítulo 1 , a seu modo, procura cumprir sua clássica função de introduzir a apresentação do processo de pesquisa. Os capítulos 3, 4 , 5, 6 e 7 são efetivamente analíticos e o capítulo 2 é quase exclusivamente teórico.

primeira parte

CAPÍTULO 1

Polêmica, silêncio e acontecimento enunciativo: notas para uma trajetória histórica em diferentes modos de tratar os estudos do Português do Brasil ⁷

0. É no quando da fundação das universidades que aparecem, na história do debate acadêmico nacional sobre a questão da língua, diferentes modos de tratar historicamente os estudos do Português do Brasil. Destaco três deles: um primeiro que vai aos anos de 1930/40 (momento inaugural tendo em vista a fundação das universidades e em seguida a entrada dos cursos de Letras); um segundo momento que vai ao entorno dos anos setenta (marcados pela entrada dos cursos de pós-graduação) e, por fim um quadro periodológico traçado pelo próprio projeto HIL onde este trabalho se inscreve. Na verdade, o que trazemos de imediato é o fato de sentidos do afastamento da discussão, da polêmica, do falatório.

1. Descrevo textos de abertura em diferentes publicações e republicações, a partir de 1940. Isso por conta dos trabalhos de autores que integraram os quadros das primeiras universidades até meados dos anos de 1970: ou seja, como disse, a entrada da Lingüística como disciplina obrigatória nos cursos de Letras e a chegada de cursos de pós-graduação. A seleção das obras foi então definida pela relevância do vínculo autoral com as instituições de ensino. É preciso dizer desde já que à época por esses livros vêm em funcionamento enunciativo uma posição construída pela diferença no modo de fazer lingüística e isso inclui historiar os estudos para construir uma posição na Lingüística Moderna. A questão é descrever.

2. O capítulo atenta para particularidades em títulos, apresentações, prefácios, notas às edições. Dispõe sobre traços mais gerais e traz descrições mais específicas do lugar de enunciação constitutivo da intervenção da escrita nessas materialidades.

⁷ Anexos do Capítulo 1 às páginas 200-244.

Dividido em dois momentos, é dedicado a desdobramentos dos anos de 1940 aos 70. Um terceiro já é, na verdade, o momento em que o empreendimento desta pesquisa vem inscrito.

Fica acertado então que o lugar de análise considera a região na sequência da linearidade gráfica, que estamos chamando de introdutória, significada como sendo “um arredor”. São os primeiros papéis do volume: capas, prefácios, notas. Também deve ficar acertado que não é central para a objetiva da análise as características dessas peças senão pelas condições de produção para o funcionamento dos sentidos, ou seja a entrada dessas peças é considerada na específica relação com as demais.

*

Anos de 1930/40. Sob os efeitos de fundação das primeiras universidades, trago:

1. De Sílvio Elia, *O problema da língua brasileira* (1940) com prefácio de Nelson Romero, e sua reedição em 1961, uma nota de três páginas, de clássico título “Esta edição”, texto escrito em 1957. Em 1963, vem *Ensaaios de filologia e lingüística* e a 2ª edição de 1975 com respectivos textos de “advertência”.⁸ 2. De Gladstone Chaves de Melo *A língua do Brasil* (1946, 1971, 1975). Em 1949, vem o *Iniciação à filologia portuguesa* em três edições: 1949 (51), 1956 (?), 1965-67, datas dos prefácios e da publicação. A quarta já será em 1971 e com novo título: *Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa*.⁹ 3. De Serafim da Silva Neto vem *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950; 1963; 1976). O prefácio de Augusto Magne é único nas edições.¹⁰ 4. A passagem pela USP trouxe para exame, de Francisco da Silveira Bueno, *A Formação Histórica da Língua Portuguesa* com 1ª ed. em 1955 e em 1958

⁸ Anexos pp. 201-220.

⁹ Anexos pp. 221-235.

¹⁰ Anexos pp. 236-238.

vem a 2ª ed. (Biblioteca Brasileira de Filologia – nº. 6). O texto de abertura “Aos leitores exigentes” (pp. 9-11).¹¹

Anos de 1970. Já sob impacto dos programas de pós-graduação, de volta à Universidade do Brasil, ou melhor, já Universidade Federal do Rio de Janeiro donde trazemos 5. Silvio Elia, vem em 79, em “Ao leitor benévolo”, texto de abertura do volume *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*. Incluindo o texto das “orelhas” que aparece justamente trazendo sentidos do processo de institucionalização dos estudos.¹² 6. Da USP também vem, com Edith Pimentel Pinto, *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*, 1- 1820/1920 (1978) e v. 2 -1920/1945 (1981)¹³ e 7. Ataliba Castilho. Esperando com isso compreender uma histórica trajetória de textos (sentidos). Os textos efetivamente analisados vêm devidamente documentados em anexos. Em síntese:

1. De Sílvio Elia:

. *O problema da língua brasileira* (1940)

. *Ensaio de filologia e lingüística* (1963)

2. De Gladstone Chaves de Melo:

. *A língua do Brasil* (1946, 1971, 1975).

. *Iniciação à filologia portuguesa* [em três edições (1949, 1956, 1965 e 1971)].

3. De Francisco da Silveira Bueno:

. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa* (1955), (1958).

4. De Serafim da Silva Neto:

. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950; 1963; 1976).

¹¹ Anexos pp. 239-241.

¹² Anexos pp. 216-220.

¹³ Anexos pp. 242-244.

5. Silvio Elia *A unidade lingüística do Brasil* (1979)

6. De Edith Pimentel Pinto:

. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1- 1820/1920* (1978).

7. De Ataliba Castilho:

. “O Português do Brasil”, apêndice in: Ilari, Rodolfo(1992).

Desdobramentos dos anos de 1930/40

1. O “falatório”: o momento dos autores em primeiro plano (o histórico não-distante)

1.1. O novo no mesmo: um tempo para a Lingüística

O professor Silvio Elia publica, em 1940, *O problema da língua brasileira*. A reedição vem em 1961, com prefácio de Nelson Romero, mas é em uma nota de três páginas, de clássico título “Esta edição” que a análise nos levou a compreender relações de sentido funcionando para o estabelecimento de uma temporalidade específica. É um tempo outro para além do cronológico.

Em seis páginas (pp. 9-14), o prefácio praticamente não comenta o livro, a não ser de modo lateral em dois momentos: no início, ao considerar “o fato de neste livro se ventilarem questões que realmente devem esperar a palavra da lógica e do bom senso, se se quiserem bem resolvidas” (p. 9); e, no desfecho, “o presente estudo do professor Sílvio Elia examina a questão sob outros aspectos e analisa alguns dos autores brasileiros” (p. 14). O objeto do prefácio é na verdade também a “língua brasileira”, mas ao fazê-lo a enunciação instala uma temporalidade para os estudos lingüísticos no Brasil. A questão é tratada como algo da ordem do dia: “a meu ver as discussões sobre língua **têm sido** mal **conduzidas** pelos que dela se vêm ocupando ... **confundem**, em geral, linguagem e língua ... **passam** do indivíduo para o grupo” (p.9). “Ninguém **até**

hoje definiu com acerto essa coisas” (p.10) ... “ainda **há poucos dias**, no ‘Correio da manha’, o notável sociólogo patricio Gilberto Freire...”(p. 14). Como se vê, a presentificação é dominante. O que uma certa pragmática (Ducrot, 1984) pode entender no sentido dialógico, ou seja, o prefácio de Romero estaria “formulando a pergunta a ser respondida ou esclarecida” por Elia ao longo da publicação, mas é do ponto de vista histórico enunciativo que o prefácio aparece como parte do processo de institucionalização da lingüística no Brasil.

Essa compreensão logo aparece com a reedição que vem em 1961, trazendo uma nota de três páginas de clássico título “Esta edição” (pp. 15-17), escrita pelo próprio Elia em 1957. Para além de argumentar que “a tese de 1940 continua viva e correta”, na relação com o prefácio, fora do alcance interlocutivo, nesse texto, circulam sentidos da construção de uma temporalidade específica para a institucionalização da lingüística no Brasil. Dado aquele tempo presente da primeira edição, o novo volume é estabelecido como divisor histórico. É que acontece uma projeção de sentidos por onde a primeira edição é interpretada de modo a regular o tempo politicamente, ou seja, a materialidade real da linguagem produz uma desigualdade histórica, uma sobreposição de sentidos. Vejamos. Já no parágrafo de abertura, a enunciação produz um contorno para o andamento dos estudos lingüísticos no Brasil:

(1) “**Quisemos**, ao revés, demonstrar que **uma tese que pretendia** arvorar-se em puramente lingüística – a da fatalidade do advento da ‘língua brasileira’ – **repousava**, ao contrário em postulados filosóficos, filhos de um clima espiritual de um século, eivado de positivismo” (p.15).

(2) “**Fomos** além, ... **pretendemos** ... negar a existência da ‘ciência pura’, ou seja, **quisemos** retirar da atitude científica *stricto sensu* o caráter de exclusivismo em face da verdade. O racionalismo **estava condenado e vivia** ... seus últimos momentos” (idem).

(3) “O que então **julgávamos** a nossa mensagem ... dentro da especialidade que **elegêramos**, contra o naturalismo científico que **invadia** os espíritos ... – o que **ainda** não desapareceu de todo – ... falasse em nome da ciência” (idem).

Como se vê, pela divisão do sujeito entre as edições, a enunciação significa aquele tempo presente da primeira edição como um passado em andamento, mas em progressão residual. Em (3), no enunciado-encaixe, o “ainda” traz um contorno histórico para a constituição do sujeito. O comentário meta-enunciativo¹⁴ irrompe o andamento cronológico e abre caminho para a construção de um limite histórico dos estudos lingüísticos no Brasil.

Pois bem, no parágrafo seguinte, a enunciação irá nuançar os domínios dos sentidos de século que aparece em (4), ampliando o quadro temporal e reconfigurando a estréia da obra. Vejamos a seqüência de abertura:

(4) “Ora, o sentido dos estudos lingüísticos **neste século já não deixa** margem a dúvidas” (p. 15).

Notemos que um tempo passado recobre os domínios, posto que é significado como um presente anterior à publicação do livro. É bem verdade que o “ora” em uma

¹⁴ São mecanismos sintaticamente diversos (basicamente em orações explicativas), mas cujo propósito é “**fixar**” **explicitamente um sentido**. Na medida em que o enunciador assim opera, o efeito de sentido é o extremo oposto: “é uma atestação da realidade enunciativa do não-um do sentido (...) a ‘falha’ do primeiro plano, através de uma operação contextual de eliminação em X de um sentido inoportuno que, no entanto, X autoriza ou favorece”. Authier -Revuz., (1998, p. 31).

abordagem pragmático-argumentativa poderia trazer essa ampliação para os domínios da interlocução, mas por essa forma a obra existe em um intervalo definido pelo “sentido de seu estudo lingüístico” e o que regula essa intermitência são os sentidos da estabilidade secular. Nesse ponto, já é possível então dizer dessa movimentação de sentidos que amplia o quadro temporal como algo da ordem da sobreposição de sentidos¹⁵. Movimentação que escapa ao controle do indivíduo e, como tal, esse texto de borda já se nos aparece na dimensão do político-enunciativo.

O político vem pelo embate na distribuição desigual do real, pela categorização dos deveres em regras para as quais a afirmação de pertencimento é “dada a saber” em certos impedimentos, limites que constituem a divisão enunciativa. Em (4), “o sentido já não deixa margem”, por definição do artigo “o” a enunciação traz a regulação e particulariza o lugar como autorizado para tal. Na dimensão linear imediata da seqüência essa regulação especifica seu domínio. Vejamos:

(5) “Sem desconhecer o quanto devemos aos lingüistas do século dezenove, **a ninguém é lícito contestar** que as magníficas pesquisas e os progressos da Lingüística pós-saussuriana se fazem contra” (idem).

Como vemos, essa regulação dominante já vem em tempo presente e, no segundo momento do parágrafo, com a entrada dos sentidos de “melhoria” e “posteridade” em “progresso” e “pós” a enunciação faz deslizar os sentidos na direção do novo nas seqüências que encerram o parágrafo:

¹⁵ Aqui estou adaptando as noções de projeção e sobreposição de sentidos consideradas por Guimarães (2002) ao trabalhar o binômio acontecimento/temporalidade (pp. 11-15) e o político (pp. 15-18). No próximo capítulo, ver seções 2.3. Projeção de sentidos: espaço para temporalização específica (o acontecimento enunciativo, anterioridades estruturantes), p. 67; e 2.6. Sobreposição de sentidos: regras administrativo-funcionais, hierarquia entre as peças; espaço político-enunciativo, p. 75.

(6) “A Geografia lingüística investe contra a doutrina simplista...O Idealismo vossleriano repõe na alma humana o princípio de causalidade ... A **Neolingüística** dos modernos glotólogos italianos ... por toda a parte um sopro **renovador**” (p. 16)

Por essa sobreposição de sentidos é que vai sendo construído em disputa aquilo que faz ou não sentido na reconfiguração do tempo de “estréia” da obra, ou seja, uma vez “agenciado” o sujeito nesse processo, o que está em jogo é justamente aquilo que pode ou não ser dito a respeito de tal, e sobretudo, aquilo que é silenciado nessa disputa cujo próprio é a contradição. É o silenciamento que vem pelo histórico como um ser biológico. Vejamos:

(7) “Nessa perspectiva, **podemos dizer** sem receio de êrro, que a tese sustentada por nós em 1940 **condizia melhor** com os **novos** rumos da **Lingüística Moderna** do que **aquela que ainda latejava no espírito** de muitos contemporâneos” (idem).

(8) “**Podemos dizer**, portanto, que a tese de 1940 **continua viva** e correta. Isso não impede reconhecer que o arcabouço técnico da obra poderia ser muito melhorado e até refundido” (p. 17).

Os sentidos em funcionamento histórico enunciativo dividem o sujeito no tempo pelo seu fazer lingüístico: passado/presente residual para X (o outro) – presente/ Lingüística Moderna em expansão para y (o eu).

Como disse, interessa pensar que esses sentidos vêm em texto de abertura do volume. Politicamente significam, com a demarcação deste “posto avançado”, a defesa da conquista. Em que as idéias “perdem vigência”, posto que são de um tempo outro “fora do Moderno” ou estão em um espaço outro “fora do possível” enunciativo

recortado justamente pelo processo histórico de institucionalização dos estudos. Um sentido de atualidade e ao mesmo tempo de sua vanguarda.

1.1.1. Uma região de sentidos para a Lingüística moderna

Com **Gladstone Chaves de Melo** vem *A Língua do Brasil* (1946) e suas reedições em 1971 e 1975. Esta última traz o texto “A propósito desta coleção” (Estante de língua portuguesa) de Alim Pedro, traz os prefácios do autor: “Esta edição”, escrito em 1970 e o “Prefácio da primeira edição”, de 1945. Chaves de Melo vem como integrante da *Coleção Estante de Língua Portuguesa*, dirigida pelo professor Rocha Lima, catedrático do Colégio Pedro II, *A Língua do Brasil*, publicação da Fundação Getúlio Vargas, impresso na *Editora Vozes Ltda* em 1975 e pela Livraria Agir Editora. Traz uma abordagem histórica do conhecimento lingüístico produzido sobre a “questão” e dá uma interpretação para a História da constituição do Português do Brasil. Procura sustentar que a língua do Brasil é o Português e não um Brasileiro.¹⁶

De saída, observamos que a própria estrutura de organização do trabalho segue preceitos estratégicos de uma prática clássica da Ciência. Comenta-se, analisa-se o que já se disse sobre o objeto de estudo; em seguida, problematiza-se o objeto, apresenta-se a tese e desenvolve-se uma argumentação que se encaminha para um ponto alto do processo de convencimento.

¹⁶ Em Dias, L. F. *Os sentidos do idioma nacional* (1996), o capítulo 3 *A Língua brasileira* (pp. 47-63) examina a ‘construção de grupos nominais que funcionam seja explicando, seja determinando os nomes *língua brasileira* e *língua portuguesa* ... se configurando como ‘estações de cruzamento’ das vias de sentido que percorrem os textos” (p. 47); também “Os nomes da língua do Brasil: uma questão polêmica” (2001). Em Orlandi (2002), cap. 1, a autora explora “o fato de que na construção nacional do nome da língua é que se impõe chamá-la brasileira. Porque desde que se tem um país, uma nação, um estado com sua língua nacional, há uma demanda para nomeá-la. Em nosso caso, uma vez que há uma homogeneidade imaginária produzida pela colonização, o reconhecimento disso que estou chamando heterogeneidade lingüística indica a direção de nomeá-la brasileira” (nota 10, p. 32).

Nove são os capítulos. O que na primeira edição aparecia como índice à p. 187, vem na terceira edição como sumário já na abertura do volume logo após a dedicatória.

Pelo quadro da ordem gráfica, em um modelo clássico, a região introdutória neste livro inclui as seguintes peças:

[Dedicatória]

A propósito desta coleção

Esta edição

Prefácio da 1ª Edição

Capítulo I. A língua portuguesa no Brasil: resenha bibliográfica (pp. 1-15).

Capítulo II. O problema, doutrinas, soluções (pp. 17-40)

O ponto fundamental vem com os sentidos de uma contraposição do sujeito em relação a seus pares que são *x* do presente, e não *y* do passado. Sua institucionalização vem pela ruptura. E como parte efetiva do processo essa ruptura vem nas peças, ou melhor, ela atravessa esses textos introdutórios, funcionando pelo efeito de sentidos do fato de não serem parte do “‘texto’ que vale” pela hierarquia, por exemplo, entre uma “nota a esta edição” e os “capítulos dedicados ao objeto de trabalho do livro”.

Se essa diferença hierárquica é lugar para o acontecimento enunciativo, nesse caso então, preciso aqui pensar os sentidos enquanto efeitos do “dar a saber” próprio da escrituração, é o efeito documental dessa peças introdutórias do volume. A partir das instituições do Estado Brasileiro que imputam o debate sobre a língua nacional e vêm em sentidos vigorosamente entrecruzados já na peça (dedicatória):

A

Augusto Magne,

Said Ali

E

Souza da Silveira

O Estado-Maior da Filologia no Brasil

Homenagem do Autor

Da homenagem do autor, na edição de 1975 é retirada a predicação “o estado-maior da Filologia no Brasil” que só aparece na primeira edição em 1946, a de 75 já rompe a relação em uma retirada que silencia e esse efeito nos diz desse outro tempo, quando é redimensionado o espaço enunciativo. Mas, para a compreensão que aqui empreendemos, são os sentidos dessa escalaridade pela hierárquica [militar], sentidos estruturantes no e pelo espaço ocupado (a retirada do outro). Essa ruptura é lugar do político pela sobreposição (em 46) e/ou (em 75) silenciamento de sentidos. Quero dizer, a direção vinda pela enunciação “locada entre os pares”: aqueles contra os quais se volta e outros que os tem ao lado na história dos que se dedicaram à “questão da língua”. O real é mesmo o fato de ter um problema não para resolvê-lo (digamos, olhando para o onde se aponta) mas dedicando atenção de analista no como os sentidos do problema entram para com ele significar o espaço enunciativo da lingüística em um plano dominante.

No prefácio da primeira edição vêm sentidos próprios da relação institucional, ou melhor, sentidos próprios da constituição do sujeito no processo de institucionalização da lingüística pela documentação das práticas do lingüista enquanto sujeito da ciência. O prefácio vem dar a saber dessas práticas institucionais, por elas, vem o sentido do tempo de trabalho.

(9) “O livrinho que hoje dou a público representa as conclusões a que tenho chegado depois de me **dedicar oito anos ao assunto** que lhes serve de título. Sem embargo, à exceção de dois capítulos que já tinham sido escritos anteriormente, foi ele **redigido no espaço de sessenta dias**” ().

(10) “Este trabalho nasceu diretamente da Faculdade Nacional de Filosofia, pois **nele apenas se desenvolvem bastante e se documentam melhor as aulas** ali proferidas sobre o ponto A língua portuguesa do Brasil” ().

Também o fato dos sentidos de *atividade profissional* (as aulas ali proferidas), os sentidos da máquina administrativa, a documentação: “foi escrito como monografia, para o ‘Arquivo de Letras’ da Faculdade Nacional de Filosofia”. É a enunciação trazendo relações de sentido por onde entra um passado findo. E, nesse ponto de abertura do volume, é ao mesmo tempo produzir uma ruptura. A entrada da lingüística no espaço enunciativo da filologia.

Para além dos sentidos da “ampliação do alcance editorial” que atravessam esses textos em formas como “e a todos que se interessam por”, esse prefácio traz também sentidos próprios da instabilidade de uma posição autoral específica na história das idéias lingüísticas, construída pelo confronto, mas que ao mesmo tempo já abre em outra direção:

(11) “Escrevi **para os não-especialistas, para as pessoas que não desdenham** os problemas de cultura geral (como entendo que seja o da língua nacional) e se preocupam com as questões brasileiras.” ().

A instabilidade vem pelo fato do sujeito ter que ser outro no mesmo. Nesse caso, a enunciação traz então um limite construído pelos sentidos do possível para o deslocamento. “Procurou-se observar os fatos e examiná-los a luz da ciência filológica e lingüística”.

(12) “Por isso **fugi sempre que possível**, ao rigor da técnica e da nomenclatura filológica e a erudição fácil, **menos no** segundo capítulo, que, quanto ao feitio, é hóspede neste livro, conforme se explicou acima” ().

Os sentidos aí em funcionamento constroem o efeito de propriedade no sentido da posse do espaço que nesse caso vai ao âmbito mesmo da escrita gráfica. A predicação de um capítulo o constitui em uma relação excludente dada a significação de seu caráter temporário em relação aos outros capítulos.

(13) “O primeiro capítulo foi publicado em 1942 na Revista Vozes de Petrópolis e sai agora retocado e ampliado. O segundo – a influência Tupi – foi escrito como monografia, para o arquivo de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia, o qual, para não desmentir o nome, ficou ... arquivado” ().

Sentidos que levam a uma dimensão

(14) “Exumei o artigo e, sem alterar-lhe a forma e a disposição, transporte-o para o atual ensaio. Isso explica a incoerência de tal capítulo com a feição geral da obra. O mais é inédito” ().

Ou seja, o espaço enunciativo é constituído justamente na diferença produzida por esse deslocamento do novo no mesmo.

(15) “Repetindo: o livro é para não-especialistas. Os filólogos nada terão que aprender nestas pobres páginas. Porém, também a estes lhas ofereço, pois quero deles a crítica. Ficarei sinceramente grato a quem me corrigir erros, indicar falhas, apontar deficiências, denunciar tolices e emendar disparates, pois nada disso há de escassear neste modesto volume” ().

De sorte que há um deslocamento que leva a outro lugar por condições específicas. Os escritos “vem e vão para a sala de aula” nas dedicatórias, notas a edições etc.

Com **Serafim da Silva Neto** vem *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* (1950; 1963; 1976). O prefácio de Augusto Magne é único nas edições. Por ele atravessam sentidos da institucionalização

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

(16) “Estão de parabéns os amigos do idioma: ontem, reedição, substancialmente refundida, das Fontes do latim vulgar, marco luminoso a sinalar novos rumos à futura geração de romancistas brasileiros; hoje, *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*.

(17) “A atividade filológica do Dr. Serafim da Silva Neto obedece a **rigorosa orientação científica, em total desacordo com** o diletantismo intolerante e pretensioso. **Evitando**, em boa hora, **a arena** estéril da polêmica demolidora, onde se ferem prélios antes destinados a **pôr em evidência** a profundo saber que **alardeiam** os contendores do que a fazer progredir a ciência, **poupando esforços** dispersivos e desconexos” ().

O sujeito vem pelos sentidos da divisão entre os que falam e os que fazem: é o “defrontar com problemas”, o “ir dando execução”, são os sentidos do trabalho, de pesquisa, em resumo, de atividade universitária:

(18) “O novo lançaço do monumento merece os mais francos elogios e sintetiza os **preciosos resultados de exaustivas indagações.**” ().

(19) “o jovem filólogo patricio defronta-se galhardamente com problemas de vulto e paulatina, mas constantemente, **vai dando execução** à majestosa planta de imponente edifício que tenciona, em alguns anos, levantar ao idioma nacional.”

A língua é então uma questão para empreendimento, de projeto.

(20) “Um mérito, nomeadamente, avulta, a meu ver, no belo trabalho do Dr. Serafim, valorizado por uma circunstância – o mérito de se não ter ele inspirado em apaixonadas **ideologias partidárias** que, falseando no estudioso, a clara visão objetiva dos fatos, levam por isso mesmo, a conclusões improcedentes e arbitrarias: -a circunstância de ter saído a público em hora oportuna”().

A edição é o novo do presente. O “momento da virada”, em que a lingüística enquanto ciência é o lugar do silêncio, do presente:

(21) “quando se vão extinguindo entre nós os **derradeiros ecos de ruidosas discussões** em torno do idioma nacional” , o Dr. Serafim, com perspicaz clarividência e a **imperturbável serenidade** do sábio alheio ao rebuliço de paixões transitórias, assenta o problema no sólido fundamento dos fatos e, à luz da etnografia e da evolução histórico-social do povo brasileiro, delineia com firmeza e nitidez as características que individualizam no Brasil em ambiente totalmente diverso, o formoso idioma do velho Portugal. **Serena, objetiva, conscienciosa e sutil, a contribuição** do jovem professor patricio com certeza há de desvanecer preconceitos e dissipar ignorâncias.

É com a mais calorosa admiração, a simpatia mais sincera, que recomendamos o belo trabalho do Dr. Serafim à devida meditação dos competentes.”().

1.1.2. A língua: no passado, objeto da sociedade; no presente, da universidade

Também de Silva Neto, em 1956, vem *Introdução ao estudo da Filologia portuguesa*, “a questão” aparece no penúltimo capítulo (18) “A expansão da língua. O português do Brasil” (pp. 172-187). O prefácio vem em duas páginas (7 e 8), nove parágrafos. A enunciação constitui o sujeito no espaço político enunciativo institucional da Universidade no Brasil. Nesse espaço atravessam sentidos que dividem o sujeito. É estruturante no texto o modo de fazer funcionar o movimento dos sentidos entre aquele que relata um passado histórico em andamento e aquele que imediatamente comenta o relatado em tempo presente:

(22) “a língua nacional foi recebida depois de desenvolvida e polida ... sempre houve ... alancearam ... atormentaram e ocuparam ... provocaram ... polêmicas. **Não é de estranhar** ... que haja florescido” (p. 7).

(23) “O interesse pelos problemas ... tinha tôda a razão ... havia ainda o problema do escravo, que falava ... Falar bem ... tornava-se ... **Não estranha** que se tornasse uma ambição” (p.7).

(24) “nem todos chegavam a atingir, e que levava não poucos ao ridículo ... um intelectual ... afirmou que não se podia estudar a nossa língua ... as obras daqueles que ... se entregavam ... à conservação” (p.7).

(25) “Infelizmente, **não se pode dizer** que tenha havido, sempre, o mesmo interesse... Essa pesquisa desinteressada não podia ... medrar ... faltavam as Faculdades ... isto é ... **onde precisamente se devem debater** ... os centros **onde se deve fomentar** a pesquisa” (pp. 7-8)

(26) “**é muito honroso** ... que tenha sido possível apresentar ... homens que ... souberam” (p.8)

(27) “Quando, em 1935, foi criada ... a Universidade ... que se iria transformar ... teve ela de recorrer ... **A sua experiência e o seu saber é que cimentam novas gerações** – estas **já agora formadas**” (p.8)

(28) “**Sei que cometo omissões** ... mas, para só referir-me aos meus contemporâneos ... aí estão ... Foi também o advento das Faculdades de Letras que tornou possível o cultivo **Ciências que lhe servem de base** ou de orientação. E isso proporcionou o aproveitamento” (p. 8)

(29) “**Este livro pretende**, pois, dar uma idéia ... Destina-se quer aos estudantes ... aos professores ... e interessados em geral” (p. 8).

(30) “Buscará, dêsse modo, divulgar noções ... **não é de surpreender**, por isso, que o A. tenha tido especial cuidado em trazer fartas indicações bibliográficas. **Não se esqueça**, contudo, de que se trata de uma introdução e não de uma enciclopédia” (p.8).

Nessa divisão do sujeito pelo jogo político enunciativo vem a instauração de certa ordem onde o passado é constituído como o tempo em que o sujeito que trata das “questões de linguagem” é parte do jogo que “tinha tôda a razão de ser numa sociedade em começo e elaboração” (p. 7). Quer dizer, a língua é significada na relação social.

(31) “No Brasil, onde a língua nacional foi recebida depois de desenvolvida e polida como língua escrita sempre houve grande (e até, em certos casos, exagerado) **interêsse** pelas questões de linguagem”. **Os problemas** práticos da língua – a crase, a colocação de pronomes, o infinitivo pessoal e outros que tais – **alancearam** a mais de um coração, **atormentaram** e **ocuparam** o tempo de numerosas pessoas e **provocaram** acesas e rudes polêmicas” (p. 7).

Se na parte inicial da seqüência, como vemos, nesse jogo, o “interesse” é de ordem passiva e a língua é reduzida à fala como finalidade. No centro da regulação dessa diferença vêm derivas pelos sentidos de “interesse”. No passado as relações são levadas para uma região de ordem individual, do psicológico (a ânsia) e do desenvolvimento social.

(32) “**O interesse pelos problemas práticos** – a ânsia de falar bem – tinha tôda a razão de ser numa sociedade em começo e elaboração” (p. 7).

Algo de ordem institucional, mas ainda muito ligado a relações pessoais:

- (33) “Infelizmente, não se pode dizer que tenha havido, sempre, **o mesmo interesse absorvente pelo estudo científico** do português” (p. 7).
- (34) “**Essa pesquisa desinteressada** não podia facilmente medrar num ambiente em que faltavam as Faculdades de Letras” (p. 8).

O “desinteressada” vem trazendo sentidos particularizados pelos sentidos do fazer científico, ou seja, o entrecruzamento de sentidos. O teórico, o conhecimento, a reflexão em oposição à prática que é o próprio da polêmica. De outra parte, o presente vem na relação com seu estudo, e com ele, o silêncio.¹⁷ Vejamos:

1.1.3. Uma história da língua para a ciência lingüística

Com **Francisco da Silveira Bueno** – Catedrático de Filologia Portuguesa da Universidade de São Paulo - vem *A Formação Histórica da Língua Portuguesa* com 1ª edição em 1955 e em 1958 vem a 2ª ed. (Biblioteca Brasileira de Filologia – nº. 6). Do volume com vinte capítulos, interessa para esse ponto da pesquisa o fato do capítulo XIV. Gramaticalização do idioma (pp. 243-257) onde são apontados “erros no processo histórico” e o texto de abertura “Aos leitores exigentes” (pp. 9-11).

Nesse texto já o enunciado-título traz o acirramento do debate pela predicação que leva a construção do sujeito para um lugar dividido como aparece em “Ao leitor benévolo” quando retornamos mais adiante a obra de Sílvia Elia.

¹⁷ Não se trata de um silêncio qualquer. Ele escapa ao domínio do aparelho formal. Não é mera ausência de sons e palavras; é um silêncio fundante. Ver Orlandi, Eni. 1997.

Investida pelos sentidos da autoria, a enunciação põe os estudos na relação com um tempo descrito para significar o presente (o “tem sido”) predicado com “Manuel Said Ali, recentemente falecido”, e o passado (o “desde os primórdios”) predicado com “de Fernão de Oliveira”. Vejamos:

(35) “A História da Língua Portuguesa **tem sido** objeto de vários estudos, tratada por vários autores, fragmentariamente, **desde os primórdios** gramaticais de Fernão de Oliveira até os ensinamentos de Manuel Said Ali, **recentemente** falecido.” ()

A autoria encontra a realização de seus sentidos nesse processo predicando-o por “fragmentário” (o outro) e por “conspecto geral” (o eu). É uma divisão inseparável. É a indispensável presença do outro para constituir o espaço político-enunciativo, lugar de enunciação.

E o modo de tratar os estudos vem por onde o passado é gramatical, [o critério] aristocrático e o presente é ensinamento. A enunciação traz os sentidos de “ir ao passado pelas páginas” pela construção de uma imagem, e por ela intervém a escrita: “já vemos nessas páginas” [as de Origem da Língua Portuguesa de Duarte Nunes do Lião, Lisboa, 1606] que são então significadas junto, ou melhor, em posse do sujeito, mas materialmente o ingresso da escritura dos primórdios para significar como o estudo trata a história da língua. E esse modo a predica com o “critério aristocrático” e “fragmentariamente”: o tempo do “sem que tivesse um só que nos desse”. Esse um é possível no espaço da lingüística.

(36) “Um dos estudos mais importantes foi a ‘Origem da Língua Portuguesa’ de Duarte Nunes do Lião, Lisboa, 1606. **Já vemos nessas páginas** como os principais

problemas receberam adequada solução, adequada, sobretudo, se levarmos em conta as idéias da época. A filiação latina, a verdadeira transformação do latim vulgar no romance português era já assunto esclarecido e resolvido. A separação entre o galego e o português, dando por causa principal o desenvolvimento político e nacional de Portugal, aí está bem delineada e explícita: “e as (línguas) de Galliza e Portugal, as quais ambas erã antigamente quase hua mesma, nas palauras, e nos diphtongos, e pronunciação que as outras partes de espanha não tem. Da qual lingoa gallega a Portuguesa se acentajou tanto quanto na copia e na elegância della vemos. O que se causou por em portugal hauer Reis, a corte que he a officina onde os vocábulos se forjão, e se pulem, e donde manão pêra os outro homes, o que nunca houue em Galliza”. **O critério aristocrático**, o uso da côrte está aqui patente, como a causa principal do progresso da língua portuguesa e do estacionamento da galega. Muitos autores vieram, assim, estudando **fragmentariamente** a evolução do nosso idioma, **sem que tivéssemos**, entretanto, **um só** que nos desse o conspecto geral dessa evolução. Este foi nosso intento. Tomamos a dialeção românica desde os seus inícios e, em ordem cronológica, acompanhamos o desenvolvimento lingüístico da nossa fala, assinalando as fases principais, os seus característicos mais importantes, até os nossos dias com a fragmentação do já idioma português nos seus diversos dialetos.

1.1.4. A divisão dos sentidos restritivos

E eis que retornam em plenas formas os sentidos do embate entre posições, os limites do político-enunciativo, como vimos pela análise da seqüência () que aparece em Melo (1946):

(37) “Por isso **fugi sempre que possível** [ao **rigor** da técnica e da **nomenclatura filológica** e a **erudição fácil**]”, **menos no** segundo capítulo, que, quanto ao feito, é hóspede neste livro, conforme se explicou acima” ().

A relação com a lingüística é contraditória, ou melhor, seu processo de institucionalização não vem pelo consenso, e, sim, pelo dissenso. Pela (des) conjugação dos sentidos “evitar e não fugir” na seqüência:

(38) “**Sempre que nos foi possível, evitamos**”, “a exposição técnica **demasiadamente** escolar, **com exceção dos** [capítulos dedicados à fonética]” (p. 9).

(39) “**Evitando**, assim, a cerrada exposição lingüística, **não fugimos** desta ciência um só instante: tudo está baseado nos princípios, nos seus métodos, tomando por guias e mestres os seus principais doutores” ().

A instabilidade do ter que ser outro no mesmo. Nesse caso, retorna o limite pelos sentidos do possível para o deslocamento. Esses sentidos deslizam para a dimensão da linguagem e com ela aparece uma discrepância entre “a exposição (lingüística)”, ou seja, a linguagem como uma dimensão e a ciência é tal outra coisa que independe da primeira. Justamente pelos sentidos de variação da linguagem (mais científica /menos literária) no sujeito enunciativo investido pelo discurso científico. Esses sentidos significam a linguagem então como lugar de ruptura. Formas para a ruptura com a entrada de efeitos de sentidos de escalas.

(40) “Não se dirige este estudo aos **sapientes do ofício** que, talvez, desejariam **linguagem mais científica**, menos literária, toda erigida dos sinais da convenção lingüística”. A divisão “arte-literatura” (objeto da filologia) e a ciência (lingüística).”

Dirige-se à maioria que deseja apenas informar-se destes problemas históricos da nossa língua: donde veio, como se formou, em que estado se encontra e qual o futuro que a espera.

1. 1. 5. Crítica às práticas acadêmicas

Observemos nas três seqüências seguintes como as práticas acadêmicas aparecem em relações de sentido que significam uma proximidade tal entre pares que constituem o falatório próprio do processo em questão.

(41) “Fugimos também da pedantaria, muito em voga em Portugal e no Brasil, das citações, das citações tão numerosas e tão largas que passam a constituir mais de dois têrços do livro, reduzindo o trabalho do autor ao da agulha que vai arrastando através do pano, a linha que lhe não pertence”().

(42) “Êstes fazem parte daqueles escritores de que falava Pascal: dizem sempre “o meu livro, a minha obra” quando deveriam dizer “o nosso livro, a nossa obra” porque em tais trabalhos há pouco do autor e muito dos autores. As contínuas citações, ora nesta, ora naquela língua, e sem tradução, que é para que mais se admire o leitor, interrompem a exposição correntia do assunto, quebram o fio do raciocínio, irritam o consulente e só dão regozijos ao autor, cuja erudição aí se estadeia a custa de fichário.

Sai o trabalho de tais pedantes mais remendado que capa de peregrino, verdadeira colcha de retalhos mal cosidos, vendo-se a cada passo a fresta deixada pelos alinhavos”().

(43) “Foram consultados muitos autores e os de maior categoria: vêm-se suas obras na bibliografia. Talvez esta não seja tão extensa quanto desejariam muitos que usam colar no fim de suas publicações, tal ruma de livros que em toda sua existência não seriam capazes de ler. A que aqui vai, foi lida e consultada”().

1. 1. 6. A autoria em questão

Também a movimentação dos sentidos nesse processo inclui um vigoroso debate em que os sentidos circulam entre uma especulação sobre afazeres autorais, sobre o que escrevem, o que dizem.

(44) “Estamos certos de que alguns problemas foram esquecidos, de que outros poderiam ter mais extensão, ou ser apresentados de outra forma. Tudo isso faz parte das **obras humanas**. Já o **grande clássico** Ferreira **escrevia** no prólogo da comédia “Bristo”: “Contentar a todos ninguém o alcançou; muitos se contentaram com aprazer a muitos. O autor tomará por grande honra satisfazer a poucos.” **Fazemos nossas essas sábias palavras. Outros dirão** que este livro não passa de uma compilação razoável: para êstes lembramos o que **já disse** Souza de Macedo em “Eva e Ave”: “Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar o longo, apartar o seletos”. **Entre êsses nossos** críticos haverá, quem sabe, algum que possa fazer neste assunto, obra sua, que não seja de compilação...Haverá...Mas desconfiamos de que não haja: quem poderá

escrever de história sem se socorrer **do alheio**? Então, por que criticam? Porque **é fácil dizer** como se deveria fazer e muito difícil fazer aquilo que de outrem se exige”().

1. 1. 7. Obra (norma) de referência

(45) “Não existindo em português, obra alguma dêste assunto, completa, se não apenas parcial, fragmentária, não pudemos **tê-la por norma**: seguimos no que foi possível, a recente “Historia de la Lengua Española” de Rafael Lapesa – Madrid – 1942”.

(46) “Com êste volume continuamos a nossa **série de “Estudos de Filologia Portuguesa”**, constituindo o segundo já anunciado nesse primeiro, atualmente, em segunda edição. Como sempre, vai dirigido aos nossos **alunos de Filologia** portuguesa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. Dêles esperamos a melhor crítica: se lhes foi **útil ou não** mais êste **esfôrço intelectual**.”().

O estudo, o esforço, os sentidos próprios do discurso da ciência enquanto trabalho [prático], mas com o sujeito enunciativo agenciado pelas condições de produção em que pesam os sentidos que nos chegam como os mais remotos da “instituição universitária”: seu caráter religioso. E é pela predicação do volume pela imagem que o significa como “um pequena oferta trazida”, “um grão diminuto de incenso que será queimado no turíbulo da sua glória”().¹⁸

É possível dizer que, a partir desse ponto, e aqui estou falando de pontuação na seqüência logo após “intelectual”, as dez linhas que se seguem trazem sentidos de

¹⁸ Para essa compreensão fomos a Benveniste, E. (1995). Sobretudo, do Livro 3. A religião, o capítulo 3 O sacrifício em *O Vocabulário das instituições indo-européias*, V. II. Poder, Direito, Religião (pp. 233-231).

celebração. Os sentidos de um comentário final e lateral, uma nota, um registro do histórico, dez linhas como um encaixe conclusivo. É uma região de sentidos que predica o livro como artefato ritualístico, sagrado:

1. 1. 8. Predicação para significar *sagrado* o ensino.

Dos sentidos de esforço (trabalho intelectual), por um encaixe final, a enunciação faz entrecruzar uma outra região de sentidos, a do rito do sagrado religioso, o ofertório:

(47) “Ocorrendo, neste ano, o quarto centenário de fundação de S. Paulo, a mais pujante cidade do mundo, como paulista lhe trazemos a nossa **pequena oferta**” ().

(48) “Nesta **oferta** estão condensados os **suores de um seu obreiro, as vigílias de um de seus mestres, os sonhos de um de seus idealistas**” ()

(49) “Digne-se de a receber S. Paulo, digne-se de saber que entre os seus três milhões de habitantes, um existe que, há um quarto de século, **moureja na silenciosa, mas gloriosa tarefa de preparar melhor** a juventude que continuará, nos anos futuros, **o fecundo labor** de seus heróicos antecessores, **os Bandeirantes**” ().

É o discurso de um histórico em condições específicas: o sentido do fundante, do desbravador heróico. É a relação do “no Brasil está tudo por fazer” / “preparar melhor a juventude”), ou seja, são condições outras que vem para a fundação da instituição universitária no Brasil. Em síntese, pelo entrecruzamento de sentidos do ensino,

notadamente das letras, do trabalho, do esforço, do religioso sagrado e esse histórico, a constituição do sujeito se dá como origem do processo.

Desdobramentos dos anos de 1970

1. 2. O silêncio: um afastamento histórico: a formação das áreas de trabalho

O que temos aqui é o momento das obras em primeiro plano e, com elas, a construção de um passado histórico. Nesse segundo momento, já aparecem relações de sentido por onde se constrói um distanciamento histórico. No período anterior as relações de sentido impunham uma “ruptura imediata” com a polêmica (o falatório), propondo em seu lugar o trabalho (universitário, silencioso), mas , como vimos, por conta das condições de produção (os limites do possível histórico), na enunciação, a polêmica encontra lugar limítrofe nos materiais justamente para ficar marcado o território do seu silenciamento. Quer dizer, a enunciação, pelo movimento de sentidos, acolhe a polêmica para denegá-la nesses documentos, nessas peças periféricas. É a relação do embate autoral no processo de institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil. O novo momento, fins dos anos 60/meados dos anos de 1970, traz relações enunciativas diferenciadas, já sob o impacto da pós-graduação.

1. 2. 1. A Lingüística como trabalho universitário

Em 1975, vem a 2ª edição de *Ensaio de filologia e lingüística* (1963). Refundida e aumentada traz cinco novos ensaios ao volume, incorpora justamente trabalhos dedicados à “questão”: “O português do Brasil: aspectos coloniais” (pp.293-311) de 1966 e “La lengua portuguesa em el Brasil em época de la independencia”

(pp.312-326) de 1972 que são os últimos do volume. Mas seus sentidos são parte de um desdobramento geral nos estudos da linguagem: a institucionalização da lingüística na incessante circulação de sentidos do jogo político de inserção.

O volume traz duas notas introdutórias: “Advertência para a 1ª edição” e “Advertência para esta edição”. Em ambos os textos, é fundamental o fato de que os ensaios são apresentados na íntima relação institucional a partir das atividades exercidas pelo autor enquanto professor, palestrante, conferencista, ministrante de cursos etc. Ao narrar essas atividades, entram em funcionamento enunciativo processos de institucionalização da Lingüística no Brasil. O texto diz da presença do autor em outro Estado da federação (Rio Grande do Sul), em fins dos anos 50: a relação com a Diretoria de Letras da Divisão de Cultura do Estado, a palestra na Faculdade de Filosofia é de onde vem o primeiro capítulo do volume: Origens Românicas da filologia Moderna; em seguida, a partir de conferência, o autor inaugura a série “Cadernos do Rio Grande”, publicação do Instituto Estadual do Livro. A década é concluída com curso ministrado na Campanha de Aperfeiçoamento e desenvolvimento do Ensino Secundário (CEDES) e, em 1958, com a participação no 1º Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia”, comunicação que integra o último capítulo da primeira parte: Unidade e Diversidade Fonética do Português do Brasil.

Já no início década dos 60, vem um curso promovido conjuntamente Pela faculdade de Filosofia da URGs e o Centro de Estudos Luso-brasileiros da Universidade de Wisconsin, dos EE. UU. da América. Curso a que pertencem dois capítulos 2, 3 e 5, esse último também objeto de aula na Universidade de Coimbra. Em resumo, se o texto fala das atividades do professor, o fato dessa peça periférica trazer esses sentidos para o volume como “resultado de atividades profissionais”, estamos em pleno processo de institucionalização da lingüística.

O texto de “advertência” para a 2ª edição amplia o processo ao dizer da entrada de uma nova parte no volume:

(50) “A segunda parte consiste em estudos ou conferências escolhidas em função da temática do livro. O **IV centenário da publicação de Os Lusíadas** propiciou-me a oportunidade de reencontrar-me em mais de uma ocasião com os versos do épico imortal. Daí as conferências Etimologias de Camões em Os Lusíadas, pronunciada na seção de abertura do **4º Congresso brasileiro de Língua e Literatura** (17 a 21 de julho de 1972) e Os lusíadas, Epopéia do Mar, lida a convite da pontifícia Universidade católica de Campinas, São Paulo” ()

(51) “O trabalho A Língua Portuguesa no Brasil na época da independência foi publicado no número da **Revista de Cultura Brasileña** dedicado à comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil (nº 34 de setembro de 72). A revista, editada pela **Embaixada do Brasil na Espanha**, está redigida em espanhol; mas o texto original foi redigido em português. Cultura e Gramática (a propósito dos primeiros gramáticos portugueses) é a primeira parte de um trabalho maior, onde se trata a seguir da pronúncia do português quinhentista. . Foi lida em sessão de 1974 da **Sociedade Brasileira de Romanistas**. Finalmente, o trabalho O português do Brasil. Aspectos coloniais apareceu em 1966, no volume “Estudos de Filologia e História literária Luso-Hispanas e Ibero-Americanas” organizado para celebrar o terceiro lustro do **Instituto de Estudos Hispânicos, Portugueses e Ibero-Americanos da Universidade Nacional de Utrecht**, Em Haia, por Van Goor Zonen.

E quase ao final das linhas, vem o que no processo é decisivo: a entrada da Lingüística como objeto de certa “atualidade”, como objeto histórico, ocupando um lugar específico. E, para nós, é fundamental o fato da instância da letra em espaço gráfico privilegiado:

(52) “O título deste livro foi também alargado para ensaios de Filologia e **Lingüística**, pois, **atualmente**, até a matéria filológica está sendo encarada de uma perspectiva lingüística.” ().

1. 2. 2. Um lugar para a Lingüística na História das Ciências

Em 79, em *A unidade lingüística do Brasil: condicionamentos geoeconômicos*, vem “Ao leitor benévolo”, texto de abertura do volume e o texto das “orelhas”. O fundamental é sempre uma ruptura com o passado, mas reservando nele um lugar para ir adiante. Nesse texto a enunciação traz o debate sobre a questão da língua como uma etapa vencida, mas ela própria, nas realizações da linguagem no texto, constitui lugar donde, agenciado por tais condições autorais, o sujeito é afetado pela enunciação que abre uma outra temporalidade nos estudos.

(53) “Uma vez **posto fora** de discussão o caráter ‘português’ da língua do Brasil, outro aspecto **passou a ocupar** a atenção dos estudiosos” (primeira orelha).

Mas observemos que o fundamental não é a dimensão temporal, o sentido preponderante é de ordem espacial. Vêm sentidos tomados mesmo como “um fora”. Esse efeito se dá justamente pela construção da posição institucional, um lugar

definido, por princípio nomeado. Interessa é o fato mesmo desse “posto fora”/ “passou a ocupar” estar ali na peça periférica significando a ruptura histórica. E esse movimento de sentidos produz uma “tensão” nas relações de tal modo a romper o acordo nesse processo de institucionalização: são os sentidos de relações administrativo-institucionais pelo problema das “áreas de trabalho”, materialmente: o jogo político enunciativo na institucionalização da Lingüística. O que a análise está nos levando a compreender é que, às páginas 9-11, essa tensão, essa ruptura vem ao sentido mais forte na materialidade da linguagem já na abertura do texto.

(54) “AO LEITOR BENÉVOLO. Este livro é um ensaio. Tentativa de surpreender as grandes linhas do pensamento histórico-social brasileiro que nos conduziram a realidade esplêndida de uma unidade lingüística, quer ao nível culto quer ao popular. Parece-nos, pois, tratar-se de uma tarefa que se pode incluir – **tantos rótulos são necessários!** – no campo da Sócio e da Etno-lingüística.” ()

O problema disjuntivo aqui é de ordem lógico-administrativa. E a forma de encaixe (– tantos rótulos são necessários! –) é ela própria uma quebra na cadeia lingüístico-enunciativa, e dá a saber da elevada dimensão do processo de institucionalização. É um embate para reservar à Lingüística um lugar na ordem das ciências:

1.2.2.1. História, naturalismo e culturalismo

Os sentidos deslizam entre relações de pertencimento, de filiação, de lugar entre dimensões categorizadas pela ciência. Vejamos:

(55) “O motor da História é o ser humano; sem este bicho da Terra **tão pequeno**, é claro, o mundo seria apenas natura. Nem marte, nem Vênus, nem Mercúrio, nem nenhum planeta desse nosso **encurtado sistema** solar certamente tem História. É que como **não pertence** à *Natura*, a história há de se capitular **entre** os fenômenos da *Cultura*.” ()

(56) “Acontece, porém, que o homem também **se filia** à *Natura*, é ele próprio de certo modo, um produto da natureza. Contudo sua naturalidade, digamos assim, não lhe esgota a essência. Na verdade, o homem **se coloca no ponto de intersecção entre** a *Natura* e a *Cultura*. E esta é que assume aquela. Não sei se houve salto qualitativo, de uma a outra, mas **o que especifica** a cultura em oposição à natura é o elemento liberdade. Onde não existe liberdade, faz-se apenas história Natural (e aqui o termo “história” tem simplesmente valor extensivo e analógico); a verdadeira história é sempre História Cultural”.

Como se vê em (55) e (56), os sentidos estão mesmo operando na abertura de um lugar: o confronto, a oposição e a ruptura pelos sentidos de liberdade. Com isso, na sequência, os sentidos desembocam na real função desse documento: a constituição de um lugar para a Lingüística vem em sentidos sempre à frente nesses papéis:

(57) “Vê-se, pois, que o problema central das Ciências Humanas, **dentre as quais se coloca a Lingüística**, é o da definição da liberdade” .

E esses sentidos específicos da dimensão do espaço institucional deslizam pela sequência enunciativa e levam a tensão para os gestos de (de) nominação com rupturas

na própria ordem enunciativa e, como vemos em “dentre os quais a lingüística”, um lugar na cadeia lingüística, na instância da letra.

(58) “**Aqui não se pode escamotear.** Ou o homem é livre, ou não é. Nada adianta declará-lo livre (p.ex., politicamente ou educacionalmente), e, ao mesmo tempo, procurar agrilhoá-lo a tendências ancestrais, a reações bioquímicas, a estruturas sociais. Portanto, se a liberdade existe, não é ela um produto da natureza, pois esta se caracteriza justamente por aderir ao mundo da não-liberdade, do determinismo, da eterna quietude. A decantada solução dialética, de fato nada resolve; é uma pseudo-solução. O materialismo dialético, p. ex., é da mesma cepa do materialismo mecanicista ou que outro nome tenha. Ou se parte da matéria ou se aceita algo além e acima da matéria. E a liberdade por não pertencer ao círculo fechado das coisas da natureza, não pode ter raízes materiais. Há, portanto que passar a um domínio supra-material, que os grandes filósofos de todos os tempos sempre denominaram Espírito. A liberdade é um fenômeno de **ordem** espiritual e não material.

Um lugar pelo modo de abordagem

(59) “Essas considerações vêm a propósito da **abordagem sócio-histórico** ou **histórico-cultural** que elegemos. **Procuramos fazer emergir os fatores** que, ao longo do tempo, favoreceram a unidade lingüística de nosso país. Mas, no subtítulo, **denominamo-los**, prudentemente, “**condicionamentos**”. (p.)

(60) “Com isso distinguiu argutamente esses dois conceitos do seguinte modo: causa é aquilo sem o que uma coisa não seria o que é; condição é aquilo sem o que uma coisa não seria como é. Quer dizer a causa é essencial; a condição, accidental”.

“Um exemplo tomado à Antropogeografia. Portugal, país pequenino, espremido entre o mar e a terrível trombeta castelhana, teria de procurar expandir-se sobre as águas oceânicas. Ora, evidentemente, isso não haveria ocorrido, não fôra o espírito português dotado daquelas qualidades que o tornaram protagonista de uma das mais ciclópicas aventuras dos tempos modernos. Os fatores antropogeográficos alegados explicam a feição marítima dessa epopéia (em outras condições o extravasamento lusitano teria sido, p. ex., terrestre e não marítimo), mas nada dizem quanto à epopéia em si mesma.

Portanto, aplicando-se *mutatis mutandis* a teoria ao caso brasileiro, verifica-se que a nossa proclamada unidade lingüística decorre de iniludível vocação histórica do povo que somos e temos sido através dos séculos, condicionada por múltipla conjugação de fatores geográficos, étnicos ou econômicos. Nesse ensaio procuramos percorrer as linhas de força que, delimitadas por tais condicionamentos, foram urdindo as malhas dessa unidade.

A esse conjunto de fatores de ordem material e espiritual que se entrelaçam e entrelaçaram para, em determinadas conjunturas, espaciais e temporais, constituírem o mapa dos nossos falares, é que chamamos *realidade lingüística brasileira*. E, a nosso ver, uma das tarefas que se impõem com urgência aos lingüistas patrícios é a de estudar com segurança e carinho essa realidade etno e sociolingüística. Foi esse aliás o desiderato prioritário que escolheu o recém formado Círculo Lingüístico do Rio de Janeiro (prioritário, mas não exclusivo) para as suas atividades inaugurais. E que tal

projeto não caiu no vazio temo-lo, p. ex., no apoio decidido que essa idéia recebeu do verdadeiramente Magnífico Reitor da Universidade federal da Paraíba, Prof. Linaldo Cavalcanti que, em boa hora, resolveu patrocinar o 1.º Congresso Brasileiro de Sócio-e Etnolingüística.

O livro está, pois, entregue ao seu destino e à benevolência do leitor, como era de praxe dizer em eras não muito priscas. Mas, numa época em que se vai esmaecendo a imagem de lingüistas do porte de um Meillet, um Schuchardt, um Pisani, um Leite de Vasconcelos, para, em seu lugar, emergirem figuras de velhos gramáticos e filólogos filósofos como Sanches, Beauzée, Du Marsais, Cordemoy, Port-Royal (ou seja, Arnauld e Lancelot), Soares Barbosa, o título que encima estas linhas não vais tão anacrônico assim. Penso até que recupera certo sabor de modernidade. Rio de janeiro, 24 de fevereiro de 1978. *Sílvio Elia.*” ()).

O fundamental da peça que aqui temos são, por um lado, os sentidos de embate que encerra nessa posição construída. Sentidos produzidos já pelo fato de circularem nessa “condição de frente”, mas ao mesmo tempo em concorrência com sentidos da região periférica própria do documento. Por outro lado, os deslizamentos de sentido próprios, nesse sujeito precisamente aí em agenciamento, produzem esse afastamento da polêmica para o silêncio [universitário], ao tempo em que também a língua enquanto objeto vai sendo silenciada uma vez que subsumida em tais formas:

(61) “Outros por certo virão e assim **poderá ir sendo revelado** aos brasileiros esse instrumento quase mágico – **a língua** -, por intermédio do qual entram os homens no conhecimento de si mesmos, de seus semelhantes (contemporâneos, ou não) e do próprio universo”.

1. 2. 3. O apagamento da autoria para a institucionalização da Lingüística

Com Edith Pimentel Pinto vem *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*, v.1- 1820/1920 (1978) e v.2-1920/1945 (1981). Os estudos são historiados pelos sentidos de uma “finalidade prática”. É uma demanda da literatura pela coleção Biblioteca Universitária de Literatura Brasileira. O livro vem na série A - Ensaio, crítica, história literária, a Série B – é dedicada à poesia; a C – ficção - romance e conto; e a D – teatro. Sem que se tenha um outro objetivo declarado, o trabalho é para “proporcionar fontes de estudos ao interessados nos problemas da língua”, é para “documentar” a “evolução do pensamento crítico a respeito da língua do Brasil”. O texto é então parte de uma política editorial específica voltada para o ensino.

Nessa história das idéias, esse momento constrói uma posição de sujeito em uma região de sentido significada pelo apagamento da autoria. A enunciação põe em funcionamento sentidos próprios para uma ruptura histórica. Se o primeiro momento é marcado pelo “falatório”, esse segundo vem para produzir uma “recolha enunciativa” no sentido de não discutir as posições, apenas trazê-las. No texto de abertura do volume intitulado “Nota prévia” vem três páginas como “fontes para a teoria e a história” / “fontes de estudos aos interessados nos problemas da língua” (Nota prévia, p. XI). Claramente, um efeito da entrada dos cursos de pós-graduação. Ou seja, o que aparece é uma mudança de direção no processo de institucionalização dos estudos. Pela posição construída, o que está em primeiro plano no jogo político enunciativo dessa mudança é o empreender de um ...

(62) “levantamento dos textos mais significativos – aqueles que, por terem voz própria, dispensam exposição teórica por parte do organizador.”
--

Quer dizer, o que vem significado é mesmo um afastamento, uma contraposição ao primeiro momento, tomado por uma ruptura outra instituída por apontar o “valor desigual” dos trabalhos no tempo em que “acendem-se discussões.” Como vemos em (), ao predicar o gesto (o empreendimento da autoria) vem um deslocamento para a posição de “organizador” (no tratamento e na organização dos textos). A “dispensa da autoria” vem pelos deslizamentos de sentido que vão da “exposição teórica” para o comentário. Isto é, nos limites estabelecidos para a autoria: seleção e apresentação. Esse afastamento vem pelo silêncio como o espaço enunciativo da ciência (lugar de trabalho), vem por uma seqüência metaenunciativa fundamental:

(63) “os comentários que antecedem os textos **escusam-se da sua exigüidade**, pois **cedendo apenas** às solicitações mais cativantes de desenvolver as sugestões contidas nos textos, **limitamo-nos** a assinalar caminhos e pontos de escavação mais proveitosos”

Nessa escusa, nesse “ceder apenas”, nesse “limite” vêm sentidos de uma retenção, de um silenciamento enunciativo e nele o novo: aquele que não “fala”.

1. 2. 4. Categorização, linhas argumentativas para a Lingüística

Em Castilho (1992), “O Português do Brasil”,¹⁹ no trecho introdutório (pp. 237-238), a enunciação faz entrar uma linha de filiação histórica por um “fazer” que “deu início à ‘questão da língua brasileira’”²⁰. Para reinstituir essa relação no processo

¹⁹ Como apêndice in: ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica* (1992)

²⁰ Refere a “algumas comparações entre o Português do Brasil e o Português de Portugal num texto escrito para o *Atlas Etnográfico do Globo*, de Adrien Balbi (1824-1825), Domingos Borges de Barros, Visconde de Pedra Branca” (p.237).

histórico, isto é, para “poder dizer” dessa filiação, esse fazer é descrito então por “ecoando de certa forma ... retomou seu lugar ... o tema suscitado ... e de novo vai refletir sobre”. Descrição que mesmo tendo por objeto a escrita (texto **escrito** para um Atlas etnográfico) faz incluir “sentidos acústicos” e liga, portanto, por um vestígio da memória, uma anterioridade (România velha) a uma posteridade (România Nova).²¹ O trecho de abertura vem então abrir um rememorar da “questão da língua ocorrida” para um “de novo se vai refletir sobre”. Rememorar o que “não mais deixou de ser” / “desenvolvendo-se extraordinariamente suas linhas”.

Por essa abertura, a enunciação constrói uma nova ruptura no processo de institucionalização dos estudos. Nela, o primeiro plano desloca o objeto dos autores/obras e sobretudo, daquela relação de embate direto, quando o historiador dos estudos não priorizava a manutenção de distância com relação ao livro-autor, ao contrário a polêmica era lugar de institucionalização. Processo que aqui se desdobra, já afetada por sentidos próprios do fazer científico, em uma “visão equilibrada de conjunto”, para uma “categorização de linhas” [de argumentação].

(65) “Para historiar a questão do PB, convém categorizar adequadamente essas linhas de argumentação, que reúno aqui em três grandes direções: (I) o problema da implantação do PB; (II) as variedades do PB; (III) PB e sociedade nacional”.

(66) “Essas grandes linhas de consideração reaparecem continuamente na vasta literatura já produzida sobre a questão da língua brasileira. É justamente a ênfase em certos aspectos, com prejuízo de outros, acaso mais centrais, que tem enviesado a

²¹ Refere-se aos “argumentos de João de Barros, quando este gramático comparou o português ao castelhano, em seu *Diálogo em louvor da linguagem*, de 1540” (idem).

discussão, fazendo ressaltar o que é periférico e comprometendo a percepção do conjunto”.

Em seguida entram “sentidos contributivos” muito próprios da constituição do modo do fazer científico: o trabalho universitário em equipe, contributivo etc que difere por dar uma visão equilibrada, por oferecer “um contraponto”:

(67) “Procurarei neste capítulo dar uma visão equilibrada sobre os problemas de importância maior para o PB, **oferecendo** um contraponto aos trabalhos de síntese de Elia (1940 e 1979), Chaves de Melo (1946), Silva Neto (1951), Fortes (1957), Lima Sobrinho (1958), Ribeiro (1959), Houaiss (1960 e 1985), Cunha (1964 e 1968). De todo modo, dada a extensão e complexidade dos argumentos que passarei a resenhar, este apêndice deve ser entendido sobretudo como um roteiro de leituras.”

Esse lugar de “entendimento” para onde é levado o trabalho nos aparece justamente como apagamento da autoria.

1. 3. Publicações e acontecimentos institucionais

Para a produção de uma história das idéias em que a periodização dos estudos é construída na relação com acontecimentos institucionais, em Sinopse dos estudos do Português no Brasil (Guimarães, 1996) temos um quadro periodológico, de caráter crítico, levando em conta fatos de ordem política e institucional. Ficam delimitados quatro períodos para uma abordagem do Português do Brasil:

- a) Da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX, “momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por gramáticos e escritores portugueses”(p.128).
- b) Dos acirrados debates, segunda metade do século XIX, até fins dos anos 30 com a fundação da USP em 1937.
- c) Do final dos anos 30 até meados dos anos 60, quando o Conselho Federal de Educação torna a Lingüística disciplina obrigatória para os cursos de Letras.
- d) De meados dos anos 60 até hoje. Período em que a Lingüística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de Pós-graduação em Lingüística em alguns centros universitários brasileiros.

Por esse quadro, o movimento da análise contemplou essa vinda institucional, mas por uma volta editorial pelas reedições, o acontecimento do novo no mesmo na enunciação.

CAPÍTULO 2

Os sentidos da escrituração: notas para uma reflexão teórica

Um princípio do trabalho é estar no debate sobre os diferentes modos de tratar o sentido, a história da Semântica. A pragmática procura introduzir a questão do sujeito, tratando o sentido como sendo marcado pelo domínio psicológico, pela intenção de quem fala em dizer algo para alguém e pela relação do usuário com a linguagem. Ela também recorta para estudo um pedaço de mundo relacionado com o indivíduo que fala, no tempo cronológico e lugar em que fala: uma situação. Deslocado dessa posição, o trabalho se filia a uma concepção em que o sentido é tomado do ponto enunciativo na relação com a história:

*A enunciação é, desse modo, um acontecimento de linguagem perpassado pelo interdiscurso, que se dá como espaço de memória no acontecimento. É um acontecimento que se dá porque a língua funciona afetada pelo interdiscurso. É, portanto, quando o indivíduo se encontra interpelado como sujeito e se vê como identidade que a língua se põe em funcionamento.*²²

2.1. A intervenção da escrita no acontecimento enunciativo

Este capítulo procura detalhar um “fundo teórico mobilizador” da pesquisa. Trago a formação de relações em um conjunto de categorias do conhecimento que adentraram o trabalho produzindo uma convergência de noções partícipes do esboço de uma proposta de compreensão da escrita no processo de análise. Processo

²² Guimarães, E. 1995, p. 70. Nesse trabalho, o autor historia o quadro geral da semântica lingüística, construído pelo “trabalho de incluir o excluído por Saussure [o sujeito, o objeto e a história] no objeto dos estudos da linguagem” e nessa direção abre um diálogo com a Análise de Discurso.

arregimentado por uma concepção construída a partir da tradição dos estudos enunciativos que se desdobram em abordagem histórico-materialista da linguagem focalizando a intervenção da escrita. Disponibilizo o esboço desse quadro epistemológico em três seções:

Na primeira, trato da dimensão gráfico-espacial da escrita considerando o processo de gramatização, razão gráfica: a bidimensionalidade (Auroux, 1992, 1998) articulada a anterioridades estruturantes (o simbólico e a existência da sintaxe, a deslinearização e linearidade inconsciente: significante e sujeito, Henry (Freud e Lacan), Marandin, J.-M, 1997) fundamentais para compreender a projeção de sentidos no acontecimento enunciativo (Guimarães, 2002).

Em seguida, trago os sentidos da escrita como ameaça (Barthes, 1986) e a definição espaços discursivos lógico-disjuntivos (Pêcheux, 1997) para chegar à sobreposição de sentidos com as regras administrativo-funcionais (Guimarães, idem) e a hierarquia entre as peças da escritura. Como forma de apresentar diferentes modos de tratar essa dimensão do político trago Febvre (1953. p. 119-43; trad. bras. 1992, pp. 130-155) e Rancière: O relato fundador (1992, trd, bras. 1994, pp. 51-68) recusando uma possível relação objetual.

Por fim, Polifonia e integração dos sentidos: enunciação não-segmental. A deriva: a diferença como o próprio do sentido (não a identidade), (Guimarães, idem). Versão e textualização, discurso e texto, (Orlandi, 2001).

Esse percurso traz pontos decisivos que se mostraram indispensáveis na realização do trabalho, mas, em contrapartida, as análises produziram notável instabilidade nesse “fundo” mobilizador do processo.

2. 2. A gramatização e a razão gráfica: a bidimensionalidade da escrita, o aspecto espacial

Do percurso feito por Aurox, em seu *A Filosofia da linguagem* (1998), no capítulo 2 (pp. 63-96), interessa diretamente um quadro de ligações entre instâncias de poder e domínios de funcionamento do escrito no sentido de demonstrar o quanto “o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder” (p. 68). Mas, para ele, seria superficial ligar a escrita “simplesmente a opressão. Ela muda qualitativamente a natureza das ligações sociais e, porque torna possível a escrita da lei e da ciência, ela faz nascer novas formas de liberdade humana” (p. 69).

Para tentar trazer o específico das civilizações grafematizadas, o autor aponta para a amplitude de um algoritmo como uma fórmula escrita. E vai nos mostrar que a importância histórica da escrita diz respeito ao fato de que ela aparece como uma nova tecnologia intelectual que permite novas performances cognitivas. Dentre elas (a generalização), uma nova forma de racionalidade de caráter formal, pelo domínio da literalização, abrindo acesso a um *pensamento simbólico*.²³

Nessa direção, retoma *A revolução tecnológica da gramatização*²⁴ sobre a relação entre a escrita e o nascimento das ciências da linguagem, sobre a passagem de um saber epilingüístico a um saber metalingüístico e com este último, a colocação da linguagem em posição de objeto, ou seja, o processo histórico de racionalização dos textos, de objetivação da alteridade. Procura mostrar como a gramatização foi a base do processo de dominação ocidental e européia em relação ao resto do mundo: “é o

²³ Argumentando essa dimensão específica da escrita, o autor nos faz lembrar a superioridade da lógica aristotélica. Em um silogismo do estagirista, o leitor compreende que “cada uma das letras A, B e G designa um termo qualquer, mas diferente dos dois outros e concebido como um dos três”. Quer dizer, o caráter formal e a literalização nos leva à simbolização.

²⁴ Campinas, Editora da Unicamp, 1992.

processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (p. 65).

A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como um instrumento lingüístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram juntos na competência de um mesmo locutor (p. 69).

Mas, nesse prolongamento, é de fundamental importância a entrada para uma outra dimensão que escapa à linearidade temporal da fala. E o que está no cerne da gramática como prolongamento? A noção de razão gráfica:

A razão gráfica distingue-se através de possibilidades que são interditas à linguagem simplesmente oral. Algumas vêm imediatamente ao espírito e podem parecer triviais: fixação, objetivação e conservação (...) O traço mais marcante da razão gráfica é a bidimensionalidade, a utilização do espaço plano. A escrita não é o único suporte transposto da fala humana, mas é o único que é de natureza espacial e que dispõe da fixidade. Sem o escrito não há geometria (p.74).²⁵

Somente por essa dimensão é possível explicar o mecanismo geral de funcionamento de uma gramática. Pela composição e agrupamento em tabelas é

²⁵ A noção é introduzida por J. Goody (1977).

possível aproximar “propriedades dispersas no aparecimento normal dos fenômenos lingüísticos sob forma de discursos lineares” (p. 81) Para a gramática, o fundamental da escrita não é então uma mera questão de liberar a memória, “muito ocupada” em sociedades ágrafas. Como ensina Auroux, para efetuar a operação de construção de uma classe não basta memorizar uma lista com as posições necessárias: é preciso *considerar ao mesmo tempo* a lista e suas partes, o número de ordem dos elementos nas partes e o das partes na lista. É preciso mais de uma dimensão, a bidimensionalidade do espaço plano da escrita.

As seqüências lineares espacializadas pela escrita permitem-lhe construir a bidimensionalidade de um outro modo: a lista está diante dos seus olhos, você pode percorrê-la, saltar seus elementos, contá-los, numerá-los etc. Isso se tornou possível por que você não está dentro da linearidade da lista, situado em um de seus pontos, como o está quando você recita. Dito de outro modo, você utiliza ainda uma vez duas dimensões, uma das duas dimensões naturais do espaço plano (sua escrita pode ser horizontal ou vertical) e a terceira dimensão do volume. (p. 82).

*

Nosso trabalho alarga a noção de instrumentos lingüísticos e inclui outros artefatos; materiais didáticos, por exemplo. Como se observa mais adiante, é fundamental trabalhar com a diagramação da “linearidade enunciativa”. Mas o trânsito do processo analítico por essa dimensão procura vedar a entrada de qualquer forma de

diagramação dominada por teorias da sintaxe tomadas pela compreensão da linguagem nos “limites do logicamente possível”, posições grafocêntricas.²⁶

Nessa direção, na última seção do capítulo, A arquiescrita e a diferença, o autor traz teses filosóficas de J. Derrida (1967). Diante da preocupação do filósofo em compreender por que a linguagem pode existir sob a forma escrita, Aurox argumenta: “A linguagem não se identifica com substância ou acontecimentos físicos determinados, mas como o precisa Saussure, com formas (...) Há possibilidade de transposição, quer dizer de mudança de substância, porque a substância não é essencial na linguagem.” (p. 88). Derrida toma a concepção saussuriana dos elementos lingüísticos como sistema de diferenças, mas a supõe como uma “síntese originária”, um “traço puro”, condição para a articulação da fala com a escrita. Aurox contrargumenta com Saussure pela noção de valor.

Por essa orientação, evitamos então o erro grave de explicar as causas pelos efeitos ou seja:

tomar um artefato tecnológico como a explicação, ou até como a natureza, de um fenômeno do qual ele é o resultado ou o produto. Podemos representar o efeito das forças naturais com o auxílio de mecanismos técnicos como as polias e as alavancas. Seria loucura imaginar o fundo das coisas constituído de polias e de alavancas. Pode-se perguntar a justo título se Chomsky e os cognitivistas não cometem o mesmo erro que Derrida, quando identificam o mecanismo de produção da fala humana aos algoritmos que os gramáticos escrevem.

²⁶ São basicamente os modelos da chamada “sintaxe estrutural” e/ou “transformacional”. Ver, p.ex., Borba (1979).

Em resumo: nosso trabalho redefine então as possibilidades da escrita para uma concepção material da linguagem, considerando a constitutividade dos efeitos de sentido nos processos de fixação e objetivação da linguagem, a bidimensionalidade, o espaço plano, a geometria. A formalização-literalização, a técnica de generalização: o acesso a um pensamento simbólico. O simbolismo pela substituíbilidade dos signos, propriedade intrínseca da linguagem e os efeitos de sentido que passam por especificidades sinópticas das formas constitutivas das relações linguagem/razão gráfica.

*

Com Guimarães em seu *Semântica do acontecimento* (2002 pp. 11-31), já no capítulo de abertura - Enunciação e acontecimento – em sete pontos fica posta uma configuração teórico-analítica. Ao atravessá-la, o processo dessa nossa pesquisa, o fez selecionando três momentos que nos permitem dizer da intervenção da escrita como decisiva na enunciação: projeção, sobreposição e integração de sentidos.

2. 3. Projeção de sentidos: espaço para temporalização específica (o acontecimento enunciativo, anterioridades estruturantes)

A noção de acontecimento de linguagem é compreendida a partir da tradição dos estudos enunciativos²⁷ e, especificamente, pelo funcionamento da língua através do simbólico como materialidade histórica. (Pêcheux, 1997). O esboço desse funcionamento vem com a análise da significação em funcionamento no índice de uma revista semanal. O acontecimento é uma diferença produzida pelo efeito de sentido entre locutores. A coluna da esquerda tem de específico o fato de trazer uma

²⁷ Com Benveniste, E. (1966 e 1974) e, sobretudo, com Ducrot, O. (1972, 1973, 1984).

anterioridade que categoriza os espaços da revista, um passado que rememora ao abrigar na coluna da direita o título da matéria com seu número de página. Com essa diferença, vem a abertura de uma “latência de futuro” que projeta sentido ao recortar um memorável: uma “temporalidade específica” (escriturada) para “instruir, indicar como saber tal”.²⁸

2. 4. O simbólico e a existência da sintaxe, o sujeito e o significante, deslinearização e linearidade inconsciente

Desse debate sobre a escrita, parece conveniente passar pela discussão sobre o trabalho de interpretação e nele a constituição do sujeito em relações significantes. Nesse ponto, interessa dizer que P. Henry (1992), em seu *A Ferramenta imperfeita*, dedica-se, no capítulo 2, a situar o sujeito com relação ao significante. Pelo viés lacaniano, como se sabe, com “pressupostos” em Freud e percursos pela lingüística de Saussure e Jakobson, Henry entra pela “tendência a assimilar” a descrição do sonho como o relato de um acontecimento tomado então como um texto. Para ele, há que ser compreendido o que é “indestrutível”, o “desejo inconsciente constitutivo”: o real que se repete, as diferenças, aquilo que Lacan chama de o simbólico:

O simbólico não é a linguagem. Seria preciso dizer sobretudo que a linguagem é simbólico realizado, com a condição de concebê-lo simplesmente como um certo registro de materialidade em que se podem inscrever, materialmente, as

28 A noção de instrução, o autor traz a partir da “teoria polifônica” de Ducrot (1984). Desse ponto, recorrendo à posição da análise de discurso tendo em vista essa divisão, Guimarães nos diz então da diferença entre locutor e sujeito. O locutor é falado pelo sujeito no funcionamento da língua: o sujeito somente o é enquanto tal afetado pelo interdiscurso. Consideramos como consolidada a concepção segundo a qual o sentido forte próprio na e da linguagem fica fora do alcance do indivíduo, justamente pelo fato dele “saber o que diz”. Esse saber funciona pelo interdiscurso (Orlandi, 1999).

relações de significante com significante e não sob a modalidade do verbal. É preciso acrescentar que, se a linguagem é do simbólico realizado em formas e substâncias, estas não têm nada a ver com a identidade simbólica dos significantes (p.164).

Donde em prol de uma concepção materialista, Henry se põe ao largo de oposições (forma e substância – mecanismo e conteúdo). Assim:

A relação entre língua e linguagem em Saussure não é uma simples oposição: é uma relação definida. A língua é uma lei da linguagem enquanto linguagem verbal: não é uma forma nem substância, mas um objeto do conhecimento. Definir a relação do simbólico com a noção de linguagem supõe, contudo, uma outra coisa: o simbólico é aquilo que, na linguagem, é constitutivo do sujeito como efeito (p.165).

Uma mentira ou um erro só podem ser sustentados com a condição de cernirem de perto a verdade. Mais ainda, o desenvolvimento da mentira ou do engodo é uma verdadeira realização da verdade que eles encontram a cada esquina e que devem evitar (...) isso abriga a possibilidade de que a verdade surja de certo modo por erro sobre o erro (p.167).

Como parte desse percurso sobre o trabalho de interpretação, Henry traz (pp. 171-172) uma interpretação do que significa a “frase”: “vejo o livro diante de mim” vinda em uma citação de uma carta de um amigo que “aparece” em sonho de Freud.

Como a “frase” vem endereçada a Freud, na reflexão freudiana ela é um outro que representa “ao mesmo tempo” ele próprio.²⁹

Dessa reflexão, e do senso comum em que o eu (je) é designado como aquele que fala e a ilusão do indivíduo como fonte dos pensamentos, posto que a linguagem subverte a função do imaginário no homem, Henry chega à questão que toca o interesse da pesquisa: a existência da sintaxe.³⁰

A ilusão pela qual nós nos pensamos como fonte dos nossos pensamentos, das nossas palavras e dos nossos atos tem qualquer coisa a ver com a sintaxe. Para ser preciso, com a existência da sintaxe (p. 172).

Depois de enumerar certas “faltas” da imagem em relação à linguagem, ele conclui que “imagem supõe linguagem porque a relação da imagem com o que ela representa, enquanto coisas distintas, supõe a realização verbal do simbólico” (p.173). É aí então que o que ele chama de “primado do simbólico”, que exerce seus efeitos estruturantes sobre o sujeito por “desejo inconsciente”, essa pesquisa toma como o histórico enunciativo.

A confusão do *eu* no sonho da monografia botânica retorna para argumentar que o que se significa na redação do *traumdeutung* é operado por essa confusão. A barra que

²⁹ Parece pertinente trazer mesmo que de forma lateral a imagem que aí se constrói na frase “vejo o livro diante de mim” e que se liga a um debate sobre a “história do livro” de onde essa nossa reflexão deve fazer um esforço de esquiva a toda relação sujeito/texto se dê de forma objetual. Mas não deixa de interessar, p.ex., como os desdobramentos dos modos de historiar, de relatar fatos jogando com procedimentos historicamente literários.

³⁰ No capítulo anterior, vimos que essa questão do eu na linguagem aparece como demarcador histórico do território político enunciativo: o moderno, o científico, a lingüística em processo de institucionalização. Os sentidos da circulação do “eu” em trabalhos acadêmicos, sobretudo no que estou chamando textos de borda, discute a materialização do eu. Em Bueno, ao falar a respeito da linguagem os sentidos deslizam para um lugar em que significam o *eu* como *um fora* da comunidade acadêmica. O deslocamento significante nos títulos de diferentes obras e edições: Filologia; filologia e lingüística; lingüística e filologia; lingüística. Como parte da constituição do espaço enunciativo

separa o significante do significado é a “marca da inadequação do imaginário ao objeto no homem”: é uma distinção, uma discordância” (p.176). “No nível do eu-ideal, o Outro parece abolido, o outro é sempre um outro, isto é, um objeto ou um indivíduo”. O desdobramento da forma-sujeito em uma articulação da forma-sujeito individual à universal.

Situando-se no nível da existência da sintaxe, Henry (p. 179) vai em busca de efeitos simbólicos no nível da frase, ou melhor, nas relações significativas entre elas: “um desdobrar da frase”. Assim em:

- « j’ai rapporté le livre ».

- « j’ai rapporté le livre que j’avais emprunté livre »,

- « j’ai emprunté le ».

Ele descreve, com um “notar-se-á”, essa relação como uma **deslinearização**, quer dizer, “no deslocamento da frase a identidade do sujeito da enunciação presente sob o sujeito do enunciado não é mais assegurada” (p.180). Procurando nuançar a noção de linearidade, ele trabalha com o “eixo da metonímia”, “linearidade do discurso”, “a cadeia discursiva”, “o nível do discurso comum”, “o nível da seqüência significante - englobando emissor e receptor”, “a possibilidade da linearidade”, “a existência da sintaxe”, “a metáfora é perpendicular no deslocamento ao longo da seqüência significante”, “a comparação pertence ao declínio da metáfora”, quer dizer, é “uma projeção da metáfora sobre o eixo da metonímia”. Na descrição do funcionamento dessas relações, ele opera com certo sentido de “precedência” em que “x parece supor y” e é nessa “escala” que o simbólico exerce seu primado constitutivo e estruturante do sujeito.

O que sustenta essa identidade é a linearidade do discurso (...) não confundida com o eixo da metonímia. O desdobramento da forma sujeito em uma articulação forma-sujeito individual e uma forma-sujeito universal (idem).

Se os retóricos reconhecem no vínculo entre o substituto e o substituído na metonímia, uma relação necessária, de causa e efeito, da parte com o todo, é que a linearidade que define, no nível do discurso comum, a ‘seqüência do significante’ não é qualquer linearidade, mas aquela do discurso de um sujeito universal ou, pelo menos, de um sujeito considerado como englobando o ‘emissor’ e o ‘receptor’ (p.180).

A subversão da função do imaginário

À pág. 183, vem a título de conclusão do capítulo a discussão sobre o sujeito da ciência, a forma-sujeito específica, a psicanálise e o materialismo histórico no campo das ciências. A reflexão sobre existência da sintaxe tem como ponto alto a questão da deslinearização. É um lugar delimitado por movimentos de reinflexão, de recolha na escrita.

2. 5. A escrita como ameaça (a dimensão política); espaços discursivos lógico-disjuntivos

E aqui já é inevitável então a entrada do político como movimentação contraditória de sentidos que “afirmam a igualdade pela divisão normativa desigual do

real”. Preciso compreendê-lo em face dos efeitos de sentido da diferença própria da escrita, sua intervenção que “dá a saber” uma margem, com ela dimensionada, como “lugar social autorizado”. E isso implica a entrada de toda uma papelada investida de sentidos, diria Barthes:

O álibi da linguagem constitui ao mesmo tempo intimidação e glorificação: realmente, é o poder ou o combate que produzem os tipos de escritura mais puros (...) encontrar-se-á pois em toda a escritura, a ambigüidade de um objeto que é ao mesmo tempo linguagem e coerção; há no fundo da escritura uma “circunstância” estranha à linguagem, há como que o olhar de uma intenção que já não é mais a da linguagem (p. 128)

Quer dizer, há uma dimensão em pleno espaço enunciativo que é “residência fixa” adquirida pela escrituração: “vale o que consta nos autos”.

Esse olhar pode ser a ameaça de uma penalidade, como nas escrituras políticas: a escritura encarrega-se de reunir de uma vez a realidade dos fatos e a idealidade dos fins (pp. 127-128)

O poder ou a sombra do poder acaba sempre por instituir uma escritura axiológica, na qual o trajeto que habilmente separa o fato do valor é suprimido no próprio espaço da palavra dada ao mesmo tempo como descrição e como julgamento. A palavra torna-se um álibi (isto é, um alhures e uma justificação). Isso que é verdadeiro para as escrituras literárias em que a unidade dos signos

se vê constantemente fascinada por zonas de infra e ultralinguagem, o é ainda mais para as escrituras políticas nas quais o álbi da linguagem constitui ao mesmo tempo intimidação e glorificação: realmente é o poder ou o combate que produzem os tipos de escritura mais puros (p. 128).

2.5.1. Disjunção histórica

Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*³¹, na segunda seção do texto, “Ciência, estrutura e escolástica” (Pêcheux, 1983, p.29-42), vem uma severa crítica à suposição do real como um sistema estrutural que é a marca de históricos projetos de saber de aparência unificada: “Um lugar que não pode ser outro porque há coisas muito gerais às quais não se pode contrapor posto que estão fora do querer individual ou coletivo, imperiosas forças históricas”, sobretudo quando se trata da exposição à língua.

Na relação objeto/discurso entram técnicas de gestão social dos indivíduos constituindo um espaço jurídico e político marcado pela coerção geral por uma série de evidências lógico-prático-disjuntivas bipolarizada, fazendo funcionar a proibição da interpretação por uma cobertura estabilizada e homogênea para regiões constitutivamente heterogêneas do real. É o espaço jurídico-político marcado pelo desejo universal de um “mundo semanticamente normal”. Esta necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber: *ciência régia*, unificadora das coisas a saber; momento antigo – *a escolástica aristotélica* - categorias que estruturam a linguagem e o pensamento, o *organon* de toda a sistematização; momento moderno contemporâneo – rigor positivo, ciências exatas, método hipotético-dedutivo experimental; momento da ontologia marxista – leis

³¹ *Discurso: estrutura ou acontecimento?* (1983), trad. p/ a português (1997).

dialéticas da história e da matéria. A crítica feita por Pêcheux diz respeito à entrada, nesse projeto, da mesma estrutura da falsa aparência da homogeneidade lógica;

E essa crítica reside justamente no detectar da insidiosa entrada dessa suposição do real como sistema estrutural denegando a história como disciplina de interpretação. Propõe então deslocar a produção do conhecimento do campo galileano, trabalhar as coisas a saber a partir do próprio da história: a interpretação.

2.6. Sobreposição de sentidos: regras administrativo-funcionais, hierarquia entre as peças; espaço político-enunciativo

O político é apresentado pelo embate entre a distribuição desigual do real: a categorização dos deveres em regras administrativo-funcionais (escrituradas), para as quais a afirmação de pertencimento “dada a saber” pelo que é consignado, por exemplo, na “Declaração Universal dos Direitos do Homem” pode não fazer sentido. É uma contradição que instala conflito no centro do dizer; ação política (escriturada) na sobreposição dos sentidos. E na relação com o Estado, a política de língua é para regulação, resistência, divisão na disputa entre línguas. Espaço onde uma “deriva em outras”, onde há “impedimentos para certas construções” na relação entre elas. São limites que constituem a divisão enunciativa. Nessas relações, assumir a palavra é ser “agenciado em configurações” que particularizam os espaços constituídos pelos dizeres próprios do lugar social autorizado em uma cena enunciativa. E nessa ambientação, a intervenção da escrita é fundamental pelo fato de ser parte constitutiva do “agenciamento” legitimador (Guimarães, 2002).³²

32 A noção de agenciamento da enunciação o autor traz a partir de Deleuze e Guattari (1980) que retomam Ducrot (1972).

2.7. Os sentidos na paginação

Esse método de compreensão da disposição das materialidades é relevante em Febvre: “Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee. In: Combats pour l’histoire. Paris, Armand Colin, 1953. p. 119-43; trad. bras. (1992, pp. 130-155). Desse texto é fundamental a lição que tiramos a respeito do modo de considerar o “aparecimento do livro” objeto do estudo enquanto material específico, o volume:

Tudo isso posto a parte, resta este balanço de 1. 300 páginas de texto que acabamos de resumir, bem ou mal, em cerca de vinte páginas – e cujo conteúdo original se reduz, finalmente, a três ou quatro teses” (p. 148).

A consideração do fato qualitativo, atento ao que é efetivado na paginação, tendo em vista o que significa o dado quantitativo, : “Toynbee consagra quarenta páginas a fazer a apologia, não do mas de seu método ...consagra nada menos que 22 páginas ao combate dessa tese ... tanto esforço e tantas páginas”. Preciso aqui considerar então esses gestos de leitura como reflexões a respeito dos efeitos das materialidades do/na textualização.

2. 8. A fala da voz muda ou “O relato fundador”

Em J. Rancière, *Os Nomes da história: um ensaio de poética do saber*, temos o ensaio “O relato fundador”. Neste capítulo, o autor traz “o principio do novo relato, do relato que não é um e convém assim ao acontecimento não acontecimental”, traz “uma

nova história das coisas é possível com a única condição de comportar-se bem sobre a realidade dos nomes e muito particularmente desses nomes que sucedem ao nome...” (p. 52). Para ele, “os escritos são por si mesmos o acontecimento do aparecimento da pátria, a constituição de uma memorialidade e de uma historicidade novas” (p.53). “Eles transformam o dito, sempre já dito, sempre efeito e fator de anacronismo, em visível. E este visível mostra o sentido que a palavra não conseguia exprimir” (p. 54). Para tanto, uma sofisticada operação precisa entrar em operação:

Os falantes não falam nunca em vão. Sua fala é sempre plena de sentido. Simplesmente, eles ignoram este sentido que os faz falar, que fala neles. O papel do historiador é de liberar esta voz. Para isto ele deve anular a cena em que a fala dos pobres desdobra seus acentos cegos para levá-la à cena de sua visibilidade. Ele deve levá-la ao silêncio para que fale a voz muda que se exprime nela e para que esta voz torne sensível o verdadeiro corpo ao qual ela pertence. (p. 55).

É preciso encontrar “o lugar” e “É Michelet com efeito que opera esta revolução pela qual o relato do acontecimento torna-se o relato de seu sentido” (p. 56). Pois “Não há, nós o aprendemos, ciência senão do escondido. E a produção deste escondido é uma operação poética essencial a constituição do saber histórico” (p. 60). E para concluir esses ensinamentos consideremos que:

Para além de qualquer questão de “pedagogia”, o que se enuncia é uma disjunção radical: seguir o logos segundo o qual se constituem um objeto de história e sua interpretação científica impede que se escreva um livro de

história inteligível. O historiador escolhe, pois, a solução ‘mais’ sábia: expor primeiro as estruturas – a ordem do espaço – antes de abordar o tempo da conjuntura (p. 93).

2.9. Polifonia e integração dos sentidos: enunciação não-segmental. (a deriva: a diferença como o próprio do sentido; não a identidade).

Integração (não segmental) dos sentidos

Nesse ponto, retornamos a Guimarães (2002). Para discutir as relações entre enunciação, reescritura e textualidade, o percurso inclui Benveniste (1966, pp. 127-140) em “Os níveis da análise lingüística” que propõe evidenciar a relação entre dois movimentos analíticos: a) descendente (nível inferior – o da palavra) - procedendo pela segmentação e substituições (admissíveis, possíveis), considerando o conjunto do meio em que se apresenta a unidade lingüística e, como se sabe, pensando relações sintagmáticas e paradigmáticas, chega a distinguir duas classes de elementos mínimos: o nível fonemático (ao mesmo tempo segmentáveis e substituíveis) e em seus traços distintivos, o nível merismático (apenas substituíveis e, portanto, não constituem classes sintagmáticas, apenas paradigmáticas). Tendo em vista esse “fim da linha descendente” e o interesse pela condição lingüística dessa relação, o analista aponta suas unidades fonemáticas em direção a “porções mais longas da cadeia lingüística” na tentativa de, a partir delas, “delimitar uma unidade superior que as conteria”. Movimentando-se pelo que chamou de “exaustão lógica”, tomando um exemplo, dentre as combinações possíveis, apenas “duas porções” aparecem na cadeia considerada, mas suas realizações incluem dois fonemas em comum. E o critério (rejeição/eleição) entre as porções para

que a forma obtenha *status* lingüístico recai na condição fundamental: o sentido. Ou seja, é preciso “ir a uma unidade mais alta do nível superior que o contenha”: o morfema, o signo, a palavra que tem então uma função intermediária de “dupla natureza”: no abrigo dos fonemas e, com seus pares, na unidade superior, a frase; e b) ascendente (nível superior – o da frase) - ao voltar o olhar para a “passagem da palavra à frase”, é fundamental destacar que a análise benvenistiana estabelece que “na prática, a palavra é encarada sobretudo como elemento sintagmático” em uma “progressão que parece linear” e que “as relações paradigmáticas têm menos importância”.

Nesse entender do sintagmático como empírico, Guimarães dedica-se ao que chamou de relações integrativas. Assim, pelo modelo da “função proposicional” de B. Russell, *X* é um signo, porque é possível identificá-lo “preenchendo uma função como parte integrante” em uma unidade de nível superior do tipo *X* de *Y*. Para ele, as relações aparecem em formas dissociativas na direção descendente ao limite do “merisma” que não comporta nenhum constituinte de natureza lingüística; e, como sentidos integrativos na direção ascendente, o limite superior é a frase. Ou seja: forma e sentido. O sentido de uma unidade na língua é “o fato de que ela tem um sentido” e o identificamos por sua “capacidade de exercer uma ‘função proposicional’”. Enumerar as funções que ela “está apta a exercer” é condição para estar em posição de dizer se uma unidade “tem um sentido ou não”.

Nesse ponto, Benveniste se afasta do âmbito linear e abre espaço para falar em “sentido implícito (inerente ao sistema lingüístico), em “locutores nativos, uso e manejo correto da língua” e, por fim, em enunciado (e seus termos) como “portadores de um “referendum”. Isso para dizer da distinção entre “sentido” e “designação” e de sua associação ao nível da frase. Para ele, o que “determina esse tipo de enunciado” não é o

número de signos, nem a “presença de um sujeito”, nem a sintaxe que “apenas organiza a disposição”, seu caráter distintivo é o predicado. E o fato da proposição não conter unidades distintivas impediria a frase de “entrar como parte numa totalidade de ordem mais elevada”.³³

Redimensionando o “movimento integrativo” que dá sentido a uma unidade lingüística, compreendendo-o não apenas nos limites do enunciado, mas na dimensão do texto, do acontecimento enunciativo, Guimarães entra pela questão da designação não como “associada ao sentido na frase”, mas observando que “determinado elemento da língua (um nome) além, digamos, de “possuir uma propriedade”, de “ter um *referendum*”, traz constitutivamente o “agenciamento enunciativo específico da nomeação” no *modo* de nomear e substituir um nome na textualidade. O que interessa então é o “*como* um nome está relacionado pela textualidade com outros nomes ali funcionando sob a aparência da substituibilidade” produzindo a reescrituração.³⁴

A noção é compreendida pelo movimento de sentidos que vem justamente com os efeitos da “falta de relação unívoca entre pontos”, uma relação “não segmental”, “por sobre as fronteiras dos enunciados”. São “pontos de deriva dos sentidos próprios da textualidade”. O sentido é então a diferença que se produz justamente entre pontos

³³ Para argumentar essa posição, o autor conclui que, ao contrário das unidades de nível inferior, a frase sai do domínio da língua como sistema de signos e entra no universo da “língua como instrumento de comunicação, cuja expressão é o discurso”. Isto significa pensar a frase como aprendizagem na relação sentido/referência de situação pelo “exercício incessante da atividade de linguagem” e à medida que “o sistema se lhe tornar familiar...destacará uma “noção totalmente empírica do signo no seio da frase”: unidade mínima a ser “reconhecida como idêntica num meio diferente, ou de ser substituída por uma unidade diferente num meio idêntico” (p.140).

³⁴ Para argumentar essa noção, retoma a análise que fez em “Os sentidos de Cidadão no Império e na República no Brasil” (1996) do *os* no texto da Constituição do Império do Brasil na seqüência: “São cidadãos Brasileiros (...) 1º Os que no Brasil tiverem nascido...”. Tendo em vista a interpretação anafórica, parafrasticamente, o texto entra em contradição: “São cidadãos brasileiros: os cidadãos brasileiros que no Brasil tiverem nascido”. Daí, diz o autor: “o *os* é anáfora de cidadãos. Isto leva à seguinte paráfrase (...) ‘são cidadãos: os cidadãos que no Brasil tiverem nascido’. Ou seja a anáfora toma como antecedente do anafórico o termo que, no decorrer de todo o texto, só aparece com a determinação, não incluindo no entanto, a determinação. O funcionamento da anáfora desfaz a determinação. Por esta anáfora então o texto significa a categoria do ‘cidadão’, embora, de modo geral, o texto da Constituição expresse a categoria do cidadão brasileiro”. (p. 40).

para o “estabelecimento de identificação”. O próprio do sentido é o “fazer-se como diferença”.

Para Pêcheux (1982) em “Lire L’archive Aujourd’hui” ³⁵ e em “Délimitations, retournements et déplacements” (1982) ³⁶, todo enunciado é “lingüísticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar a interpretação. Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo portanto suscetível de tornar-se outro” (p. 60).

Interessa para esta pesquisa que no funcionamento da “inscrição do sujeito nas redes de significantes, o duplo da função–autor, o efeito-leitor está constituído Materialidade do texto”. Por exemplo, na segunda parte deste trabalho, analisamos a “Questão da língua do Brasil” em Casa Grande e Senzala (1933). O efeito-leitor materializa no texto o lugar de espera e, nesse lugar, a escrita, a colonização: a gramatização. O trecho do capítulo em que a questão aparece é imediatamente antecedido por uma mudança na enunciação. E isso se dá sob o efeito da possível pena de não ser entendido, de parecer estranho, de ser “fora do lugar”. Para que isso não ocorra, os sentidos se refugiam na escrita. E isso se materializa textualmente: há sempre um *entretanto disjuntivo* no caminho, ou melhor, pontos de deriva! Operando com uma leitura investida pelo ponto de vista histórico, a questão é compreender o acontecimento em uma ruptura enunciativa e com ela uma mudança na constituição dos sentidos.

Também em Pêcheux (1997), da seção III. Ler, descrever, interpretar (pp. 43-57) interessa considerar algumas exigências fundamentais para um modo específico de trabalhar materialidades discursivas: “O reconhecimento de um real específico sobre o qual ela [a descrição] se instala: o real da língua” (p. 50).

³⁵ In: Archives et documents, 2, St. Cloud. Trad. Bras. In: Gestos de Leitura, ed. Unicamp, 1996.

³⁶ In: L’Homme et la société, n. 63-64,

Isso obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e forma de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais” (p. 51).

2. 10. Versão e textualização: discurso e texto

Ao discutir “os efeitos da leitura na relação discurso/texto” E. Orlandi (2001, pp. 59-71) traz o problema do “real sujeito à interpretação”, a relação dos processos de ensino e aprendizagem com a memória discursiva ou interdiscurso por filiação a redes de memória. Aí, citando Pêcheux:

Filiamo-nos a redes de sentidos em um gesto de interpretação, na relação com a língua e a história, e em que trabalham a ideologia e o inconsciente ... há um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que , no entanto, existe produzindo efeitos (M. Pêcheux, 1990). (pp. 59-60).

Para a autora,

A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo, o lugar da falha, do equívoco. Como já tivemos ocasião de referir, para Pêcheux (idem) todo enunciado é ‘lingüisticamente descritível como uma série

de pontos de deriva possível oferecendo lugar a interpretação. Todo enunciado está intrinsecamente exposto ao equívoco da língua, sendo portanto susceptível de tornar-se outro'. Esse lugar do outro enunciado é lugar da interpretação. E é porque há o outro nas sociedades e na história, segundo Pêcheux (ibidem), correspondente a esse outro linguajeiro discursivo, que aí 'pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes'(pp. 60-61)

Desse ponto de vista, o discurso é constitutivamente heterogêneo e o “todo” do texto, como um fato de linguagem, não está demarcado em sua linearidade fechada, em seu começo/meio/fim, mas no seu caráter de incompletude. E essa incompletude é lugar de entrada de outras vozes discursivas. Com isso vem então a possibilidade da análise orientar e ser orientada por recortes em seqüências lingüístico-discursivas de textos empiricamente distintos.³⁷ E essa concepção de texto, que redundando em gesto teórico-metodológico, eleva a possibilidade do trabalho com o real da materialidade discursiva onde não há texto original, mas versões.

De qualquer sorte, como espero, é possível entrever que a empreitada da pesquisa irá assumir o risco de considerar sobretudo nos capítulos da segunda parte, certa linearidade gráfica.

³⁷ São as noções de leitura enquanto gesto de interpretação e de texto enquanto incompletude em Orlandi, E. Interpretação. Petrópolis, RJ, Vozes.

2.11. A ressonância interdiscursiva

Para finalizar, o processo analítico trouxe a ressonância interdiscursiva que aparece em construções de representações, lugares demarcados para a constituição do sujeito na linguagem:

- a) Itens lexicais presentes no discurso como equivalentes ou sinônimos ou itens com a mesma raiz;
- b) Construções lingüísticas parafrásticas, e
- c) Estratégias discursivas, recorrentes modos de dizer para a representação de referências no discurso modos de dizer recorrentes no discurso (tais como, por exemplo, expressar recorrentemente agentes explícitos ou definir a referência também afirmativamente ou negativamente).³⁸

*

Atentos a esse percurso teórico-analítico, vemos que sentidos específicos da escrita são centrais nos momentos decisivos. Por isso devemos examinar:

- a) Anterioridades estruturantes:
 - categorizam os espaços em dado “volume”, dado “artefato de escrita” ... Um livro.
 - rememoram um passado ao abrigar os sentidos do “novo no mesmo”.
 - produzem efeitos de sentido entre locutores e, com eles, a projeção de sentidos.

³⁸ Essa especificação da construção material das ressonâncias foi elaborada pela Prof. Dra. Silvana Serrani-Infante em Texto apresentado no 7th International Pragmatics Conference, Budapeste, 2000. “These recurrences in textuality or intertextuality lead to the building of discursive representations of the major meanings. To present results of the studies quantitative observations will be made, even though the emphasis was on discursive meaning, which is obviously of a qualitative nature”. Esse trabalho encontra-se no prelo da revista DELTA, 200.

b) A sobreposição dos sentidos tendo em vista o caráter das **regras administrativo-funcionais** que inclui a entrada de papéis indispensáveis ao longo do processo de publicação, ou melhor, da publicação de um processo histórico nas edições de uma determinada obra. (Há uma temporalidade aí instaurada pela constituição do novo no mesmo com a “inserção de papéis”, a intervenção da escrita tendo em vista os textos que vão sendo acoplados às edições e a hierarquia entre as “peças da escrituração”).

Tendo em vista essas categorias do conhecimento e de análise, passemos então às análises propriamente ditas.

Segunda parte

CAPÍTULO 3

Uma outra filiação para a língua ou o domínio espanhol em *O problema da língua brasileira* de Silvio Elia

Nesse capítulo retomamos ao livro do professor Silvio Elia *O problema da língua brasileira* publicado em 1940, com nova edição em 1961 (prefácio de Nelson Romero e o texto “esta edição” do próprio Elia, examinados no capítulo 1). O livro tem cinco capítulos em 180 páginas. Como, de nossa parte, não há uma fórmula a ser aplicada nas operações de análise, a não ser o funcionamento em espiral do “centro fluido mobilizador”,³⁹ a tarefa do analista é então centrar a atenção nos efeitos de sentido da 2ª edição, do novo no mesmo, priorizando: a) a relação com a interface, a escrita, o impresso e, mesmo (o espaço na mancha negra), ou seja, a condição de linearidade, com ela, as diferentes regiões: introdutória (teoria) e central (prática); e b) por outro lado, a constituição de diferentes regiões de sentido tendo em vista o acontecimento enunciativo no volume. O que temos a fazer é apresentar um entrecruzamento dessas dimensões através do índice que funciona como instrução (Ducrot, 1984; Guimarães, 2002) no volume e, uma contraposição, através de diagramas lineares que trazem pontos críticos nos processos enunciativos descritos então enquanto tais. Lembrando que além dessas duas dimensões vem justamente o fato da projeção de sentidos pelo efeito entre locutores com a chegada da 2ª edição.

Para considerar as duas diferentes regiões do volume (a introdutória, de preparação teórica e a região central dedicada ao objeto) façamos uma intervenção no índice, trazido à página 181. Vejamos:

³⁹ Aqui é importante acolher o procedimento com Pêcheux (1997).

ÍNDICE

Região Introdutória

Prefácio	9
Esta edição	15
Como se tem feito lingüística	19
As novas correntes	39
A natureza do fato lingüístico	63

3. 1. Documentos para o processo de institucionalização

O capítulo de abertura vem com o título “Como se tem feito lingüística” (pp. 19-38). Apesar da presentificação aí marcada - sentido fundamental no processo - essas páginas historiam estudos da linguagem, “desde a alta antiguidade” época em que “os fenômenos lingüísticos despertaram a curiosidade dos povos”. Os povos entram pois para significar a autoria: “Os Hindus são particularmente famosos pelos estudos que dedicaram aos sons (...) entre os Gregos a ciência da linguagem só foi estudada filosoficamente (...) Os romanos se apoderaram desses trabalhos e transmitiram-nos aos povos da Europa” (pp. 19-18). Ou seja, a enunciação traz um tratamento para a história dos estudos lingüísticos que respeita preponderantemente certa cronologia de longa duração, um percurso que vem da Antiguidade, Idade Média e o preponderante é a rivalização dada a saber pela relação geografia-povo (gregos, romanos).

Essas relações são trazidas por sentidos dominantes nessas materialidades na direção do embate: “o desejo de **reagir** dentro da especialidade que elegêramos, contra o naturalismo” (p15). A partir da renascença entram as autorias, mas na relação com

“nacionalidades” e “escolas” e o tempo histórico secular. E o que vem nesse percurso é o acirramento dos sentidos de “embate” e “reação”: “**A reação**, porém, devia surgir dentre os povos que não tinham razão para tanto venerarem o modelo latino, digamos os anglo-saxões e os germanos”(p.22). “Para que esses novos estudos pudessem **fazer valer a sua superioridade** sobre os antigos, era necessário desenvolver uma nova teoria, que substituísse a da gramática clássica” (p. 25) “Por outro lado, **em reação** ao método lógico introduz o método comparativo, anunciando já **o método** histórico que virá a ser **dominante**” (p. 27).

O capítulo seguinte “As novas correntes” (p. 39-61) traz mais fortemente os sentidos de escolas, correntes lingüísticas. Desse lugar de onde a rivalização do domínio dos estudos entra em processo de “afunilamento”, no sentido de que o sujeito vem em uma filiação histórica dos estudos, um lugar de “domínio público” a que se presta o capítulo anterior, e sua constituição tem foco no deslizamento gradual para a instância autoral nas relações por obras / idéias lingüísticas. E como esses capítulos aparecem pelos sentidos de uma “necessidade para compreender a posição do autor frente ao problema da língua”, essa relação (obras / idéias lingüísticas) já aparece em primeiro plano entre poucos pares (autores). O que, digamos, é um percurso próprio do fazer história geral dos estudos da linguagem, sobretudo quando já se tem um determinado fim, qual seja, nesse caso, defender um ponto de vista sobre “a questão da língua”.

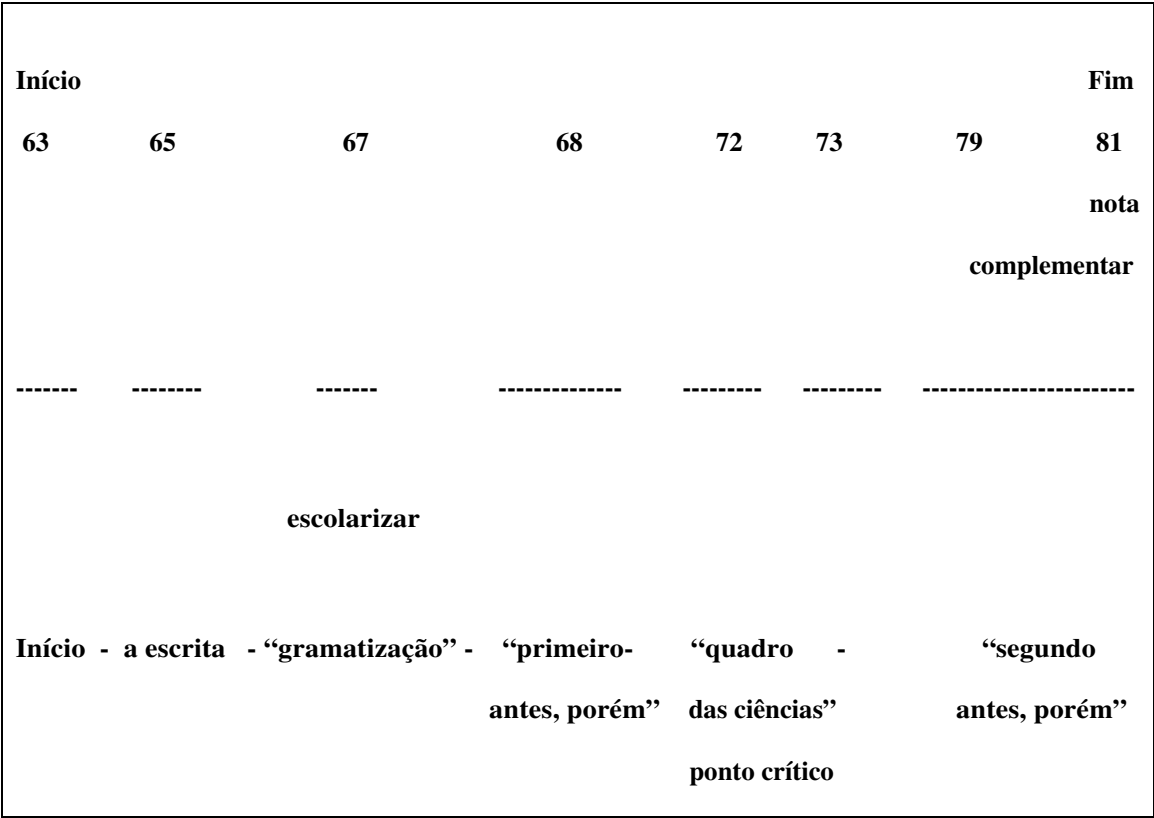
Em resumo: afora a movimentação de sentidos, esses dois primeiros capítulos estão aí postos como documentos do processo de institucionalização, como parte das condições de produção da lingüística enquanto ciência da linguagem. Não é que esse lugar autorize o dizer em face objetiva da argumentação, ou seja, não é uma questão ideacional; a autorização é de ordem agenciativa (Deleuze, G. e Guattari, F. 1980, Guimarães, idem) isto é, é uma questão institucional. De tal modo que essas formas nos

levam então a buscar compreender relações de sentido em certas faltas, ou formas elípticas, na disposição das partes do volume: capítulos e seções. Não há uma introdução que explicita tais relações entre as partes. Os dois textos de abertura não levam a tais relações. E nessa direção, o capítulo seguinte é decisivo. Vejamos pois seus pontos críticos.

3. 1. 2. A escrita para os domínios das ciências

Diagrama linear do capítulo A natureza do fato lingüístico (pp. 63-81)

Fig.



Logo de saída é preciso considerar que a direção apontada pelo título traz efeitos de sentido da unicidade que por definição vem com o artigo “A natureza do fato lingüístico”. Imediatamente, para (re) situar “o lugar da língua” junto às

ciências (Sociologia, Lingüística (de x, de y), Lógica, Biologia) em relações regradadas, os sentidos deslizam da noção de fato lingüístico para a de fato social e o saber aparece como único, mas que “unicamente por contingência humana temos de nele recortar diversos domínios” (p. 64), na verdade, essa (re) territorialização é condição de existência das ciências. E o fundamental dessa condição é o caráter material de sua institucionalização, ou seja, a existência específica dessa região introdutória, desses três primeiros capítulos .

Por outro lado, ao mesmo tempo, no jogo político enunciativo, os sentidos deslizam para as relações de “isolamento/ligação”: () “As ciências não se acham, pois, **isoladas** e cada uma delas está sempre mais proximamente **ligada a** um grupo de outras. Relações do Direito, da Medicina, da História, etc., com as demais ciências” (p. 64). Nessa mesma seqüência, a enunciação, por um efeito de interlocução em forma interrogativa, abre espaço na formulação para realizar a entrada, do “senso comum”, por um “acordo prévio” : () “Haverá aí jurista que só conheça o direito puro? Ou historiador que desconheça Cronologia? Ou médico que ignore a Química?” (idem).

Pois bem, à página seguinte, os sentidos institucionais, esse saber dos domínios das ciências, trazidos pelo processo enunciativo no “ao longo das páginas” vem (re) significado, no sujeito, o agenciamento que irá “assinalar para a lingüística um domínio próprio” (p. 65). O efeito dessa movimentação de sentidos é o dar a saber (portanto, existir) desse domínio. Essa existência é aberta pelo princípio da inclusão, da “validação territorial”, porque para o (novo) lingüista, seu objeto é a expressão tal: “quer se faça **oralmente**, nas margens do Araguaia, quer **retòricamente** entre os povos civilizados” (idem). Isto é, a enunciação institucionaliza um saber como domínio pela relação de cada ciência com seu objeto. Com o efeito do gesto de inclusão, a “nova Lingüística” aparece, por essa forma, como a ciência que “estuda as forças criadoras”, “efeitos

estéticos [é estudo expressionista]”. O que estamos chamando de intervenção da escrita vem com o trabalho dos sentidos pela “separação/ distinção” de tais forças pelo par oralmente/retoricamente que já vinha entrando na página por outro par, mas com a ordem invertida: **lógica e expressão**. Por essa divisão, os sentidos deslizam para trazer a as línguas enquanto objeto geral dado a saber como “efeito estético” dividido em linguagem literária (efeitos obrigatórios, conhecimento de estética, recursos de beleza) / linguagem comum (efeitos “não mais sentidos com essa qualidade”, a arte de escrever.”).

É olhar para o capítulo e compreender que a região em que estamos é decisiva tendo em vista o embate que atravessou os capítulos anteriores. É o lugar reservado ao encontro de uma saída para o impasse do “como se tem feito lingüística” e as “novas correntes”. E assim, à página 67, os sentidos deslizam para uma dimensão histórico-civilizacional:

(68) “A civilização é que tem transformado as línguas em meros produtos cristalizados, roubando-lhes assim a vida. O perigo para a língua não é o analfabeto, mas, exatamente, o alfabetizado. Escolarizar uma língua é esclerosá-la” (p. 67).

Nessa dimensão vem por entre a defrontação de sentidos: a escrita. O fato da (o) posição construída está na dimensão do objeto, do fato lingüístico. Um certo efeito contraditório pela negativização que por esses sentidos circula. O contraditório vem com essa desigualdade, qual seja, a escrita é o de onde a enunciação aponta, mas com ela, especificamente, o sujeito guarda relação constitutiva. Note-se que até então o objeto é uma exterioridade. Tanto que se não fosse o título que a edição traz no alto

das páginas ímpares, a região introdutória poderia estar conjugada a outro objeto, “outro livro”. O que estamos compreendendo é que há mesmo essa disputa por território no/para (o) processo de institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil: a Lingüística Moderna. E é o específico dessa disputa que dimensiona o estatuto do objeto nessa região. Em um comentário lateral, a enunciação só vem dar a saber do que é central na obra, já ao final da região introdutória, no capítulo “A Natureza do fato lingüístico” (pp. 63-81) à página 68. É lugar de fronteira entre regiões. O objeto [o problema da língua brasileira] é ali abrigado pelos efeitos de sentido próprios do real do “outro fora do lugar”. Examinemos a localidade:

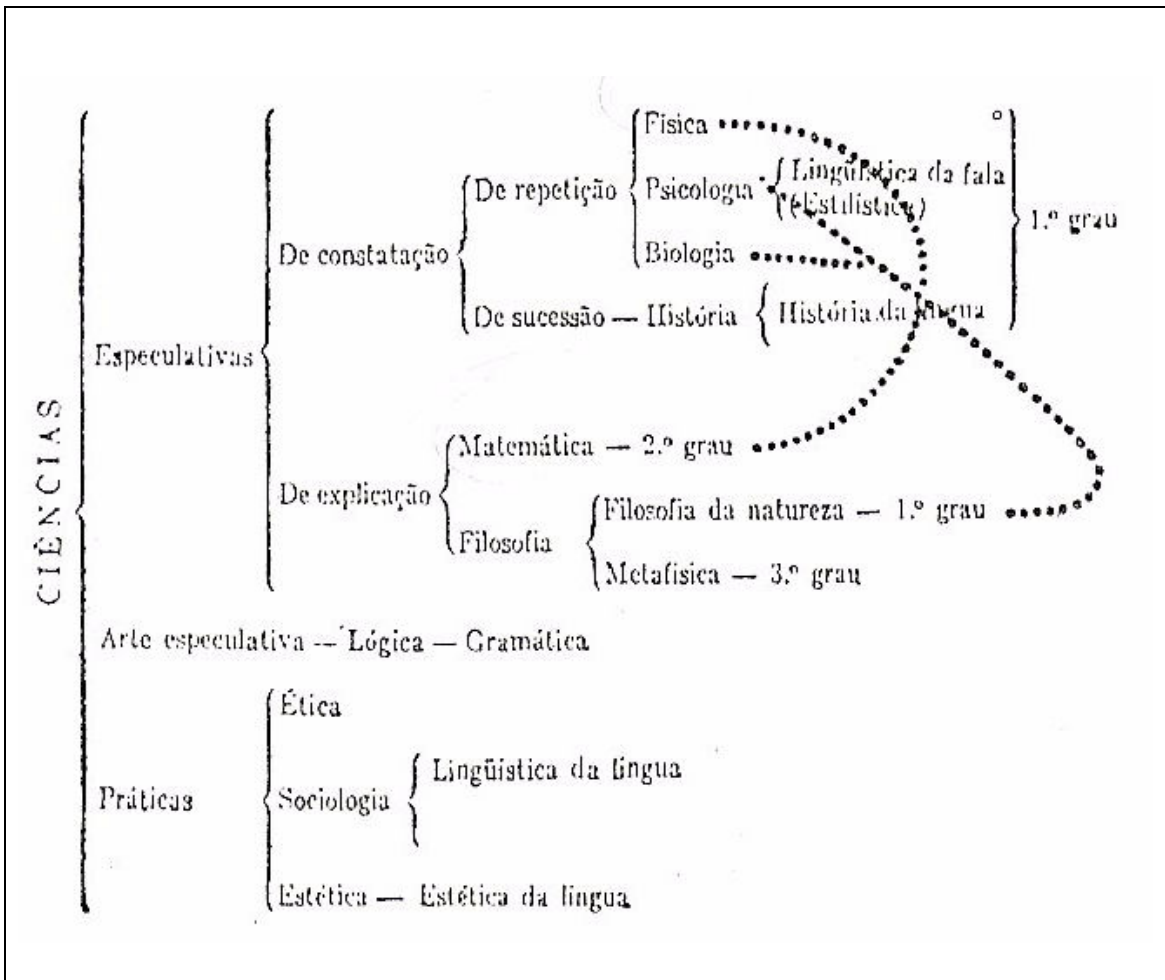
(69) “A separação de todos esses domínios é muito importante. **Por exemplo**, a questão que ora nos ocupa, da existência da língua brasileira, como problema essencialmente de língua é um problema sociológico. Será, pois, junto a esta ciência que **iremos buscar** elementos capazes de esclarecer problema tão debatido”. [e no parágrafo seguinte] “**Antes, porém, iremos**, para sermos completos, **classificar** a lingüística entre as demais ciências” (p. 68).

A operação analítica considerou sentidos de interrupção, de “aparte” com o “por exemplo” que produz essa estreita região de fronteira. Uma abertura de cinco linhas na seqüência enunciativa. Isto é, a enunciação traz, nessa região introdutória, o objeto do livro como de ordem periférica. Quer dizer, o objeto do livro, o “problema” [da língua brasileira] aparece nesse lugar para que dele, enquanto sentidos, se tire um proveito para uma outra questão [de ordem teórica]. O efeito de sentido é o da transitoriedade de uma entrada ilustrativa.

É à página 68 que um primeiro “antes, porém” interrompe a seqüência. Desse ponto aonde os sentidos vão para relações da língua com a escola e deslizam em direção aos sentidos das Ciências enquanto quadro institucional onde o sujeito é constituído. E esse processo enunciativo materialmente falando, precisamente no “ao longo das páginas”, leva a um lugar relevante do ponto de vista do interesse da pesquisa, a intervenção da escrita. À página 72, as ciências [práticas] já aparecem como “ordens ativas”: () “A ética ordena os atos de nossa vontade: a Sociologia ordena os atos da nossa convivência social; a estética ordena os atos de nossa criação artística.”(72). E o lugar primordial que abriga a ciência é a escrita. Nessa direção, a título de “organização, a questão que sensivelmente interessa às operações analíticas dessa pesquisa. O sujeito enunciativo está agenciado para tanto e, assim, o volume abriga um “quadro [gráfico] de classificação das ciências em geral. A enunciação aqui está justamente operando com a bidimensionalidade da escrita tal como a vimos descrita por Auroux (1998).

Vejamos o quadro:

Fig.



O que temos acima é justamente a constitutividade da escrita no sujeito. A interface gráfica diz da cientificidade da documentação e ao mesmo tempo espacializa o próprio processo, inclusive nessa superfície plana. Mais que isso, para finalizar o trecho, ou seja, para chegar ao segundo “antes porém”, onde os sentidos produzem o efeito do encontro de uma saída para o impasse dos capítulos anteriores como parte do processo de institucionalização dos estudos. A enunciação entrará em operações possíveis somente na dimensão da razão gráfica. Por essa classificação gráfica, a enunciação produz um deslocamento da linearidade, e, já fora dessa condição, através de um “comentário” [em três curtos parágrafos], vai a essa instância gráfico-espacial registrar o seu domínio por

“suficiência”, “regulação” e “subordinação”. O fundamental é que esse comentário vem intercalado por específicos sentidos meta[gráfico]enunciativos.

(70) “Nesse **quadro** existem umas **setas tracejadas** que merecem explicação.

É que **as ciências** de constatação, sendo menos perfeitamente ciências, nem chegando a realizar o tipo acabado elo conhecimento científico, **não se bastam** a si mesmas; tendem por natureza às ciências de explicação propriamente ditas e lhes **sofrem** necessariamente a **atração**. Procurando assumir feição dedutiva, devem acabar por **sofrer a regulação** de alguma das ciências capituladas como dedutivas, isto é, a Filosofia ou a Matemática. Êste é um ponto, acrescenta Maritain, que importa nunca esquecer.

No caso do biólogo e do psicólogo, a experiência lhes apresenta dados de certos problemas, cuja solução explicativa não pode vir senão da Filosofia. Por isto **a esta ciência subordinamos** a Biologia e a Psicologia.

A Física, ao contrário, tende para uma explicação dedutiva do tipo matemático. A grande descoberta dos tempos modernos foi mesmo a constituição de uma "ciência média", materialmente física e formalmente matemática.

Essas as razões de ser das **setas tracejadas no quadro** retro”(pp. 72-73).

3. 1. 3. A escrita sobrepondo-se à unidade lingüística

Decorridas essas dez páginas, uma marca gráfica [um traço entre parágrafos] diz do fim de uma seção. Investida por esse processo de institucionalização, um enunciado instaura o (re) começo só então possível pelas condições definidas na história das idéias:

(71) “Com esses elementos, **poderemos agora** entrar na análise da natureza do fato lingüístico” (p. 73).

Os sentidos de “poder” que aí aparecem, se pensados como da ordem clássica das condições “necessárias e suficientes”, ordem da “permissividade”, ou seja, do que é necessário em termos pragmáticos, digamos, para “chegar a x”, “ter acesso a um outro lugar”, não temos o alcance específico no sentido histórico forte. Para tanto é preciso considerar que o espaço [gráfico] ocupado é da ordem do poder institucionalizante da escrita para os “quadros” da ciência. Por isso, nas próximas sete páginas, entram sentidos de um “retorno à distinção”: “conhecimento histórico”/ o “geográfico, a “lingüística da língua”/ a “lingüística da fala” [o “essencial em relação à língua”, sua verdade] e, logo, os sentidos deslizam para a “duração da língua”, os “processos sociais”. Nesse deslizamento entram as “línguas selvagens”/ “povos civilizados” ... “preservação, conservação”, “patrimônio comum”. E, às páginas 75-76, dois marcadores temporais entram para dizer do real histórico: a intervenção da escrita:

(72) “Entre os povos primitivos, **quando ainda não havia** imprensa” não se tinha outro meio para conservar a tradição intelectual ... “**Ainda hoje há vestígios** disso. Não importa que não haja recitadores de tenaz memória. A imprensa e os livros – e mais recentemente as fichas ... – aí estão para substituí-los. Mas, nas escolas, somos iniciados no culto da língua comum e relemos, com gravidade, as mesmas páginas. Pode-se para o português, falar numa religião de Camões” (75-76).

Nessa ordem civilizacional, a escrita sobrepõe seus sentidos como o lugar da “unidade lingüística”, sem que isso apareça em formas declaradas. Mas o efeito do “ainda hoje há vestígios” é parte do silenciamento produzido pela instância da letra. É a intervenção da escrita que realiza o efeito de unidade lingüística que é para onde os sentidos deslizam nesse fim de região introdutória do volume. Para “acentuar a causa social, extra-lingüística, dos problemas da língua”, Elia traz, á mesma página 76, declarações de Antônio Sérgio:

(73) “Portugal, portanto, como tôdas as nações civilizadas do mundo, possui uma língua literária sua - uma língua escrita – *diferente das línguas populares faladas*: é a de Camões, a de Vieira, a de Tomás Gonzaga, a de Herculano, a de Castro Alves, a de José de Alencar, a de Olavo Bilac, a de Machado de Assis. .. E não se admire de ver aí Alencar (o *folheto é em forma de carta*) : para um português sensato, as diferenças entre a língua de José de Alencar e a língua tradicional dos escritores portugueses não têm importância absolutamente nenhuma, porque elas não dificultam no mais ínfimo grau a sua perfeita compreensão por nós, porque em nada modificam a fisionomia da língua (encontra-se a língua de José de Alencar muitíssimo mais próxima da de Camões que a de Fernão Lopes ou que a de Sá Miranda: pois não é assim?)”.

“Tem, pois, Portugal uma língua escrita; e o Brasil (como tôdas as nações civilizadas do mundo) possui também uma língua escrita: a de Camões, a de Vieira, a de Tomás Gonzaga, a de Herculano, a de Castro Alves, a de José de Alencar, a de Machado de Assis” (p. 76).⁴⁰

⁴⁰ Sérgio, A. *Em torno do Problema da ‘Língua Brasileira’*, Lisboa, 1937.

Pois bem, é com essa segunda também momentânea entrada do objeto nessa região para dar “prova de unidade lingüística” que a enunciação leva o capítulo ao seu fim, mas não sem produzir uma nova interrupção. E é para contornar essa abertura que vem um segundo “antes, porém”, definindo e realizando a regulamentação das fronteiras. É o que significa esse ponto crítico das relações de sentido nessa região.

(74) “De onde, conclusão número um para os nossos estudos: o problema da língua brasileira é um problema de lingüística da língua, portanto de caráter social. Logo, é a sociologia que devemos pedir a solução, a explicação do mesmo” (p.79)

Eis o que iremos fazer no presente ensaio.

Antes, porém, cumpre percorrer os trabalhos existentes sôbre o assunto, ainda que com brevidade, **para vermos como tem sido encarado o problema** e quais as soluções que lhe foram propostas” (p. 79).

Para concluir esta seção, preciso descrever dois fatos entrecruzados: a condição do objeto no volume e a “passagem para o capítulo seguinte”. O objeto, “o problema da língua brasileira”, é “o outro” nessa região significada como preparatória, teórica e independente, passível de ser usada em relação a outros objetos. Seus sentidos vêm de teorias, é da ordem das ciências. Observemos que a enunciação produz um efeito de sentido mais amplo que no “primeiro antes porém”. Se à página 68, a interrupção é local para “classificar as ciências”, ou seja, é uma realização no interior da região introdutória, no interior do capítulo, esse segundo “antes porém” afeta globalmente o volume. Ele mobiliza o capítulo seguinte, “Português e Brasileiro”, como uma “suspensão”, algo anterior ao que

“irá fazer o ensaio”, isto é, a enunciação transfere a relação direta com o objeto para o quinto e último capítulo “Teremos um novo Ocidente?”.⁴¹ Por outro lado, “a passagem” guarda uma especificidade marcada por sentidos contraditórios. Estamos falando a respeito do fato de que os sentidos até então em funcionamento, a história dos estudos lingüísticos e sua classificação, entram agora em uma “fase” tal que é silenciada. Em sentido “fraco”, ela é um “pressuposto técnico-básico” do que a partir de agora, nessa segunda região, será “exemplificado”. Quer dizer, pelo modelo clássico, a teoria “resolve o problema”, posto que há um lugar para ele em seus quadros, ou seja, uma abertura para abrigá-lo. A nosso ver, nessa abertura reside o sentido histórico “forte” na medida em que a história da ciência aparece como uma construção independente, mas constitutiva do ponto de vista do político enunciativo indispensável no processo de institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil. E os sentidos que entrecruzam essa passagem vêm em efeitos do jurídico na constituição do espaço enunciativo da lingüística. A análise nos levou a compreender relações de sentido em certas faltas, ou formas elípticas, na disposição das partes do volume: capítulos e seções como peças de um processo. Não há, por exemplo, uma introdução que explicita tais relações entre as partes. Os dois textos de abertura, o prefácio e a nota “Esta edição”, não levam a tais relações. Os três capítulos da região introdutória, como vimos, constituem o objeto lateralmente. Mais: produzem uma suspensão da relação direta. E o que irá regular essa passagem é o sentido jurídico-processual.

⁴¹ Logo abaixo, com o título de “nota complementar”, vem um texto de três páginas em fonte menor para situar “o fazer da autoria” pela distinção saussuriana da língua como forma / substância (pp. 79-81).

3. 2. O novo no mesmo

Pois bem, desse capítulo precisamos descrever justamente o lugar do acontecimento enunciativo: o *onde* do encontro do novo no mesmo.

3.2.1. O sentido jurídico-processual no volume

É o quarto capítulo, Português e brasileiro (pp. 83-155), que como se vê, com os sentidos efetivamente deslizando para o objeto, já estamos em outro lugar, a região é central no volume, ainda que de forma indireta posto que aborda o debate “para vermos como tem sido encarado o problema”. É a forma por onde a enunciação percorre os trabalhos existentes comentando “as posições” dos autores elencados. E é essa forma que se nos aparece como fundamental. O fato é que o que aparece, digamos, em “primeiro plano”, é um conjunto ordenado pelos nomes próprios de sete autores como títulos de seções onde são trazidos os pontos de vista de cada um deles. Essa forma, exatamente por incluir nomes próprios, faz atravessar sentidos de pareceres como peças/parte da documentação em um processo jurídico (ver índice completo do livro, anexo 1, p.). Essa forma jurídica é então inseparável, é constitutiva mesmo do processo histórico de institucionalização da lingüística no Brasil.

Região central

Português e Brasileiro	83
A posição de Virgílio de Lemos	95
A posição de Renato Mendonça	104
A posição do Prof. Antenor Nascentes	108
A posição de João Riieiro	118
A posição de Herbert Parentes Fortes	125
A posição do Prof. Gladstone Chaves de Melo	130
A posição do Prof. Serafim da Silva Neto	136
Outras atitudes em face do problema	141
Teremos um novo Ocidente?	157
Conclusão	173
Trabalhos citados	177

Espaço enunciativo tal que inclui a circulação de sentidos pelo debate, ou melhor, por posições no debate: “o diplomata e professor Renato Mendonça” / “o professor Serafim da Silva Neto”. De certo que tais formas aparecem mesmo como constitutivas do modo de tratar os estudos do português do Brasil no período ainda marcado pela polêmica. Consideremos então o aparecimento desses nomes próprios na formalização do livro enquanto conjunto de documentos de um processo “jurídico”. Não vamos aqui abrir espaço para caracterizar formas “jurídicas” para que assim, essas com as quais trabalhamos sejam “identificadas” enquanto tais. Seria confortável, mas talvez me impedisse de avançar em direção ao entrecruzamento de sentidos para compreender o “conjunto” de documentos como uma entrada própria pela institucionalização dos estudos.

Mas, a partir desse quarto capítulo, como vemos, sete autores nacionais já aparecem de modo frontal, colocados mesmo como objetos de análise. Seus nomes aparecem como tópicos do capítulo: A posição de Virgílio de Lemos (p. 85-104), A posição de Renato Mendonça (p. 104-108) etc. De certo que tais formas aparecem mesmo como constitutivas do modo de tratar os estudos do português do Brasil no período. No próximo capítulo, onde nos dedicamos às bordas dessa região introdutória, colocamos em análise o aparecimento desses nomes próprios na formalização do livro enquanto conjunto de documentos de processo “jurídico”.

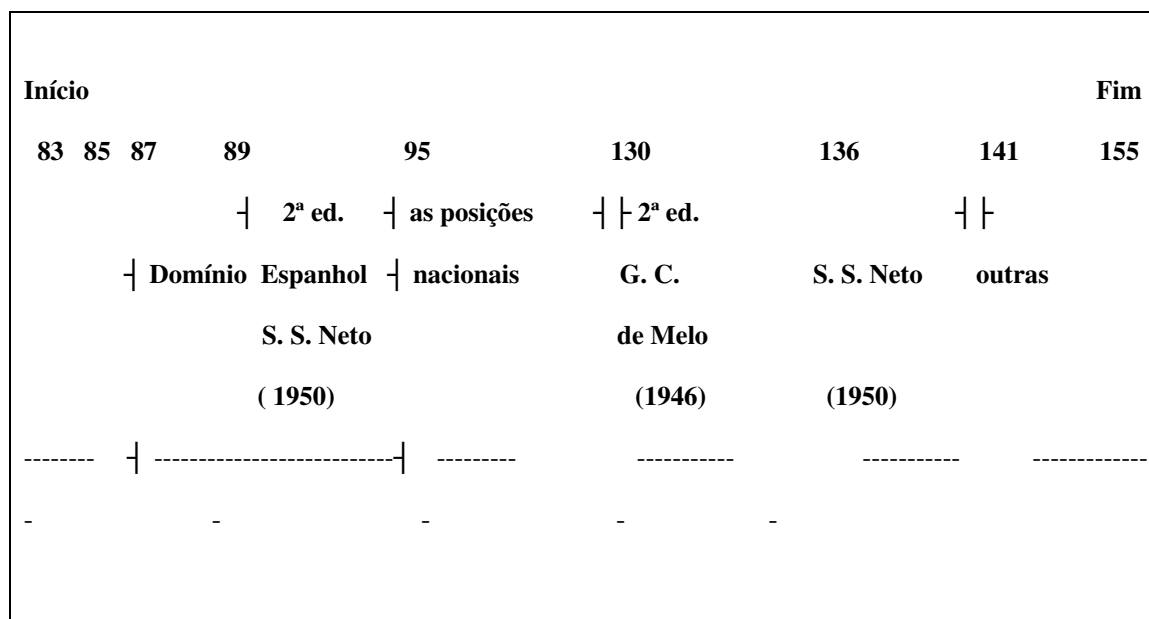
3. 2. 2. Acontecimento enunciativo e política de línguas: sentidos da 2ª edição

(ponto crítico)

O primeiro trecho do capítulo que vai da página da 83 à 85, onde entra uma marca gráfica ao centro para indicar um fim, é dominado pelo trabalho de Renato Mendonça *O Português do Brasil* (1936). É daí que vêm os efeitos de sentido do corte cronológico feito por Elia com o argumento de que só a partir do *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral (1920) “encontramos verdadeiramente a procura de uma base onde assentar o material colhido” (p. 84-85). A essa altura já precisamos lançar mão da linearidade gráfica: o diagrama do capítulo. Vejamos:

Diagrama linear do capítulo Português e brasileiro

Fig.



O início do trecho seguinte é ocupado pela discussão a respeito do artigo escrito por Monteiro Lobato em *D. Casmurro* em 1938. Esse segundo trecho vai da página 85 à 89, mas já à 86 sobretudo a quase totalidade da 87 o território é de domínio espanhol; através de duas longas citações traduzidas (com Alonso, Amado. *El Problema de la Lengua*, 1937):

(75) “Era o século dos triunfos ruidosos do evolucionismo darwiniano e do positivismo, e as ciências do espírito deixaram modelar sua fisionomia pela imagem projetada da todo-poderosa ciência natural. Nas disciplinas históricas, fôssem de história política ou econômica, religiosa ou literária, consideraram-se como objeto único do tratamento científico as condições de determinação e de necessidade: antecedentes, ambiente, etc. E o mesmo se deu na Lingüística. O célebre lingüista alemão Schleicher proclamava a necessidade e obrigatoriedade das leis fonéticas em orgulhosa comparação com as leis naturais, a da gravidade, por exemplo. As línguas

eram tidas como organismos vivos que nasciam (e tinham mãe), cresciam e morriam. Elas viviam por si, com sujeição a leis próprias, ante as quais a vontade do homem estava tão desarmada como a de uma criança ante a tempestade.”

E adiante:

"Se nossa língua fôsse, de fato, um organismo vivo, sujeito às leis da vida 'orgânica, se fôsse como um trigo semeado pelos fecundos campos da América espanhola, que remédio senão aguardar a sua caducidade e decomposição como organismo atual e esperar sua ressurreição futura nos trigos diferentes de cada país! A Lingüística historicista e evolucionista do século XIX não podia ter ilusões a respeito: sabia que as línguas semitas procediam de uma língua comum; que as línguas românicas tinham nascido da decomposição do latim; que os idiomas indo-europeus, hoje tão dessemelhantes, tinham sido, um dia, um e o mesmo idioma; que por todo o mundo línguas parentes denunciavam a existência anterior de uma língua unitária que depois se fracionou. Nosso idioma não poderia escapar ao inexorável destino. O fracionamento futuro de nossa língua 'à luz da História é de iniludível realização', formulou (o mesmo) Cuervo.”(p.87).

Mas é à página 89 onde aparece o ponto crítico aí demarcado pela entrada do locutor da segunda edição. A página é aberta com referência não declarada a 1950, o *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* de Serafim da Silva Neto. O que é formalmente tranqüilo pensar, de um ponto de vista autoral, digamos, pelos sentidos da ampliação do estado da arte, da bibliografia dedicada ao assunto. Mas pensando esse local enquanto analista do processo histórico, o que é instalado no texto é a disputa pelo domínio de um outro território para a lingüística. Aproximemo-nos do local:

(76) “A influência das correntes filosóficas dominantes **na época** sobre as doutrinas de fatal separação lingüística dos idiomas do Novo mundo **tem sido** salientada por vários autores. Na sua Introdução ao estudo da Língua portuguesa no Brasil, escreve o prof. Serafim da Silva Neto” (p. 89).

Notemos que esse “tem sido” não é dos idos da primeira edição em 1940. O livro de Silva Neto é de 1950. Esse “tem sido” tem um deslizamento outro; ele não é um presente em andamento qualquer no mesmo tempo. Ele é um presente em andamento atravessado por uma temporalidade presente outra, instaurada pela segunda edição. Uma injunção de presentes.

O “na época” significa uma anterioridade a 1920, porque, também aqui como em Melo, vale-se do trabalho de Renato Mendonça (1936) para constituir uma anterioridade, um limite para o outro. Diferentemente da forma trazida na nota de abertura do volume: “contra o naturalismo científico que invadia os espíritos cultivados e não tolerava – o que ainda não desapareceu de todo – falasse em nome da ciência”. O “na época” enuncia o silenciamento do outro como uma etapa vencida, ou seja, uma ruptura. Logo após a sequência (76), vem uma citação do referido livro de Silva Neto e em seguida aparece o que nossa análise considera um “ponto crítico” na medida em que aparece uma “fragilidade” histórica, o lugar do hiato, o onde da construção de uma outra relação. Vejamos:

(77) “Essa má vontade encontrava apoio nas idéias lingüísticas do tempo, em que dominavam as teorias biologistas, que viam as línguas como organismos naturais suscetíveis de nascimento, crescimento e morte.

Assim o português caminharia fatalmente para o brasileiro, tal como o

latim se havia desentranhado em várias línguas. Era essa a opinião da fina flor da Lingüística de então: assim pensavam Pott, Duvau, Schleicher, Rufino José Cuervo, Francisco Adolfo Coelho” (pág. 262).

A **alusão** que aí se faz ao nome de Rufino José Cuervo **traz ao debate** magistral artigo de D. Ramón Menéndez Pidal incluído na excelente coletânea denominada *Mis Paginas Preferidas* ⁴². Trata-se do discurso inaugural, que sob o título *La Unidad del Idioma*, foi lido na sessão de abertura da Assembléia do Livro Espanhol celebrada em Madri a 31 de maio de 1944” (p.89).

Observemos que a enunciação traz aí o efeito entre locutores dado que a forma de encaixe se dá por um contorno “aleatório”, quer dizer, a entrada por Silva Neto é então um atalho, uma passagem estreita para um outro lugar: o domínio espanhol. É então fundamental o fato de que à página 89 temos o lugar de entrada desse “domínio”, mas não apenas o fato dessa presença. Interessa, sobretudo a forma dessa entrada que abre uma dimensão político-enunciativa entre línguas. O efeito entre locutores das edições “estende” o domínio até á página 95. São seis longas citações, ocupando uma vasta área gráfica, mas o decisivo, que vem como efeito dessa entrada sorrateira, é o seu desdobramento. É que se no trecho anterior, como vimos, as citações aparecem em português, desta vez os enunciados não vêm mais traduzidos, vêm em espanhol (com Ramón Menéndez Pidal). Essa diferença aparece na nossa análise como o lugar do acontecimento enunciativo. É o *por onde* da desigualdade que instala na enunciação uma política entre línguas. Vejamos (nas figs.) a dimensão gráfica das imagens que mapeiam o domínio territorial em citações centralizadas nas páginas 90-91 e 92-93:

⁴² Ramón Menéndez Pidal, *Mis Páginas Preferidas*, 2 vols., Madrid, Gredos, 1957.

Fig.

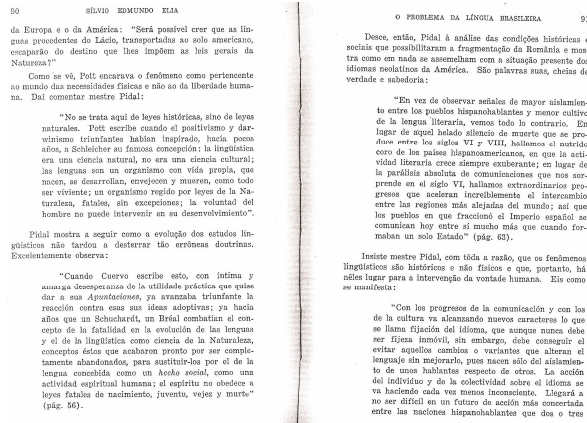
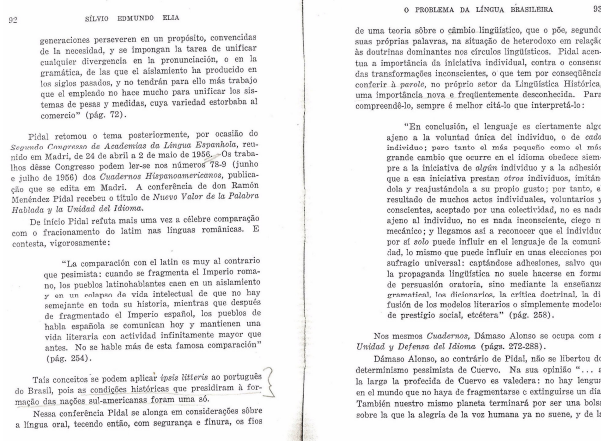


Fig.



Às páginas finais do trecho 94 e 95, a demarcação do território já opera com citações junto ao corpo do texto e entrecruzamento de enunciados ora em espanhol, ora em português nas mesmas seqüências enunciativas, inicialmente entre aspas e, por fim, apenas em itálico. Vejamos:

(78) “E é exatamente para estas, na sua forma clássica - as academias -, que Dámaso Alonso vem finalmente apelar. O próprio linguísta espanhol atenua a sua afirmação ao acrescentar: ‘No nos importa esta, sino nuestro porvenir

**inmediato, de una innerliatez que podemos Uamar el futuro histórico
advinable. Sobre ese futuro histórico humano podemos obrar. La rotura
última de comunidad idiomática castellana puede ser retrasada bastantes
siglos si actuamos con decisión y con sensata energía’.**

Estamos, pois, assaz distantes da posição de um Cuervo.

Para êste, não havia como "**obrar sobre los hechos lingüísticos**", que estavam submetidos a outra esfera de valôres. A fragmentação era fatal, estava em curso e não podia ser detida. Dámaso Alonso pensa, ao contrário, que ela pode ser protraída para daqui a **bastantes siglas**, o que dá às fôrças de unificação um poderio que, praticamente, anula a tendência para a fragmentação. Nem a rigor se poderá falarem profecia de Cuervo. O mestre colombiano não infundia conteúdo apocalíptico ús suas palavras; acreditava :simplesmente falar em nome da ciência, que não tinha mistérios para quem, pelo estudo, lhe conhecia as leis e os princípios. Situar a sua” (p.94). afirmação do fraccionamento dos idiomas numa perspectiva **a la larga** é retirar-lhe o sentido naturalista que a gerou e, portanto, é, de fato, negá-la.

O Importante, porém, é salientar que, mesmo entre aquêles que vêem perigosas **quiebras** na unidade idiomática, a atitude que tomam não é a de conformismo e aceitação, mas, pelo contrário, de reação e luta, com as armas da inteligência e da cultura, que são próprias do homem e estranhas aos penetrais 'da Natureza” (p. 95).

Notemos que nesse último parágrafo entra um outro locutor constituído para um exterior à instituição universitária. Trata-se de um defensor da língua e da cultura que

retornará (à página 171) também ao fim do volume no último capítulo “Teremos um novo Ocidente?” (pp. 157- 171) que apresentamos a seguir.

3. 3. Política de língua e materialidade escrita em “Teremos um novo Ocidente?”

Diagrama linear do capítulo “Teremos um novo ocidente?”

Início					fim
P. 157	162	169			171
Domínio	domínio	a língua			
européu	“brasileiro”				
-----	-----	-----	-----	-----	-----
-	-	-	-		

É preciso considerar o fato mesmo de a enunciação trazer outras línguas para discutir “a questão da língua do Brasil”. Ora traduzida (francês) ora não (espanhol), o que já abre uma desigualdade entre elas e, ao mesmo tempo, os sentidos mobilizam uma filiação não lusitana. Na materialidade da grafo-linguagem, ao longo do processo o que se constrói é uma posição para o sujeito aí constituído. O que surpreende é justamente o movimento dos sentidos que para tal empreitada afasta a “questão da língua”. Ela será evitada, silenciada mesmo, e o que a análise está nos dizendo é de um deslizamento para permitir uma outra filiação. Há então um “hiato” que torna possível construir uma relação em que os sentidos deslizam do português para o brasileiro e vai ao ocidente no

quinto e último capítulo: “Teremos um novo ocidente?”; por um trecho dominado materialmente pelo espanhol.

O quinto capítulo traz um histórico do político no debate sobre civilizações a partir da publicação de *A decadência do ocidente*, de Osvaldo Spengler.

À página 171, portanto, já ao final do capítulo, como dissemos, reaparece um outro locutor exterior à instituição universitária. A enunciação constitui um sujeito já dividido e a ruptura vem justamente porque o analista (o filólogo-lingüista) é deslocado em direção ao lugar construído para o objeto ao longo do volume: a sociedade, a cultura ocidental. Para esse encontro com o objeto, o sujeito vem por outro na constituição do espaço político enunciativo para a lingüística: o guardião das línguas. Vejamos:

(79) [citando Serafim da Silva Neto, LXVIII. Artigo in “Voz de Portugal” (1936)]
“As línguas são fenômenos sociais. “A língua caminha lado a lado com a história social de um povo”. E, como todos os fenômenos sociais, está sujeita à evolução. Evolução, porém, não significa cisão. Ao contrário, postula a existência de um “substratum”, que se mantém sempre igual a si mesmo. Êsse substratum é a unidade de cultura. Constituída uma língua, ela só se transformará em outra por *quebra* dessa cultura. Enquanto essa rutura não vier, **conservemos** o patrimônio lingüístico que **os nossos** maiores **nos** herdaram. Porque esta é a ‘**nossa** língua’, aquela que possuímos com tanto direito quanto qualquer outro povo do mundo”(p. 171).

Terminaremos, pois, citando mais uma vez Amado Alonso, que tão bem soube mostrar o que se deve entender por *língua própria*:

“Uma língua é própria de uma nação quando é a que as crianças aprendem dos pais, a que os co-nacionais empregam na sua vida de relação e que os poetas e escritores elaboram e cultivam esteticamente para suas produções de alta cultura. Se assim é, a língua de um país é bem própria, absolutamente própria dês se país, ainda que em outros países as crianças aprendam a falar na mesma língua, e os homens se entendam com ela, e os escritores a trabalhem em suas criações culturais.” Alonso. *Castellano, Español, Idioma Nacional*, 1938.

A Conclusão vem em texto de três páginas (pp. 173-175) e é lugar de retorno.

Início				fim
173			174	175
Domínio			domínio	
européu			da ciência	
-----	-----		-----	
-	-	-	-	-

CAPÍTULO 4

Na ciência, o mais moderno; na cultura, o escrito da tradição em *A língua do Brasil* de G. C. de Melo

Integrante da *Coleção Estante de Língua Portuguesa*, dirigida pelo professor Rocha Lima, catedrático do Colégio Pedro II, *A Língua do Brasil*, publicação da Fundação Getúlio Vargas, impresso na *Editora Vozes Ltda* em 1946, é um livro dedicado à “questão da língua”, ao debate a respeito de qual é a língua que falamos no Brasil. Traz uma abordagem histórica do conhecimento lingüístico produzido sobre a “questão” e dá uma interpretação para a história da constituição do Português do Brasil. Procura sustentar que a língua do Brasil é o Português e não um Brasileiro⁴³.

De saída, observamos que a própria estrutura de organização do trabalho segue preceitos estratégicos de uma prática clássica da Ciência. Comenta-se, analisa-se o que já se disse sobre o objeto de estudo; em seguida, problematiza-se o objeto, apresenta-se tese e desenvolve-se uma argumentação que se encaminha para um ponto alto do processo de convencimento. Nove são os capítulos. De um ponto de vista mais formal em que a focalização pende para relações de correspondência apoiadas nos efeitos de sentido da ordenação causa/consequência, é possível considerarmos duas regiões nesse conjunto. Uma primeira vai do capítulo um ao sexto. Vejamos pelo índice:

⁴³ Em Orlandi (2002), cap. 1, a autora explora “o fato de que na construção nacional do nome da língua é que se impõe chamá-la brasileira. Porque desde que se tem um país, uma nação, um estado com sua língua nacional, há uma demanda para nomeá-la. Em nosso caso, uma vez que há uma homogeneidade imaginária produzida pela colonização, o reconhecimento disso que estou chamando heterogeneidade lingüística indica a direção de nomeá-la brasileira.” p. ”

Região A

Capítulo I. A Língua portuguesa no Brasil : resenha bibliográfica

Capítulo II. O problema, doutrinas, soluções.

Capítulo III. A influência tupi;

Capítulo IV. A influência africana;

Capítulo V. A língua popular;

Capítulo VI. A nossa pronúncia;

No capítulo I (pp. 1-15), aparece a fortuna crítica da “questão” e um histórico da ciência tem lugar no capítulo II (pp. 17-40) (esses dois capítulos são um desmembramento do primeiro capítulo da edição de 1946). Os capítulos III e IV figuram como lugares de exemplificação junto ao objeto de estudo; é a “exemplificação”, a “confrontação” da teoria com a prática analítica. Por outro lado, esses capítulos aparecem também como preparação para a constituição de algo fundamental para aquele que se quer no debate sobre língua nacional. Posto que, para estudar esse objeto é preciso construí-lo e, para tanto, a noção de povo é parte indispensável, constitutiva mesmo. É por conta dessa finalidade constitutiva da posição do sujeito na construção da língua nacional que estamos compreendendo, a partir do quinto capítulo o aparecimento de uma segunda parte:

Região B

Capítulo VII. Língua e estilo;

Capítulo VIII. O nosso vocabulário;

Capítulo IX. A língua literária.

Por essas formas, a segunda parte aparece como um desdobramento da primeira, ou melhor, compreendido o volume como uma descrição do processo histórico, estamos em momento decisivo para a construção de uma posição de sujeito [nacional]. É bem fato que nos capítulos anteriores a enunciação já vinha por essa construção: “constituem legião os nomes indígenas aplicados a espécimes da **noossa** flora e da **noossa** fauna” (p. 45). Mas essa posse como preponderante só aparece nesse segundo momento. De um ponto de vista argumentativo-autoral, é, digamos, o lugar do possível dedutivo. Mas do ponto de vista de uma enunciação histórica, ou seja, em que o sujeito é constituído em uma região de memória, do interdiscurso (Orlandi, 1999), sentidos logo deslizam trazendo sentidos do “fazer regulado” próprio da ciência dados a saber enquanto tais, o fato de exemplificar, “por exemplo”, é um deles. É parte em um processo regulado por uma sobreposição de sentidos do outro (índio/africano) para sentidos do eu (nosso) “popular” que atravessa toda essa região/parte como constitutiva mesmo do histórico na construção do nacional e processo que vai até o capítulo VIII. Por outras formas também aí entrecruzadas, a enunciação constitui o sujeito dividido na medida em que sentidos de “unidade” operam como indispensáveis nesse real contraditório. Atentemos para seguinte fato: o capítulo VII aparece em posição decisiva na sequência do volume, a divisão do real traz a contradição em uma ordem especificamente disjuntiva, reguladora: “x e y”, introduzida pelo par Língua e Estilo. Na sequência, a enunciação retorna a posição pelos sentidos do “nosso vocabulário”, no capítulo VIII. E finaliza recuando para estabilidade da língua literária portanto, da escrita, capítulo IX. Resumindo, temos reflexão teórica com exemplificação, temos a variedade (a fala popular) e temos unidade (a língua literária).

Há, portanto “coerência lógica” no encadeamento formal. Os princípios da lógica do processo de convencimento no reino do “fazer sentido” tendo em vista que... . No jogo entre partes constitutivas do processo, sentidos comparecem na materialidade da linguagem produzindo uma “recolha enunciativa” na movimentação dos sentidos, em seus deslizamentos, para a posição do sujeito que não terá outro lugar senão a escrita. O sujeito é contornado pela escrita. Produz-se o efeito de sentido da “não-quebra de acordo” no jogo político enunciativo que vem com esses sentidos de argumentação, o sentido da não-contradição. O sentido do comprobatório nas relações entre as partes. Os sentidos do cumprimento de papéis na ordem do “eu digo x” / “eu demonstro x”. Quer dizer, nesse jogo próprio do fazer científico, o volume traz uma movimentação enunciativa em direção a unidade lingüística: a língua literária. Assim, para o empreendimento da pesquisa, dois pontos se mostram como críticos nessas materialidades: lugares de intervenção da escrita..

4.1. Ciência (Lingüística): a institucionalização das idéias

No primeiro capítulo, apesar das obras aparecerem como objeto, como enuncia o item “bibliográfica” no título, ao longo das quinze páginas, o preponderante é o acirramento de posições autorais em formas muito próprias do período em questão. À primeira seqüência: “A quem está em dia com a vida intelectual do país não pode passar despercebida uma grande **eflorescência de estudos** relativos ao Brasil ... numerosos trabalhos têm aparecido, de valor desigual, acendem-se discussões, cria-se em fim uma bibliografia do assunto e um clima intelectual a ele propício”(p.1) , já aparece o sentido preponderante enunciado em “vida intelectual” e “clima intelectual”, quer dizer vem esse deslizamento de sentido da obra para a autoria. As idéias são

comentadas, mas rivalizam lugar com seus autores. Vejamos um quadro de predicções dos estudos, dos autores etc abaixo, como parte do processo de institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil. Essa rivalização é fundamental:

Os dois primeiros capítulos situam um conhecimento produzido num lugar marcado por uma exigência feita ao interessado em “questões de língua”: exige-se especialidade na área do conhecimento a ser produzido: a do lingüístico. O sujeito enunciativo vem construído na posição de uma Moderna Lingüística como disciplina técnico-científica assim aparecendo de modo declarado. Os capítulos situam também uma posição do conhecimento enunciada em um espaço enunciativo tomado por sentidos do histórico-civilizacional e, nesse caso, a linha de filiação é filológico-culturalista: culturas superiores e inferiores. Uma vez que o relato vem nesse lugar, impõe-se a ele o peso dos sentidos históricos da “tradição da cultura ocidental”. Nela, a gramatização é o que torna o processo possível nas formas com as quais nos deparamos nessas materialidades que constituem o sujeito.

Justamente dessa sacada observamos no movimento descritivo a demarcação de um espaço enunciativo institucional: a ciência, a academia, a universidade, a cultura livresca ocidental. Dessa forma, certas operações lingüísticas se mostram relevantes aos interessados em entender a institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil para além das declarações formais. Vejamos.

4.2. O especialista, o profissional

No **capítulo I**, *A Língua Portuguesa no Brasil: resenha bibliográfica* (pp. 1-16), o autor dedica-se ao estado da arte da questão. Os trabalhos a respeito da língua do

Brasil são submetidos ao seu crivo numa ordem cronológica.⁴⁴ Ao trazer para sua apreciação a fortuna crítica da “questão da língua”, fica posta uma posição cientificista em que pesa o conhecimento produzido na área da Lingüística. Comentando os trabalhos a respeito das diferenças entre o Português europeu e o americano, diz:

(80) “Aliás, rigorosamente falando, foi Paranhos da Silva quem por vez primeira tratou do assunto, em 1879, num livrinho intitulado *O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil, por um brasileiro*. Trata-se, porém, de **um trabalho fraquíssimo**, apaixonado, **falto de ciência**⁴⁵ que mantém a Sousa da Silveira a primazia no estudo da questão”, p.5. ⁴⁶

(81) “A inteira **inópia científica** do autor faz com que não se possa levar em consideração esse trabalho (...) como se vê não se pode levar a sério tal autor”, p.9.

(82) “O livro de Parentes Fortes foi louvado com fervor e **amadorismo** por Cassiano Ricardo em A Cigarra, do Rio (janeiro, 1958), o que motivou um artigo meu de crítica no Jornal do Brasil, do Rio (26-1-1958)”, Ne Ultra Crepidam, Cassiano! p. 12.

(83) “**Embora não seja um especialista**, o que o leva a misturar por vezes joio com trigo (...)”, p.12.

⁴⁴ O que nos permite observar a entrada de novos trabalhos na sequência de edições: 2ª em 1971 e 3ª melhorada e aumentada em 1975, com a qual trabalhamos.

⁴⁵ São nossos os grifos em negrito.

⁴⁶ Em Castilho (1992), a questão da língua aparece como “eco” da argumentação de João de Barros quando em 1540 compara o português ao castelhano. Isto é, a questão da “língua brasileira”, tem sua forma de “eco histórico” como recorrência, como retomada, como reflexo do velho no novo

(84) “Porém, Ne ultra crepdam! **Não passem de repórteres os colecionadores – preciosos repórteres – a lingüistas**, que é perigoso e às vezes até ridículo!” (p. 24).

4.2.1. O desenvolvimento científico como argumento

A demarcação da área de trabalho atribui diferentes pesos aos produtores do conhecimento lingüístico. Um traço importante dessa atribuição de pesos diz respeito ao momento histórico do conhecimento produzido. Quanto mais desenvolvido maior é o seu peso.

(85) “Realmente a afirmação de Lobato supõe um biologismo e evolucionismo lingüístico **hoje inteiramente superado. Há cem anos podia-se escrever aquilo. Mas hoje é fossilismo cultural**, é quase o mesmo que alguém defender a geração espontânea. Até por volta de 1870 era ponto pacífico que as línguas seriam organismos vivos, independente dos homens que as empregam” (p. 19).

(86) “**Daí se vê como está atrasada a afirmação** de Monteiro Lobato, como é ingênuo asseverar que o brasileiro está saindo do português assim como o português saiu do latim” (p.21).

A posição construída se põe num *hoje* que “supera”, em conhecimento, produções anteriores. Visto na inter-relação formal, a posição daquele que fala argumenta o dizer. Nesse caso, interessa pensar sobre operações lingüísticas em que o sujeito enunciativo se coloca nesse *hoje* do desenvolvimento das ciências da linguagem com o objetivo de entender de um ponto de vista histórico a posição construída.

(87) “A Lingüística e a Filologia são especializações, têm sua técnica. Exigem, pois formação, iniciação. Portanto, assim como ninguém pode tratar de matemática ou de química sem ser iniciado nessas disciplinas, assim também **ninguém ventile problemas lingüísticos sem estar em dia com a técnica da ciência da linguagem** e sem possuir dessa ciência princípios claros que permitam julgar com segurança e equidade” (p.21).

O “estar em dia” como efeito do processo de institucionalização da Lingüística no Brasil. Para finalizar o exame desse capítulo vejamos um quadro de predicções dos estudos, dos autores etc, como no processo de institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil, essa rivalização é fundamental:

Asserto precipitado e falto de crítica objetiva, reflexo aliás de uma opinião corrente e falsa / desenvolve tese insustentável nem sempre se pode acompanhá-lo, porque às vezes peca por generalizações apressadas / livro exaltado, vermelho, como o indica o próprio nome, trabalho desequilibrado, informado ainda pela velha lingüística, hoje fóssil / um homem ilustre, cujo desaparecimento, em 1942, encheu de luto a inteligência brasileira / interpretados com paixão, jacobinismo, subjetivismos deformantes / trata-se, porém de trabalho fraquíssimo, apaixonado, falto de ciência / não pôde furtar-se a cair em contradição / É trabalho que obriga a sérias restrições / Há nele muita juventude de uma inteligência vigorosa / coloca muito satisfatoriamente o problema / apesar de não ser especialista. Pena que o autor não tenha conhecido Saussure, que lhe teria sido precioso / grande livro / eminente ensaísta / é indagação de amador, sem originalidade / contribuição valiosa pelo ponto de vista do autor, porém

executada em velhos moldes, alheia à lingüística moderna / também deram a sua cota ao estudo que ora nos ocupa, editando o excelente livro / admirável livro / trabalho de grande valia, sobretudo pela erudição do autor / a inteira inópia científica do autor faz com que não se possa levar em consideração esse trabalho...misturam-se alhos com bugalhos e, sobretudo, há certas redações que depõem altíssimamente contra o professor paulista.

Por esse modo de tratar os estudos, os sentidos que circulam nesse quadro significam sentidos no sujeito. Essa relação não mediada por onde os autores aparecem em primeiro plano, mas ao mesmo tempo os sentidos deslizam para um lugar fora da polêmica (do falatório) e para rivalizar com isso esse lugar vem construído em confronto direto. Há que se considerar a construção de uma proximidade histórica do objeto tratado (obras e autores).

4.3. O escrito mais antigo: sentidos filológicos

O capítulo II (pp. 17-40) vem estruturado em três seções: *O Problema*, *Doutrinas e Princípios de Solução*.

4.3.1. Limites para o objeto de estudo

Ao delimitar o problema, certos sentidos civilizacionais regulam o que deve figurar como objeto de estudos; regulam o espaço para a formulação de possíveis perguntas de pesquisa. Trata-se de um estudo historiográfico por onde a enunciação toma o português da civilização européia como protagonista. E aqui, desde já,

observamos que o movimento em direção a unidade da língua portuguesa entra em contradição, justamente no lugar da identificação, na dimensão do acordo autor/leitor, no âmbito da coerência interlocutiva, do possível, do necessário e suficiente, nas relações para fazer sentido pensar de tal modo. A contradição vem na dimensão do político enunciativo na língua, sentidos especificamente produzidos no processo de gramatização, no jogo de aprendizagem de uma segunda língua.

Os sentidos que, como vimos, apontam para a institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil abrem espaço para uma enunciação filiada a uma certa concepção de Filologia que então se dirige para uma posição conservadora em sentido estrito justamente por conta de uma tomada histórico-civilizacional.⁴⁷ Vejamos então como esses sentidos funcionam nas operações narrativas que contam essa história. Logo na abertura do capítulo no deparamos com marcas lastradoras da posição:

(88) “Convém de início situar o *status quaestionis* do tema que ora nos prende a atenção” (p. 17).

(89) “Descoberto o Brasil, para cá trouxeram os portugueses sua língua românica. Esta a princípio encontrou um forte rival no tupi, que até o século XVIII, chegou em certas regiões a ser mais falado do que o português. Depois este reagiu e recuperou terreno à língua local. Mas então se deu um fenômeno de capital importância na história das línguas: os indivíduos que tinham o tupi como língua materna abandonaram-no e adotaram o novo idioma” (p.17).

⁴⁷ No item 2.1. *Idéias lingüísticas reclamando unidade bibliográfica*, p.12, veremos que o pensamento lingüístico europeu é convocado a reconhecer o conhecimento lingüístico brasileiro. Ou seja, se o sujeito é constituído pelo reconhecimento de filiado à cultura européia em tais formas também à produção do conhecimento lingüístico.

A expressão latina e a referência ao português como língua românica emprestam à abordagem um posto de observação civilizacional da História das línguas ocidentais; especificamente, um traço filológico-culturalista.⁴⁸ A ele, interessa, pois, “o percurso histórico do português”, seus sentidos [no Brasil]. O relato se ocupa da língua européia que aqui é “perturbada”, “abalada”; sofre *A Influência Tupi* (título do capítulo III) e *A Influência Africana* (título do IV).

A abordagem faz um corte delimitando um foco no objeto de interesse na língua trazida pelo europeu incluindo perifericamente a língua praticada por aqueles “que adotaram o novo idioma”. Quer dizer, há um princípio inquestionável: os indivíduos só interessam enquanto falantes se adotaram o português:

(90) “que naturalmente **não puderam dominar** todo o mecanismo e todas as sutilezas deste; antes **aprenderam-no mal**, desfigurando-o com uma série de defeitos provenientes dos antigos hábitos lingüísticos” (p.17).

Então, as línguas ameríndias e africanas entram como “defeitos” e são minimizadas ao estatuto de “hábito lingüístico”; não é a respeito delas que se fala. Elas são mantidas em um patamar tal que seus falantes só aparecem como aprendizes do português; mas são de fundamental importância na construção da noção de

⁴⁸ Um certo **sentido sacro** dado aos **textos originais**, muito marcante para uma certa Filologia, aparece no olhar do autor em relação à própria obra: “Assim estava na primeira edição e o mantive agora, porque não quis alterar o tom e o estilo. Este capítulo foi escrito a primeira vez a vinte e cinco anos numa estação de repouso, longe dos livros. A ordenação bibliográfica e a brevíssima notícia dos livros foi feita de memória, depois amparada na verificação (...) Não quisemos alterar o que estava escrito com certa vivacidade e fluência quase de palestra despreocupada: no caso, o tom é um documento de circunstância, saudosa para o autor.” (p. 15, em nota.)

nacionalidade. Essas línguas foram “sufocadas” por uma outra aprendizagem construída no processo de gramatização. Ou seja, justamente aí se coloca, no sentido forte, a contradição de falar uma língua que não é sua. E, assim, portanto, não é seu o espaço de enunciação; constitui-se então um lugar para ele: o povo. Nesse caso, entendida em sua historicidade, a enunciação recorta as idéias lingüísticas em pleno efeito da gramatização das línguas no Brasil, excluindo a língua fluida, tomando as línguas ameríndias e africanas tão somente como aquilo que desfigura o português europeu. E é tomada por esse processo que a enunciação vai em direção à escrita, ou melhor, a instrumentação da escrita intervém no processo.

4.3.2. Controle para um tempo de longa duração

Vejamos agora que ao produzir uma longa temporalidade, vazios no tempo resumem a história a tópicos do processo civilizador.⁴⁹

(91) “**Agora, pelo tempo adiante** as novas gerações sucessivas foram perdendo esses defeitos iniciais, porque não tiveram de deixar sua língua para adquirirem outra, e principalmente por que as constantes ondas lingüísticas, depuradoras e retificadoras, formadas pelas levas de emigrantes que, dirigindo-se ao Brasil, ameaçavam despovoar o reino, iam desfazendo as diferenças e planificando o aspecto lingüístico brasileiro” (p. 17).

⁴⁹ É interessante tomar como objeto de análise o estatuto dado a língua pela moderna sociologia e nova História. N’*O Processo civilizador* de Norbert Elias, por exemplo, tem a dimensão do desbravar território.

Tomando as seqüências de (10) a (16), é possível observar nos operadores temporais uma noção de história marcada por um resumo da longa duração em dois momentos: um passado de bilingüismo, um “antes” marcado pela diversidade de processos de ensino-aprendizagem e um presente constante, estável, não processual, já definido. Em outro lado, que aparece como o “nosso”, um depois de eterna sincronia. Ou seja, uma vez conquistado o seu direito à universalização, à unidade (imaginária), imediatamente cessa o processo e fica definido o reconhecimento de variedades estacionadas no sistema lingüístico europeu que como contraparte instituem a língua nacional do Brasil.

Há um vácuo na temporalidade. “O depois” em que estamos é pré-construído enunciativamente e não está em discussão. A enunciação constitui a “extensão e intensidade da influência tupi no português; e aí o recorte espaço-temporal “garante” a eficácia da análise. Vejamos uma seqüência lingüística que funciona como um muro demarcador da posição do analista.

(92) “É preciso não perder de vista uma circunstância importantíssima para o caso: muitos topônimos tupis foram **aplicados recentemente**, ou para batizar lugar novo, ou em substituição a palavras portuguesas. Ibicuí, por exemplo, perto de Mangaratiba (RJ), há 50 anos se chamava Praia Mansa! Neste como em casos análogos, trata-se de um fato por assim dizer, afetivo, portanto estilístico e não lingüístico” (nota 15, p. 44).

4.3.3. O componente tempo define a validade do objeto.

(93) “O mesmo se deve dizer de outro elemento perturbador e praticamente concomitante: o negro africano. Também ele entrou a falar mal o português, desfigurando-o com a marca dos seus anteriores hábitos lingüísticos” (p. 17).

(94) “**Mas depois**, também neste caso, apareceram os elementos unificadores; as ondas lingüísticas oriundas da metrópole, o meio mais culto, as escolas, a língua escrita e o contato com pessoas instruídas” (p. 17).

(95) “Ao estudar-se a influência do negro no português do Brasil, não se pode esquecer o papel dos feitores e principalmente o das mucamas e mães-pretas, que criavam e ensinavam a falar os “sinhozinhos” ().

(96) “Pergunta-se: esta série de abalos que sofreu sob os céus americanos, o velho idioma do Condado Portucalense determinou a formação de um tipo lingüístico novo e diferente, ou apenas condicionou divergências acidentais que não permitem o reconhecimento – com honestidade intelectual – de uma língua - “senão apenas o de um “aspecto brasileiro” da língua portuguesa? Eis o problema.” (p.18).

Também parece relevante observar a língua aparecendo como um tipo lingüístico formado com aspecto possível de ser reconhecido. A entrada do “com honestidade intelectual” reconhece vozes “intelectualmente desonestas” (filiar aqui ao conceito na filosofia, honestidade, ética)

Como a história que está sendo contada é a da língua portuguesa no Brasil o “desterro do tupi” é excluído. Do tupi, ficou apenas a influência, a contribuição lexical. Aqui entra uma discussão talvez interessante pensar a dimensão da institucionalização da escrita, escrituração instrumentalizada por gramáticas e dicionários.

(97) “Depois o português reagiu e, língua incomparavelmente mais envolvida e mais rica do que o tupi, instrumento que era de uma cultura consideravelmente superior, rápido desterrou a língua indígena, que hoje é falada apenas por reduzidas populações localizadas na Amazônia.”(p. 42).

(98) “os padres da Companhia de Jesus, que tão cuidadosamente organizaram o estudo das Humanidades no Brasil-criança não se pejaram de substituir o idioma helênico pelo tupi, “o grego da terra”[grifo dele], como espirituosamente lhe chamavam”(p. 42).

Aqui nos parecem muito incisivos os sentidos da gramatização. Na implantação do PB, o não civilizado é significado pela tradição européia: o “grego da terra”.

Mas adiante, ao comentar os capítulos V. A língua popular e VI. A nossa pronúncia, traremos mais detalhes a respeito da noção de povo em Chaves de Melo.

4.3.4. Em busca da unidade perdida

Na seção seguinte, A “*Língua Brasileira*”: *posições doutrinárias*, Melo põe em discussão e contra-argumenta o biologismo lingüístico, o vocabulismo e o

nacionalismo.⁵⁰ Sua argumentação se quer fundamentada numa concepção de língua que alia três dimensões: a história das culturas (no caso, da Cultura), a estrutura social no “sociologismo de Meillet” para “buscar à ‘estrutura da sociedade’ explicação para as mutações lingüísticas”, e sua correlata estrutura lingüística saussuriana; por fim, a dimensão da “inteligência individual”, na compreensão da língua como fenômeno coletivo e individual.

Como se pode ver, interessa para a argumentação trazer uma concepção de língua que agrupe condições de sustentação para que a língua seja entendida pelo binômio unidade/variedade, muito próprio de uma certa Lingüística, que de um certo modo despreza a “língua lógica” e a “língua literária”, justamente por efeito da gramatização, para considerar as variações da língua viva. (Orlandi, 2002, p. 30).

4.3.4.1. Cultura e ciência: uma posição construída

Para fazer frente ao biologismo lingüístico, Melo propõe uma concepção de língua como fenômeno de cultura. Remetendo às idéias de Whitney (1875) e de Bréal (1897), aponta para “o que há na língua de indeterminado, de imprevisível, de *humano*, enfim”, a língua “considerada como fenômeno de cultura, portanto sujeita às leis de subsistência e sucessão das culturas” (p. 20); É fundamental observar que essa seção é “escolhida” para nela figurar um histórico desenvolvimentista das ciências da linguagem, ou seja, “vai se construindo em bases sólidas a Lingüística Geral” (p. 21). Numa outra direção que aponta para um lugar exterior a esse desenvolvimento

⁵⁰ O cientificismo fica formalmente filiado aos trabalhos de “Whitney, Bréal, Van Ginnekem, Vendryes, Vossler, Secheraye, Bally, Sapir e tantos outros elaboradores da moderna Ciência da linguagem [que] têm insistido no aspecto psicológico e no social, sempre humano, das línguas e da linguagem. Só assim se vai construindo em bases firmes a Lingüística Geral” (p.21).

científico, aparece a noção de cultura, esta, sim, sujeita ao “desmoronamento”. Daí vêm sentidos preservacionistas de uma certa filologia clássica.

4.3.4.2. Palavra gramatical: estrutura lingüístico-social

Uma vez demarcado o espaço enunciativo, ou seja, agenciado o sujeito nessas condições enunciativas, os sentidos deslizam para “a argumentação reflexiva” sobre o sistema lingüístico. Melo põe em cena o que chama de escola da língua brasileira que se firma pela diferença lexical. Uma palavra aqui significa tal; lá [em Portugal], significa tal outra coisa. Ou uma coisa é **aqui** significada de um modo e **lá** de outro. Lançando mão da conhecida categorização de palavras do sistema lingüístico: palavras gramaticais e palavras lexicográficas, o autor argumenta que é possível, por exemplo, falar o português usando palavras lexicográficas do inglês; ao passo que só falamos inglês se as palavras estruturais (gramaticais) forem da língua inglesa. Em resumo, uma posição estruturalista.

Curiosamente, a contra-argumentação se dá tão somente com essa classificação para dizer que no Brasil, há “apenas” variação lexical em relação à língua de Portugal. As idéias, nesse ponto da argumentação, dão um estatuto inferior ao léxico e primazia à estrutura como forma de garantir a unidade lingüística.

4.3.4.3. Na divisão do real, a ideologia como o não-científico

Por fim, os nacionalistas são descartados por operarem com exacerbo sentimental (portanto, não produzem ciência, apenas opinião). Nesse ponto, a proposta é observar a língua com isenção ideológica. Nesse caso, a ideologia aparece como algo

afastado da realidade, ou aquilo que faz afastar da realidade, “uma certa filiação ao hegelianismo”. O centro da crítica aos nacionalistas está então no afastamento do que é a língua para o que deve ser: um idealismo lingüístico “erigido da nação como absoluto ético”. O que a enunciação significa por esse fato do “quer encontrar” é um “ponto de equilíbrio” na noção de nacional para afastar quaisquer incômodos que possam dar instabilidade ao funcionamento do binômio unidade / variedade. E é aí que as nossas análises estão nos dizendo do efeito da intervenção da escrita.

Nesse sentido, o nacionalista tem um “recalcado complexo de inferioridade”, “uma forma agressiva”; “é intenso, concentrado, agressivo, explosivo”, é um “estado de espírito ardoroso e deformado”. Os nacionalistas são “defensores pugnazes da independência lingüística”: um “idealismo radical”, um “raciocínio manco”. Nessas significações no sujeito vem, nas materialidades, a construção de um território extracientífico para aquele que propõe a quebra da unidade lingüística.

Em resumo, a unidade lingüística é apontada em três dimensões: a cultural, a estrutural e a não-idealista. Em contra-partida, sua posição é construída com “espírito científico”, “espírito objetivista”, é um “analista frio”. Na enunciação, o fato de sentidos argumentativos mobilizarem o desenvolvimento das ciências da linguagem e de algum modo o sujeito enunciativo se vê afetado pela necessidade de trazer para o processo de convencimento algo que não submeta o sujeito da cientista à polarização: posições brasileiras e outras especificamente portuguesas para a questão. E nessa afetação, o pensamento lingüístico [europeu] é convocado a reconhecer o conhecimento lingüístico brasileiro, e portanto essa lingüística nacional. Ou seja, vem um sentido reivindicativo. Parafrasticamente, seria realizar o seguinte: “se nos reconhecemos enquanto filiados à cultura européia queremos então tal filiação também na produção do conhecimento lingüístico”, são sentidos então de ordem bibliográfica, da ordem da intervenção da

escrita, portanto. E assim, nos deparamos com mais um ponto da região crítica do processo.

4.3.4.4. Unidade bibliográfica, citação [escrita] para significar unidade lingüística, ruptura no processo (ponto crítico).

Esse procedimento que filia a língua do Brasil à européia, aparece também em relação à produção do conhecimento lingüístico. Significa um “ajuntamento bibliográfico comum”, as citações (luso-brasileiro) para atestar uma mesma filiação para os dedicados à “questão da língua”.

Melo reclama a ausência de trabalhos de brasileiros na bibliografia dos filólogos portugueses. Ausência que vai sendo “corrigida” em seus próprios reclames. Ou seja, há no texto uma certa busca do elo perdido entre a filologia portuguesa e a brasileira, e esse elo materializar-se-ia na presença de brasileiros na bibliografia de portugueses. Seria o reconhecimento da envergadura dos filólogos brasileiros tendo a língua portuguesa como objeto de estudos. Como isso não era fato, uma operação de tipo “gambiarra” procura, em notas, estabelecer o elo trazendo uma resposta portuguesa para a questão:

(99) “disse o eminente professor Paiva Boléo que a omissão não tem sido voluntária, mas decorre de falta de intercâmbio cultural e bibliográfico” (p. 27).

(100) “Diria que alguns filólogos portugueses timbram em desconhecer...” e acrescentaria que outros gostariam muito de ter notícias dos nossos estudos, dos nossos vocábulos e expressões, mas não o conseguem, porque ainda é pequeno e difícil o comércio do livro brasileiro em Portugal.” (p. 47).

É interessante observar a circulação dos livros de lingüística no Brasil. No nosso caso, não para estudar diretamente traços econômicos ou perfis sociais que são importantes, mas para ver a inscrição na escrituração (livros publicados) (que faz funcionar na língua o estabelecimento de condições para o diálogo).

É interessante observar que Melo foi professor da Universidade de Coimbra, onde ministrou curso sobre cultura brasileira. Foi Adido Cultural junto à Embaixada do Brasil em Lisboa e participou de congressos e simpósios em Portugal durante a década de 1960.

4.4. Uma noção de povo para a Língua do Brasil: os nomes das línguas demarcando o espaço de enunciação, o político no ensino.

O capítulo III aparece de modo muito específico para exemplificar dois pontos da reflexão do capítulo II. O primeiro é de ordem estrutural. O capítulo quer demonstrar qual é a dimensão da “influência tupi” na “Língua do Brasil”. Exercitando a fórmula estrutural: léxico/gramática, apresentada na primeira parte do livro, “evidencia” que a “influência” tupi se deu “apenas” no léxico, atingiu “apenas” as chamadas palavras lexicográficas, toponímia e antroponímia, na “horizontalidade” da língua. A influência africana, apesar de ter se aproximado da gramática, dos artigos, determinantes, pronomes, conectivos, na “verticalidade” da língua, mesmo assim não chegou a afetar a estrutura da “língua”.

Tendo esse ponto de vista estruturalista como lugar de análise, a enunciação traz para si o relato do jogo ensino/aprendizagem de línguas no processo civilizador do Brasil-Colônia. Essa contraparte da argumentação é muito marcadamente sociológica. Segundo ele, a influência africana foi mais profunda, porque o contato lingüístico do negro com o branco foi socialmente mais íntimo (casa grande e senzala). Nossa análise

procurou isolar os diferentes momentos do capítulo III. A introdução, páginas 41 e 43, traz operações narrativas que contam fatos de uma História de longa duração, mas que é resumida nos sete primeiros parágrafos. O restante do capítulo que vai até a página 72, dedica-se a mostrar qual é língua que sai vitoriosa do processo de concorrência.

O objetivo do trecho é argumentar a preponderância de uso da língua tupi em relação ao português até o século XVIII. Nessa argumentação, porém as línguas vão sendo nomeadas de modo a constituir um espaço enunciativo deslocado do europeu e ao mesmo tempo a ele filiado.

(101) “Teve a língua brasileira tão notória preponderância sobre a românica (...) Na verdade, o tupi era língua de catequese” (p. 41)

Aparecendo como “língua brasileira”, o tupi é recoberto pelos sentidos da colonização. Na formulação de Melo, o tupi é brasileiro e justamente, na *conformação* dos sentidos, ele tem lugar para introduzir as noções de povo e raça, fundamentais na composição do político no nacional. E nesse caso, a atribuição de importância a força do tupi que se “esvai tardiamente” já no século XIX.⁵¹

(102) “A situação de inferioridade do português parece que era tão flagrante e clamorosa, que o rei de Portugal chegou a baixar um decreto proibindo o uso da língua bárbara” (p. 42).

⁵¹ Em *Raízes do Brasil* de Holanda (1936), nas notas ao capítulo 4, esses sentidos também são recuperados. A nota nº 1 (vida intelectual na América espanhola e no Brasil) quer mostrar como é tardia a cultura do livro no Brasil. Em contrapartida, a nota seguinte (2. A língua-geral em São Paulo) trabalha justamente com os sentidos de que também tardia “foi” a oralidade tupi.

Numa análise em que nomear é simplesmente retomar partes do fio lingüístico; é operar com um fator que confere textualidade ao funcionamento do sistema lingüístico, os nomes “língua românica”, “língua de catequese” e “língua bárbara” são recursos para tornar o texto coeso e evitar repetições enfadonhas. Dessa posição, as referências à civilização européia seriam “obviedades históricas”, ou seja: não haveria diferença entre língua portuguesa e língua românica, entre tupi e bárbara; em resumo, renomear é um mero recurso do sistema.

Mas de um ponto de vista em que o sujeito enunciativo é estudado em sua inscrição histórica, os dados (recursos lingüísticos) constituem fatos de linguagem fundamentais no processo para a “ocupação” do espaço de enunciação do “outro”. Esse processo tem na aprendizagem das línguas um lugar importante justamente porque aí, nos dizeres do ensino, são distribuídas desigualdades ao tempo em que se afirma o pertencimento do sujeito de modo muito específico: o político (Guimarães, 2002, pp. 15-18). Estudemos uma seqüência em que é possível flagrar essa ocupação acontecendo em uma cena enunciativa.⁵²

(103) “Os padres da Companhia de Jesus, que tão cuidadosamente organizaram o estudo das humanidades no Brasil-criança, não se pejaram de substituir o idioma helênico pelo tupi, o ‘grego da terra’, como espirituosamente lhe chamavam”. (p. 42)

A seqüência aparece no rol dos argumentos que no conjunto dão uma dimensão de influência do tupi no português. Ao ser referido como “o grego”, o tupi é significado

⁵² A cena enunciativa (Guimarães, 1987; 2002) “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas (...) é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (p. 23).

a partir de um espaço de enunciação das línguas românicas. De tal modo que essas línguas perdem peso na enunciação.

E na medida em que o tupi vai sendo calado, o português também vai cedendo espaço para uma língua que é a européia mas que tem como espaço de enunciação a “Civilização Brasileira”.

Esse “o grego da terra” é parte do conjunto dos primeiros dizeres do processo de gramatização das línguas no Brasil. É parte do político no conjunto dos primeiros dizeres do ensino para a colonização do Novo Mundo. Ou seja, “o grego da terra” é parte daquilo que é preciso calar (esquecer) para que apareça o novo e o que é calado para impedir o novo sentido: o político na linguagem (Orlandi, cap. 3, 2002, pp. 47-64).

Observemos que “os padres” aparecem como protagonistas na distribuição dos lugares da cena enunciativa inscrita: a cena do “Brasil-criança”. Nessa cena, fica marcado um outro espaço de enunciação distinto do europeu, mas a ele filiado. A língua européia (esquecida) cedendo lugar para que apareça o novo: à “língua portuguesa americana”, à “toponímia brasileira”, à “antroponímia brasileira”. E esse é o jogo especificamente político que instala a contradição no próprio dizer:

(104) “Constituem legião os nomes indígenas aplicados a espécimes da nossa flora e da nossa fauna”.

(105) “Mesmo em nossa fraseologia figuram alguns remanescentes do tupi”.

É fundamental não esquecer que tanto a “voz dos padres” como a do próprio Melo estão especificamente no processo da gramatização, do ensino da língua. E aqui, não apenas o ensino-aprendizagem de um outro código, um outro sistema, mas aprender

a língua na língua a partir de um conjunto de regras apresentado como “nossa língua portuguesa”.⁵³

Demarcado esse território, o autor entra a exemplificar classes de nomes indígenas na língua do Brasil: a toponímia, a antroponímia, a fraseologia e verbos de radical tupi. Faz-se uma ruptura no processo histórico e com isso a análise se fixa numa sincronia. Quer dizer, da história resumida a um bilingüismo são observados fatos de linguagem remanescentes do tupi no português do Brasil. E essa tarefa que se estende até o final do capítulo, será executada de um ponto de vista em que os fatos lingüísticos são tomados “nas suas grandes linhas como fenômenos de coletividades”. Vejamos.

4.4.1. Lingüística histórica geral comparativa

Como dissemos, o autor está numa posição de produtor do conhecimento que enuncia a partir de um espaço tomado pela história da civilização ocidental a que se filia a brasileira; e, nesse caso, a linha de filiação é filológico-culturalista: culturas superiores e inferiores. Uma vez que a descrição é levada para esse lugar, impõe-se a ela o peso histórico do como se diz “a tradição da cultura ocidental”. Nessa interdição, trabalhando com uma Lingüística Histórica Geral Comparativa, a Melo interessa apontar para uma “‘grande distância’ que separa uma [língua] da outra no que diz à estrutura” (pp. 49-50). Em resumo, ele diz “exatamente como se deu com o árabe, língua, aliás, muito mais desenvolvida que o tupi e que sem embargo, não deixou vestígios apreciáveis da

⁵³ É instigante observar como os dizeres especificam e constituem o contraditório do processo: “o dizer é político” na medida em que dá a relação condições para que ela exista. A relação é então constitutivamente contraditória. Por exemplo: Um dizer a respeito de um desses profissionais midiáticos lotados no “pronto socorro” da língua: “Fulano de tal, o professor que está ensinando o povo brasileiro a falar português”. Em contrapartida, há muitos dizeres que produzem o sentido da “surpreendente unidade da língua portuguesa” no território nacional, por exemplo: “fala-se português do Chui ao Oiapoque”. Resumindo: temos aí então que o sujeito da língua do Brasil aparece como uno e homogêneo ao tempo em que precisa “aprender a língua”. Quer dizer, o sujeito é interditado por essa contradição construída na dispersão dos sentidos produzidos na história do ensino.

sua longa convivência de oito séculos na fonética, morfologia e sintaxe dos romances peninsulares” (p. 50).

Quer dizer, “se a adiantada cultura árabe não conseguiu afetar o português, fica difícil acreditar que o pobre tupi o tenha feito”. O que observamos é um sujeito enunciativo interditado por uma “clivagem etnocêntrica” na medida em que opera hierarquizando as culturas: uma língua é mais desenvolvida, mais adiantada, é superior a uma outra. O *status* da língua é demarcado então nessa hierarquia por traços do povo (raça), do seu “passado cultural”.

(106) “O árabe foi povo invasor e dominador, estava na plenitude de sua vitalidade, na fase expansionista da força nacional; a sua língua tinha um passado glorioso e rico, era instrumento de adiantada cultura e de opulenta literatura.” (p.50).

(107) “Os godos cristãos tinham suas tradições, seus costumes, sua religião, seu romance, e eram senhores da terra (...) A raça dos visigotos manteve, com os costumes e religião, a língua dos seus maiores.” (pp. 50-51).

São valores que dão à língua condições para que ocupe uma posição na hierarquia superior a de outras línguas. Falar em **opulenta literatura**, por exemplo, faz um sentido forte se for pensada em sua materialidade nos **sentidos da escrituração** como espaço nos processos de institucionalização.

(108) “O português era rico, complexo, maleável, possuidor de uma tradição literária.” (p. 51)

(109) “A língua indígena era pobre, simples, rudimentar, sem passado literário, era instrumento de um povo rude, de cultura primitiva”().

Observemos que a comparação se efetiva num âmbito geral “ter um passado, opulenta tradição literária, força nacional, ser invasor, dominador, ter cultura adiantada e terra.

Ele conta que o movimento das bandeiras nomeia os lugares e pessoas, e que do tardio bilingüismo do século XIX, reinou a estrutura, “a gramática do português. [Segundo Melo, a influência tupi foi “mais horizontal”, ao passo que a africana foi “mais vertical, menos extensa, mas mais profunda”: “a tendência à simplificação das flexões e certas deturpações fonéticas” (p. 75). A influência africana é, na enunciação, mais significada por palavras gramaticais e, nessa concepção, a língua é a estrutura do sistema-código lingüístico.] Mas o fundamental para a pesquisa é o fato de trazer o livro uma “interpretação” para a história do português do Brasil

4.4.2. O povo para uma história da idéias lingüísticas: o civilizador, o índio e o negro

Como vimos em 2.1. Limites pré-construídos para o objeto de estudos, a abordagem faz um corte delimitando um foco no objeto de interesse na língua trazida pelo europeu. As línguas ameríndias e africanas aparecem como componentes da constituição da “nossa fala popular”; o que é, para ele, “em parte é resultante da ação daqueles dois fatores estranhos”, (p. 90): o tupi e o africano. Nesse sentido, é próprio do processo do tomar o outro como o estranho ao tempo em que dá a ele um lugar fundamental para sua própria constituição: o lugar do povo. Uma questão que gostaríamos de examinar do ponto de vista da gramatização das línguas, mais especificamente, da história do ensino da língua portuguesa escrita no Brasil, incluindo perifericamente a língua praticada por aqueles “que adotaram o novo idioma”. Os

indivíduos só interessam enquanto falantes se adotaram o português “que naturalmente **não puderam dominar** todo o mecanismo e todas as sutilezas; antes **aprenderam-no mal**, desfigurando-o” (p. 17). As línguas ameríndias e africanas entram então como a contraparte provocadora de defeitos, aquilo que desfigura o português europeu.

Ao comentar a força do tupi em São Paulo, o tupi aparece como “material importado”, “língua bárbara”, “grego da terra” (voz dos jesuítas). O que, para ele, “em parte é resultante da ação daqueles dois fatores estranhos”, (p. 90): o tupi e o africano.

4. 5. Africanismos como “fonte de erro”

O capítulo IV também de modo muito específico aparece para exemplificar os mesmos dois pontos da reflexão do capítulo II. O primeiro é de ordem estrutural. Os capítulos querem demonstrar qual é a Língua do Brasil, a fórmula estrutural: léxico/gramática que “evidencia” que a influência africana, apesar de ter se aproximado da gramática, dos artigos, determinantes, pronomes, conectivos, na “verticalidade” da língua, mesmo assim não chegou a afetar a estrutura da “língua”.

Retomando esse ponto de vista estruturalista-sistêmico como lugar de análise, a enunciação traz para si o relato do jogo ensino/aprendizagem de línguas no processo civilizador do Brasil-Colônia. Essa contraparte da argumentação é muito marcadamente sociológica. Segundo ele, a influência africana foi mais profunda porque o contato lingüístico do negro com o branco foi socialmente mais íntimo (casa grande e senzala).

Esse contato trazido como fonte de erro é fundamental para constituir nos quatro capítulos seguintes o indispensável componente, constitutivo mesmo, da língua nacional, no sentido da posse, da propriedade estabelecida: A língua popular (cap. V) e A **noossa** pronúncia (cap. VI), Língua e Estilo (cap. VII) e O **nosso** vocabulário (cap.

VIII). Por esse caminho, a contraparte nesse processo é justamente da ordem da escrita que vem no último capítulo A língua literária. E essa ordem vem de um modo muito específico, em tais formas que o jogo político enunciativo produz uma ruptura radical em que a demarcação do território para a constituição do sujeito enunciativo **não permite** abertura para um lugar possível fora da escrita

4.6. A didatização da “questão”: a intervenção da escrita pela didatização (ponto crítico)

O desfecho do volume vem com um exercício tipicamente escolar. No quarto e último ponto do capítulo final, pela numeração de tópicos são os dois últimos 32 e 33 (pp. 188-200) sendo que já a partir da pág. 190, temos a apresentação, “procurado dar uma amostra quanto possível representativa”, de vinte trechos de escritores portugueses e brasileiros até a pág. 200 para que “o leitor faça a experiência e vá conferir seus palpites” ao indicar a nacionalidade do autor.

Por uma operação tipicamente das práticas didático-pedagógicas “a indicação minuciosa dos trechos e autores se acha no fim do volume, na segunda parte da ‘Bibliografia’”(p. 189). O sentido dessa “prática pedagógica” vem em um encaixe. Vejamos a seqüência:

(110) “Trechos esses onde não há elementos estilísticos que possam identificar a nacionalidade do autor. E dou um doce a quem apontar com segurança, quais os textos de autor brasileiro, quais os de autor português”

Quer dizer, a enunciação leva os sentidos para o refúgio que dá posse e cinde o sujeito enunciativo com uma língua nacional pelo espaço político enunciativo do

ensino. E esse refúgio é a língua literária, a escrita. “Como toda nação civilizada, **nós temos** uma língua literária” (p. 188). E a questão aí decisiva é o deslizamento de sentido que põe em relação parafrástica língua literária/ “língua brasileira” que vem assim entre aspas: um movimento ao mesmo tempo de inclusão e de exclusão que deslegitima. E logo nesse deslizar de sentidos a relação é levada para o reconhecer do texto brasileiro, assim sem aspas. Nos aparece então o desfecho como da ordem da **intervenção da escrita**.

(111) “Ora, qualquer um de nós pode, às primeiras frases, reconhecer **o texto brasileiro**. Mas eu sei por quê. É por causa dos elementos *estilísticos*, para que acenei. no capítulo sétimo. É fácil a distinção, quando o *assunto* é brasileiro, ou a *paisagem* é brasileira, ou a *cor local* é brasileira, ou o *vocabulário* apresenta elementos brasileiros. **Se tomo um trecho e leio:**

‘Verdes mares bravios de minha terra natal, onde canta a jandaia nas frondes da carnaúba ...’

logo vejo que se trata de autor brasileiro” (p. 189)

A imagem aí construída é da ordem específica da interface gráfica. São os sentidos do conhecimento, do saber construído na relação com a escrita: ver, identificar, distinguir.

(112) “(ainda que eu desconhecesse *Iracema*), porque **sei** que *jandaia* e *carnaúba* são vozes brasileiras, designativas de espécimes da fauna e da flora brasileira” (idem).

(113) “Mas, se nos faltam esses **elementos estilísticos de identificação**, e nos vemos diante de elementos exclusivamente estilísticos, então é impossível **distinguir**. E para que a afirmação não seja gratuita, termino este capítulo como uma **prova dos nove**.

E se o espaço dominante vem por essa imagem (sombra, diria Barthes) da escrita, um segundo encaixe traz novamente sentidos de práticas didático-pedagógicas: “...E dou um doce / ...E para que...”

4.7. Nomear para demarcar o território na Instituição

[A propriedade do conhecimento sobre as coisas] Em seu *Iniciação à filologia portuguesa* (1949), o processo que autoriza o dizer a respeito da língua ganha mais visibilidade. E essa autorização recai historicamente na Lingüística e, nesse caso, seu nome deve figurar em seu território como acontece com toda e qualquer Instituição. A clivagem diferencial reside justamente em terem as Ciências da Linguagem a própria linguagem por objeto. Nomear para demarcar o território. Em suas sucessivas reedições, efeitos de sentido desse processo acontecem na quarta edição tocando o arcabouço formal do texto em que “o título foi ampliado para corresponder ao conteúdo”: *Iniciação à filologia e a lingüística portuguesa* (1970). A entrada da lingüística no título, segundo o autor, procura “retratar a mudança de inteligência”. Do ponto de vista histórico, entendo que o que aí se constitui não é um período composto o gesto de nomear produz o efeito de conquista (claro, o objeto já existia) e de demarcação do território.

É bem verdade que o livro é de iniciação aos estudos de uma ciência, mas na primeira parte com seus sete capítulos circulam sentidos fundamentalmente para o reconhecimento do estatuto científico da filologia e da lingüística. Ou seja, há sentidos se desdobrando nos textos a reclamar uma posição institucional para as ciências da linguagem.

No espaço enunciativo da ciência, a demarcação do território vem de diferentes modos. Podemos dizer que há (des) territorialização do espaço enunciativo na produção do conhecimento. Certos sentidos de interdisciplinaridade oferecem a direção de uma certa “flexibilização” pelos sentidos de “especialidade”. Observemos que há aí, no flexibilizar, sentidos de uma discursividade bastante específica; e que muitas vezes aparece como uma junção de forças para solucionar os problemas, para buscar explicações acumulando outros olhares à empreitada. E aí se desterritorializa também a noção de ética na produção do conhecimento.

4.7.1. Ciência e ética

Mas do ponto de vista histórico são marcas específicas do processo de institucionalização da lingüística (?!!). De um modo mais específico, a reedição quer redefinir no conjunto da produção desenvolvida pelo autor o território da lingüística.

(114) “Entre as muitas pequenas alterações, chamamos atenção para os dois primeiros capítulos, que procuram retratar a mudança de inteligência que entre nós sofreram a Filologia e a Lingüística, sobretudo nestes últimos cinco anos. Isto explica inclusive, a alteração do título: diversos assuntos tratados já não se enquadram bem no que hoje, mais rigidamente, se conceitua por filologia, constituindo antes indagações da Lingüística”. (Prefácio da 4ª ed. 1970).

Vê-se que o que se quer é salvaguardar o objeto de trabalho do produtor do conhecimento como uma questão de direito, de cidadania, de “propriedade privada”.

(115) “No entanto, aqui e além permanecem abertas as fronteiras das duas disciplinas, e os respectivos especialistas têm livre trânsito, sem passaporte, em ambos os domínios. Mais: cá e lá gozam direito de cidadania plena.” (Prefácio da 4ª ed., 1970).

a) Redimensionando o estudo do espaço de enunciação do produtor do conhecimento, é curioso observar que esse apelo ao científico se dá no interior da própria produção do conhecimento sobre a linguagem. Nesse caso, os sentidos tomam a direção de uma política epistemológica o que formalmente seriam idéias “fora do lugar” (?). Em outras palavras: como o texto que traz o resultado da produção científica pode/deve contemplar discussões sobre a própria posição de quem fala? Como se dá especificamente o debate?⁵⁴

b) Um comentário antecipado para a leitura do próximo ponto é que o nosso autor se quer reconhecido num lugar com limites para circular em seu processo de análise. Em suas palavras: “para descobrir como, sem sair do campo da Lingüística Geral, é possível concluir pela inexistência da ‘língua brasileira’”.(p. 28). Ou seja, está aí e em outras formulações, um atalho para argumentar sua incursão desviante de determinadas dificuldades. A oração “sem sair do campo da Lingüística Geral” aparece formalmente como parte do processo argumentativo. O discernimento próprio da análise “afunila” os campos de segmentação do objeto, saturando o princípio da unidade/variedade.

E essa demarcação se insurge de modo muito peculiar ao longo dos reclames do autor em relação à falta de trabalhos a respeito do objeto de estudos. Em vários momentos, ele reclama a ausência de trabalhos de base, no caso, dialetológicos principalmente.

⁵⁴ Ao menos nas ciências da linguagem, salvo as ironias, as considerações sobre posições alheias, que é um ponto chave no debate sobre ética, se dão muito mais no âmbito da função Autor. Um outro lugar para onde os sentidos logo deslizam quando a ética entra em discussão é a questão da “propriedade do conhecimento produzido”, “as patentes”, a autoria e o *copyright*.

CAPÍTULO 5

A questão da língua em “O indígena na formação da família brasileira” por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala* ⁵⁵

Dada a audiência de suas obras, entram para o *corpus* da pesquisa estudos de *não-especialistas*, mas que são de “áreas vizinhas”, historiadores, sociólogos, antropólogos: intérpretes do Brasil, fundamentais nas instituições, que em suas trajetórias passaram pela “questão da língua”: Gilberto Freyre em seu *Casa Grande & Senzala* de 1933.

Neste capítulo dedico-me ao estudo de *O indígena na formação da família* (pp. 156-263) capítulo II de *Casa Grande & Senzala* em seções sobre os “sujeitos sociais da formação por gênero”: o índio (o invertido), a índia e o culumim (a criança); ou seja, cada trecho traz “uma história”. Há recuperações de anterioridades que engendram pontos de uma *formação* brasileira já definida. De modo que o tempo da *formação* é percorrido diversas vezes para “medir o peso” de cada um dos gêneros no processo de formação. E em cada um desses “vai-e-vem” a história é sintetizada num entrecruzamento de tempos na língua. Entendemos, então, ser proveitoso o estudo do deslizamento de sentido nesses pontos onde “de um sentido vai-se a outro pela materialidade da linguagem”.

Nossa análise se detém, no entanto, mais detalhadamente nos deslizamentos localizados na seção dedicada à criança, ou melhor, ao esforço educativo e civilizador; ao processo de cristianização, onde justamente entra a “questão-objeto” desta pesquisa: os treze parágrafos sobre a língua do Brasil. A análise demarcou duas partes nas páginas de Gilberto Freyre nesse trecho. A primeira (pp. 219-221) enuncia **o que** ocorreu na história das línguas e a segunda (pp. 221-223) mais especificamente **como**

⁵⁵Anexos pp. 246-251, trazendo trechos da 49ª ed. de *Casa Grande & Senzala*, 2004, pp.219-223.

ocorreu a “conversão para a língua portuguesa”. Há, entretanto, na fluidez da relação entre as partes, porções de uma na outra.

Neste trabalho dedico-me, como ficou acertado, ao trecho em que entra a “questão da língua” privilegiando o estudo de zonas fronteiriças. O corpo principal do trabalho traz três pontos. Um para o estudo dos limites da questão na textualidade em relação a outras questões do capítulo e os dois outros pontos analisam respectivamente a primeira e a segunda parte do trecho que Freyre aborda a questão. Os anexos trazem:

I. Diagrama da *linearidade paginar* do texto freyreano.

II Diagrama do trecho em que a “questão” aparece como objeto do autor.

III traz o texto do referido trecho (pp. 219 e 223).

Comecemos então por um estudo dos sentidos nas fronteiras do território da “questão”.

5. 1. Desdobramento do sujeito: do enunciado à enunciação

Um marcador espacial produz na textualidade o efeito de abertura do trecho.

(116) “ No Brasil o padre serviu-se principalmente do culumim, para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupí-guaraní” (p.219).

Além de trazer, no âmbito do enunciado, a relação de oposição territorial, o “No Brasil” marca uma fronteira na enunciação, a partir da qual o tempo da *formação* será novamente percorrido, mas dessa vez para trazer **o que** ocorreu na história da “questão da língua”. Seis parágrafos adiante, um comentário metaenunciativo marca a entrada de

um novo retorno ao início do tempo da *formação* para enunciar **como** ocorreu a “questão” trazendo uma relação de paráfrase com o enunciado de abertura.⁵⁶

(117) “Do menino indígena, **já o dissemos**, os padres recolheram o material para a organização da “língua tupi”: esta resultou do intercuro intelectual entre catequista e catecúmeno.”

Essa relação parafrástica na materialidade significativa é lugar privilegiado para observar o desdobramento do sujeito do enunciado em sujeito da enunciação, objeto do esforço da pesquisa. Ou seja, a relação parafrástica marca o “ir e vir” no tempo e constitui uma forma estruturante da enunciação na textualidade. Uma movimentação de sentidos. Sete parágrafos mais tarde, a “questão da língua” sai do “centro da materialidade textual” e a enunciação faz os sentidos deslizarem para as relações entre raças. Desses treze parágrafos sobre a “questão”, a partir de agora, trazemos análises específicas.

5. 2. O que aconteceu (primeira parte do trecho)

Num primeiro bloco, os dois primeiros parágrafos trazem marcas de uma forma específica de textualização dominante no trecho. A “longa história” é percorrida com começo, meio e fim. Vejamos.

⁵⁶ Observar aqui a categoria metaenunciativa estudada por Jackeline Althier (1998).

1º parágrafo Serviu-se, formou. Desde logo, aproximou. Para, em seguida, aproximá-los. Quando mais tarde predominou, Já estava impregnado, já perdera o ranço. Amolecera-se, infantilizara-se.	3º parágrafo Realizou-se, partiam, falavam. Designavam, fundavam, falando, encarregando-se.
2º parágrafo Ficou-nos um vício. Que só hoje vai sendo corrigido, atenuado. Ainda muito cheio de expressões indígenas. Ainda quente da influência africana.	4º parágrafo Tupís ficaram os nomes.

Essas marcas temporais aparecem de um modo específico. O “ficou-nos” que abre o segundo parágrafo sentencia o fim do processo. O “Só hoje vai sendo corrigido” marca um outro momento histórico. É a continuidade da *formação* constituída num espaço enunciativo não mais “bilíngüe”, mas sim das línguas na mesma língua: “o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo (...) o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores” (p.220).

E o “ainda” vem para situar um distanciamento tal que o final do processo é significado como um atraso. De modo que o relato no acontecimento enunciativo

produz três tempos: o anterior ao que “ficou”, o seu posterior marcado pelo “ainda”, pelas formas de um pretérito imperfeito, definido pelo “já”, seguidas pelas formas de um pretérito mais que perfeito. Essas são marcas de uma certa forma de textualização que se repete ainda na primeira parte.

Em resumo, os pares “serviu-se/ficou-nos” e “realizou-se/ficaram” sentenciam o fim do processo de gramatização das línguas no Brasil em seqüências descontínuadas. É justamente essa descontinuidade que constitui uma abertura para a fragmentação do sujeito enunciativo. A enunciação segmenta um lugar/tempo heterogêneo para *eles* (índios e brancos) no passado e um lugar/tempo em processo de homogeneização das línguas para um *nós* (o brasileiro) no presente: heterogeneidades homogeneizadas. É na fluidez desses desdobramentos na língua relacionados aos sentidos da razão gráfica que encontramos o objeto da pesquisa.

“Ficou-**nos**, entretanto (...) um vício em **nosso** idioma”.

“O melhor que hoje **nos** resta dos valores materiais dos ameríndios”.

“Pelo menino veio-**nos** a maior parte de elementos morais
incorporados a **nostra** cultura”.

“Era o cristianismo que já **nos** vinha de Portugal”.

Constitui-se um sujeito enunciativo marcado por essa disjunção histórica.

5. 3. Como aconteceu (segunda seção do trecho)

Com a segunda seção, vem o sentido de recomeço do relato, mas desta vez com o efeito da história conhecida. Essa última parte vem relatar como ocorreu a história. O

parágrafo de abertura marca a manutenção da estrutura de textualização, ou seja, a enunciação recupera anterioridades que engendram pontos da *formação* brasileira já definida. Vejamos as marcas temporais.

6º parágrafo

Recolheram o material

Resultou do intercuro

Transmitiu-se da cultura

Hoje nos resta

Veio-nos a melhor parte.

O objeto de análise do autor é um certo “sistema de intercuro intelectual adotado pelos jesuítas”.⁵⁷ Nesse sistema, há “valores materiais” e “elementos morais” e dentre eles: o conhecimento das línguas. A enunciação traz então porções desse conhecimento em pequenas cenas do cotidiano da obra de cristianização, um processo que se inicia já na seção anterior. Uma peculiaridade própria do trabalho com certo viés historiográfico-antropológico e, por assim dizer, arqueológico no sentido dos *Annales* é a documentação. E na textualidade esse procedimento é marcado pela entrada de cenas trazidas por vozes outras.

Escreve Theodoro Sampaio (3º parágrafo).

Escrevia no século XVII o Padre Antonio Vieira (4º)

Informa Theodoro Sampaio (5º)

O Padre Simão de Vasconcelos esclarece-nos(7º)

É assim que de Anchieta nos informa(7º)

Diz o referido Padre Simão (8º)

⁵⁷ Entra uma abordagem dialética hegeliana.

E Varnhagen comenta (9º)

Procissão que o Padre Américo Novaes, baseado em Southey, evoca (9º)

- Diz Varnhagen –

“Na poesia lírica brasileira do tempo da colonização”, **nota José Antonio de Freitas**
“os jesuítas[...]ensaiavam as formas que mais se assemelhavam aos cantos dos Tupinambás, com voltas e refrens, para assim atraírem e converterem os indígenas à fé católica” (13º).

(118) “**E acrescenta:** “Numa época em que os cantos populares eram proibidos pela igreja, numa época em que o sentimento poético das multidões estava completamente sufocado e atrofiado, o colono, para dar expansão à saudade que lhe ia na alma, não deixava de repetir aqueles cantares, que os jesuítas autorizavam” (p. 223).

As cenas oferecem “lugares de mudança”.

7º parágrafo

(119) “Sucedendo que o padre ‘na mesma classe falando latim alcançou da fala dos que o ouviam a maior parte da língua do Brasil’”.

8º parágrafo

(120) “Espalhavam-se a noite pelas casas de seus parentes a cantar as cantigas pias de Ioseph em sua própria língua contrapostas às que elles costumavam cantar vãs & gentílicas.” ()

No 9º parágrafo, a “questão” não aparece diretamente, mas subsumida em “elementos morais incorporados à nossa cultura”. Ou seja, ela é considerada como parte da cristianização, das procissões, da música, dos louvores, dos cantos.

(121) “‘Feitos acolytos os primeiros piás mansos, todos os mais cabloquinhos lhes tinham inveja, do que aproveitavam os jesuitas, entrando com elles pelas aldeias em procissões de cruz alçada, entoando a ladainha, cantando rezas e arrebanhando muitos; com o que se honravam as vezes os pais’. Procissão que o padre Americo Novaes, baseado em Southey, evoca em cores ainda mais vivas: meninos e adolescentes vestidos de branco, uns com açafates de flores, outros com vasos de perfume, outros com turíbulos de incenso, todos louvando Jesús triunfante entre repiques de sino e rancos de artilharia. Eram as futuras festas de igreja, tão brasileiras, com incenso, folha de canela, flores, cantos sacros, banda de música, foguete, repique de sino, vivas a Jesús Cristo, esboçando-se nessas procissões de culumins. Era o cristianismo que já nos vinha de Portugal cheio de sobrevivências pagãs, aqui se enriquecendo de notas berantes e sensuais para seduzir o índio. Nóbrega chegava a ser de opinião que pela música conseguiria trazer ao gremio católico tudo quanto fosse índio nu das florestas da America; e pelo impulso que deu a música tornou-se – diz Varnhagen – “quasi um segundo Orfeu”().

Ainda em pequenas cenas do cotidiano, os parágrafos 10 e 11 são os últimos a considerar as línguas (o português, “o latim de igreja” e o tupi) de modo frontal.

10º parágrafo

(122) “De música inundou-se a vida dos catecúmenos. Os culumins acordavam de manhã cedo **cantando**. **Bendizendo** os nomes de Jesús e da Virgem Maria: “dizendo

os de hu coro: Bendito & louvado seja o santissimo nome de Iesu & respondendo os de outro. & o da bem aventurada Virgem Maria para sempre, Amen”. E todos juntos **em** grave **latim** de igreja: “Gloria Patri & Filio e Spiritui Sancto, Amen”()).

11º parágrafo

(123) “Mas esses louvores a Jesús e à Virgem não se limitavam á **expressão portuguesa** ou **latina**: transbordavam no tupí. Ao toque da ave-maria quase toda a gente dizia em voz alta, fazendo o pelo-sinal: *Santa Caruça rangana recê*; para então repetir cada um na sua lingua a oração da tarde. E era em **tupí** que as pessoas se saudavam: *Enocoêma*; que quer dizer “bom dia” ().

No 12º e 13º parágrafos que finalizam o trecho, a “questão” aparece já em formas de um lugar subsumido. Ela é significada em processo de apagamento, diluída na relação com a música.

12º parágrafo.

(124) “Quando mais tarde apareceu a “**modinha**”, foi guardando ainda certa gravidade de **latim** de igreja, uma doçura piedosa e sentimental de sacristia a açucarar-lhe o erotismo, um misticismo de colegio de padre a dissimular-lhe a lascivia já mais africana do que ameríndia”()).

5.3.1. A escrita para apagar as línguas

E como parte desse processo, é no 13º parágrafo que vem o ponto crítico e acontece a intervenção da escrita para limitar o território da questão da língua.

(125) “Numa época em que os contos populares eram proibidos pela Igreja, numa época em que o sentimento poético das multidões estava completamente sufocado e atrofiado, o colono para dar expansão a saudade que lhe ia na alma, não deixava de repetir aqueles cantares que os jesuítas autorizavam”. Graças ao imperador D. Pedro II, que obteve em Roma, **cópias das quadras escritas** pelos jesuítas para os meninos dos seus colégios e missões no Brasil, conhece-se hoje a seguinte publicada por Taunay:”
(p. 223)

Ao décimo sexto parágrafo já vai ao centro do texto “um outro traço simpático” dessa presença do indígena na formação da família brasileira: a confraternização das raças. De modo que a escrita regula o conhecimento da língua ao tempo em que na textualização, sentencia seu fim.

Um último comentário sobre o entrecruzamento de tempos é a respeito do futuro. Vejamos duas seqüências:

(126) “Língua que **seria** uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil”().

(127) “**Eram as futuras** festas de igreja, tão brasileiras”().

Quer dizer, a língua deixou de ser o que era para ser parte da unidade do Brasil.

5. 4. As Línguas

A enunciação traz ações de “sujeitos” [de diferentes raças e culturas], entre eles as línguas também como sujeitos do processo, mas com a particularidade de serem

sujeitos da coletividade; e, com isso, produz-se um efeito de indeterminação em que pesa um forte sentido naturalista.

(128) “Entre o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo”().

(129) “E o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo. O deste **ainda** muito cheio de expressões indígenas, como o do escravo **ainda** quente da influencia africana”().

(130) “**O tupi-guaraní aproximou** entre si tribus e povos indígenas, diversos e distantes em cultura, e até inimigos de guerra, **para**, em seguida, **aproximá-los** todos do colonizador europeu”().

(131) “**O idioma português** – sempre oficial – **predominou** sobre o tupí, tornando-se, ao lado deste, língua popular”().

Diagrama da linearidade paginar

Casa Grande & senzala de Gilberto Freyre

Capítulo II. *O indígena na formação da família* (pp. 156-263).

Diagrama da linearidade paginar

[illegible]

Início

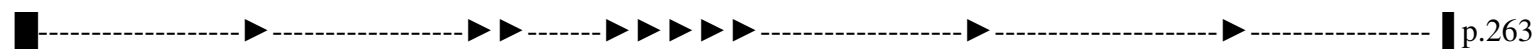
Ponto crítico: “cópia das quadras escritas” (p.223)

do cap.⁵⁸

(p.219)“No Brasil”

“Um outro traço simpático”(p.223)

219-“a questão”-223



P.156

⁵⁸ Consideração sobre a inserção do capítulo no livro na obra: relações com o objeto do capítulo. A constituição de relações de sentido em fatos de linguagem.

CAPÍTULO 6

Um “entretanto” para a língua nacional em “O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro” por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*⁵⁹

A “questão da língua” em *Casa Grande & Senzala* retorna no Capítulo IV. *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*. Temos dois trechos preambulares (pp. 405-410) (pp. 410-413/414); três trechos específicos (pp. 413/414-415, 5 parágrafos); (pp. 415-417, 4 parágrafos); (pp. 417-419, 2 parágrafos). Este trabalho analisa o jogo político enunciativo constitutivo da “formação do nacional” em quatro partes. Em uma parte preambular, estudamos um acontecimento enunciativo, uma mudança da ação descrita. Com ela, entra na enunciação a busca da “origem” (européia) e a “influência” (africana) como marcas dos processos de gramatização das línguas no Brasil: a demarcação de fronteiras dos sentidos para a formação do brasileiro. As três partes seguintes são dedicadas aos trechos do ensaio freyreano em que a língua é tratada de forma específica. Em um primeiro momento, procuramos compreender efeitos do deslizamento de sentidos de uma abordagem histórico-cultural para uma dimensão corpórea da língua em uma consistência natural. Em seguida, descrevemos a entrada do ensino e da gramática para mudar a consistência da língua e levar a relação de embate com as línguas africanas para o domínio europeu: uma “consistência” institucional. E, por fim, vemos como a relação com as línguas africanas significa a formação da língua nacional na relação com a européia.

O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro (IV capítulo; pp. 366-497), já a partir do título, a enunciação constrói sentidos de uma totalidade (o brasileiro) que se distingue de outras justamente por aquilo que ela não é, mas “traz” em si; o negro: contraparte na constituição dessa totalidade. O texto é aberto nessa direção:

⁵⁹ Anexos pp. 251-266.

(132) “Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo – há muita gente de jenipapo ou mancha mongólica pelo Brasil - a sombra ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro (...) a influência direta, ou vaga e remota, do africano” (p. 367).

A cena oferece, em tempo presente, a trajetória histórica de uma “totalidade” influenciada pelo negro como uma “sombra”. Nas páginas seguintes, o lugar do negro africano é construído num longo percurso em que pesam distinções psicológicas e culturais. À página 396, os sentidos deslizam para os “característicos físicos dos negros” e daí passam (a partir da p. 398) à questão da sexualidade; e, nela, a moral, as formas de luxúria e de amor.⁶⁰

Dessa direção (a partir da p. 405), os sentidos deslizam para a “feitiçaria” e a “magia sexual” e, justamente nesse ponto, um fato de linguagem torna visível uma dimensão histórica no sentido da gramatização das línguas.⁶¹ Vejamos.

6.1. Fronteiras dos sentidos para a “formação do brasileiro” (ponto crítico)

Operando com uma leitura investida pelo ponto de vista histórico, o exame do enunciado a seguir torna possível compreender o acontecimento de uma ruptura enunciativa e com ela uma mudança na constituição dos sentidos.

⁶⁰ Cena enunciativa (Guimarães, 1987; 2002) “se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas lingüísticas (...) é um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento” (p. 23).

⁶¹ Esse método de compreensão da disposição das materialidades é relevante em Febvre, Lucien. “Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee. In: Combats pour l’histoire. Paris, Armand Colin, 1953. p. 119-43. E também em (E. Orlandi, 2001, p. 185), reflexões a respeito dos efeitos das materialidades do discurso na textualização, tomando o texto como unidade de análise, porção do imaginário mobilizado na textualização no acontecer de uma nova versão de discursos que circulam em formas materiais constitutivas e estruturantes da relação sujeito/língua na história, mecanismos que marcam os efeitos de sentido das relações entre locutores. O texto como versão de discursos em circulação incessante.

(133) “A freqüência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de origem exclusivamente africana. **Entretanto**, o primeiro volume de documentos relativos às atividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas” (p. 405-406).

Para além de uma concepção benvenistean (1966, 1974), centrada na atividade do locutor, observamos no “entretanto” uma dimensão enunciativa que extrapola os domínios da relação adverbial local, da união de sentidos contrastantes tão em acordo com os modelos locucionais de argumentação. Compreendamos o “entretanto” como marca de mudança da ação descrita, como marca dos processos de gramatização das línguas no Brasil, como marca de uma *disjunção adverbial histórica*.

Ou seja, não vemos aí apenas o sentido de uma dimensão adverbial que remete para um intervalo de tempo fora do texto, que remete para o tempo histórico da colonização. Veja bem, remete a sentidos não a coisas. Remete à questão da existência da gramática. Acompanhando o que diz Paul Henry em seu *Ferramenta Imperfeita* no capítulo 2. Digamos que o ponto alto da discussão sobre a relação sujeito e significante é mesmo a questão de sua estruturação (nota: texto para entrar no capítulo) ⁶².

Na própria materialidade da linguagem, há uma instrumentação específica da gramatização demarcando fronteiras para certos sentidos e abrindo passagem para outros. Abertura como própria da heterogeneidade da linguagem, aqui vista especificamente como parte do jogo político para a constituição da língua nacional. Com isso, a partir do “entretanto”, mudam os pesos dos papéis históricos. De tal forma, o jogo político entra então em um processo decisivo e esse percurso tem seu ponto alto no trecho em que é tratada a “questão da língua”.

⁶² Interessa dizer que no referido capítulo 2, das relações do sujeito e do significante, o ponto alto é realmente o que antecede a conclusão do capítulo: é a questão da existência da sintaxe.

6. 2. Origem européia e influência africana

Justamente como parte desse acontecimento, dessa mudança da ação descrita, entram os “sentidos da origem (européia)”. Observemos essa movimentação de sentidos operada num processo enunciativo de domínio europeu: uma “ordem enunciativa”. À margem desse processo, mas como parte constitutiva indispensável, o negro entra significado pela “influência”: origem européia→influência africana.

(134) “A freqüência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de **origem** exclusivamente africana” (p. 405).

(135) “Suas práticas podem ter recebido **influência** africana: em **essência**, porém, foram expressões do satanismo europeu que ainda hoje se encontra entre nós, **misturado** à feitiçaria africana ou indígena” (p. 406).

(136) “A feitiçaria de direta **origem** africana aqui desenvolveu-se em **lastro** europeu” (p. 407).

(137) “Uma série de práticas em que as **influências** africanas **misturaram-se**, muitas vezes descaracterizados, traços de liturgia católica e sobrevivências de rituais indígenas” (p. 407).

(138) “Mas o grosso das crenças e **práticas** de magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram **coloridas pelo** intenso misticismo do **negro**” (p. 407).

Também como efeito da abertura para “os sentidos da origem da formação do brasileiro”, o objeto de análise é segmentado em sua “ordem natural”: o “recém-nascido”, a “criança” e a “gente grande”. Como efeito de busca da “origem”, da

“essência” e do “lastro” (europeu), a enunciação traz nessa ordem temporal uma abertura para tais sentidos e com isso diferentes pesos específicos para os sujeitos constituídos. Na posição de coadjuvante, mas como parte constitutiva do jogo político enunciativo da “formação”, o negro é constituído pelos sentidos da “influência”, da “mistura” e do “colorido” (a cor local), e também do “enriquecimento” e do “acréscimo”.

(139) “**Historias africanas**, principalmente de bichos – bichos confraternizando com as pessoas, falando como gente, casando-se, banquetecendo-se-, **acrescentaram-se às portuguesas**” (p. 414).

(140) “Tradições portuguesas trazidas pelos colonos brancos (...) foram aqui **modificadas** ou **enriquecidas** pela influência da escrava africana” (pp.409-410).

Mas, às portas do território lingüístico em que a “questão da língua” é objeto central do ensaio, entram como parte constitutiva do processo efeitos de sentido que deslizam do “enriquecimento” e “acréscimo”, para a “modificação”, a “alteração” e a “adaptação”. O que definitivamente altera a demarcação das fronteiras para a constituição do nacional.

(141) “Também as canções de berço portuguesas, **modificou-as** a boca da ama negra, **alterando** nelas palavras; **adaptando-as** às condições regionais; ligando-as às crenças dos índios e às suas” (p. 410).

(142) “As historias portuguesas sofreram no Brasil **consideráveis modificações** na boca das negras velhas ou amas de leite” (p. 413).

De forma específica, a “questão” aparece numa passagem de três trechos de seis páginas, dez parágrafos. Passemos então a uma descrição de especificidades enunciativas desses trechos em três partes.

6. 3. A dimensão corpórea da língua

Se nos trechos preambulares a enunciação traz o negro na “função”, no “gênero de vida”, na “profissão de contar histórias”, os sentidos logo deslizarão para uma dimensão corpórea. Como nos primeiros parágrafos os sentidos vão deslizando de “canções de berço” para “cantar e contar histórias”, é pela oralidade que entra a “questão da língua”. Desse ponto, justamente pela significação que inclui o corpóreo, a enunciação traz um peso específico para o negro no jogo político de constituição da “língua nacional”.

(143) “Também as canções de berço portuguesas, modificou-as **a boca da ama negra**” (p.410).

(144) “As historias portuguesas sofreram no Brasil consideraveis modificações **na boca das negras** velhas ou amas de leite” (p. 413).

(145) “Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência **da boca africana**” (p.414).

(146) “Os nomes próprios (...) dissolvendo-se deliciosamente **na boca dos escravos**” (p.414).

Essa relação metonímica produz sentidos de ausências⁶³ e é parte da dimensão histórica da gramatização das línguas em que a “origem” [européia] ganha peso. Nesse processo, vão sendo constituídos os sentidos que contornam a representação enunciativa do negro: os “sem-história”.

(147) “São entretanto **vocábulo órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura**; que deixamos que subissem, com os moleques e as negras, das senzalas às casas-grandes” (p.416).

Essa construção enunciativa propõe uma interpretação numa dimensão orgânica, produz uma metáfora para a história da língua como um processo alimentar. É o que vemos nos dois pontos seguintes.

6. 3.1. A língua objeto de degustação: a consistência natural

Se “não há história”, a relação metonímica oferece caminhos a seguir: a *boca* traz o sentido da língua enquanto linguagem (oral), mas traz também o sentido orgânico. A língua como resultante de um fazer natural/orgânico.

(148) “A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles” (p. 414).

⁶³ [De boca. Sem comprovação por escrito; oralmente. **Falar da boca pra fora.** Falar sem convicção, ou sem maior preocupação com a verdade; falar por falar].

Na relação palavras/comida, as línguas são então significadas na dimensão de uma certa “consistência degustativa”. Para significar essa dimensão, entra na enunciação “o processo de reduplicação da sílaba tônica”: “o dói dos grandes tornou-se o dodói dos meninos” num processo de “amaciamento”, “amolecimento” das palavras: “cacá, pipi, bumbum, tentem, nenem, tatá, papá, papato, lilí, mimí, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha”. A reduplicação das sílabas produz um certo sentido de movimento corpóreo da língua como órgão da cavidade bucal: a imagem da mastigação; a língua é sentida.

(149) “Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos. As Antonias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as terezas Tetés; os Manuéis, Nezinhas, Mandús, Manés; os Franciscos, Chico, Chiquinho, Chico; os Pedros, Pepés; os Albertos, Bebetos, betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, das Manús, calús, bembens, Dedes, marocas, Nocas, Nonocas, Gegês” (p. 414).

Com essa imagem, os sentidos deslizam para uma direção tal que a língua (gem), em formação, será significada pelo efeito orgânico de determinadas substâncias, por sua palatabilidade positiva, notadamente por propriedades ligadas à consistência. Várias seqüências enunciativas abrem espaço para, digamos, “um momento histórico de degustação” numa relação atravessada por um efeito de sentido letárgico que abriga a valorização do selvagem, do exótico.

- (150) “Assim, a velha canção ‘escuta, escuta, menino’ aqui **amoleceu-se** em ‘durma, durma, meu filhinho’” (p. 410).
- (151) “A linguagem infantil também aqui se **amoleceu** ao contato da criança com a ama negra” (p.414).
- (152) “Algumas **palavras**, ainda hoje **duras** ou **acres** quando pronunciadas pelos portugueses, **se amaciaram** no Brasil” (p.414).
- (153) “É uma das falas mais **doces** desse mundo” (p.414).
- (154) “Palavras que só faltam **desmanchar-se** na boca da gente” (p.414).
- (155) “Os nomes próprios foram os que mais **se amaciaram**”, perdendo a solenidade, **dissolvendo-se** na boca da gente” (p.414).
- (156) “Um **amolecimento** de resultados às vezes **delicioso** para o ouvido” (p.415).
- (157) “Nas Antilhas e na Louisiana ‘bonnes vieilles négresses’ **adocicaram** o francês” (p.415)
- (158) “No sul dos Estados Unidos as ‘old mammies’ deram ao ranger das sílabas ásperas do inglês uma **brandura oleosa**” (p.415).
- (159) “Nas ruas de Nova-Orleães, nos seus velhos restaurantes, ainda se ouvem anunciar **nomes de bolos, de doces, de comidas num francês mais lírico** que o da França: “Pralines de Pracanes”, “bom café tout chaud”, “blanches tablettes à la fleur d’oranger”. Influência das “bonnes vieilles négresses” (p.415).
- (160) “As línguas africanas (...) **dissolveram-se** nela, enriquecendo-a; de expressivos modos de dizer; de toda uma série de **palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor**” (p. 416).
- (161) “Palavras em que não sentimos o menor **sabor** arrevesado do exótico” (p. 416).
- (162) “São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa **experiência**, ao nosso **paladar**, aos nossos **sentidos**, às nossas **emoções**” (p. 417)

Essa “ingestão” é mais concentrada entre as páginas 414 e 416. Mas já à página 415, entram sentidos de um “resultado histórico da letargia degustativa inicial”. Com essa relação em que falar significa comer, a enunciação constitui a língua como um corpo em processo alimentar sofrendo alterações, constituindo um “estado de faltas”.

6. 3. 2. Efeitos [da digestão] da língua

Tomada a história da língua como um processo alimentar, ou seja, nas condições de um sujeito constituído em estado de efeito químico-orgânico, os sentidos das relações entre as línguas deslizam no trecho seguinte para um território institucional europeu. E, aqui, é oportuno marcar a importância dos efeitos de sentido produzidos pelas relações de tempo na enunciação.

(163) “Caldcleugh, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, **deliciou-se com o português colonial. Um português gordo, descansado.** Distingui-o logo do da metrópole. A pronúncia dos brasileiros pareceu-lhe **menos** nasal que a dos portugueses; e **menos** judia (“not so Jewish”) na maneira de pronunciar o s; “and on the whole is a more agreeable language than in the mouth of a native” (123).” (p.415).

Constituída essa posição futura de quem transcorreu o tempo da colonização e observa o “resultado histórico da letargia degustativa inicial”, marcada pelos sentidos da discursividade do paradisíaco, os sentidos logo deslizam para as “faltas” da língua. “A pronúncia **menos** nasal; e **menos** judia (...) **sem** a mesma rigidez” (faltas constituídas pelos efeitos da gramatização). E com a entrada de sentidos dos efeitos do clima na formação do “corpo” social, a enunciação traz para o jogo político a constituição de um

“estado patológico da língua” numa relação metonímica “**um português gordo, descansado**”.

(164) “Fato que Caldcleugh atribuiu exclusivamente ao clima. Ao calor dos trópicos. O clima lhe pareceu agir sobre a fala, como sobre a atividade mental dos brasileiros, no sentido de uma grande **lassidão**” (p. 415).

Observemos que é fundamental ver em **lassidão** um percurso de sentidos que vão de prostração de forças, cansaço, fadiga, fastio, enfastiamento, frouxo, fraco, abatido, debilitado, mórbido, doentio; mas também, voluptuoso, sensual.

(165) “Curioso, porém, que tão atento à influencia dos judeus sobre a pronuncia reinol do s, Caldcleugh não tivesse reparado na influência dos negros sobre o português no Brasil. Quando os negros foram maiores **inimigos** que o clima dos ss e dos rr; maiores **corruptores** da língua no sentido da **lassidão** e do **langor**” (p. 415)

(166) “Da boca africana aliada ao clima – outro **corruptor** das línguas européias, na fervura por que passaram na América tropical e sub-tropical” (p. 414).

E a ressonância que vem em **langor**, languidez, lânguido desliza para sem forças, sem energia; e, logo para, em **corromper**, tornar podre, estragar, decompor: percurso naturalista. Constituído por essa via, ao sujeito são denegadas outras formas de existência.

6. 3. 3. Da criação ao ensino da língua: a consistência institucional

Tomemos duas seqüências enunciativas, passagem do primeiro para o segundo trecho, como um lugar de tensão em que da “consistência frágil”, do “estado patológico da língua” (no sentido da sobrevivência) a partir de suas distinções, diversidades, disparidades, a enunciação constitui então divisões, separações e dualidades significadas em práticas: “mães negras criaram um português”, “os jesuítas tentaram ensinar um português”, “padres mestres (...) opondo-lhe um português”; ou significadas pelo espaço social: “a língua das casas-grandes”, “a língua das senzalas”, ou ainda “a língua escrita /a falada no Brasil/ a língua do povo/ a língua de uso corrente”. E na constituição dessas diversidades vêm os sentidos do ensino e da gramática com uma outra consistência para a língua: a institucional.

(168) “Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas grandes, **criaram** um **português diverso do hirto e gramatical** que os jesuítas **tentaram ensinar** aos meninos índios e semibrancos, alunos de seus colegios; do **português reinol** que os padres tiveram o sonho vão de **conservar** no Brasil. Depois deles, mas sem a mesma **rigidez**, padres-mestres e capelães de engenho procuraram contrariar a influencia dos escravos, opondo-lhe um **português quase de estufa**. Mas quase em vão” (p. 415).

(169) “Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a **disparidade**, a que já aludimos, entre a lingua escrita e a falada no Brasil: a escrita recusando-se com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contacto com a falada; com a do povo; com a de uso corrente. Mesmo a lingua falada **conservou-se** por algum tempo **dividida** em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas” (pp. 415-417).

Nessa passagem, entre trechos, a entrada de diversidades e, fundamentalmente, da oposição criação e ensino da língua permite uma descrição de relações da língua portuguesa com as africanas, mas ao abrigo do território institucional europeu. É o que temos a seguir.

6.4. O discurso da condescendência: desfazer oposições, sentir a língua; não as línguas

Nos quatro parágrafos seguintes (o segundo trecho, pp. 415-417), em meio às oposições vistas na seção anterior, a enunciação constitui então uma outra língua na mesma língua. Uma concepção pragmático-argumentativa tomada pelas intenções do autor entenderia as seqüências como exposição de uma análise que constata a “dissolução das línguas africanas no português por simples relaxamento, por falta de motivos”. Vejamos:

(170) “No ambiente relasso da escravidão brasileira, **as línguas africanas, sem motivos** para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, **dissolveram-se nela** [língua portuguesa]” (p. 416).

Ou talvez, certas pragmáticas entendessem o enunciado como um “ponto fraco” do processo argumentativo. Ou seja, o autor deveria trazer detalhadamente “as razões do contexto histórico para tal situação”. Mas, do ponto de vista enunciativo, entram em cena sentidos de um processo histórico de “desfazimento de oposições” constitutivo do jogo político dos fatos de linguagem em questão, regulado por um discurso de confraternização:

(171) “Mas **a aliança** da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o muleque **acabou com essa dualidade** (p. 416).

(172) “Não foi possível **separar** a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão freqüente e íntimamente **confraternizavam**” (p. 416).

6.4.1. Sentidos positivos para as línguas africanas

Se uma pragmática-argumentativa entende o “momento” como “fraqueza do autor”, examinemos os fatos de linguagem como acontecimento enunciativo na medida em que as oposições são desfeitas pelos sentidos que constituem o processo de gramatização das línguas. O acontecimento é justamente a abertura na enunciação para sentidos que constituem as línguas africanas numa dimensão positiva relativamente à portuguesa.

(173) “[As línguas africanas] dissolveram-se nela[língua portuguesa] **enriquecendo-a** de expressivos modos de dizer (...) **substituindo com vantagem** vocábulos portugueses, como que **gastos e puídos** pelo uso” (p. 416).

(174) “Número copioso de vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa, especialmente no domínio do Brasil” (p. 416).

(175) “E **não apenas** vocábulos soltos, desconjuntados, se acrescetaram à língua do colonizador europeu: verificaram-se alterações ‘bastante profundas **não só no** que diz respeito ao vocabulário, **mas até ao** sistema gramatical do idioma’” (p. 416).

(176) “Nenhuma influencia foi maior que a do negro” (p. 416).

O ponto “fraco”, ou seja, a “falta de explicação” para o desaparecimento das línguas africanas é recoberto então por essa discursividade da confraternização em que pesam sentidos de uma certa condescendência. As línguas africanas não “subsistem à parte”, mas diluem-se positivamente no interior da língua portuguesa. Nessa compensação, o jogo político desfaz oposições e logo entram em cena sentidos que deslizam para um “não sentimento de línguas e sim de língua”:

6.4.2. Desfazendo contradições: as línguas não sentidas

(177) “As palavras africanas hoje do nosso uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras” (p. 416).

(178) “Que brasileiro – pelo menos do Norte – sente exotismo nenhum em palavras como caçamba, canga, dengo, cafuné, lubambo, mulambo, caçula, quitute, mandinga?” (p. 416).

(179) “Ou acha mais jeito em dizer “mau cheiro” do que “catinga”? Ou “garoto” de preferência a “muleque”? Ou “trapo” em vez de “mulambo”? (p.417).

Observemos que “não sentir o menor sabor arrevesado do exótico” e “não sentir exotismo nenhum em palavras” significam a não “subsistência à parte” de línguas africanas. Mais: o “não sentir” significa a “purificação” da língua, o que é fundamental para a constituição de sua nacionalidade, e ao mesmo tempo significa também sua condescendência para com as línguas africanas significada pela perda de sua exotividade já compensada no jogo por sentidos positivos. Dos sentidos de distinções, diversidades, disparidades, divisões, separações e dualidades, a enunciação traz sentidos

de desfazimento de oposições, de confraternização. E o acontecimento enunciativo é o movimento contraditório que “desfaz contradições”.

6. 4. 3. O domínio europeu

Para fechar a seção, lembremos que a enunciação vem construindo o real do processo histórico num amplo território de domínio europeu: “as línguas africanas dissolveram-se na língua portuguesa”, houve uma “onda absorvente da influência negra” em que “os vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa”.

Compreendamos então esses enunciados como parte fundamental da ruptura enunciativa, como parte do acontecimento de mudança na constituição dos sentidos, marca de mudança da ação descrita, como marca dos processos de gramatização das línguas, marca de instrumentações específicas da gramatização demarcando fronteiras para certos sentidos e abrindo passagem para outros na materialidade da linguagem. Ainda sobre o mesmo trecho, vejamos na próxima seção alguns sentidos decisivos desse processo histórico.

6. 5. Escrita, família, religião/educação: escrúpulo, vergonha e indignação.

Para instituir uma língua entre várias, entram mais fortemente na tensão do jogo político efeitos de sentidos da gramatização construindo o reconhecimento da não existência de outras línguas. E fundamental nesse processo é o entrecruzamento de sentidos próprios de instituições européias: a escrita, a família e a religião/educação.

(180) “A [língua] escrita recusando-se, com **escrúpulos** de donzelona, ao mais leve contacto com a falada” (p. 415).

(181) “Os menos puristas, escrevendo ou falando em público, já não teem como outrora, **vergonha** de empregá-las[as palavras africanas]” (p. 416).

(182) “Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama era um dos que **se indignavam** quando ouvia ‘meninas galantes’ dizerem ‘mandá’, ‘buscá’, ‘comê’, ‘mi espere’, ‘ti faço’” (p.417).

Na seção 6.3.1, vemos a língua sentida como objeto de degustação. Aqui, os sentidos deslizam para um sentir especificamente religioso: escrúpulo, vergonha, indignação (e condescendência). Não tratemos aqui dos chamados “campos semânticos”, pois as palavras fazem percursos que escapam à via pura e simples da etimologia, mas em (180), (181) e (182) os efeitos de sentido são muito específicos do cerne da religião (Benveniste, 1995. pp. 267-281).

Em (183), o real do processo histórico da gramatização das línguas vem significado por discursividades da religião e da família. Vejamos.

(183) “[As palavras africanas] É como se nos tivessem vindo de Portugal, dentro dos dicionários e dos clássicos; com genealogia latina, árabe ou grega; com pai ou mãe ilustre. São entretanto vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura; que deixamos que subissem, com os muleques e as negras, das senzalas às casas-grandes” (p. 416).

Produzido o efeito de desfazimento de contradições, construída toda essa relação religiosa com as línguas africanas, a enunciação constitui um forte domínio europeu, mas com uma abertura tal que os sentidos constituem novas fronteiras no território da língua.

6. 6. A língua na língua: a posse do território

Com os sentidos deslizando em direção às línguas africanas nos dois primeiros trechos, justamente com a aliança, a confraternização e a dissolução das línguas no português, os sentidos vêm abrindo uma fronteira na relação com língua européia, ou melhor, uma diferença da língua na própria língua: o português do Brasil no português europeu.

(184) “João Ribeiro, mestre em assuntos de português e de língua nacional (...) É certo que as diferenças a separarem cada vez mais o português do Brasil do de Portugal não resultaram todas da influencia africana” (p. 416).

E essa abertura já torna possível o lançamento das “primeiras estacas” para a demarcação do território da língua nacional na língua européia, a posse:

(185) “As palavras africanas hoje do **nosso** uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras” (p. 416).

(186) “São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à **nossa** experiencia, ao **nosso** paladar, aos **nostros** sentidos, às **nostras** emoções” (p. 417).

Observemos essa demarcação operada em tempo presente. Vejamos também que esse território é aberto trazendo uma posição muito específica para o sujeito (enunciativo) do nacional: o aprendiz.

(187) “Para Frei Miguel – padre-mestre às direitas – era com os portugueses ilustres e polidos que **devíamos aprender a falar**, e não “com tia Rosa”, nem mãe Benta; nem com nenhuma preta da cozinha ou da senzala” (p. 417).

(188) “**Meninos e moças deviam** fechar os ouvidos aos “oxentes” e aos “mi deixe” e **aprender o português correto**, do Reino. Nada de expressões bundas nem caçanjes” (p. 417).

Essa posição de aprendiz é parte dos sentidos de ação e reação de sujeitos sociais sobre a língua que chegam a uma cena configurada como decisiva no processo histórico enunciativo para construção do nacional. Nesse embate, a enunciação traz um certo sentido heróico para a influência africana o que afasta o colonizador do centro e “romantiza” a relação: é a ação natural criadora do sem-história, do indefinido mas resistente contra a ação cultural educadora ilustre, polida e prestigiada do com-história e por isso inflexível e imperativo: violento.

(189) “Os padres mestres e os capelães de engenho, que, depois da saída dos jesuitas, tornaram-se os principais responsáveis pela **educação** de meninos brasileiros, tentaram **reagir** contra a onda absorvente da influência negra, subindo das senzalas às casas grandes; e **agindo** mais poderosamente sobre a língua dos sinhô-moços e das sinhazinhas do que eles, padres mestres com todo o seu latim e com toda sua gramática; com todo o **prestígio** das suas varas de marmelo e das suas palmatórias de

sucupira”(p. 417)

(190) “Frei Miguel do Sacramento Lopes gama era um dos que se indignavam quando ouvia “meninas galantes” dizerem “mandá”, “buscá”, “comê”, “mi espere”, “ti faço”, “mi deixe”, “muler”, “coler”, “le pediu”, “cadê ele”, “vigie” “espie”. E dissesse algum menino em sua presença um “pru mode” ou um “oxente”; veria o que era beliscão de frade zangado”

(p. 417).

Como vimos, a abertura do território é uma operação enunciativa em tempo presente, mas nos dois últimos parágrafos do trecho num efeito de “último ato da história”, a enunciação constrói com a cena um certo sentido resumitivo de um passado em andamento: “subindo, agindo, se indignavam”.

6.7. Fim da formação

Inicialmente destacamos três pontos que diferem o trecho final dos anteriores:

a) se os dois outros trechos trabalharam o domínio morfológico da língua, o trecho final (pp. 417-419) traz uma análise da sintaxe; b) uma outra distinção é que até então a língua foi considerada em sua diferença para menos; agora, a enunciação traz uma diferença para mais: um excesso; e c) se nos trechos anteriores a constituição da língua nacional relaciona as línguas africanas à língua portuguesa (do prazer degustativo à corrupção e daí ao escrúpulo, à vergonha e à indignação; das distinções, diversidades, disparidades, divisões, separações e dualidades à confraternização e à aliança), nesse último trecho os sentidos retornam à (diversidade) variedade, mas tomando a língua definitivamente como nacional constituída na relação com a língua portuguesa européia.

6.7.1. Vácuo temporal

A partir do “último ato”, a enunciação produzirá um efeito de afastamento no tempo histórico de tal forma a significar o fim da formação e, com isso, abre em direção a um relato do ocorrido, uma interpretação da história construída definitivamente em uma posição de tempo presente.

(191) “Sucedeu, porem, que a lingua portuguesa nem se entregou de todo à **corrupção** das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou **acalafetada** nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres mestres. A nossa lingua nacional **resulta** da interpenetração das duas tendencias. **Devemo**-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras” (p. 417).

As relações de tempo, fundamentais na construção da interpretação, constituem abruptamente um estreito vácuo temporal entre o passado: “sucedeu, entregou, conservou”; e o presente: “resulta, devemo-la”, um vácuo entre a língua portuguesa e a língua nacional. Essa operação enunciativa produz um efeito de “parada do tempo” o que torna possível, nessa estreiteza, os sentidos deslizarem para uma generalização ao tempo em que resume o objeto a um “*corpus mínimo*”:

(192) “um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes”.

Esse sentido do “exemplo que resume” significa no sujeito um passo em direção a uma ruptura instaurando uma contradição na ordem. No próximo capítulo, quando analisamos a “questão” no “Raízes”, vemos esse deslizamento de sentido operando em

diferentes formas, mas encontrando aí um “atalho” para abertura de espaço na textualidade gráfica mesmo.

O enunciado “que nos ocorre” é efeito dessa operação metonímica. Nesse caso já estamos em plena discussão sobre a constituição do sujeito e nele a existência da sintaxe, quer dizer, a relação é constitutiva. Não por vontade do autor, por esse recorte, a enunciação encontra lugar para jogar politicamente com a dispersão de sentidos históricos para a construção do nacional ao longo desse último trecho: “corrupção”, “espontaneidade de expressão”, “conservação”, “interpenetração de duas tendências”, “variedade de antagonismos”, “riqueza dos antagonismos equilibrados”, “modos antagônicos de expressão”, “tipicidade de relações psicológicas”, “interpretação histórico-cultural”, “potencialidade da cultura brasileira”, “valores e experiências diversas”, a “personalidade no desenvolvimento de cultura no mestiço”. Todo esse excesso vem com “o caso dos pronomes”.

Constituído o que é e o que não é o nacional no jogo de generalização do “*corpus* mínimo”, ao finalizar esse “último ato”, a enunciação desfaz o efeito de afastamento no tempo histórico de tal forma a significar a continuação do processo de “completude” do “desenvolvimento cultural no mestiço”, tomando a “questão da língua” como fato dessa direção e, com isso, abre para um relato do que ocorre em direção ao “futuro”.

(193) “Somos duas metades confraternizantes que se vêem mutuamente **enriquecendo** de valores e experiencias diversas; quando nos complementarmos num todo, **não será** com o sacrificio de um elemento ao outro” (418).

(194) “A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo”

(p.418).

(195) “Lars Ringbom vê grandes possibilidades de desenvolvimento de cultura no mestiço: mas atingindo o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra” (p. 418)

(196) “O Brasil pode-se dizer que já atingiu esse ponto: o fato de já dizermos “me diga”, e não apenas “diga-me”, é dos mais significativos. Como é o de empregarmos palavras africanas com a naturalidade com que empregamos as portuguesas. Sem aspas nem grifos” (pp. 418-419)

(197) “À figura boa da ama negra (...) que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado (...) outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora. O vulto do moleque companheiro de brinquedo” (p. 419)

6. 7. 2. O idioma e o adjetivo pátrio

Observemos um deslizamento em que da “questão da língua”, ou melhor, do idioma, os sentidos desdobram os sentidos do nacional.

(198) “O português do Brasil (...) enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa (...) Temos no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto **o português** só admite um – o “modo duro e imperativo”: *diga-me, faça-me, espere-me*. Sem desprezarmos **o modo português, criamos um novo**, inteiramente nosso, caracteristicamente **brasileiro**: *me diga, me faça, me espere*. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois” (pp. 417-418).

6.7. 3. Hierarquia na família, hierarquia na língua nacional

(199) “Ora, esses dois modos antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimonia, por um lado, e de intimidade ou súplica, por outro, parece-nos bem típicos das **relações psicológicas** que se desenvolveram através da **nossa formação patriarcal** entre os senhores e os escravos: entre as sinhá-moças e as mucamas; entre os brancos e os pretos. “Faça-me”, é o senhor falando; o pai; o patriarca; “me dê”, é o escravo, a mulher, o filho, a mucama” (p. 418).

Os sentidos de relações hierárquicas entre membros da família deslizando para as relações constitutivas da formação de uma língua nacional.

6.7. 4. A língua em outra posse: o povo para legitimar o nacional

(200) “Contribuiu para a disparidade (...) entre a língua escrita e a falada no Brasil: a escrita recusando-se (...) ao mais leve contacto com a falada; com a do povo; com a de uso corrente” (pp. 415-416).

(201) “Parece-nos justo atribuir em grande parte aos escravos, aliados aos meninos das casa-grandes, **o modo brasileiro** de colocar pronomes. Foi a **maneira filial**, e meio dengoza que eles acharam de se dirigir ao **pater familias**. Por outro lado **o modo português** adquiriu na boca de senhores certo ranço de ênfase hoje antipático: “faça-me isso”; dê-me aquilo” (p. 418).

(202) “O mestre ilustre que é João Ribeiro permita-nos acrescentar esta tentativa de **interpretação histórico-cultural** ao seu **exame psicológico** da questão dos pronomes; e ao mesmo tempo fazermos nossas essas suas palavras: “Que interesse temos, pois, em

reduzir duas formulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão? Interesse nenhum” (p.418).

(203) “Seguirmos só o chamado “uso português”, considerando **ilegítimo** o “uso brasileiro”, seria absurdo. Seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos metade de nossa **vida emotiva** e das nossas **necessidades sentimentais, e até de inteligencia**, que só encontram expressão justa no “me dê” e no “me diga”. Seria ficarmos com **um lado morto; exprimindo só metade de nós mesmos**” (p. 418).

(204) “Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêem mutuamente enriquecendo de valores e experiencias diversas; quando nos complementarmos num todo, não será com o sacrificio de um elemento ao outro” (418).

(205) “Lars Ringbom vê grandes possibilidades de desenvolvimento de cultura no mestiço: mas atingindo o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra. O Brasil pode-se dizer que já atingiu esse ponto: o fato de já dizermos “me diga”, e não apenas “diga-me”, é dos mais significativos. Como é o de empregarmos palavras africanas com a naturalidade com que empregamos as portuguesas. Sem aspas nem grifos” (pp. 418-419)

Diagrama da linearidade paginar

Casa Grande & senzala de Gilberto Freyre

Capítulo IV. *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro* (pp. 366-497).⁶⁴

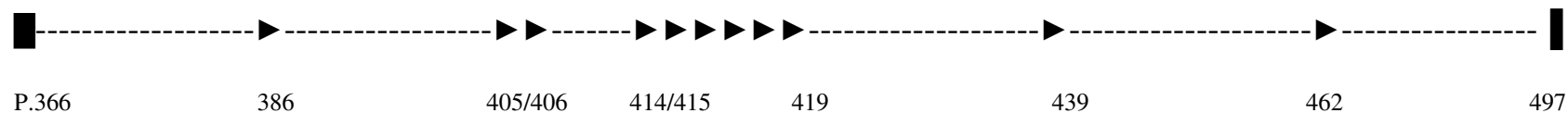
Diagrama da linearidade paginar

Início

do cap.⁶⁵

Fim

“o entretanto” “a questão”



⁶⁴ Temos dois trechos preambulares (pp. 405-410) (pp. 410-414); três trechos específicos (pp. 414-415, 5 parágrafos); (pp. 415-417, 4 parágrafos); (pp. 417-419, 2 parágrafos)

⁶⁵ Consideração sobre a inserção do capítulo no livro na obra: relações com o objeto do capítulo. A constituição de relações de sentido em fatos de linguagem.

CAPÍTULO 7

Uma nota para o esquecimento em “O semeador e o ladrilhador” por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*⁶⁶

Sérgio Buarque de Holanda. Vasta obra, vasta fortuna crítica: como referência e como objeto de análise. Holanda, como Gilberto Freyre, é também parte de um certo segmento de intelectuais brasileiros predicado por **Intérpretes do Brasil** dedicados a entender a formação histórica da sociedade.

Predicado por “intérprete”, o sujeito é marcado por sentidos que o colocam numa posição de explicar algo. Ao mesmo tempo, esses sentidos abrem caminho para o reconhecimento de outras posições/explicações em relação ao objeto (por exemplo, interpretações de uma mesma canção; inclusive em seu sentido execucional, incluindo as versões de mesmo autor); ou seja, esses sentidos abrem para uma flexibilização, para uma aceitação deliberada de diferentes posições.

A palavra intérprete predica o estudioso como aquele que pode se pôr de modo “vacilante”. “Interpretar é ter incerteza ou mesmo errar a respeito de algo; há algo de incerto naquele que interpreta”. Esses sentidos têm a ver com a fluidez do estilo ensaístico: uma prosa de não-ficção que se exime de certos traços acadêmicos mais rígidos. De nossa parte importa trabalhar com os efeitos de sentido da Institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil, no sentido mesmo de tomar parte em uma instituição; e, nesse caso, a nomeação faz funcionar relações de sentido; produz demarcações de territórios enunciativos nos domínios da instituição de ensino superior no Brasil (cabe aqui uma nota que remete ao Anísio Teixeira e sua preocupação com a modernização da universidade brasileira, pelo conhecimento científico obtido através de pesquisa). Os **Intérpretes** que são historiadores, sociólogos, teóricos e historiadores da

⁶⁶ Anexos às pp. 267-279. No “*Raízes*”, do conjunto “Notas ao capítulo 4”, pp. 119-138, descrevo a segunda nota: *A Língua-geral em São Paulo* pp.122-133.

literatura, e até cronistas, ficcionistas. Dentre os que são afetados pelas restrições dos procedimentos científicos próprios da instituição universitária a partir dos anos da década de 1930.

A obra

Raízes do Brasil tem Copyright © em 1936, 1947 e 1955 de Sérgio Buarque de Holanda e copyright © 1995, espólio de Sérgio Buarque de Holanda. Nessa história, o volume agrega outros textos. O volume de trabalho é da 26ª edição de 1995. Ele tem prefácio, *O significado de Raízes do Brasil* (pp. 9-21) copyright © de 1967 de Antonio Candido e *Post-Scriptum* (pp.23-24) também de Candido em copyright © de 1986. Há também um Posfácio, *Raízes do Brasil e depois*, do historiador Evaldo Cabral de Melo (pp. 189-193). E, ao menos de modo frontal, a “questão da língua” não aparece na primeira edição. Ela vem em um conjunto de notas ao capítulo 4, O semeador e o ladrilhador, como ficamos sabendo em um desdobramento da autoria já no primeiro parágrafo do texto:

O assunto, que tem sido ultimamente objeto de algumas controvérsias, foi tratado pelo autor [grifo meu] no Estado de S. Paulo de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, em artigos cujo texto se reproduz a seguir, quase na integra (p. 122).

Por que esse “atraso” para a “entrada da questão”? Diante disso, com dois objetivos práticos imediatos a presente leitura do “Raízes” quer trazer: a) uma proposta de reflexão sobre essa “entrada” como acontecimento enunciativo; e b) uma análise das relações entre as diferentes regiões de sentido ao longo da nota.

7. 1. Uma reflexão sobre *A língua-geral em São Paulo*

Se o período em questão vem à pesquisa por um desdobramento institucional, fundação das primeiras universidades, e sua demarcação é, por outro gesto, particularizada por essa “volta histórica que acrescenta uma abertura para o novo no mesmo” em republicações. Se essa compreensão explode a noção de intervalo de tempo por justaposição de fatos, o período é o do acontecimento histórico enunciativo estruturante de temporalidades na relação entre edições. É um processo de particularização construído por essa “volta histórica”.

*

É preciso então considerar o fato/parte das condições históricas que fazem vir a público a “questão da língua” em uma posteridade. Ao longo das edições do “Raízes”, há todo um movimento de sentidos na fusão de capítulos, deslocamento de notas de rodapé para o fim dos capítulos, são incluídos índices onomásticos e de assuntos e longos textos são acrescentados ao volume com diferentes estatutos, seja pelo próprio autor, caso da “nossa” nota, ou por outros autores. E é nessa movimentação das edições, nessa presença do *novo no mesmo*, instaurando temporalidades específicas, que temos a entrada da “questão da língua” justamente como uma deriva na enunciação do processo histórico (colonização do litoral para o interior). Assim, é importante dar atenção ao fato de que há um sentido apendicular para a “questão” que vem como forma de significar o pouco contato de Portugal com São Paulo, “onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102). É esse o ponto de entrada que leva a nota 2. *A língua-geral em São Paulo*. Quer dizer, a “questão

da língua” é uma deriva na enunciação para significar no âmbito geral do capítulo esse “pouco contato”. Vejamos o índice do capítulo em questão:

Fig.

4 O SEMEADOR E O LADRILHADOR	93
A fundação de cidades como instrumento de dominação -	
Zelo urbanístico dos castelhanos: o triunfo completo da li-	
nha reta - Marinha e interior - A rotina contra a razão	
abstrata. O espírito da expansão portuguesa. A nobreza no-	
va do Quinhentos - O realismo lusitano - Papel da Igreja	
Notas ao capítulo 4:	
1. Vida intelectual na América espanhola e no Brasil.....	119
2. A língua-geral em São Paulo	122
3. Aversão às virtudes econômicas	133
4. Natureza e arte	137

Sabe-se da amplitude do debate sobre reescrituração no âmbito da autoria.⁶⁷

Mas, como preciso aqui restringi-la a relação língua/escrita, é fundamental considerar que o que vemos na reescrituração do “raízes” é a entrada de um alentado acréscimo de textos: 20 páginas nas mesmas dimensões de formatação do “texto principal”. Assim como as sessenta e cinco (65) notas que vêm como “simples referências bibliográficas”

⁶⁷ Sobre as edições do “Raízes”, em seu *O exílio do homem cordial*, no cap. 4. “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*” (pp. 105-141), Rocha (2004) reflete sobre reescrita e releitura considerando o trabalho do autor. Procurando expor o “efeito de contrastes entre as edições”, Rocha se detém em uma “mudança radical” em relação aos fundamentos da formação social brasileira. Para ele, na primeira edição, Holanda toma a “transplantação da cultura européia para os trópicos”, com o “otimismo” que tem a “experiência brasileira como exitosa” donde o parágrafo de abertura da primeira edição “parecia a própria metonímia do título”(p. 111). Já o parágrafo de abertura da edição de 1967, traria uma “modificação [que] não poderia ser maior, já que agora, a experiência histórica brasileira parece condenada ao descompasso entre as idéias e o seu lugar”. E completa: “destaque-se o fator decisivo: não se trata de correção estilística, que vise aprimorar a expressão ou torná-la mais calara, tampouco do acréscimo de dados que aprimorem o argumento, mas da supressão completa da idéia chave, simplesmente substituída pelo seu contrário” (p. 113). Mas a “questão da língua” não é discutida.

ao capítulo no final do volume, essas “notas ao capítulo 4” remetem a pontos específicos, mas gozam de um estatuto diferenciado.⁶⁸ Podemos dizer que esse “bloco” de notas que adentrou a história do “Raízes” é um lugar “em falso”. De modo que essa diferença na materialidade gráfica não é constituída por “mudanças simplesmente exteriores ou formais” como quer o autor no prefácio da 2ª edição. *A língua-geral em São Paulo* enquanto nota e, mais ainda, nas condições históricas tais, enquanto acontecimento enunciativo, tem estatuto específico.

É preciso compreendê-la por esse encaixe “Notas ao capítulo 4”. Ou seja, considerar, na *categorização dos espaços* do volume, o que é *projetado* pelos efeitos de sentido entre locutores.⁶⁹ Entre “eles”: o locutor da primeira edição como uma anterioridade e no “bloco”, ou seja, na posteridade, o locutor da “questão da língua, é constituída uma ordem histórico-enunciativa específica. O que significa esse esquecimento histórico? Que sentidos são rememorados nesse acontecimento enunciativo? O que significa essa entrada posterior que implica só encontrar lugar para a “questão” em nota, em um “paratexto”? É um constitutivo esquecimento da instrumentação de base no processo histórico? Avancemos no textualizar da “questão da língua”.

7. 2. Regiões de sentido para a *Língua-geral em São Paulo*

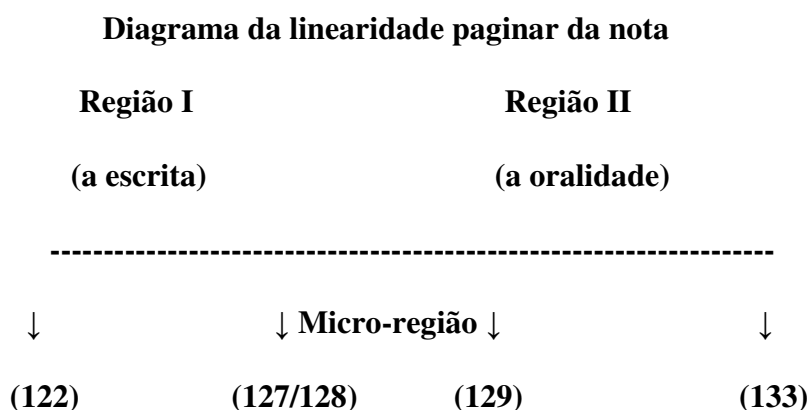
Nas onze 11 páginas dedicadas à “questão” (pp. 122-133), consideremos duas grandes regiões de sentidos. Na primeira, vem rememorado um passado da língua na “antiga São Paulo” descrito através do que o autor chama de “testemunhos explícitos” (pp. 122-127) e, na segunda, a rememoração vem descrita pelo que podemos chamar de

⁶⁸ O índice remissivo, pela entrada “língua”, não leva à nota.

⁶⁹ Nesse ponto tiramos proveito da análise em Guimarães (2002, pp.11-15) sobre acontecimento e temporalidade.

“condicionamentos sócio-econômicos” (pp. 129-133). Entre elas, estabelecendo uma fronteira histórica, vem uma micro-região, onde a “questão” é descrita através das “alcunhas” (pp. 127-128). Vide o esquema:

Fig.



Para compreendermos relações de sentido que atravessam essas materialidades, quero destacar no funcionamento enunciativo o sujeito afetado pelo instrumental analítico, uma anterioridade reguladora específica: a concepção do tempo histórico como secular afeta o sujeito enunciativo. Pela materialidade da linguagem atravessam sentidos em duas regiões demarcadas pela análise.

7. 2.1. Conhecer/saber a língua (portuguesa) testemunha a língua-geral (região I)

Na primeira região, “testemunhos explícitos”, “casos” e “exemplos” são estudados no sentido de elucidar qual é “a língua mais falada” na São Paulo do século XVII. E como os sentidos circulam significando lugares institucionais - a escola, a família -, logo aparecem na enunciação sentidos que constituem uma hierarquia. Vejamos:

Fig.

“**a língua que** nas ditas famílias **se fala** he a dos índios, e a portugueza a vão **aprender** os meninos à escola” (pp. 122-123).

“o nouo Vigário que veio provido naquella igreja, o qual **há mister quem o interprete**” (pp.123-124).

“Religiosos procedentes de fora, **desconhecendo** inteiramente **a língua** da terra, **se entendiam mal** com os moradores” (p. 123).

“Os filhos primeiro **sabem a língua** do gentio do que a materna”. Isto é, a portuguesa (p.124).

“[no Paraguai]: As mulheres **falavam só o guarani** e os homens **não se entendiam** com elas em outra língua (...) em outras partes () apenas os mais cultos **sabiam o espanhol**” (p. 125)

“o juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro Neto, **prático na língua da terra**, a fim de **poder compreender** as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, ‘**por não saber falar bem a língua portuguesa**’” (p. 125-126).

Observemos que os sentidos deslizam pelas dimensões do falar, aprender, interpretar [traduzir], saber a língua, mas notemos também a entrada de qualificação para essas dimensões: “se entendiam mal”, “saber falar bem a língua”. Com essa entrada, atentemos para uma certa gradação, certo arco que vai sendo construído, tendo como ponto alto o “mais importante dos casos”, o do caudilho Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares (pp. 126-127).

Fig.

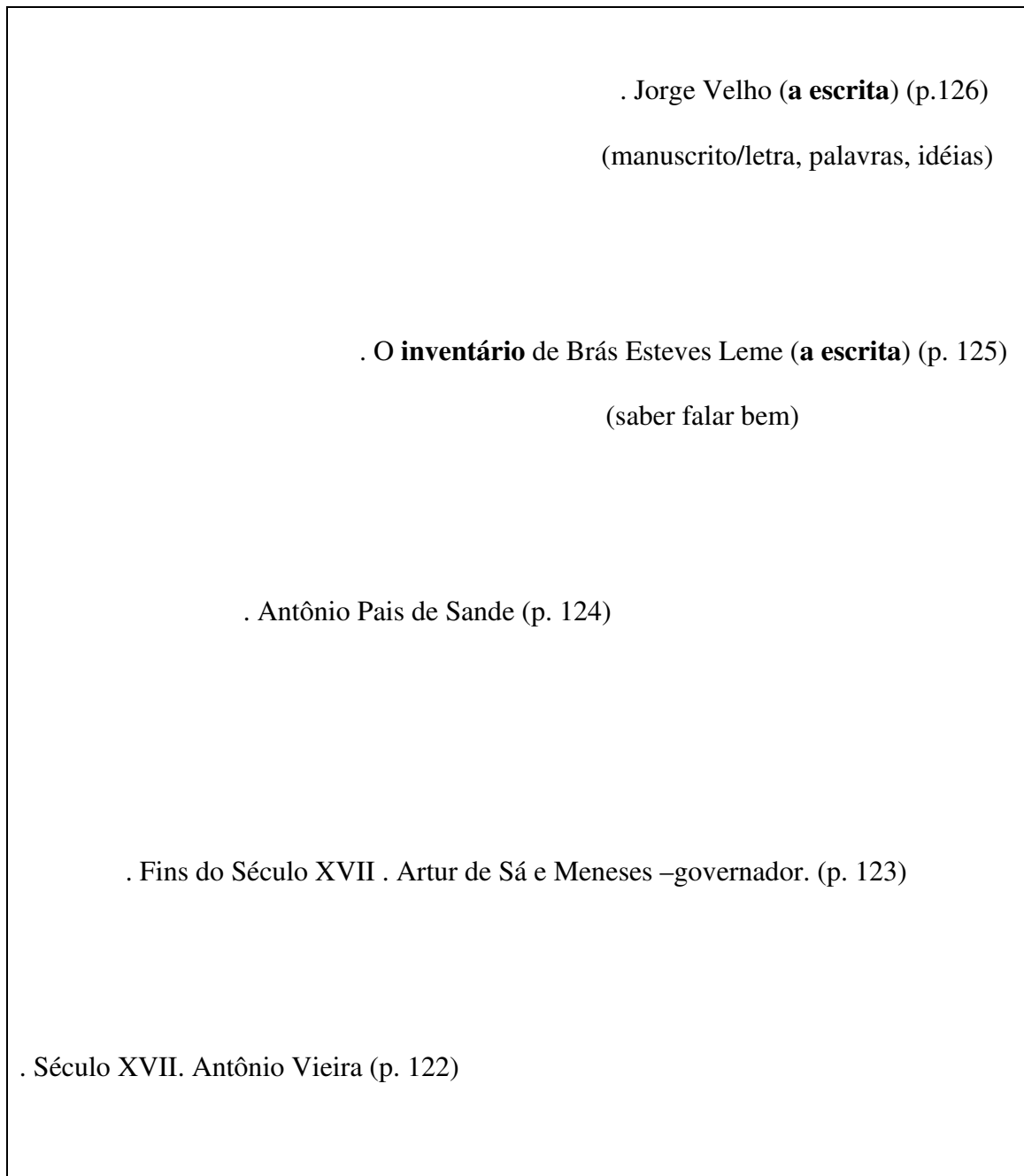
“Tendo de tratar com o bispo de Pernambuco no sítio dos Palmares, em 1697, **precisasse levar interprete, ‘porque nem falar sabe’**, diz o bispo. E ajunta: ‘nem se diferença do mais bárbaro” (p.126).

“Permanece intato, todavia, o problema de saber se o ‘tapuia bárbaro’, **que nem falar sabia – entenda-se: falar português** -, terá sido autor de **tão sutis raciocínios**. Restaria, em verdade, o recurso de admitir que, sendo porventura sua **a letra** com que foram redigidos os escritos, não o seriam **as palavras** e, ainda menos, **as idéias**” (p. 127).

É fundamental ter em vista que a “questão da língua” é trazida na relação com certa gradação do raciocínio pelo “tão sutis”, o aspecto gráfico, a letra [o manuscrito], a dimensão do sistema lingüístico, ou seja, as palavras e a dimensão das “idéias”. Há uma hierarquia nas relações. Vejamos, na página seguinte, em um diagrama a tentativa de compreender essa construção.

*

Fig.



O que a análise nos apresenta é algo realmente da ordem que nos preocupa: a intervenção da escrita fora do alcance autoral. O trabalho de Holanda toma os escritos como lugar de “constatação de um estado de coisas”, mas não em seu funcionamento histórico. O sujeito enunciativo vem afetado por esse desejo de ouvir dos escritos: “quando ocorreu a integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa”.

O sujeito opera para alcançar o que dizem os escritos. O “como dizem” os escritos se restringem ao interesse pelas formas do sistema lingüístico. Fora isso, a enunciação traz uma relação, significada como “o problema”, descrita em linha de filiação hierárquica para um questionamento de ordem autoral. O que se instala na materialidade é a sobreposição de sentidos em regras administrativo-funcionais constituindo um espaço político-enunciativo pela distribuição desigual do real. Como se vê, é uma contradição que instala conflito no centro do dizer; ação política (escriturada) à sobreposição dos sentidos estabelecendo limites que constituem uma divisão enunciativa. É nessa conflagração que, assumir a palavra é ser “agenciado em configurações” que particularizam os espaços constituídos pelos dizeres próprios do lugar social autorizado em uma cena enunciativa. E, como dissemos, nessa ambientação, a intervenção da escrita é fundamental pelo fato de ser parte constitutiva do “agenciamento” legitimador.⁷⁰

Quer dizer, nesse “ponto alto” da textualidade, os sentidos preponderantes são os da “verificação” de compatibilidade entre ordens, entre instâncias de poder e domínios de funcionamento do escrito.⁷¹ A “ascendência genealógica” do indivíduo, “seu saber falar”, em uma escala hierárquica de raciocínios, palavras, idéias. A enunciação constrói o sujeito nessa fronteira. E ele é parte desse “esquecimento” da língua no processo histórico com a nota 1. *Vida intelectual na América espanhola e no Brasil* por onde circulam sentidos de “contraste entre as Américas” pela falta da escrita como “instrumento de cultura”, falta de “estabelecimentos gráficos”, de “obras dadas à estampa” no Brasil. E na diferença entre edições, pela posição gráfica que ela conflagra, vem a abertura para sentidos que atravessam o aparelho formal no entorno da autoria

⁷⁰ O instrumento que aqui ponho em funcionamento vem da reflexão feita por Guimarães, (op. cit., pp. 15-18) como vimos na seção 3.2.1. (p.) do cap. 3.

⁷¹ Aqui, a orientação vem por Auroux, (p. 68), também discutido no cap. 3.

materializando a memória esquecida da relação língua, escrita e poder.⁷² Quer dizer, a materialidade gráfica é historicamente parte constitutiva desse domínio. Vejamos agora como essa relação é textualizada.

7. 2. 2. O fim do tupi no planalto paulista: uma ordem residualista (região II)

Nessa região, o caráter residualista se acentua na medida em que pesam sentidos por onde a língua aparece silenciada. É uma região governada pelos sentidos de um atraso, do “pouco contato”. A enunciação, “o processo de integração da ‘gente paulista’ [grifo meu] no mundo da língua portuguesa pode-se dizer que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII” (p. 129).

Sentidos de “renúncia da linguagem”

Fig.

“**Onde ainda no século XVIII** as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102).

“Nos primeiros tempos da era setecentista **ainda aparecem** (...) referências precisas ao mesmo fato” (p.129)

“Em 1709 (...) Coelho de carvalho teve ocasião de surpreender uma conversa [em tupi] entre cabos de forças paulistas.” (p.129)

“Na província de São Paulo, onde chegou no ano de 1825, o próprio Florence **pudera ouvir ainda a língua-geral** da boca de alguns velhos.” (p.130)

“Mesmo em Campinas, porém, **havia** por aquele tempo **quem ainda soubesse falar**

⁷²Auroux (1998) “o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder” (p. 68).

corretamente o tupi.” (p.130)

“**Ainda em princípio do século passado**, d. Juana Furquim de Campos, filha de português, não falava sem deixar escapar numerosas palavras do antigo idioma da terra.” (p. 130)

O que as relações de sentido firmam é o “silenciar da língua” pelo “ainda” como marcador temporal do atraso histórico. E esse processo de silenciar já é instaurado por sentidos que elegem “um objeto mínimo” para análise: uma circunstância que deve merecer aqui nossa atenção” (p. 127): as alcunhas.

Também nesse sentido residualista, a abordagem focaliza o espaço geográfico e o comunicacional das instituições sociais, sobretudo, a família.

Fig.

“Isto quer dizer que a língua do gentio seria usual em toda a capitania pela segunda metade do século XVII” (p.129).

“De modo que o processo de integração da gente paulista no mundo da língua portuguesa (...) ocorreu durante a primeira metade do século XVIII (...) e é possível que (...) não se tivesse completado inteiramente em certos lugares, ou entre certas famílias mais extremas de contato com novas levas de europeus.” (p.129-130)

“as senhoras paulistas (...) conversavam naturalmente na língua-geral brasílica que era a da amizade e a da intimidade doméstica” (p.130)

“No Paraguai, é comum a todas as classes, mas (como outrora em São Paulo) só empregada em família, pois com estranhos se fala espanhol.” (p. 130)

“De portas adentro não se falava senão o guarani” (p. 130)

“Nos lugares onde escasseavam índios administrados, e era o caso por exemplo, de Campinas, o português dominava sem contraste.” (p. 130)

7. 2. 3. Alcunhas: uma abordagem residualista (micro-região)

Pouco mais de uma página, quatro parágrafos, a essa região (p.127-128) vêm sentidos que constituem o sujeito na relação com um objeto, as alcunhas, descrito como uma “circunstância que deve merecer aqui nossa atenção”. A análise nos levou a compreender esse enunciado de abertura já trazendo sentidos de operações residualistas em funcionando enunciativo no instrumental analítico em questão. Quero dizer que a entrada desse sentido de “merecimento”, de “valorização”, é algo da ordem do desprestígio do “popular” a uma “circunstância” tomada na relação sociológica com a língua concebida não mais além do seu sistema lingüístico. Onde o que mais importa é “que nomes ou apelidos de genuína procedência lusa recebem sufixo aumentativo do tupi, como a espelhar-se, num consórcio às vezes pitoresco de línguas bem desse melhantes, a mistura assídua de duas raças e duas culturas” (p.128) como o é na nota a “procedência das alcunhas”. Nesse lugar, entram sentidos de “pura origem”, “genuína procedência”, “raridade”, “consórcio de línguas”, “sinal de uso” e o que regula o instrumental analítico diante do objeto, as alcunhas, é a frequência pelo par: “cada vez maior e mais exclusiva” / “diminuição, desaparecimento completo”.

Nessa regulação, como dissemos, é crucial compreender uma anterioridade que torna possível o funcionamento desse instrumental. Uma temporalidade específica que predica o histórico: “O que de fato se verifica, à medida que nos distanciamos do século XVII, (p.128). O gesto estabelece uma **“regra geral”** e com ela faz um corte no tempo cronológico até o século XVIII, o XIX já não aparece como passado. Por exemplo, ao

considerar o apelido tupi “Sarutaiá”, dado a um sujeito que só vem a morrer em 1802, Buarque se contrapõe: “Trata-se, porém, **já agora** de casos isolados, que escapam à regra geral e podem ocorrer a qualquer tempo” (p. 128).

Por outro lado, essa segunda parte abre caminho para uma análise que dá um lugar histórico residualista ao tupi. Mas por fim retorna às condições para a colonização que redundam na expansão das bandeiras. Nesse movimento em direção ao índio, segundo o autor, houve uma contraparte de renúncias a heranças portuguesas. Nesse rol de “perdas”, Buarque inclui algo importante: “Em outras palavras [os portugueses] teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem” (pp.131-132).

“Assim é que o Manuel Dias da Silva era conhecido por ‘Bixira’; Domingos Leme da Silva era o ‘botuca’”. Do nosso ponto de vista, interessa pensar a respeito de um certo modo purista de entender a língua aliado a um tratamento quantitativo dos dados tendo em vista a segmentação do tempo: o século XVII e dele um distanciamento posto que vai a ele de um presente regulador do alcance da língua na história.

*

Espero ter demonstrado que “o esquecimento” da “questão da língua” em *Raízes do Brasil* tem sentido histórico específico. Primeiro porque, do ponto de vista do político, pela projeção de sentidos, é rememorado um silêncio que vem na relação com o Estado, ou seja, a política de língua para regulação, resistência, divisão na disputa entre línguas. E é no acontecimento enunciativo por onde a própria materialidade escrita da linguagem é contraparte no silenciar da língua-outra. Em resumo, o próprio da nota enquanto documentação escriturada é sua constitutividade no processo. Em segundo,

mas sem estar descolado dessa projeção, o sujeito enunciativo em operação no instrumental analítico na textualidade vem afetado pela sobreposição de sentidos própria da escrita enquanto intervenção histórica. Justamente pelo desejo de dar a saber algo através da escrita em detrimento de seu funcionamento que se dá por instrumentação lingüística, a gramatização (Auroux, op. cit). Nos demais capítulos, as análises têm demonstrado que no jogo político-enunciativo a escrituração é sempre interventora no processo histórico. O esforço de pesquisa está concentrado então na compreensão de “pontos críticos” da relação inescapavelmente contraditória delineada no fato da materialidade da linguagem, no acontecimento enunciativo que constitui um “domínio interdiscursivo significante” próprio da “questão da língua”. E é do modo de descrever e analisar essa tensão que tem vindo a abertura para uma formulação mais forte: o que constitui o sujeito histórico-enunciativo quando a questão textualizada é a da língua nacional são efeitos de sentido da escrita.

Conclusão

Regiões de sentido para a institucionalização da lingüística

É preciso aqui considerar o fato de que a escrita intervém no processo de institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil. Como vimos no primeiro capítulo, o que constitui esse processo é um deslocamento de sentidos que, dos anos de 1930/40 em direção aos 70, fora do alcance autoral, constrói uma fronteira entre a instituição universitária e um seu exterior constitutivo, entre o falatório da polêmica amadora e o silêncio do trabalho profissional da ciência, processo em que uma língua nacional é constituída como objeto exclusivo da instituição universitária. E, no jogo político-enunciativo, na construção dessa fronteira por diferentes formas a escrita é sempre partícipe no sentido mais histórico da instituição: são os sentidos de um deslocamento da oralidade em direção a escrita.

Mas quero aqui lembrar que, nesse processo, essa divisão dos sentidos acontece preponderantemente em região de peças periféricas da ordem gráfica tendo em vista o modelo clássico de exposição dos estudos. O embate político-enunciativo na história das idéias se desdobra então na linguagem encontrando pela escrita, enquanto artefato gráfico-instrumental, um lugar limítrofe variável para ir e vir entre notas, prefácios, introduções e alcançar assim o efeito político nesse jogo em que os sentidos da institucionalização da Lingüística Moderna no Brasil fazem funcionar sua preponderância justamente pelo fato de não aparecerem como centrais nessas materialidades. Quer dizer, o fato mesmo da existência dessas diferentes regiões se nos aparece então como o próprio da escrita, sua intervenção enquanto interface. Nesse rumo, a meu ver, o trabalho contribui para um modo de compreender o funcionamento

de relações, efeitos de sentido, entre diferentes regiões de um ambiente gráfico mais amplo, institucionalmente regrado, um enunciado de longa duração, um livro.

O detalhe local afetando o global

Por outro lado, o trabalho também aponta para a **intervenção da escrita** na demarcação de diferentes regiões de sentido quando o que está em jogo é a “questão da língua”. Nesse caso, preciso recuperar os pontos críticos, as reflexões específicas para avaliar o percurso analítico, procurando dimensionar o efeito dos detalhes “locais” no âmbito global dos volumes. Vejamos um quadro desses pontos.

Quadro de Pontos Críticos

Capítulo 3 Silvio Elia A suspensão da “questão”: A intervenção da escrita por uma outra relação (civilizacional) entre línguas. O ponto crítico que é o deslizamento da “alusão” ao “domínio espanhol”. É justamente o lugar de encontro de edições, de intervenção da escrita (no capítulo, p. 98). Ou seja, a escrita enquanto interface, espaço bidimensional, amplia a fronteira.	Capítulo 4 G. C. de Melo A didatização da “questão”: a intervenção da escrita pela didatização da “questão”. A discussão é levada pela enunciação para os domínios do ensino. Em formas específicas do ensino da língua escrita. Lugar que aparece como refúgio para o resguardar da unidade da língua, de intervenção da escrita (no capítulo, p. 126 e 135)
--	--

Capítulo 5 Gilberto Freyre (o índio) Tendo em vista a textualização pelo ir e vir no tempo da formação brasileira. A escrita intervém para dar limite ao conhecimento da língua-outra, para limitar textualmente o <i>onde</i>-histórico da língua em um lugar imediatamente posterior a entrada da questão da língua (no capítulo, p. 149; no anexo p. 250). Capítulo 7 S. B. de Holanda: A intervenção da escrita por um “atraso” histórico. A entrada da questão pela relação constitutiva com a escrita. (no capítulo, p. 185-186 ; no anexo, p. 272)	Capítulo 6 Gilberto Freyre (o negro) O “Santo Ofício” / o “entretanto”: a intervenção da escrita, o silêncio pela organicidade da língua. O onde-histórico aparece em um lugar anterior a entrada da “questão da língua” (no capítulo, p.154; no anexo, p. 251)
---	--

Em síntese, em todos esses locais, aos quais chegamos movidos pela análise, é possível verificar o quão decisivo é o aparecimento dos sentidos da escrita: a intervenção da escrita. Ela baliza os lugares que aparecem como decisivos quando o que está em questão é a língua nacional. Quer dizer, o efeito do detalhe local no ambiente

global do volume é uma questão dos limites da análise, do alcance da instrumentação teórica

Instrumentação para a análise

Tendo em vista a razão gráfica, a projeção, sobreposição e integração de sentidos, o espaço gráfico paginar e sua dimensão política, o simbólico e a existência da sintaxe categorias de análise, o fato do texto como versão e não como origem, as reflexões teóricas disponíveis em diferentes debates foram aqui acolhidas no tocante à escrita. Sem que tenha significado um “esquecimento” de suas especificidades, as categorias tiveram funções deslocadas. Pelos interesses desse nosso empreendimento pelas relações que essas categorias passaram a assumir entre elas no funcionamento junto às materialidades constituindo, como dissemos, um feixe de reflexões, um centro fluido mobilizador. Quer dizer, uma instrumentação teórica tal capaz de mobilizar a análise e, no processo, entrar em refração.

E eis justamente o ponto da contradição. O onde a reflexão torna possível a descrição das materialidades, as análises propriamente ditas, e desse movimento a teoria sofre um “efeito bumerangue”. Desse embate veio a maior dificuldade no empreendimento da pesquisa. Notemos que não há uniformidade entre os procedimentos analíticos específicos implementados nos diferentes capítulos posto que não há um acordo prévio que possa divisar o fato da **intervenção da escrita**.

O que nos leva a tentar esboçar uma compreensão teórico-metodológica de tal ordem tecno-instrumental específica que, assim sendo, nos parece fundamental, sem grandes assombros de pretensão, considerar a título de conclusão que o processo analítico aponta para a abertura de uma área de trabalho exclusivamente dedicada ao

lugar de encontro das relações sujeito/língua-linguagem, esse lugar é a interface, a escrita. Nela, o trabalho analítico é o de compreensão desses **pontos críticos**. Tendo em vista então essa demanda técnica para o empreender da pesquisa, há que se concluir pela necessidade de instrumentação do processo no sentido mesmo laboratorial.

Laboratório de intervenção escrita

O gesto de interesse pela compreensão do lugar da “questão da língua” na textualidade histórico-enunciativa recaiu, como vimos, na consideração de “certa dimensão linear mais longa”. A reflexão teórico-metodológica, na experiência do processo, levou a compreensão de que é preciso dar maior relevo às relações de sentido que constituem o sujeito na enunciação já na deparação com o real gráfico da escrituração: a superfície plana. Considerando as diferentes regiões, os diferentes pesos significantes, considerando também as condições de atravessamento da interface no sujeito-escriba com o livro (no sentido da relação prática tanto na feitura quanto em sua leitura), enquanto artefato técnico nas formas pelas quais nos vem significando: o livro.

Não cuido aqui para, como pode parecer, entrar na discussão objetiva, antropológica, sociológica, econômica, histórica (mudanças) e até mística. Não parece exagero dizer que grande parte desses estudos toma os sentidos do livro como vindos sempre de um fora dele. O processo analítico que enseja pontos críticos nas materialidades examinadas é deslocado do binômio interior/exterior.

Quer dizer, um certo modo de compreender o funcionamento enunciativo da linguagem na relação com a interface gráfica toca os primeiros esboços de um *software* que aponta para a construção de um laboratório de intervenção da escrita. O argumento é justamente a possibilidade de tirar proveito do entrecruzamento de interfaces: a escrita

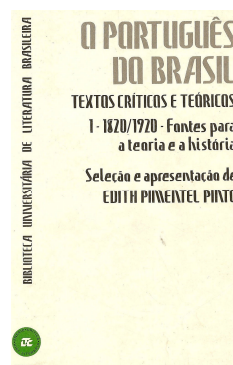
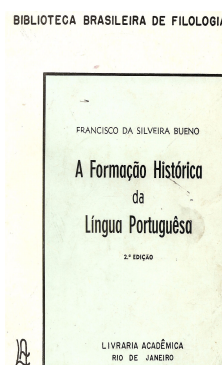
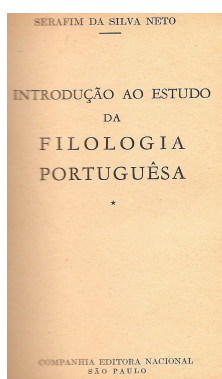
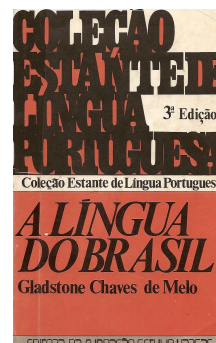
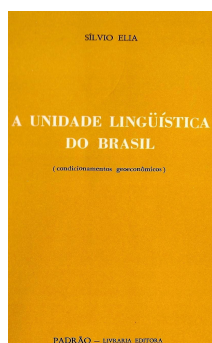
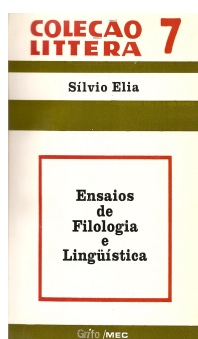
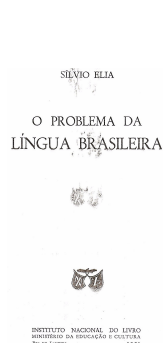
em papel (impressos, incluindo manuscritos) ... A possibilidade da intervenção na dimensão digital ... A exposição de esboços manuscritos fotografados em imagem digital.

Anexos

Capas dos volumes trabalhados

Anexos

Capítulo 1



PREFÁCIO

O professor *Sílvio Edmundo Elia* quis dar-me, em primícias, o prazer da leitura dêste "*Problema da língua brasileira*".

E pediu-me uma palavrinha de apresentação — um prefácio.

Neste particular andou menos bem avisado. De há muito deixei de ensinar *Latim*; totalmente voltado para a *Filosofia*, tenho ciúme dessa grande namorada: o tempo que lhe furto custa-me passar; já não me sinto à vontade quando me detenho noutras esferas de cogitações.

Contudo dois ponderosos motivos me induzem a aceder ao desejo de *Sílvio Elia*: 1) sincero respeito que tributo à seriedade de seus estudos e à sua não vulgar capacidade intelectual; 2) o fato de neste livro se ventilarem questões que realmente devem esperar a palavra da lógica e do bom senso, se se quiserem bem resolvidas.

A meu ver as discussões sobre língua brasileira têm sido mal conduzidas pelos que dela se vêm ocupando com a intermitência dos surtos de nacionalismo exagerado e de jacobinismo.

Fora da verdadeira ciência, e, por isto, fora também das reais aquisições da *Lingüística*, invocam-se aí além os nomes dos grandes tratadistas, ao lado de pigmeus nossos, numa barafunda de entontecer, e sem proveito para a solução do problema.

Confundem, em geral, linguagem e língua, língua e dialeto, dialeto e falares especiais, caçange e feitio nacional.

É que, quase sempre, sem perfeita congruência, passam do indivíduo para o grupo, do fato lógico para o fenômeno

social, e, neste, apenas visam, sem claro discernimento, o lado político-nativista, deformado por sentimentos mais ou menos conscientes de defesa dos brios pátrios.

E ainda, partindo de conceitos falsos sôbre o progresso, tratam por igual gramatiquice e gramática, condenando a esta em nome da “Lingüística”, embriagados ou seduzidos pelos encantos e sonoridades dos nomes — “glotologia, filologia, fonética, morfologia, semântica”, tudo enfeixado, qual “rudis indigestaque moles”, num mesmo ato de análise mental. Um horror!

Lidos os nossos especialistas no assunto, a gente pergunta: mas afinal o que é língua? e o que é dialeto? e qual é o dialeto brasileiro, ou qual a língua brasileira entre as transformações e as deformações do português no Brasil?

Ninguém até hoje definiu com acêrto estas coisas, aqui.

Contentam-se com indicar Brugmann e Meillet e Dauzat, e Saussure, e Jespersen, e Rousselot, e Carnoy, e Grammont e “tutti quanti”, sem distinção nem escolha, a tôrto mesmo e sem propósito.

Eu bem queria saber qual dos falares brasileiros é o dialeto brasileiro a que se referem os defensores da língua nacional brasileira. Queria até que me declarassem se não há mais de um dialeto no Brasil.

As claríssimas observações de Vendryes, no livro “Le Langage”, que, desde 1921, é citado a cada momento pelos nossos “dilettanti”, deveriam impedir as confusões que ainda se repetem em nosso meio.

Se a palavra é som, estrutura, sentido, na realidade é isso indivisivelmente, pois o som e a forma sem a significação nada valem como expressão racionalizada, nem a voz não articulada é palavra.

Também esta unidade — o “verbum” — em que se efetiva a linguagem, como conjunto de processos fisiológicos e psíquicos de que dispõe o homem para falar, só se realiza nas línguas, as quais representam a utilização prática de tais processos.

Isso "latissimo sensu".

Mais restritamente, porém, as línguas aparecem como modos de linguagem realizados pelos povos, ou grupos sociais politicamente organizados.

Na feitura da língua influi raça, influi mentalidade, influem meio ambiente, modos de viver, contingências de cultura, avanços na civilização etc. dos diversos grupos que se vão diferenciando e afirmando.

Nada impede que povos, nascidos civilmente adultos, como desdobramento de gentes válidas, com línguas perfeitas, venham a continuar a vitalidade dessas línguas, em sua nova fase de existência autônoma.

O fenômeno é verificado nas Américas com o inglês, o espanhol, o português, nem vamos examinar os fatores mencionados, nem precisamos fazê-lo para que nos entendamos.

A verdade é que a língua sai do domínio da liberdade individual para o âmbito da vida do grupo, qual fator de coesão, meio de intercomunicação dentro do núcleo a que serve, termo de distinção entre grupo e grupo.

Aí tácitamente os indivíduos compreendem que são obrigados a manter a língua fora do arbítrio, fundada em regras consagradas pelo uso e pelo interesse da comunidade.

Para que um fato se torne costume e se faça lei, ou regra, é necessário que os membros do grupo o recebam como de boa norma.

O rigor com o qual se exerce a coação da regra no grupo é extremamente forte, e isto em tôdas as comunidades linguísticas e, até mesmo, em tôdas as camadas sociais, com relação a seus próprios falares.

Tôdas obedecem a uma dada gramática.

Erra quem pensa ou supõe que uma língua que não se escreve não obedece a regras.

Para as línguas escritas é que há dúvidas, hesitações, discussões, entre os doutos, entre os que podem considerar os mesmos conceitos sob maior número de aspectos. Para as

línguas dêsses é que "certant grammatici". Quanto mais a línguas se aperfeiçoam em regras, tanto mais, entretanto, si podem estender e também tanto mais se firmam como línguas

"Ce souci de la correction et cette sureté dans la fixation de l'usage, voilà ce qui fait la langue dans un groupe d'hommes déterminé. Mais si l'on cherche la réalisation parfaite de la langue, on ne la trouve nulle part. Il y a beaucoup d'hommes qui parlent français; il n'y a personne qui parle le français en que puisse servir de règle et d'exemple aux autres... Le meilleur français... est un idéal qui se cherche, mais qui ne se trouve pas; c'est une force en action qu'on peut seulement définir par le but où elle tend; c'est une réalité en puissance qui n'aboutit pas à l'acte; c'est un devenir qui n'arrive jamais." Op. cit., págs. 284/5.

Palavras que significam o ideal como limite, não o ideal prático realizável e realizado todos os dias nos melhores autores. Porque se não há o melhor, há os melhores, como expressão do equilíbrio entre os extremos.

Concluindo, pode-se dizer, portanto, que uma língua é a forma lingüística ideal que se impõe a todos os indivíduos de um mesmo grupo étnico-social.

O fato é complexo. Que nova forma lingüística ideal diferente da portuguesa já foi imposta aos brasileiros? Quando o foi?

Além disso que será um mesmo grupo étnico-social?

Dentro da mesma nação há falares vários; há língua comum falada e língua comum escrita; há língua literária; há línguas técnicas; há gírias, há dialetos...

Como desatar a dificuldade?

Todos os mestres são concordes em afirmar que é difícil determinar os limites entre um dialeto e a língua que lhe é próxima.

Por isso alguns lingüistas negaram que haja dialetos: "Pour ces savants, l'état linguistique qui résulte du développement du langage ne peut être conçu que sous deux aspects: celui de la langue, vaste unité à laquelle tous les parlers locaux

se ramènent, et celui des parlers en lesquels la langue s'émiet-te". Id. ibidem, 291.

Como então caracterizar o tal dialeto brasileiro se nossa língua comum é idêntica à língua comum de Portugal?

As variantes fonéticas, as corruptelas morfológicas, as discordâncias de sentido até onde autorizam, entre nós, a consideração de um todo lingüístico diverso da língua portuguêsã?

As línguas especiais e as gírias não autorizam a diferença de língua comum.

É sempre mais ou menos arbitrariamente que o lingüista escolhe determinados fenômenos para estabelecer as divisões dialetais na carta de uma nação.

"Il en est des dialectes comme de ces régions naturelles en lesquelles se partage un pays: quand elles ne servent pas de base à des divisions politiques, les limites restent toujours indécises." Idem, Ibidem, 306/7.

Aplicando a nós a consequência de tudo isso, só politicamente se poderá dar à língua portuguêsã falada no Brasil o nome de língua brasileira.

Fundados na Lingüística, cientificamente, ninguém estará autorizado a mudar o nome da língua portuguêsã que no Brasil se fala.

Não colhem os argumentos que se vão buscar na consideração de que nossa língua literária não é a língua que falamos.

Não é também a que se fala em Portugal, como a língua falada lá não é a língua literária de lá. Nem em parte alguma do mundo a língua falada é a língua literária.

A língua escrita, mais que a língua falada, representa sempre a tradição e se apóia em regras conservadoras.

E a língua literária não é bem a língua escrita.

A língua escrita é a expressão da língua tradicional comum, enquanto que a língua literária é língua dos privilegiados, dos expoentes, dos que podem criar, dos que se elevam sobre as tradições e abrem caminhos novos, ou iluminam, com luz sua própria, os caminhos já trilhados, nas regiões do pen-

samento e da arte de sentir e de saber dizer o que se sente ou se percebe.

Ora, se a língua literária, por ser peculiar aos que mais se distinguem, não pode autorizar, entre nós, a mudança do nome da língua que falamos, a língua escrita aqui é a língua tradicional comum de Portugal.

Ainda há poucos dias, no "Correio da Manhã", o notável sociólogo patricio Gilberto Freire, a propósito da festa da SS. Trindade em Sta. Catarina, notava que as tradições portuguesas preponderaram em nossa vida.

Se nas usanças e costumes de crenças e festas, quanto mais na língua!

Ninguém pôde, até agora, demonstrar que a sintaxe da língua comum do Brasil não é a sintaxe da língua comum de Portugal. Não basta, para prová-lo, invocar o "me deixe" no princípio da frase...

Ora, o elemento formal da língua é a sintaxe.

Nosso lexicon é fundamentalmente o mesmo de Portugal, nossa sintaxe a mesma: como havemos de declarar outra a língua?

*

* *

O presente estudo do professor Sílvio Elia examina a questão sob outros aspectos e analisa alguns dos autores brasileiros que versaram o assunto.

Tem segurança perfeita na verificação do fato e está em dia com as melhores lições dos melhores mestres.

Dou-lhe parabéns.

NÉLSON ROMERO

ESTA EDIÇÃO

Tendo recebido honroso convite para a reedição dêste livro, não hesitamos em aceitá-lo. Bem sabemos que se trata de uma obra de estréia, de uma das conhecidas proezas da juventude, muita vez relegadas ao esquecimento ou a melancólico menosprêzo. Gerou-a não tanto a vaidade da letra de fôrma, mas o desejo de participar da comunidade filológica, de fazer ouvir o que então julgávamos a nossa mensagem, de reagir, dentro da especialidade que elegêramos, contra o naturalismo científico que invadia os espíritos cultivados e não tolerava — o que ainda não desapareceu de todo — falasse em nome da ciência quem ousasse afirmar a possibilidade de qualquer modalidade de conhecimento fora dos métodos clássicos de observação e experimentação. Quisemos, ao revés, demonstrar que uma tese que pretendia arvorar-se em puramente lingüística — a da fatalidade do advento da “língua brasileira” — repousava, ao contrário em postulados filosóficos, filhos do clima espiritual de um século, eivado de positivismo, naturalismo, cientificismo, enfim. Fomos além, pois, da constatação dêsse fato: pretendemos, em nome de princípios filosóficos, negar a existência da “ciência pura”, ou seja, quisemos retirar da atitude científica *stricto sensu* o caráter de exclusivismo em face da Verdade. O racionalismo, ao cabo, estava condenado e vivia, através da metamorfose positivista, os seus últimos momentos de glória e fastígio.

Ora, o sentido dos estudos lingüísticos neste século já não deixa margem a dúvidas. Sem desconhecer o quanto devemos aos lingüístas do século dezenove, a ninguém é lícito contestar que as magníficas pesquisas e progressos da Lingüística pós-saussuriana se fazem contra, não os resultados, mas o espírito que informou as investigações daqueles grandes

predecessores. A Geografia Lingüística investe contra a doutrina simplista por demais das leis fonéticas; o Idealismo vossleriano repõe na alma humana o princípio de causalidade que o positivismo dos primeiros comparatistas teimava em olvidar; a Neolingüística dos modernos glotólogos italianos se vale com vantagem da história cultural dos povos. Por tôda a parte um sôpro renovador e fecundo.

Nessa perspectiva, podemos dizer sem receio de êrro, que a tese sustentada por nós em 1940 condizia melhor com os novos rumos da Lingüística Moderna do que aquela que ainda latejava no espírito de muitos dos contemporâneos: a da inevitabilidade do fracionamento da língua portuguêsã. Demais, tivemos a satisfação de ver que tomavam posição ao nosso lado colegas do vulto e do valor de um Gladstone Chaves de Melo ou de um Serafim da Silva Neto. Como se não bastasse, veio trazer-me particular júbilo a colocação que de problema análogo para o espanhol do Novo Mundo fêz ninguém menos que Don Ramón Menéndez Pidal.

Reportando-se a opiniões esposadas pelo grande Rufino José Cuervo, refuta-as exatamente em nome do progresso das idéias lingüísticas. “No se trata aquí de leyes históricas”, diz, “sino de leyes naturales. Pott escribe cuando el positivismo y darwinismo triunfantes habían inspirado, hacía pocos años, a Schleicher su famosa concepción: la lingüística era una ciencia natural, no era una ciencia cultural; las lenguas son un organismo con vida propia, que nacen, se desarrollan, envejecen y mueren, como todo ser viviente; un organismo regido por leyes de la Naturaleza, fatales, sin excepciones; la voluntad del hombre no puede intervenir en su desenvolvimiento” (*La Unidad del Idioma, in Mis Páginas Preferidas*, Madri, 1957, pág. 55).

Pidal se insurge contra essa maneira de situar a questão e a coloca onde sempre devera ter ficado, vale dizer, no domínio dos fatos históricos e culturais, que escapam ao determinismo uniforme do mundo puramente físico.

Podemos dizer, portanto, que a tese de 1940 continua viva e correta. Isso não impede reconhecer que o arcabouço técnico da obra poderia ser muito melhorado e até refundido. Em 1957, porém, esse aspecto do problema nos levaria, mantendo as linhas mestras da obra, a reescrever o trabalho. Teríamos então outro livro e não uma simples reedição. Optamos por isso pelos acrescentamentos que não modificassem a obra em sua feição original, documento que é de uma biografia cultural que jamais por certo será escrita. Essa atitude abstencionista não nos custou menos do que as fadigas que outra reelaboração sem dúvida nos traria. Esperamos, porém, do leitor que procure compreender as nossas razões e use de brandura em seus possíveis vereditos.

Ao Instituto Nacional do Livro somos particularmente grato pela oportunidade que nos concedeu de mais este feliz contato com os abnegados operários da seara filológica.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1957.

SÍLVIO ELIA

SUMÁRIO

7	Advertência para a 1. ^a edição.
III	Advertência para esta edição.
13	Origens Românticas da Filologia Moderna.
32	A Contribuição Lingüística do Romantismo.
66	A Contribuição Lingüística do Modernismo.
109	Tendências da Língua Contemporânea.
117	Os Estudos Filológicos no Brasil.
177	Unidade e Diversidade Fonética do Português do Brasil.
225	Nota sobre as Áreas Dialetais Brasileiras.
232	Cultura e Gramática. ✓
251	<i>Os Lusíadas</i> , Epopéia do Mar. ✓
270	Etimologias de Camões em <i>Os Lusíadas</i> . ✓
296	O Português do Brasil. Aspectos Coloniais. ✓
312	La Lengua Portuguesa en el Brasil en la Época de la Independencia.

ADVERTÊNCIA PARA A 1.^a EDIÇÃO

Este livro se compõe de trabalhos resultantes, direta ou indiretamente, de atividades exercidas pelo Autor no Estado do Rio Grande do Sul, particularmente em Porto Alegre.

A primeira vez que me foi dado conhecer essa adulta metrópole do Sul, fi-lo por intermédio de um jovem poeta, cheio de entusiasmo e esperanças, que se confirmaram: o prof. Santiago Naud.

Promovia, então (1956), a Diretoria de Letras da Divisão de Cultura do Estado uma série de palestras sobre o Romantismo. A um modesto professor do Rio de Janeiro lembraram-se de convocar para a explanação do tema em que se confrontava a Filologia com o maior acontecimento cultural dos albores do século passado. Um convocado não deserta. Compareci ao anfiteatro da Faculdade de Filosofia no dia marcado, desincumbi-me da missão e, da maneira como me houve, pode o leitor julgar pelo primeiro capítulo destes ensaios.

Concederam-me ainda o privilégio de inaugurar a série "Cadernos do Rio Grande", publicação do Instituto Estadual do Livro, e a conferência que nessa ocasião se imprimiu vai aqui reeditada com ligeiros retoques.

Esse primeiro contato com o legendário solo gaúcho foi para mim de uma fecundidade afetiva que até hoje bendigo. Mercê de Deus, fiz nas plagas do Sul sólidas e gratas amizades, incorporadas definitivamente ao meu itinerário espiritual.

Pouco depois, a generosidade de um velho amigo me reconduzia à já saudosa Porto Alegre. O prof. José Carlos de Melo e Sousa, então à frente da Campanha de Aperfeiçoamento e Desenvolvimento do Ensino Secundário (CADES), encarregou-me de um curso, certamente por inspiração de amizade, na bela capital sulina. Revi os amigos, enriquevi-me com novos laços de afeto, conheci melhor a admirável gente gaúcha. Depois os contatos se amiudaram: conferências, bancas de exame, cursos, congressos.

Em 1958 participei do “1.º Congresso Brasileiro de Etnografia e Dialectologia”, ao qual apresentei uma comunicação intitulada *Alguns Aspectos Fonético-Comparativos do Português do Brasil*. É essa comunicação, remodelada e acrescentada, que integra o último capítulo da primeira parte do presente volume, com a denominação de *Unidade e Diversidade Fonética do Português do Brasil*.

Em meados de 1961 tive mais uma vez o singular prazer de pequena estada na “minha” Porto Alegre, agora a convite de um querido e precioso amigo, o prof. Guilhermino César. Tratava-se de um curso promovido conjuntamente pela Faculdade de Filosofia da URGs e pelo Centro de Estudos Luso-Brasileiros da Universidade de Wisconsin, dos EE.UU. da América. A equipe de estudantes norte-americanos era dirigida pelo Dr. Alberto Machado da Rosa, português de origem, já integrado na grande república de língua inglesa. Pertencem a esse curso os capítulos intitulados *Contribuição Lingüística do Romantismo e Contribuição Lingüística do Modernismo*. As palestras que proferi sobre José de Alencar, Mário de Andrade, Gustavo Corção e Érico Veríssimo ainda estão sob a forma de notas, e não tive tempo de redigi-las. Não vão, pois, no presente volume, e, claro, não fazem falta, pois nada acrescentam — nem poderiam acrescentar — à glória literária de tão eminentes vultos.

Em compensação o capítulo *Os Estudos Filológicos do Brasil* constitui desenvolvimento de um tema que, tempo houvera, também teria sido objeto de aula para os universitários de Wisconsin. Do assunto me ocupei, pela primeira vez, em 1959, quando, a convite generoso do prof. Paiva Boléo, falei para um grupo de professores e alunos na multissecular Universidade de Coimbra. Retoquei e atualizei a matéria com o intuito de levá-la ao conhecimento dos alunos de Wisconsin. A carência de tempo me impediu de fazê-lo então. Cumpro, agora, o prometido, desenvolvendo as notas e pondo-as sob a forma de capítulo. Espero não me seja isto causa de condenação.

Como se vê, nada mais justo do que dedicar os frutos da minha ainda que pobre atividade em terra gaúcha àqueles que me permitiram desenvolvê-la num ambiente amigo, compreensivo, estimulante. Citei, de início, os nomes do jovem Santiago Naud e do veterano Guilhermino César, mineiro de quatro costados e gaúcho de outros tantos. São colegas de que não me posso recordar, sem que me sinta envolto numa atmosfera de finuras, nobreza dalma, requinte intelectual. Porque é assim a gente dos pampas, que me tem cativo e afeiçoado. Foi lá que conheci e admirei e apertei ao coração um Elpídio Paes, um Albino de Bem Veiga (companheiro este já do Rio, na minha juventude), um Brito Velho, um Heinrich Bunse, um Ângelo Ricci, um Casado Gomes, um Pedro Luft, um Luís Pilla e, graças a Deus, ainda tantos outros nomes que, com maior ou menor convívio — como esses espíritos cheios de ternura amical que são o transbordante

Dante de Laytano e o tranqüilo Moysés Vellinho — me ressoam constantemente no espírito com um timbre cordial de efusão fraterna.

Gostaria, pois, de ter trabalhado mais e melhor, a fim de poder corresponder aos que em mim confiaram e me retemperaram o desejo de bem servir à vocação de minha Pátria. E mais servira, não fora “para tão longo amor tão curta a vida”,

Sílvia Elia

Rio de Janeiro, janeiro de 1963.

ADVERTÊNCIA PARA ESTA EDIÇÃO

Teve origem esta edição em amável convite da Editora Grifo. O livro já se achava esgotado há algum tempo e precisava de uma motivação para ir novamente ao prelo. Tendo ela chegado, ei-lo outra vez em contato com os benévolos leitores.

Como é fácil de ver, não se trata simplesmente de reimpressão. Consta, agora, o trabalho de duas partes: uma antiga e outra nova. A parte antiga é que vai propriamente reeditada. Fiz-lhe alguns acrescentos (poucos, infelizmente), principalmente no capítulo de ordem histórica, porque o tempo vai passando e nutrindo as páginas da História. Por isso sempre haverá cronistas. Bem sei que todos os capítulos precisariam de revisão mais profunda; mas, conforme em geral observam os autores, isso ao cabo levaria a reescrever a obra.

A segunda parte consiste em estudos ou conferências escolhidas em função da temática do livro. O IV centenário da publicação de *Os Lusíadas* propiciou-me a oportunidade de reencontrar-me em mais de uma ocasião com os versos do épico imortal. Daí as conferências *Etimologias de Camões em Os Lusíadas*, pronunciada na sessão de abertura do 4.º Congresso Brasileiro de Língua e Literatura (17 a 21 de julho de 1972) e *Os Lusíadas, Epopéia do Mar*, lida a convite da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo. O trabalho *A Língua Portuguesa no Brasil na época da Independência* foi publicado no número da *Revista de Cultura Brasileira* dedicado à comemoração do sesquicentenário da Independência do Brasil (n.º 34 de setembro de 72). A revista, editada pela Embaixada do Brasil na Espanha, está redigida em espanhol; mas o texto original foi escrito em português. *Cultura e Gramática* (a propósito dos primeiros gramáticos portugueses) é a primeira parte de um trabalho maior, onde se trata a seguir da pronúncia do português quinhentista. Foi lida em sessão de 1974 da Sociedade Brasileira de Romanistas. Finalmente, o trabalho *O Português do Brasil. Aspectos Coloniais* apareceu em 1966, no volume "Estudos de Filologia e História Literária Luso-Hispanas e

Ibero-Americanas” organizado para celebrar o terceiro lustro do Instituto de Estudos Hispânicos, Portugueses e Ibero-Americanos da Universidade Nacional de Utrecht, em A Haia, por Van Goor Zonen.

O título deste livro foi também alargado para *Ensaio de Filologia e Lingüística*, pois, atualmente, até a matéria filológica está sendo encarada de uma perspectiva lingüística.

A primeira edição dediquei-a a meus amigos gaúchos, porque foi na vibrante e sincera terra sul-rio-grandense que pronunciei quase todos os estudos nela integrados. Para esta segunda parte, quero agora juntar nova dedicatória, que muito bem se irmana com a dos queridos conterrâneos do Extremo-Sul. Como se viu, os cinco ensaios acrescentados tratam de matéria muito ligada à cultura portuguesa, de que *somos florescente (creio que é inegável) vergôntea no Novo Mundo*. Justíssimo, portanto, que a dediquemos a nossos amigos portugueses de Lisboa e Coimbra, em cujas Universidades estivemos, nessa ordem do tempo, aos professores e aos alunos, sempre tão cordiais, fraternalmente solícitos e cheios do sadio ideal do saber. Muito aprendi em curta e saudosa estada nessas duas famosas cidades, tão distintas na sua morfologia urbana, mas tão iguais na sua lealdade portuguesa. Lições de vida, lições de amor, lições de verdadeira ciência, hauridas nas fontes da verdade e do estudo. Pelo muito que recebi, este pouco que aqui deixo.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1975.

Silvio Elia

O problema da diferenciação lingüística do Brasil em relação à língua mater portuguesa eclodiu com o Romantismo. O apelo à História como termo explicativo das ciências humanas e a busca da autenticidade nacional nas raízes do passado geraram o conceito sócio-filosófico de uma alma coletiva, onde povos e indivíduos deviam inspirar-se. Essa idéia-força casou-se no Brasil com o momento histórico da nossa independência política e desse conúbio surgiram reivindicações várias, como a de língua própria para uma nova psique nacional. Conforme escrevia Mestre João Ribeiro: "Os nossos modos de dizer são diferentes e legítimos e, o que é melhor, são imediatos e conservam, pois, o perfume do espírito que os dita". José de Alencar fez-se, à época, o arauto dessa pregação. Veio depois a reação vernaculista e classicizante, de que Rui Barbosa se tornou protótipo, reequilibrando os pratos da balança. Novo deslocamento ocorreu mais tarde com o Modernismo, agora com mais força. Mário de Andrade, autor frustrado de uma *Gramatiquinha da fala brasileira*, pode simbolizar o penacho dessa nova campanha. Alguns filólogos, ou afeiçoados, deixaram-se contaminar pelo entusiasmo do momento e passaram também a reclamar um idioma divergente para o Brasil: Renato Mendonça, Herbert Parentes Fortes, Edgard Sanches. Mas outra corrente filológica a essa se antepôs, com argumentos mais razoáveis e técnicos: Sousa da Silveira, Clóvis Monteiro, Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Celso Cunha. E o fato óbvio voltou a brilhar: a língua do Brasil é "essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada e livre nos seus próprios movimentos" como acabou por reconhecer limpidamente Mestre João Ribeiro.

Uma vez posto fora de discussão o caráter "português" da língua do Brasil, outro aspecto dessa realidade passou a

ocupar a atenção dos estudiosos: a sua esplêndida unidade de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Então se tornou imperativo perquirir as causas dessa unidade.

Sem dúvida a vocação imperial da política portuguesa — no sentido romano de um só governo e uma só administração para territórios próximos ou distantes, contínuos ou descontínuos — esteve na base dessa façanha em escala universal. Mas o itinerário percorrido houve de vencer barreiras étnicas, geográficas e sociais. É desse percurso, acidentado mas direito, que este livro procura dar as notas principais. A vitória da língua portuguesa no território indiviso da pátria brasileira não se deu sem escaramuças, às vezes mais que isto. O tupi, sob a forma de *língua geral*, dominou durante dois séculos a nossa fala coloquial, em toda a faixa costeira, do Maranhão a São Vicente. Foi-se debilitando durante o séc. XVIII, quando permaneceu recalcado apenas regionalmente. Quanto às línguas africanas, na verdade, não chegaram a constituir ameaça à supremacia da língua portuguesa. Sob a forma de *falares crioulos* misturaram-se ao português, mas sem que houvesse interpenetração de sistemas, somente incrustações na língua-base, despojada de sua carga flexional, como é de hábito nesse processo. Finalmente o fenômeno da urbanização, trazendo à tona o falar de maior prestígio cultural, a língua portuguesa, consolidou a vitória da última flor do Lácio.

O Brasil, portanto, é um país unilíngue. O mote da variedade da unidade exprime apenas a variedade da mesma língua portuguesa. O que possa restar das antigas línguas indígenas e africanas são bolsões inexpressivos. E quanto às línguas dos povos imigrantes — de que o presente livro não cogita — tendem sempre a se deixar absorver pela língua oficial do Estado brasileiro.

AO LEITOR BENÉVOLO

Este livro é um ensaio. Tentativa de surpreender as grandes linhas do desenvolvimento histórico-social brasileiro que nos conduziram à realidade esplêndida de uma unidade lingüística, quer ao nível culto quer ao popular. Parece-nos, pois, tratar-se de uma tarefa que se pode incluir — tanto os rótulos são necessários! — no campo da Sócio- e da Etnolingüística.

O motor da História é o ser humano; sem este bicho da Terra tão pequeno, é claro, o mundo seria apenas *natura*, nada mais que natureza. Nem Marte, nem Vênus, nem Mercúrio, nem nenhum planeta deste nosso encurtado sistema solar certamente tem História. É que, como não pertence à *Natura*, a História há de se capitular entre os fenômenos da *Cultura*.

Acontece, porém, que o homem também se filia à *Natura*, é ele próprio, de certo modo, um produto da natureza. Contudo a sua “naturalidade”, digamos assim, não lhe esgota a essência. Na verdade, o homem se coloca no ponto de intersecção entre a *Natura* e a *Cultura*. E esta é que assume aquela. Não sei se houve salto qualitativo de uma a outra, mas o que especifica a *Cultura* em oposição à *Natura* é o elemento *liberdade*. Onde não existe liberdade, faz-se apenas História Natural (e aqui o termo “história” tem simplesmente valor extensivo e analógico); a verdadeira história é sempre História Cultural.

Vê-se, pois, que o problema central das Ciências Humanas, dentre as quais se coloca a Lingüística, é o da definição da liberdade. Aqui não se pode escamotear. Ou o homem é livre, ou não é. Nada adianta declará-lo livre (p. ex., politicamente ou educacionalmente), e, ao mesmo tempo, procurar agrilhoá-lo a tendências ancestrais, a reações bioquími-

cas, a estruturas sociais. Portanto, se a liberdade existe, não é ela um produto da natureza, pois esta se caracteriza exatamente por aderir ao mundo da não-liberdade, do determinismo, da eterna quietude. A decantada solução dialética, de fato, nada resolve; é uma pseudo-solução. O materialismo dialético, p. ex., é da mesma cepa do materialismo mecanicista, ou que outro nome tenha. Ou se parte da matéria, ou se aceita algo além e acima da matéria. E a liberdade, por não pertencer ao círculo fechado das coisas da natureza, não pode ter raízes materiais. Há, portanto, que passar a um domínio supra-material, que os grandes filósofos de todos os tempos sempre denominaram Espírito. A liberdade é um fenômeno de ordem espiritual e não material.

Essas considerações vêm a propósito da abordagem sócio-histórico ou histórico-cultural que elegemos. Procuramos fazer emergir os fatores que, ao longo do tempo, favoreceram a unidade lingüística de nosso país. Mas, no subtítulo, denominamo-los, prudentemente, "condicionamentos". Com isso queremos dizer que foram condições, não causas. Já alguém distinguiu argutamente esses dois conceitos do seguinte modo: causa é aquilo sem o quê uma coisa não seria *o que é*; condição é aquilo sem o quê uma coisa não seria *como é*. Quer dizer: a causa é essencial; a condição, accidental.

Um exemplo tomado à Antropogeografia. Portugal, país pequenino, espremido entre o mar e a terrível trombeta castelhana, *teria de* procurar expandir-se sobre as águas oceânicas. Ora, evidentemente, isso não haveria ocorrido, não fôra o espírito português dotado daquelas qualidades que o tornaram protagonista de uma das mais ciclópicas aventuras dos tempos modernos. Os fatores antropogeográficos alegados explicam a *feição* marítima dessa epopéia (em outras *condições*, o extravasamento lusitano teria sido, p.ex., terrestre e não marítimo), mas nada dizem quanto à epopéia em si mesma.

Portanto, aplicando-se *mutatis mutandis* a teoria ao caso brasileiro, verifica-se que a nossa proclamada unidade lingüística decorre de iniludível vocação histórica do povo que somos e temos sido através dos séculos, condicionada por múltipla conjugação de fatores geográficos, étnicos ou econômicos. Neste ensaio procuramos percorrer as linhas de força que, delimitadas por tais condicionamentos, foram urdindo as malhas dessa unidade.

ÍNDICE GERAL

Ao leitor benévolo	9
--------------------------	---

CAPÍTULOS

I Perspectivas socioculturais	12
II O aborígene	19
III A ocupação do litoral	49
IV Os africanos no Brasil	59
V A descompressão de Tordesilhas	78
VI Brasil do boi e do cavalo	86
VII A corrida para as minas	99
VIII A urbanização	104
a) Olinda e Recife	104
b) Salvador	112
c) As cidades do ouro	120
d) O Rio de Janeiro	130
IX Conclusões	142

APÊNDICES

I Sobre a língua geral	175
II Sobre as línguas crioulas	219
Referências bibliográficas	247
Adenda	252
Índice onomástico	253

SÉRIE UNIVERSIDADE N.º 6

Univ. de Brasília

A LÍNGUA DO BRASIL

3.^a edição, melhorada e aumentada

GLADSTONE CHAVES DE MELO

(Da Faculdade de Letras da UFRJ, do Instituto de Letras da UFF, da
Academia Brasileira de Filologia)

**FGV — INSTITUTO DE DOCUMENTAÇÃO
EDITORIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
Rio de Janeiro — RJ — 1975.**

Direitos reservados desta edição da Fundação Getúlio Vargas, Praia de Botafogo, 188, Rio de Janeiro, RJ, ZC-02.

É vedada a reprodução total ou parcial desta obra:

1.^a edição 1946

2.^a edição 1971

3.^a edição 1975

FGV — Instituto de Documentação — Diretor: Benedicto Silva — Editora da Fundação Getúlio Vargas — Chefe: Carlos Maurício Junqueira Ayres; Coordenação Editorial: Robson Achiamé Fernandes; Supervisão gráfica: Ari de Araujo Viana; capa de N. Medina; composto no Serviço Gráfico do IBGE e impresso na Editora Vozes Ltda.

Melo, Gladstone Chaves de..

... A língua do Brasil. 3. ed. melh. e aum. [por] Gladstone Chaves de Melo ... Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Ed. da FGV, 1975.

xv, 209p. 21cm. (Coleção estante de língua portuguesa. Sér. universidade, n. 6.)

"Bibliografia": p. 201-09.

1. Língua portuguesa — Brasileirismos. I. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. I. Série. II. Título.

CDD 469.7

CDU 469.0-087(81)

SUMÁRIO

A Propósito desta Coleção	VII
Esta Edição	IX
Prefácio da 1. ^a Edição	XI
A língua portuguesa no Brasil: resenha bibliográfica	1
O problema, doutrinas, soluções	17
A influência tupi	41
A influência africana	73
A língua popular	90
A nossa pronúncia	119
Língua e Estilo	131
O nosso vocabulário	145
A língua literária	165
Bibliografia	201

A PROPÓSITO DESTA COLEÇÃO

Há certas obras que entusiasмам em seu próprio nascedouro, nos meandros ainda imprecisos de sua elaboração, nos contornos ainda vagos do projeto.

Nesses casos, projeto e elaboração perdem imprecisão e vagueza, impondo-se nítidos e precisos, antecipando-nos, pela força intrínseca de seus méritos, a convicção de que estão fadados ao sucesso. São raros momentos em que o Editor, afeito ao frio exame de originais e ao calculado balanço dos *prós* e *contras*, entrega-se totalmente à tarefa, os óbices parecendo-lhe obsoletos, guiado pela intuição da relevância da sugestão ou plano, ainda embrionário.

O projeto apresentado pelo Prof. Rocha Lima, atendendo a uma solicitação da Fundação Getúlio Vargas, no primeiro exame, se nos afigurou assim.

Sabemos de antemão que essa *Estante de Língua Portuguesa*, ora apresentada ao público, marcará época, tanto pela competência de seu organizador quanto pela autoridade dos autores reunidos.

E é com satisfação que encontro entre os nossos editados de hoje, os mestres Antenor Nascentes e Said Ali, os quais, entre outros, elevaram o Colégio Pedro II dos meus tempos de estudante à categoria de verdadeiro centro de estudos lingüísticos.

Obras fundamentais e imprescindíveis, esgotadas de há muito, reaparecem agora para benefício das novas gerações

e contentamento dos mestres que estavam a exigir sua reedição. Trabalhos recentes completam a coleção, dando continuidade às suas predecessoras.

Será particularmente reconfortador para os especialistas verificar que essa herança cultural ainda sensibiliza o editor moderno, porque seu desaparecimento das estantes e livrarias significaria, em última análise, uma privação lamentável de nossas raízes no domínio da língua portuguesa.

E será, por outro lado, estimulante que esse patrimônio adquirido seja complementado por estudos atualizados e inéditos, abrindo ao leitor os campos desbravados e introduzindo-o nos campos a desbravar.

Alim Pedro

ESTA EDIÇÃO

Esta edição, de 1975, reproduz, com pequenas modificações, a anterior, aliás rapidamente esgotada.

Corrigiram-se agora erros tipográficos, melhorou-se a redação em vários pontos, com vantagem para a clareza, a precisão ou o rigor, e foi atualizada a ortografia.

Para dar ao leitor uma idéia do que representou a lima a que foi submetida a primeira edição, de 1946, permito-me reproduzir, em seguida, o prefácio da segunda, aparecida em 1971:

Escrito há vinte e cinco anos, sai agora em segunda edição A Língua do Brasil. Está claro que neste quarto de século muita coisa aconteceu no Brasil, no mundo, na Linguística e na vida do autor. Por isso mesmo, o livro pedia acurada revisão, que foi feita, para atualizá-lo.

Em 1960 chegou a ser anunciado o reaparecimento da obra, incorporada na coleção Rumos, da vitoriosa Livraria Acadêmica. Os asfixiantes afazeres não me permitiram então levar a cabo o atento reexame que se exigia: fiquei a meio caminho e já não cuidei do assunto. Agora, insistentemente me convidou a retomar o trabalho meu dileto amigo Prof. Rocha Lima, que queria ver o livro ressurrecto na coleção que dirige da Fundação Getúlio Vargas. Animado com a insistência, pedi aos meus editores licença para atender ao amigo. Gentilmente me liberaram os responsáveis pela Acadêmica, também eles amigos exemplares. Daí esta reapresentação.

Tive tentações de reescrever o livro, mas venci-as. Por vezes pareceu-me verde o estilo, calorosos demais o entusiasmo ou a condenação, canhestra a frase: não se passa em vão dos 27 aos 53 anos.... Mas verifiquei com alegria que as idéias-mestras são as mesmas, a argumentação idêntica, só aprofundada a convicção da veracidade da tese.

Melhorei o estilo sem desfigurá-lo, acrescentei bastante coisa, corriji outras muitas e, sobretudo, incorporei as observações colhidas em duas permanências em Portugal, uma larga, passante de dois anos, outra mais breve, pouco mais de três meses.

Andei lá por todo o país, cidades e aldeias, litoral e interior, meios urbanos e campo. Descobri muito "brasileirismo" e inteirei-me, ainda mais, da sólida unidade lingüística luso-brasileira. Hoje o idioma nem é dos portugueses, nem dos brasileiros, mas de ambos: uns conservaram melhor certas coisas, outros mais ciosamente guardaram outras. E o tesouro cultural é comum. Temos de mantê-lo, defendê-lo e enriquecê-lo.

Creio que este livro, primeiro do autor, no tempo e no afeto, é um aliciente convite a essa obra de patriotismo e de civilização. Aliciante, não pela excelência, é claro, mas pela soma de fatos, pela limpidez do argumento e pelo incontestável da conclusão, que nasce da visão nítida do objeto e não de cavilações do autor.

Rio, na Festa de Santo Inácio de Loyola, 31 de julho de 1970.

G. C. M.

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

O livrinho que hoje dou a público representa as conclusões a que tenho chegado depois de me dedicar oito anos ao assunto que lhe serve de título. Sem embargo, à exceção de dois capítulos que já tinham sido escritos anteriormente, foi ele redigido no espaço de sessenta dias.

O primeiro capítulo foi publicado em 1942 na revista Vozes de Petrópolis e sai agora retocado e ampliado. O segundo — A Influência Tupi — foi escrito como monografia, para o Arquivo de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia, o qual, para não desmentir o nome, ficou... arquivado. Exu-meí o artigo e, sem alterar-lhe a forma e a disposição, transportei-o para o atual ensaio. Isso explica a incoerência de tal capítulo com a feição e plano geral da obra. O mais é inédito.

Este trabalho nasceu diretamente da Faculdade Nacional de Filosofia, pois nele apenas se desenvolvem bastante e se documentam melhor as aulas ali proferidas sobre o ponto A língua portuguesa no Brasil.

Escrevi para os não-especialistas, para as pessoas que não desdenham os problemas de cultura geral (como entendo que seja o da língua nacional) e se preocupam com as questões brasileiras. Por isso, fugi, sempre que possível, ao rigor da técnica e da nomenclatura filológica e à erudição fácil, menos no segundo capítulo, que, quanto ao feitio, é hóspede neste livro, conforme se explicou acima.

Reclamo para o presente ensaio duas qualidades: honestidade e reflexão.

É um livro escrito de ânimo sereno, com espírito desprevenido, movido o A. só pela paixão da verdade. Procurou-se observar os fatos e examiná-los à luz da ciência filológica e lingüística.

Por outro lado, é um livro pensado. É fruto de longa e freqüente meditação, em virtude da qual muita antiga opinião foi refeita. Encontrar-se-á portanto aqui espírito crítico. Pode ser que de má crítica, vesga, obtusa; mas quem dá o que tem não é obrigado a mais.

Para dizer com pedanteria, que sempre calha num prefácio: Feci quod potui; faciant meliora potentes.

Como se verá sem dificuldade, os capítulos seguintes ao primeiro¹ contêm desdobramentos das idéias neste expressas grosso modo.

Reparto perante a opinião pública a responsabilidade deste livro com o operoso e ilustre diretor da Casa de Rui Barbosa, o Dr. Américo Jacobina Lacombe. Foi ele quem, pela benevolência e gentileza com que apreciou e "propagandeou" o primeiro capítulo, antes estampado em Vozes de Petrópolis, foi ele quem me estimulou e me deu coragem para afrontar com o presente cometimento a respeitável classe dos leitores.

Consigno aqui os maiores agradecimentos ao meu amigo Simões dos Reis, Diretor do Serviço de Documentação do M.E.S., que, com rara e constante solicitude, acudiu às minhas carências bibliográficas, emprestando-me à larga tudo o que me apeteceu na sua farta biblioteca.

Repetindo: o livro é para os não-especialistas. Os filólogos nada terão que aprender nestas pobres páginas. Porém, também a estes lhas ofereço, pois quero deles a crítica. Ficarei sinceramente grato a quem me corrigir erros, indicar falhas, apontar deficiências, denunciar tolices e emendar disparates, pois nada disso há de escassear neste modesto volume.

Rio, dia da Conversão de São Paulo, 25 de janeiro de 1945.

G. C. M.

¹ Nesta 2.^a edição desdobrei o primeiro capítulo em dois, de modo que tudo tem de ser ajustado. Assim, o que neste prefácio se diz a respeito deve ser entendido para o ordinal seguinte: em vez de primeiro segundo; em vez de segundo, terceiro.

BIBLIOTECA BRASILEIRA DE FILOLOGIA

GLADSTONE CHAVES DE MELO

(Da Faculdade Nacional de Filosofia, da Pontifícia Universidade
Católica do R. J., da Faculdade de Filosofia da UFF, Niterói,
e da Academia Brasileira de Filologia)

Iniciação à Filologia Portuguesa

(Terceira edição, melhorada e aumentada)

Com mapas coloridos

TIPOS DE EDIÇÕES → PAG. 36

LIVRARIA ACADÊMICA
RIO DE JANEIRO

PREFÁCIO DA PRIMEIRA EDIÇÃO

São modestas as pretensões do livro que ora entregamos ao público leitor.

O título diz bem do escopo que tivemos em mira ao organizá-lo e compô-lo. Trata-se de uma iniciação, de uma tomada-de-contato com uma ciência de certo modo recente, pouco mais que centenária, mas cujos consideráveis progressos se têm realizado à revelia dos homens de cultura geral, e até dos que se sentem inclinados a estudos de língua ou dos que se dedicam ao ensino de português.

Com todos os seus defeitos, com tôdas as suas lacunas e imperfeições, pretende este livro ser apologético: foi escrito para defender os métodos, o espírito e as conclusões da Filologia Portuguesa contemporânea, e para denunciar os charlatães, os gramatiquinhos, os obsessos do erro e da gramática de bitola estreita.

Não é de hoje que vimos trabalhando por um melhor ensino e por mais racional aprendizagem deste rico e plástico idioma que nos legaram nossos maiores e em que foram compostas algumas das obras-primas da literatura universal. De alguns anos para cá, no magistério, no jornalismo, em conferências e palestras, temos dado um pouco de nosso pobre esforço, em prol da causa da língua portuguesa e da sã Filologia.

As animadoras ressonâncias, o simpático acolhimento de amigos, próximos ou distantes, conhecidos ou desconhecidos, levaram-nos a meter ombros nesta empresa de divulgação e de proselitismo.

Não nos incha a vaidade, que bem sabemos da nossa pequena estatura; move-nos o desejo sincero de prestar um serviço módico mas positivo aos nossos conterrâneos. Seja-nos relevado o tom com que falamos: estamos convencidos da verdade da nossa posição, pelo que não pode ser outra nossa linguagem.

Livro de divulgação, não se lhe vá buscar originalidade, nem as últimas e ainda inseguras formulações: de pessoal ele só tem o arranjo das idéias, fruto da reflexão, que buscou tornar mais razoável a sistematização de certos fatos. A este respeito pedimos vênias para

chamar a atenção para os capítulos "A lição dos textos e as normas gramaticais", "A língua portuguesa no Brasil", "A classificação das palavras", "A constituição do vocabulário", "Da análise sintática" e "Como se deve estudar a língua".

O índice mostra o plano da obra. É sempre o mesmo roteiro: levantar os problemas, situá-los no quadro de idéias mais gerais e conduzir o leitor na pista da verdadeira solução.

É livro essencialmente didático: seja-nos permitido dizer que ele se destina aos professores de português que não puderam ter formação universitária e lutam com as deficiências, os desconcertos, os destemperos e as taras decorrentes do autodidatismo.

No Brasil, entre os alfabetizados, no sentido próprio da palavra, formam legião os que costumamos chamar de "namorados da Filologia": os homens de outras especialidades científicas, os escritores e curiosos que têm como "hobby" o estudo de filologices. A estes também endereçamos o presente livrinho, que lhes apontará os bons autores, os guias seguros e as rotas livres.

Pedimos aos leitores que nos desculpem das repetições e dos estribilhos. Entendemos que fazia à finalidade da obra bater freqüente em certas teclas, repisar conceitos fundamentais, reiterar afirmações básicas.

Cumpre-nos expressar de público os agradecimentos ao Prof. SOUSA DA SILVEIRA, que, generoso, quis ver este livro incluído nas "Publicações do Centro de Estudos de Língua Portuguesa".

Aliás, muito devem estas páginas e seu autor à sólida orientação, aos sábios conselhos, às judiciosas e finas observações, à crítica serena e lúcida, à arguta exegese, às lições discretas e multiplicadas, de que nos temos beneficiado em dez anos de afetuosa convivência com o venerando mestre das Lições de Português.

Por fim, cabe-nos declarar que receberemos como gratíssimo favor as observações, sugestões e principalmente as correções que caridosamente nos queiram enviar os entendidos.

Rio, na festa da Natividade de Nossa Senhora, 8 de setembro de 1949.

G. C. M.

PREFACIO DA SEGUNDA EDIÇÃO

Bem mais depressa do que eu cuidara, esgotou-se a primeira edição deste livrinho, acolhido com favor e benevolência superiores aos seus escassos méritos. Muito confortadoras foram as ressonâncias que de todos os pontos do país chegaram até o autor, que viu e vê nesse fato um sinal de que a velha Gramática está representando as últimas cenas do último ato, e que sente nêle estímulo para prosseguir na sua luta humilde mas sincera por uma renovação dos estudos lingüísticos no nosso meio.

Tive também apreciações, críticas e corrigendas, quase tôdas vazadas no alto estilo de quem compreende o esforço alheio e quer generosamente dar do seu para melhorar a obra de outrem, benefício que muito me cativa e dilata o coração. Mas conheci também a censura azeda, expressa em linguagem e tom inadequados, onde se pode enxergar a manifestação de mal-ferida vaidade e de ressentimentos obscuros, analisáveis e liberáveis por certa técnica iniciada por um famoso professor de Viena.

Preferi nada responder, porque cuidei que então se armaria polêmica em que supostamente levasse de vencida quem falasse por último, tal qual nas brigas de crianças. Como não quero ser daqueles de quem fala SANTO AGOSTINHO "*amant veritatem lucentem, oderunt eam redarguentem*" (Conf., I. X, cap. 23) —, acolhi com prazer as críticas acertadas. No opúsculo há uma atribuição de autoria e prioridade indiscutíveis, que teve apenas o defeito de vir com um ano de atraso, porque eu já fizera as competentes declarações e correções na segunda edição, muito aumentada, do meu trabalho sobre Alencar e a "língua brasileira", trazida à luz como introdução ao volume XV, Senhora, da edição olimpiana dos romances de ALENCAR (Livraria José Olímpio, Rio, 1951, pág. 70, nota 19).

Sai agora a Iniciação corrigida, melhorada e aumentada. Sai com atraso, porque, tendo iniciado o trabalho de revisão em julho de 1954, fui obrigado a interrompê-lo pouco depois, asfixiado por afazeres múltiplos e mais tarde impedido por moléstia. Só em abril deste ano retomei o trabalho, deixado nas primeiras trinta páginas.

Além das correções, retoques, substituições e ampliações, diversas matérias foram acrescentadas à presente edição: ao fim de cada capítulo uma bibliografia sumária especializada e um "resumo mnemônico", destinado a ajudar a memória na retenção do que acabou de ser lido. Figura um capítulo novo sobre a história externa da língua portuguesa. Também no resumo mnemônico do capítulo quinto da Parte Geral, fugindo embora à epigrafe, abordei o problema da Gramática e Estilística, distinção de importância decisiva. O capítulo sobre as línguas indo-européias foi praticamente refundido e bastante acrescido. Enriquecem esta edição três mapas que reproduzimos e traduzimos, com licença dos editores, do Atlas des langues du monde (anexo de Les langues du monde, par un groupe de linguistes sous la direction de A. MEILLET et MARCEL COHEN, nouvelle édition, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1952). Do desenho dos mapas se encarregou o prof. ACIR LÍRIO PEIXOTO, que se houve na tarefa com grande mestria, tornando-se assim credor da gratidão do autor e dos leitores, que ao menos isso encontrarão de bom no livro.

Esta segunda edição é ainda uma publicação do Centro de Estudos da Língua Portuguesa, superiormente dirigido por SOUSA DA SILVEIRA; apenas, por circunstâncias que não vem ao caso explicitar, ficou incorporada à vitoriosa Biblioteca Brasileira de Filologia, honra com que nos brindou a Livraria Acadêmica.

Dedico a dois amigos muito caros a presente edição, Padre AGOSTINHO IAENSCH S. V. D., sábio e santo, e SEBASTIÃO ALVES MOREIRA, discreto líder do movimento de renovação nacional que hoje, mercê de Deus, empolga o Brasil todo: êsses dois amigos grandemente me valeram em conjuntura difícil e longamente me estimularam a retomar e levar por termo êste trabalho.

Como sempre, ofereço o livro ao público, esperando ensinar algo aos que saibam menos do que eu e esperando aprender dos doutos que me queiram fazer a caridade de suas correções e observações.

Rio, na festa do Santíssimo Rosário, 7 de outubro de 1956.

G. C. M.

Cosme Velho, 354 - casa 10.

ESTA EDIÇÃO

Esgotada a segunda edição dêste livro, aqui estou com outra, atendendo ao pedido da benemérita Livraria Acadêmica.

Felizmente para mim, o trabalho foi muito bem aceito na sua segunda apresentação, aumentada e até engalanada, com os belos mapas desenhados e coloridos pelo prof. ACIR LÍRIO PEIXOTO, os quais continuam a ornar esta edição.

Cada vez mais, a Iniciação foi sendo adotada nos Cursos de Letras de nossas Faculdades de Filosofia, hoje a beirar em número a casa dos 70. E, por isso mesmo, multiplicam-se os reclamos da obra esgotada, fato que muito conforta e anima o autor.

Gostariamos de proceder a uma revisão mais profunda, de ceder à tentação de acrescentar vários capítulos. Não o permite, no entanto, a premência do tempo. Correríamos o risco de ficar anos à espera de uma necessariamente longa oportunidade.

Contentei-me então com rever cuidadosamente o texto, atualizar a bibliografia fundamental... e escrever um capítulo novo sobre a "Nomenclatura Gramatical Brasileira", que deu barulho e motivou muitas e alarmadas consultas aos professores de Português.

Entregando ao público esta nova edição, declaro mais uma vez que receberei como favor especial as críticas, censuras e correções que me queiram fazer os entendidos.

Rio, na festa da Ascensão do Senhor, 27 de maio de 1965

G. C. M.

Cosme Velho, 354, casa 10

SERAFIM DA SILVA NETO

INTRODUÇÃO AO ESTUDO
DA
FILOLOGIA
PORTUGUÊSA

★

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

PREFÁCIO

No Brasil, onde a língua nacional foi recebida depois de diseminada e polida como língua escrita, sempre houve grande (e até, em certos casos, exagerado) interesse pelas questões de linguagem. Os problemas práticos da língua — a crase, a conjugação de pronomes, o infinitivo pessoal e outros que tais — aterrorizaram a mais de um coração, atormentaram e ocuparam o tempo de numerosas pessoas e provocaram acesas e rudes polémicas. Não é de estranhar, pois, que haja florescido, entre nós, nesta legião de puristas e vernaculistas, amadores sem formação universitária, mas apostados em ler os “clássicos” para imitar-lhes os torneios e copiar-lhes os termos e expressões.

O interesse pelos problemas práticos — a ânsia de falar bem — tinha toda a razão de ser numa sociedade em começo de civilização, numa sociedade em que, ao lado de brancos de alta cultura e instrução havia ainda o problema do escravo, que falava um português deturpado. Falar bem, falar impecavelmente, falar à moda dos clássicos, tornava-se, mais ainda do que nas sociedades de estratificação milenária, um meio de distinção e ascensão social, um sinal-marca de classe. Não estranha que se tornasse uma ambição...

Ambição que nem todos chegavam a atingir, e que levava não poucos ao ridículo, por falarem uma língua teórica, pretensiosa e perniciosa. Mas, em todo o caso, com o seu aspecto louvável, tanto que um admirável intelectual português — Agostinho de Campos — afirmou certa vez que não se podia estudar a nossa língua sem compulsar as obras daqueles que, no Brasil, se entregavam afanosamente à conservação e defesa da língua culta e comum.

Infelizmente, não se pode dizer que tenha havido, sempre, o mesmo interesse absorvente pelo estudo científico do português, pela investigação metódica das suas fases, da sua história, do estado em nível universitário, de “Filologia Portuguesa”, em

suma. Essa pesquisa desinteressada não podia facilmente medrar num ambiente em que faltavam as Faculdades de Letras, isto é, os púlpitos onde precisamente se devem debater os grandes temas da Ciência e os centros onde se deve fomentar a pesquisa.

Apesar dessa deficiência fundamental, é muito honroso para o Brasil que tenha sido possível apresentar meia dúzia de estudiosos de timbre universitário, de homens que, por si próprios, quase sem o precioso auxílio de guias experimentados, sem bibliotecas especializadas, souberam encontrar o caminho da Ciência.

Quando, em 1935, foi criada na capital da República, a Universidade do Distrito Federal, que se iria transformar na célula-mater das futuras Faculdades de Letras, teve ela de recorrer em boa parte a esse grupo de abnegados e silenciosos trabalhadores. A sua experiência e o seu saber é que cimentam novas gerações — estas já agora formadas ao sôpro e ao calor de cursos especializados e sistemáticos.

Sei que cometo omissões involuntárias, mas, para só referir-me aos meus contemporâneos e residentes na Capital, aí estão: Augusto Magne e Sousa da Silveira (Faculdade Nacional de Filosofia), Clóvis Monteiro (Pontifícia Universidade Católica), Antenor Nascentes (Universidade do Distrito Federal), Ismael de Lima Coutinho (Faculdade Fluminense de Filosofia). Foi também o advento das Faculdades de Letras que tornou possível o cultivo de Ciências intimamente relacionadas com a Filologia Portuguesa. Ciências que lhe servem de base ou de orientação. E isso proporcionou o aproveitamento de um Ernesto Faria (Filologia Latina) e de um Joaquim Matoso Câmara Júnior (Linguística Geral).

Este livro pretende, pois, dar uma idéia de alguns dos principais temas da Filologia Portuguesa. Destina-se quer aos estudantes de Letras das nossas Faculdades de Filosofia, quer aos Professores de Língua Portuguesa e interessados em geral.

Buscará, dêsse modo, divulgar noções e doutrinas; não é de surpreender, por isso, que o A. tenha tido especial cuidado em trazer fartas indicações bibliográficas. Não se esqueça, contudo, de que se trata de uma introdução e não de uma enciclopédia.

AOS LEITORES EXIGENTES

A História da Língua Portuguêsa tem sido objeto de vários estudos, tratada por vários autores, fragmentariamente, desde os primórdios gramaticais de Fernão de Oliveira até os ensinamentos de Manuel de Said Ali, recentemente falecido. Um dos estudos mais importantes foi a "*Origem da Língua Portuguêsa*" de Duarte Nunes do Lião, Lisboa, 1606. Já vemos nessas páginas como os principais problemas receberam adequada solução, adequada, sobretudo, se levarmos em conta as idéias da época. A filiação latina, a verdadeira transformação do latim vulgar no romance português era já assunto esclarecido e resolvido. A separação entre o galego e o português, dando por causa principal o desenvolvimento político e nacional de Portugal, aí está bem delineada e explícita: "e as (línguas) de Galliza e Portugal, as quais ambas erã antigamente quase hũa mesma, nas palauras, e nos diphtongos, e pronunciação que as outras partes de Espanha não tem. Da qual lingoa Gallega a Portuguesa se acentajou tanto, quanto na copia e na elegancia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, e corte que he a officina onde os vocabulos se forjão, e se pulem, e donde manão pera os outros homens, o que nunca houue em Galliza". O critério aristocrático a correção, o uso da côrte está aqui patente, como a causa principal do progresso da língua portuguesa e do estacionamento da galega. Muitos autores vieram, assim, estudando fragmentariamente a evolução histórica do nosso idioma, sem que tivéssemos, entretanto, um só que nos desse o conspecto geral dessa evolução. Este foi o nosso intento. Tomamos a dialeção românica desde os seus inícios e, em ordem cronológica, acompanhamos o desenvolvimento lingüístico da nossa fala, assinalando as fases principais, os seus característicos mais importantes, até os nossos dias com a fragmentação do já idioma português nos seus diversos dialetos.

Sempre que nos foi possível, evitamos a exposição técnica demasiadamente escolar, com exceção dos capítulos dedicados à fonética. Não se dirige este estudo aos sapientes do ofício que, talvez, desejariam linguagem mais científica, menos literária, tôda erigida dos sinais da convenção lingüística. Dirige-se à maioria que deseja apenas informar-se destes problemas históricos, os mais atraentes de todos, os problemas históricos da nossa língua: donde veio, como se formou, em que estado se encontra e qual o futuro que a espera. Evitando, assim, a cerrada exposição lin-

güística, não fugimos desta ciência um só instante: tudo está baseado nos seus princípios, nos seus métodos, tomando por guias e mestres os seus principais doutores. Fugimos também da pedantaria, muito em voga em Portugal e no Brasil, das citações, das citações tão numerosas e tão largas que passam a constituir mais de dois têrços do livro, reduzindo o trabalho do autor ao da agulha que vai arrastando, através do pano, a linha que lhe não pertence. Estes fazem parte daqueles escritores de que falava Pascal: dizem sempre "O meu livro, a minha obra" quando deveriam dizer: "O nosso livro", a "nossa obra" porque em tais trabalhos há pouco do autor e muito dos autores. As contínuas citações, ora nesta, ora naquela língua, e sem tradução, que é para que mais se admire o leitor, interrompem a exposição correntia do assunto, quebram o fio do raciocínio, irritam os consulentes e só dão regozijos ao autor, cuja erudição aí se estadeia a custa de fichário. Sai o trabalho de tais pedantes mais remendado que capa de peregrino, verdadeira colcha de retalhos mal cosidos, vendo-se a cada passo a fresta deixada pelos alinhavos. Foram consultados muitos autores e os de maior categoria: vêem-se suas obras na bibliografia. Talvez também esta não seja tão extensa quanto desejariam muitos que usam colocar no fim de suas publicações, tal ruma de livros que em tôda a existência não seriam capazes de ler. A que aqui vai, foi lida e consultada.

Estamos certos de que alguns problemas foram esquecidos, de que outros poderiam ter maior extensão, ou ser apresentados de outra forma. Tudo isto faz parte das obras humanas. Já o grande clássico Ferreira escrevia, no prólogo da comédia "Bristo": "Contentar a todos ninguém o alcançou; muitos se contentaram com aprazer a muitos. O autor tomará por grande honra satisfazer a poucos". Fazemos nossas estas sábias palavras. Outros dirão que êste livro não passa de uma compilação razoável: para êstes lembramos o que já disse Sousa de Macedo em "Eva e Ave": "Não é pequeno serviço ajuntar o disperso, abreviar o longo, apartar o seleta". Entre êsses nossos críticos haverá, quem sabe, algum que possa fazer, neste assunto, obra sua, que não seja de compilação... Haverá... Mas desconfiamos de que não haja: quem poderá escrever de história sem se socorrer do alheio? Então, por que criticam? Porque é fácil dizer como se deveria fazer e muito difícil fazer aquilo que de outrem se exige.

Não existindo, em português, obra alguma dêste assunto, completa, se não apenas parcial, fragmentária, não pudemos tê-la por norma: seguimos, no que foi possível, a recente "História de la Lengua Española" de Rafael Lapesa — Madrid — 1942. Com êste volume continuamos a nossa série de "Estudos de Filologia Portuguêsa", constituindo o segundo já anunciado nesse primeiro, atualmente, em segunda edição. Como sempre, vai dirigido aos nossos alunos de Filologia Portuguêsa, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo. Dêles esperamos

a melhor crítica: se lhes foi útil ou não mais este esforço intelectual. Ocorrendo, neste ano, o quarto centenário de fundação de S. Paulo, a mais pujante cidade do mundo, como paulista lhe trazemos a nossa pequena oferta, um grão diminuto de incenso que será queimado no turíbulo da sua glória. Nesta oferta estão condensados os suores de um seu obreiro, as vigílias de um dos seus mestres, os sonhos de um dos seus idealistas. Digne-se de a receber S. Paulo, digne-se de saber que entre os seus três milhões de habitantes, um existe que, há um quarto de século, moureja na silenciosa, mas gloriosa tarefa de preparar melhor a juventude que continuará, nos anos futuros, o fecundo labor de seus heróicos antecessores, os Bandeirantes.

Prof. Dr. Francisco da Silveira Bueno.

Ano Quatrocentésimo da Fundação de S. Paulo de Piratininga.

2.^a EDIÇÃO

Houve apenas o acréscimo de pequenas achegas ao capítulo IV — "Lusitânia Árábica".

O AUTOR

NOTA PRÉVIA

Pretendendo, com este trabalho, documentar a evolução do pensamento crítico a respeito da língua do Brasil, empreendemos o levantamento dos textos mais significativos — aqueles que, por terem voz própria, dispensam exposição teórica por parte do organizador. A ser feito sistematicamente, isto não só frustraria uma das suas principais finalidades, que é proporcionar fontes de estudo aos interessados nos problemas da língua, como acarretaria extensão excessiva e pouco recomendável ao presente volume. Assim, os comentários que antecedem os textos escusam-se da sua exigüidade, pois, cedendo apenas às solicitações mais cativantes de desenvolver as sugestões contidas nos textos, limitamo-nos a assinalar caminhos e pontos de escavação mais proveitosos.

No tratamento e na apresentação dos textos, vários foram os problemas que enfrentamos.

O primeiro deles se refere aos limites de tempo aos quais nos cumpria cingir. Optamos afinal por estender o trabalho, que basicamente se refere ao século passado, das primeiras manifestações a respeito do assunto (1820), até onde, segundo o consenso atual, o século realmente expira — 1920 (1). Claro que poderia ter sido 22: se a data tem significação literária, tem, também, evidentemente,

(1) Coincidentemente, é a data da morte de *Carneiro Ribeiro*, que abre, por assim dizer, a liquidação de uma geração, aquela que ficou na história como a dos maiores cultores da língua, em termos de vernaculidade: em 23, falecem *Rui Barbosa*, *Maximiano Maciel* e *Eduardo Carlos Pereira*; em 28, *Carlos de Laet*; em 30, *Silva Ramos* — já precursor da nova gramática: em 31, *Mário Barreto*; em 34, *Carlos Góis* e *João Ribeiro*; e, em 37, *Laudelino Freire*, que chegou, pois, a viver o período de consolidação do desprestígio de seus ideais de purismo, e ainda a presenciar, posteriormente, a instalação de um breve renascimento dos estudos de gramática e filologia, correspondentemente à fundação das primeiras Faculdades de Filosofia no País.

Na mesma época (1825), *José Bonifácio*, restringindo-se aos problemas inerentes à linguagem poética, especialmente os da tradução dos clássicos gregos e latinos, denuncia o relacionamento — que posteriormente se tornará agudo — entre língua e política, reivindicando para os brasileiros, graças à recente independência, o direito de criar *neologismos* cultos, “apesar do franzir de beijos dos puristas” que não prescindem da chancela lusitana. Note-se que são justamente os *neologismos* que, na geração seguinte, constituirão o ponto central do conflito entre os que proclamam e os que negam a existência de uma língua própria do Brasil — ponto que por si só permite a identificação das diferentes posições em face do problema. *José Bonifácio*, no entanto, apenas se preocupava, ou se preocupava primordialmente, com a linguagem poética e, conseqüentemente, com o aproveitamento do riquíssimo veio das línguas clássicas, para suprir lacunas do português. (2) A reivindicação da liberdade de expressão, relativamente a Portugal, começava apenas a delinear-se como implicação nacionalista, pois o direito de criar *neologismos* cultos ainda se fundamentava apenas no imperativo da civilização, “que também é obra de Deus”. Idéias semelhantes, apesar das suas preocupações intencionalmente renovadoras, manifestará, dez anos mais tarde, *Gonçalves de Magalhães*: “. . . as línguas vivas se enriquecem com o progresso da civilização e uma idéia nova pede um novo termo.” (3)

É somente nos meados do século XIX, com *Varnhagen*, que a língua do Brasil assume contornos de problema de interesse nacional e, concomitantemente, passa a constituir objeto de cogitação, para registro de uma realidade já consistente e documentável.

Partindo da afirmação fundamental da *unidade de língua* nos dois domínios — o que a seu ver, justificava o estudo dos clássicos e de que decorria a impossibilidade de separar as duas literaturas — *Varnhagen* ressalta, no entanto, a *diversificação da língua falada*, notadamente na prosódia e no léxico, o que atribui ao *acastelhamento* do português na América. (4)

(2) V., neste trabalho, “Advertência” à Tradução da *Ode Primeira das Olímpicas* de Píndaro, in *Poesias* de Américo Elísio.

(3) V., neste trabalho “Lede”, prefácio aos *Suspiros Poéticos e Saudades*, de Gonçalves de Magalhães.

(4) Teoria que *Silvio Romero*, com muita razão, mas sem poupar o autor, rejeitaria em 88: “Eis aí como os nossos grandes sábios decidiam das cousas.” V., neste trabalho, *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*.

Caracteriza-se, assim, a língua do Brasil, como um *português diferenciado*, que, por sua vez, também já se apresenta diversificado no território nacional. Note-se que, enquanto a tese do *acastelhamento* seria retomada ainda no século passado por *Paranhos da Silva*, a tese que considera a língua do Brasil como *português diferenciado* só mais de um século depois seria acatada.

Já estão, pois, claramente esboçadas em *Varnhagen* as linhas-mestras que delimitarão os debates em torno da língua até o final do século XIX: aceita-se a maioria de seus conceitos, sobretudo o que diz respeito à *diferenciação da fala* — e isto inclusive por parte dos que apregoam não apenas a *unidade da língua escrita*, mas ainda o culto aos clássicos: reivindica-se maior legitimidade na herança do passado português quinhentista; mantém-se, nas investigações, sempre predominantemente fonológicas e léxicas, a mesma atitude apriorística, de documentar pela evidência, por fatos notórios, a realidade lingüística brasileira; mantém-se também, pelo menos até a penúltima década do século, o sentimento nacionalista na abordagem dos fatos — aliás responsável, em *Varnhagen*, pela teoria da filiação castelhana da língua do Brasil, tese retomada posteriormente, com mais radicalismo, por *Paranhos da Silva*.

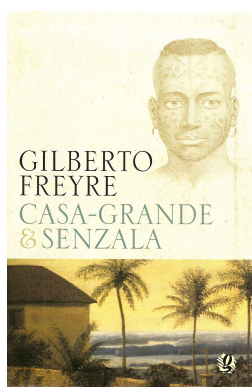
Idéias bem semelhantes às de *Varnhagen*, sustenta, na mesma época (1854), *João Francisco Lisboa*, com a lucidez e o estilo que seriam tidos como modelares por todo o século passado e ainda no começo deste. (5) Comentando a *História Geral*, de *Varnhagen*, *Lisboa* tenta, no entanto, desvincular do problema da língua o sentimento nacionalista. Argumenta com o fato de que o “brasileirismo”, ou o português diferenciado no Brasil, é tão evidente quanto a independência do filho que se assemelha ao pai no físico, na índole e nos hábitos, sem que, por isso, deixe de ser outra pessoa. Além disso, encarece a superioridade da língua portuguesa como veículo de comunicação entre civilizados, enquanto as línguas indígenas — cuja importância em relação à língua do Brasil, *Varnhagen* já havia minimizado, assim como a das línguas africanas — servem apenas às tribos remanescentes e interessam apenas à poesia e à história. *E não tá?*

Esta conceituação basilar de *Lisboa* fixa, a partir de então, a posição dos ortodoxos, isto é, daqueles que defendem a vigência da *língua portuguesa* no Brasil, sem repúdio das normas gramati-

(5) Assim o consideravam, por exemplo, *Antônio Henrique Leal*, 1871: *José Veríssimo*, 1907: *Oliveira Lima*, 1910. V. os respectivos textos, neste trabalho.

Anexos

Capítulo 5



entretanto, os jesuítas ir além e em um ambiente de estufa – o dos colégios do século XVI ou das missões guaranis – fazer dos indígenas figuras postiças, desligadas não já das tradições morais da cultura nativa mas do próprio meio colonial e das realidades e possibilidades sociais e econômicas desse meio. Foi onde o esforço educativo e civilizador dos jesuítas artificializou-se, não resistindo mais tarde seu sistema de organização dos índios em “aldeia” ou “missões” aos golpes da violenta política antijesuítica do marquês de Pombal.

Mesmo realizada artificialmente, a civilização dos indígenas do Brasil foi obra quase exclusiva dos padres da Companhia; resultado de esforço seu a cristianização, embora superficial e pela crosta, de grande número de caboclos.

Essa cristianização, repetimos, processou-se através do menino índio, do culumim, de quem foi grande o valor na formação social de um Brasil diverso das colônias portuguesas na África; orientado em sentido oposto ao das feitorias africanas. Joaquim Nabuco, apologeta, como Eduardo Prado, do esforço jesuítico, ou antes, católico, no Brasil, pouco exagera quando afirma: “Sem os jesuítas a nossa história colonial não seria outra coisa senão uma cadeia de atrocidades sem nome, de massacres como os das Reduções; o país seria cortado de estradas, como as que iam do coração da África aos mercados das costas, por onde só passavam as longas filas de escravos”.¹⁶⁹

① No Brasil o padre serviu-se principalmente do culumim, para recolher de sua boca o material com que formou a língua tupi-guarani – o instrumento mais poderoso de intercomunicação entre as duas culturas: a do invasor e a da raça conquistada. Não somente de intercomunicação moral como comercial e material. Língua que seria, com toda a sua artificialidade, uma das bases mais sólidas da unidade do Brasil. Desde logo, e pela pressão do formidável imperialismo religioso do missionário jesuíta, pela sua tendência para uniformizar e estandardizar valores morais e materiais,¹⁷⁰ o tupi-guarani aproximou entre si tribos e povos indígenas, diversos e distantes em cultura, e até inimigos de guerra, para, em seguida, aproximá-los todos do colonizador europeu. Foi a língua, essa que se formou do colonizador do culumim com o padre, das primeiras relações sociais e de comércio entre as duas raças, podendo-se afirmar do povo invasor que adotou para o gasto ou o uso corrente a fala do povo conquistado, reservan-

do a sua para uso restrito e oficial. Quando mais tarde o idioma português – sempre o oficial – predominou sobre o tupi, tornando-se, ao lado deste, língua popular, já o colonizador estava impregnado de agreste influência indígena; já o seu português perdera o ranço ou a dureza do reinol; amolecera-se em um português sem *rr* nem *ss*; infantilizara-se quase, em fala de menino, sob a influência do ensino jesuítico de colaboração com os culumins.

② Ficou-nos, entretanto, dessa primeira dualidade de línguas, a dos senhores e a dos nativos, uma de luxo, oficial, outra popular, para o gasto – dualidade que durou seguramente século e meio e que prolongou-se depois, com outro caráter, no antagonismo entre a fala dos brancos das casas-grandes e a dos negros das senzalas – um vício, em nosso idioma, que só hoje, e através dos romancistas e poetas mais novos, vai sendo corrigido ou atenuado: o vácuo enorme entre a língua escrita e a língua falada. Entre o português dos bacharéis, dos padres e dos doutores, quase sempre propensos ao purismo, ao preciosismo e ao classicismo, e o português do povo, do ex-escravo, do menino, do analfabeto, do matuto, do sertanejo. O deste ainda muito cheio de expressões indígenas, como o do ex-escravo ainda quente da influência africana.

③ É que a conquista dos sertões realizou-se no período de influência ou predominância do tupi como língua popular. “As levas, que partiam do litoral, a fazerem descobrimentos”, escreve Teodoro Sampaio, “falavam, no geral, o tupi; pelo tupi designavam as novas descobertas, os rios, as montanhas, os próprios povoados que fundavam e que eram outras tantas colônias, espalhadas nos sertões, falando também o tupi e encarregando-se naturalmente de difundi-lo.”¹⁷¹

④ Tupis ficaram no Brasil os nomes de quase todos os animais e pássaros; de quase todos os rios; de muitas das montanhas; de vários dos utensílios domésticos. Escrevia no século XVII o padre Antônio Vieira (que tanto se preocupou com os problemas das relações entre colonos e indígenas): “Primeiramente he certo que as famílias dos portugueses e indios em São Paulo, estão tão ligadas hoje umas com as outras, que as mulheres, e os filhos, se crião mistiça e domesticamente, e a lingua, que nas ditas famílias se fala, he a dos indios, e a portuguesa a vão os meninos aprender á escola; e deshunir esta tão natural, ou tão naturalizada união seria genero de crueldade entre os

que assim se crião, e ha muitos annos vivem. Digo, pois, que todos os indios, e indias, que tiverem tal amor a seus chamados senhores, que queirão ficar com elles por sua vontade, o possão fazer sem outra alguma obrigação mais que a do dito amor, que he o mais doce captivo, e a liberdade mais livre”.¹⁷²

- ⑤ Enquanto nas casas de família criavam-se “misticamente” portugueses e índios, predominando nessas relações domésticas a língua dos escravos ou semi-escravos, nas escolas missionárias a língua dos indígenas era ensinada e cultivada ao lado da dos brancos e da latina, da Igreja; e nos púlpitos os pregadores e evangelistas serviam-se do tupi. “Falavam os padres a língua dos aborígenes”, informa Teodoro Sampaio, “escreviam-lhe a gramática e o vocabulário, e ensinavam e pregavam nesse idioma. Nos seminários para meninos e meninas, *curumins* e *cunbatains*, filhos dos índios, mestiços, ou brancos, ensinavam, de ordinário, o português e o tupi, preparando deste modo os primeiros catecúmenos, os mais idôneos, para levar a conversão ao lar paterno”.¹⁷³

- ⑥ Do menino indígena, já o dissemos, os padres recolheram o material para a organização da “língua tupi”: esta resultou do intercuro intelectual entre catequista e catecúmeno. Pela mulher transmitiu-se da cultura indígena à brasileira o melhor que hoje nos resta dos valores materiais dos ameríndios; pelo menino veio-nos a maior parte de elementos morais incorporados à nossa cultura: o conhecimento da língua, o de vários medos e abusões, o de diversos jogos e danças recreativas.

- ⑦ O padre Simão de Vasconcelos esclarece-nos sobre o sistema de intercuro intelectual adotado pelos jesuítas com relação ao culumim. É assim que de Anchieta nos informa: “no mesmo tempo era mestre & era discipulo”; e dos culumins: “lhe serviam de discipulos & mestres”; sucedendo que o padre “na mesma classe falando latim alcançou da fala dos que o ouviam a mor parte da lingua do Brasil.”¹⁷⁴

- ⑧ Em outra esfera foram os culumins mestres: mestres dos próprios pais, dos seus maiores, da sua gente. Aliados dos missionários contra os pajés na obra de cristianização do gentio. Dos primeiros culumins internados pelos jesuítas nos seus colégios diz o referido padre Simão: “Espalhavam-se a noite pellas cazas de seus parentes a cantar as cantigas pias de Ioseph em sua propria lingua contrapostas ás que elles costumavão cantar vâas & gentílicas; & vinham a ser mestres os que ainda eram discipulos [...]”.¹⁷⁵

9 E Varnhagen comenta a emulação provocada entre o gentio pelos jesuítas com as suas procissões de culumins cristianizados: “Feitos acólitos os primeiros piás mansos, todos os mais caboclinhos lhes tinham inveja, do que aproveitaram os jesuítas, entrando com eles pelas aldeias em procissões de cruz alçada, entoando a ladainha, cantando rezas e arrebanhando muitos; com o que se honravam às vezes os pais”.¹⁷⁶ Procissão que o padre Américo Novais, baseado em Southey, evoca em cores ainda mais vivas: meninos e adolescentes vestidos de branco, uns com açaфates de flores, outros com vasos de perfume, outros com turíbulos de incenso, todos louvando Jesus triunfante entre repiques de sino e rancos de artilharia.¹⁷⁷ Eram as futuras festas de igreja, tão brasileiras, com incenso, folha de canela, flores, cantos sacros, banda de música, foguete, repique de sino, vivas a Jesus Cristo, esboçando-se nessas procissões de culumins. Era o cristianismo, que já nos vinha de Portugal cheio de sobrevivências pagãs, aqui se enriquecendo de notas berrantes e sensuais para seduzir o índio. Nóbrega chegava a ser de opinião que pela música conseguiria trazer ao grêmio católico tudo quanto fosse índio nu das florestas da América; e pelo impulso que deu à música tornou-se – diz Varnhagen – “quase um segundo Orfeu.”¹⁷⁸

10 De música inundou-se a vida dos catecúmenos. Os culumins acordavam de manhã cedo cantando. Bendizendo os nomes de Jesus e da Virgem Maria: “dizendo os de hu coro: Bendito & louvado seja o santissimo nome de Iesu & respondendo os do outro, & o da bem aventurada Virgem Maria para sempre, Amen”. E todos juntos em grave latim de igreja: “*Gloria Patri & Filio & Spiritui Sancto, Amen*”.¹⁷⁹

12 Mas esses louvores a Jesus e à Virgem não se limitavam à expressão portuguesa ou latina: transbordavam no tupi. Ao toque da ave-maria quase toda a gente dizia em voz alta, fazendo o pelo-sinal: *Santa Caruçá rangana recê*; para então repetir cada um na sua língua a oração da tarde. E era em tupi que as pessoas se saudavam: *Enecoêma*; que quer dizer bom-dia.¹⁸⁰

13 A poesia e a música brasileiras surgiram desse conluio de culumins e padres. Quando mais tarde apareceu a modinha, foi guardando ainda certa gravidade de latim de igreja, uma doçura piedosa e sentimental de sacristia a açucarar-lhe o erotismo, um misticismo de colégio de padre a dissimular-lhe a lascívia já mais africana do que ame-

ríndia. Verificara-se, porém, desde o primeiro século a contemporização hábil do estilo religioso ou católico de ladainha com as formas de canto indígena. “Na poesia lírica brasileira do tempo da colonização”, nota José Antônio de Freitas, “os jesuítas [...] ensaiavam as formas que mais se assemelhavam aos cantos dos Tupinambás, com voltas e refrêns, para assim atraírem e converterem os indígenas à fé católica.” E acrescenta: “Numa época em que os cantos populares eram proibidos pela Igreja, numa época em que o sentimento poético das multidões estava completamente sufocado e atrofiado, o colono, para dar expansão à saudade que lhe ia na alma, não deixava de repetir aqueles cantares, que os jesuítas autorizavam”.¹⁸¹ Graças ao imperador D. Pedro II, que obteve, em Roma, cópia das quadras escritas pelos jesuítas para os meninos dos seus colégios e missões no Brasil, conhece-se hoje a seguinte, publicada por Taunay:

*O Virgem Maria
Tupan ey êtê
Aba pe ara pora
Oicó endê yabê.*

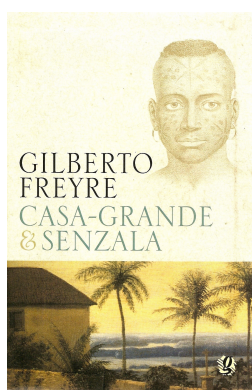
Que traduzida quer dizer o seguinte, diz Taunay: “Ó Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens deste mundo estão bem convosco”.¹⁸²

“Os jesuítas”, escreve Couto de Magalhães, “não coligiram literatura dos aborígenes, mas serviram-se de sua música e de suas danças religiosas para atraí-los ao cristianismo [...]. As toadas profundamente melancólicas dessas músicas e a dança foram adaptadas pelos jesuítas, com profundo conhecimento que tinham do coração humano, para as festas do divino Espírito Santo, São Gonçalo, Santa Cruz, São João e Senhora da Conceição.”¹⁸³

Um outro traço simpático, nas primeiras relações dos jesuítas com os culumins, para quem aprecie a obra missionária, não com olhos devotos de apologeta ou sectário da Companhia mas sob o ponto de vista brasileiro da confraternização das raças: a igualdade em que parece terem eles educado, nos seus colégios dos séculos XVI e XVII, índios e filhos de portugueses, europeus e mestiços, caboclos arrancados às tabas e meninos órfãos vindos de Lisboa. As crônicas não indi-

Anexos

Capítulo 6



florentino Felipe Cavalcanti, fundador de família que lhe conserva o nome. O que não é de estranhar, dado o desenvolvimento da sodomia na Itália da Renascença. Da Itália da Renascença é que se internacionalizaram os principais termos para designar particularidades do *pecado nefando*; e em processos e condenações espanholas dos séculos XVI e XVII Arlindo Camilo Monteiro encontrou numerosos casos de sodomitas italianos.¹⁰² João Lúcio de Azevedo particulariza os caorsinos, dos quais chegou a haver numerosa colônia em Lisboa, e que teriam sido propagadores do amor socrático entre os portugueses.¹⁰³

Mas entre os próprios portugueses e espanhóis, e entre os judeus e mouriscos da Península, lavrava intensamente essa forma de luxúria ao descobrir-se e colonizar-se o Brasil, figurando nos processos frades, clérigos, fidalgos, desembargadores, professores, escravos. Vários vieram degredados para o Brasil, entre outros certo Fruitoso Alvarez, vigário de Matoim, que na Bahia confessou ao visitador do Santo Ofício em 29 de julho de 1591: “de quinze annos a esta parte que ha que esta nesta capitania da Baya de Todos os Sanctos, cometeo a torpeza dos tocamentos desonestos com algumas quarenta pessoas pouco mais ou menos, abraçando, beyjando [...]”.¹⁰⁴

Por “abraçar e beijar” – eufemismo que indica várias formas de priapismo – foram degredados de Portugal para o Brasil numerosos indivíduos; e a esse elemento branco e não à colonização negra deve-se atribuir muito da lubricidade brasileira. Um elemento de colonização portuguesa do Brasil, aparentemente puro, mas na verdade corruptor, foram os meninos órfãos trazidos pelos jesuítas para seus colégios. Informa Monteiro que nos “livros de nefando são citados com relativa freqüência.”¹⁰⁵

Entre os próprios homens de armas portugueses sabe-se que nos séculos XV e XVI, talvez pelo fato das longas travessias marítimas e dos contatos com os países de vida voluptuosa do Oriente, desenvolveram-se todas as formas de luxúria. Heróis por todos admirados, deles facilmente se comunicaram às outras classes sociais os vícios e os requintes eróticos. Lopo Vaz de Sampaio faz crer que o próprio Afonso de Albuquerque – o “Albuquerque terrível” – teria tido seus requintes libidinosos.¹⁰⁶

— A freqüência da feitiçaria e da magia sexual entre nós é outro traço que passa por ser de origem exclusivamente africana. Entretanto,

o primeiro volume de documentos relativos às atividades do Santo Ofício no Brasil registra vários casos de bruxas portuguesas. Suas práticas podem ter recebido influência africana: em essência, porém, foram expressões do satanismo europeu que ainda hoje se encontra entre nós, misturado à feitiçaria africana ou indígena. Antônia Fernandes, de alcunha Nóbrega, dizia-se aliada do Diabo: as consultas, quem respondia por ela era “certa cousa que falava, guardada num vidro.” Magia medieval do mais puro sabor europeu. Outra portuguesa, Isabel Rodrigues, ou Boca-Torta, fornecia pós miríficos e ensinava orações fortes. A mais célebre de todas, Maria Gonçalves, de alcunha Arde-lhe-o-Rabo, ostentava as maiores intimidades com o Diabo. Enterrando e desenterrando botijas, os bruxedos de Arde-lhe-o-Rabo ligavam-se quase todos a problemas de impotência e esterilidade. A clientela dessas feiticeiras coloniais parece que era quase exclusivamente de amorosos, infelizes ou insaciáveis.

Sabe-se aliás que em Portugal a bruxaria chegou a envolver a vida de pessoas as mais cultas e ilustres. Júlio Dantas retrata o próprio D. Nuno da Cunha, inquisidor-mor do reino no tempo de D. João V, todo embrulhado na púrpura de cardeal – “espécie de bicho-da-seda”, diz o cronista – a tremer com medo de bruxas e feitiços. E graves doutores, espíritos adiantados da época como Curvo Semedo, recomendavam aos seus doentes, contra a infidelidade conjugal, “certa bruxaria feita às palmilhas do sapato da mulher e do marido.” “Boticários astutos, de capas negras pingadas e grandes fivelas de prata nos sapatos, faziam fortuna vendendo a erva ‘pombinha’ defumada com dentes de defunto lançados sobre tijolos em brasa – estranho feitiço que despertava para o amor o organismo decrepito dos velhos e a frigidez desdenhosa dos moços.”¹⁰⁷

O amor foi grande motivo em torno do qual girou a bruxaria em Portugal. Compreende-se aliás a voga dos feiticeiros, das bruxas, das benzedadeiras, dos especialistas em sortilégios afrodisíacos, no Portugal desfalcado de gente que, em um extraordinário esforço de virilidade, pôde ainda colonizar o Brasil. A bruxaria foi um dos estímulos que concorreram, a seu modo, para a superexcitação sexual de que resultou preencherem-se legítima ou ilegítimamente, na escassa população portuguesa, os claros enormes abertos pelas guerras e pelas pestes. Da crença nos sortilégios já chegavam impregnados ao Brasil os

colonos portugueses. A feitiçaria de direta origem africana aqui desenvolveu-se em lastro europeu. Sobre abusões e crenças medievais.

Como em Portugal a bruxaria, a feitiçaria no Brasil, depois de dominada pelo negro, continuou a girar em torno do motivo amoroso, de interesse de geração e de fecundidade; a proteger a vida da mulher grávida e da criança ameaçada por tantos males – febres, câimbra de sangue, mordedura de cobra, espinhela caída, mau-olhado. A mulher grávida passou a ser profilaticamente resguardada desses e de outros males por uma série de práticas em que às influências africanas misturaram-se, muitas vezes descaracterizados, traços de liturgia católica e sobrevivências de rituais indígenas.

Vindas de Portugal, desabrocharam aqui várias crenças e magias sexuais: a de que a raiz de mandrágora atrai a fecundidade e desfaz malefícios contra os lares e a propagação das famílias; o hábito das mulheres trazerem ao pescoço durante a gravidez “pedras de ara” dentro de um saquinho; o cuidado de não passarem, quando prenhes, debaixo de escadas, sob o risco do filho não crescer; o hábito de cingirem-se, quando aperreadas pelas dores do parto, com o cordão de São Francisco; o de fazerem promessas à Nossa Senhora do Parto, do Bom Sucesso, do Ó, da Conceição, das Dores, no sentido de um parto menos doloroso ou de um filho são ou bonito. Atendido o pedido por Nossa Senhora, pagava-se a promessa, consistindo muitas vezes em tomar a criança o nome de Maria; de onde as muitas Marias no Brasil: Maria das Dores, dos Anjos, da Conceição, de Lurdes, das Graças.¹⁰⁸ Outras vezes, em sair a criança vestida de anjo ou de santo em alguma procissão; em estudar para padre; em tornar-se freira; em deixar crescer o cabelo até criar longos cachos que servissem para ofertar à imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos; em vestir-se até a idade de doze ou treze anos de branco e azul, ou só de branco, em homenagem à Virgem Maria.¹⁰⁹

Deve-se ainda registrar o costume dos ex-votos de mulheres grávidas: ofertas de meninos de cera ou madeira às santas e Nossas Senhoras conhecidas como protetoras da maternidade. Algumas capelas de engenho guardam numerosas coleções de ex-votos de mulheres.

Mas o grosso das crenças e práticas da magia sexual que se desenvolveram no Brasil foram coloridas pelo intenso misticismo do negro; algumas trazidas por ele da África, outras africanas apenas na

técnica, servindo-se de bichos e ervas indígenas. Nenhuma mais característica que a feitiçaria do sapo para apressar a realização de casamentos demorados. O sapo tornou-se também, na magia sexual afro-brasileira, o protetor da mulher infiel que, para enganar o marido, basta tomar uma agulha enfiada em retrós verde, fazer com ela uma cruz no rosto do indivíduo adormecido e coser depois os olhos do sapo. Por outro lado, para conservar o amante sob seu jugo precisa apenas a mulher de viver com um sapo debaixo da cama, dentro de uma panela. Neste caso, um sapo vivo e alimentado a leite de vaca. Ainda se emprega no Brasil o sapo na magia sexual ou no feitiço, cosendo-se-lhe a boca depois de cheia de restos de comida deixada pela vítima. Outros animais ligados à magia sexual afro-brasileira são o morcego, a cobra, a coruja, a galinha, o pombo, o coelho, o cágado. Ervas, várias – umas indígenas, outras trazidas da África pelos negros. Algumas tão violentas, diz Manuel Querino, que produzem tonturas, apenas trituradas com as mãos. Outras que se bebem, se mascam, ou se fumam, tragando, como a maconha. Até o caranguejo é instrumento de magia sexual: preparado com três ou sete pimentas-da-costa e atirado ao solo produz desarranjos no lar doméstico.¹¹⁰

Foi a perícia no preparo de feitiços sexuais e afrodisíacos que deu tanto prestígio a escravos macumbeiros junto a senhores brancos já velhos e gastos. Agrippino Grieco recolheu no Rio de Janeiro, na região das velhas fazendas de café, a tradição de senhores de 70, 80 anos, que estimulados pelos afrodisíacos dos negros macumbeiros, vivam rodeados de negrinhas ainda impúberes; e estas a lhes proporcionarem as últimas sensações de homem. De um barão do império conta Grieco que morreu já octogenário, a acariciar mucamas púberes e impúberes. Era “muito camarada das bruxas e dos curandeiros que o aprovisionavam de afrodisíacos.”¹¹¹ Não teve outra velhice, em Portugal, o marquês de Marialva: Beckford diz que ele se fazia rodear de anjinhos, isto é, de crianças vestidas de anjos; e que essas crianças prodigalizavam-lhe toda espécie de carícias.

Não devemos esquecer o papel importante que chegou a representar o café na magia sexual afro-brasileira. Há mesmo no Brasil a expressão “café mandingueiro”. Trata-se de um café com mandinga dentro: muito açúcar e “alguns coágulos de fluxo catamenial da própria enfeitiçante.”¹¹² Antes filtro amoroso do que mandinga. Mas um

filtro amoroso como não se pode imaginar outro mais brasileiro: café bem forte, muito açúcar, sangue de mulata. Há outra técnica: a de coar-se o café na fralda de uma camisa com que tenha dormido a mulher pelo menos duas noites consecutivas. Este café deve ser bebido pelo homem duas vezes, uma no almoço, outra no jantar.¹¹³ Aliás a fralda suja de camisa de mulher entra na composição de muita mandinga de amor, como entram outras coisas nojentas. Pêlos de axila ou das partes genitais. Suor. Lágrimas. Saliva. Sangue. Aparas das unhas. Esperma. Alfredo de Carvalho menciona ainda: “o muco catamenial, excreto das glândulas de Bortholin e até mesmo dejeções”. De posse de qualquer destas substâncias, o catimbozeiro, mandingueiro ou macumbeiro diz que “abrandam o coração” das pessoas mais esquivas.¹¹⁴

Há catimbozeiros que confeccionam bonecos de cera ou de pano. São os feitiços mais higiênicos do ponto de vista do enfeitiçado. Sobre esses calungas operam os mestres-carlos tudo quanto desejam que se reflita sobre o indivíduo a enfeitiçar; questão de rezarem forte. O mais é só brincar com o boneco: apertá-lo, machucá-lo, estender-lhe os braços, escancarar-lhe as pernas. Que tudo se reflete na pessoa distante.

Há outro feitiço que consiste em cortar à tesoura cruzeiros na camisa do homem, bem no meio do peito. Para isso roubam-se peças da trouxa de roupa lavada.

Não só para fins amorosos, como em torno ao recém-nascido, reuniram-se, no Brasil, as duas correntes místicas: a portuguesa, de uma lado; a africana ou a ameríndia do outro. Aquela representada pelo pai ou pelo pai e mãe brancos; esta, pela mãe índia ou negra, pela ama-de-leite, pela mãe de criação, pela mãe-preta, pela escrava africana. Os cuidados profiláticos de mãe e ama confundiram-se sob a mesma onda de ternura maternal. Quer os cuidados de higiene do corpo, quer os espirituais contra os quebrantos e o mau-olhado.

Na proteção mística do recém-nascido salientou-se porém a ação da ama africana. Tradições portuguesas trazidas pelos colonos brancos – a do cordão umbilical ser atirado ao fogo ou ao rio, sob pena de o comerem os ratos, dando a criança para ladra; a da criança trazer ao pescoço o vintém ou a chave que cura os *sapinhos do leite*; a de não se apagar luz enquanto o menino não for batizado para não vir a feitiçeira, a bruxa ou o lobisomem chupar-lhe o sangue no escuro; a de se darem nomes de santos às crianças pois, do contrário, se arriscam

a virar lobisomens – foram aqui modificadas ou enriquecidas pela influência da escrava africana. Da ama do menino. Da negra velha.

Também as canções de berço portuguesas, modificou-as a boca da ama negra, alterando nelas palavras; adaptando-as às condições regionais; ligando-as às crenças dos índios e às suas. Assim a velha canção “escuta, escuta, menino” aqui amoleceu-se em “durma, durma, meu filhinho”, passando Belém de “fonte” portuguesa, a “riacho” brasileiro. Riacho de engenho. Riacho com mãe-d’água dentro, em vez de moura-encantada. O riacho onde se lava o timãozinho de nenê. E o mato ficou povoado por “um bicho chamado carrapatu”. E em vez do papão ou da côca, começaram a rondar o telhado ou o copiar das casas-grandes, atrás dos meninos malcriados que gritavam de noite nas redes ou dos trelosos que iam se lambuzar da geléia de arará guardada na despensa – cabras-cabriolas, o boitatá, negros de surrão, negros velhos, papa-figos.

Deixou-se de ninar o menino cantando como em Portugal:

*Vai-te, Côca, vai-te, Côca,
Para cima do telhado:
Deixa dormir o menino
Um soninho descansado.*¹¹⁵

para se cantar de preferência:

*Olha o negro velho
Em cima do telhado.
Ele está dizendo
Quero menino assado.*¹¹⁶

Não que a côca ou cuca tenha desaparecido de todo das canções de acalanto do Brasil. Amadeu Amaral (pai) ainda recolheu esta quadrinha – evidentemente no Sul:

*Durma, meu benzinho,
Que a cuca j’ei vem;
Papai foi na roça,
Mamãe logo vem.*¹¹⁷

Mas seu prestígio empalideceu diante de fantasmas mais terríveis. De novos medos e mal-assombrados.

Novos medos trazidos da África, ou assimilados dos índios pelos colonos brancos e pelos negros, juntaram-se aos portugueses, da côca, do papão, do lobisomem; ao dos olharapos, da cocaloba, da farranca, da Maria-da-Manta, do trangomango, do homem-das-sete-dentaduras, das almas penadas. E o menino brasileiro dos tempos coloniais viu-se rodeado de maiores e mais terríveis mal-assombrados que todos os outros meninos do mundo. Nas praias o homem-marinho – terrível devorador de dedos, nariz e piroca de gente.¹¹⁸ No mato, o saci-pererê, o caipora, o homem de pés às avessas, o boitatá. Por toda parte, a cabra-cabriola, a mula-sem-cabeça, o tutu-marambá, o negro do surrão, o tatu-gambeta, o xibamba, o mão-de-cabelo. Nos riachos e lagoas, a mãe-d'água. A beira dos rios, o sapo-cururu. De noite, as almas penadas. Nunca faltavam: vinham lambuzar de “mingau das almas” o rosto dos meninos. Por isso menino nenhum devia deixar de lavar o rosto ou de tomar banho logo de manhã cedo. Um outro grande perigo: andar o menino na rua fora de horas. Fantasmas vestidos de branco, que aumentavam de tamanho – os “cresce-e-míngua” – eram muito capazes de aparecer ao atrevido. Ou então redes mal-assombradas de bexiguentos. E havia ainda o papa-figo – homem que comia fígado de menino. Ainda hoje se afirma em Pernambuco que certo ricaço do Recife, não podendo se alimentar senão de fígado de criança, tinha seus negros por toda parte pegando menino em um saco de estopa. E o Quibungo? Este, então, veio inteiro da África para o Brasil. Um bicho horrível. Metade gente, metade animal. Uma cabeça enorme. E no meio das costas um buraco que se abre quando ele abaixa a cabeça. Come os meninos abaixando a cabeça: o buraco do meio das costas se abre e a criança escorrega por ele. E adeus! está no papo do Quibungo. O Quibungo se aproximava das casas onde havia menino malcriado, dizendo:

*De quem é esta casa,
Anê,
Como gérê, como gérê,
Como erá?*¹¹⁹

P.R.E.S.E.N.T.I.F.I.C.A.S.

O Cabeleira, o bandido dos canaviais de Pernambuco, que foi afinal enforcado, é outro que tornou-se quase um fantasma. Quase um Quibungo. Não houve menino pernambucano que do fim da era colonial até os princípios do século XX – o século da luz elétrica, que acabou com tanto mal-assombrado bom, para só deixar os banais, das sessões de espiritismo – não tremesse de horror ao ouvir o nome de Cabeleira. A negra velha só tinha de gritar para o menino chorão: “Cabeleira vem aí!” E o menino se calava logo, engolindo o choro, entre soluços:

*Fecha porta, Rosa,
Cabeleira eh-vem
Pegando mulheres,
Meninos também!*

Em zonas rurais do Sul perdura a superstição do *turco* comer menino;¹²⁰ superstição que não se encontra no Norte. A do negro do surrão é que não perdeu de todo o seu antigo prestígio. Ainda há meninos que se arrepiam ouvindo cantar a história:

*Canta, canta, meu surrão,
Senão te meto este bordão.*

E não querem saber de encontrar negro velho de surrão. Lembram-se logo da *menina que tinha uns brincos de ouro*. Era uma menina que tinha uma madrasta muito malvada (as madrastas são sempre muito malvadas nas histórias brasileiras e portuguesas: haja vista a do figo da figueira). Um dia a menina foi tomar banho no rio; e como de costume tirou os brincos de ouro e botou em cima de uma pedra. Chegando em casa deu por falta dos brincos: “– Valha-me Nossa Senhora, onde estão meus brinquinhos! Meus brinquinhos do coração!... E minha madrasta! Minha madrasta me mata por causa desses brincos”. E voltou ao rio para procurar os brincos. Quando chegou ao rio – quem havia de encontrar? Um negro velho e feio que agarrou a menina e botou dentro do seu surrão. Saiu o velho com a menina e onde chegava botava o surrão no chão e dizia:

*Canta, canta, meu surrão,
Senão te meto este bordão.*

E o surrão cantava em uma vozinha doce:

*Neste surrão me meteram,
Neste surrão hei de morrer,
Por causa de uns brincos de ouro
Que no riacho eu deixei.*

Todo o mundo gostava da voz do surrão; e dava dinheiro ao negro velho. Um dia chegou o negro à casa da madrastra. Convidaram o velho para descansar. Para comer e beber; e como já era tarde, para dormir. Parece que as irmãs da menina tinham desconfiado da voz bonita do surrão. De noite, quando o negro pegou no sono, as moças foram, abriram o surrão, tiraram a menina. Estava se acabando de fraca. Coitadinha, o negro só lhe tinha dado de comer sola de sapato velho. Em lugar da menina, as moças encheram o surrão de cocô. No dia seguinte o negro levantou-se, tomou café e partiu – sem dar pela coisa. Quando na casa próxima o negro mandou o surrão cantar – o surrão calado. O negro pensou que era a menina dormindo. Meteu o pau no surrão. Mas este se arrebentou todo, emporcalhando o velho.

① As histórias portuguesas sofreram no Brasil consideráveis modificações na boca das negras velhas ou amas-de-leite. Foram as negras que se tornaram entre nós as grandes contadoras de histórias. Os africanos, lembra A. B. Ellis, possuem os seus *contistas*. “Alguns indivíduos fazem profissão de contar histórias e andam de lugar em lugar recitando contos.”¹²¹ Há o *akpalô* fazedor de *alô* ou conto; e há o *arokin*, que é o narrador das crônicas do passado. O *akpalô* é uma instituição africana que floresceu no Brasil na pessoa de negras velhas que só faziam contar histórias. Negras que andavam de engenho em engenho contando histórias às outras pretas, amas dos meninos brancos. José Lins do Rego, no seu *Menino de engenho*,¹²² fala das velhas estranhas que apareciam pelos bangüês da Paraíba: contavam histórias e iam-se embora. Viviam disso. Exatamente a função e o gênero de vida do akpalô.

② Por intermédio dessas negras velhas e das amas de menino, histórias africanas, principalmente de bichos – bichos confraternizando com as pessoas, falando como gente, casando-se, banquetecendo-se – acrescentaram-se às portuguesas, de Trancoso, contadas aos netinhos pelos avós coloniais – quase todas histórias de madrastas, de príncipes, gigantes, princesas, pequenos-polegares, mouras-encantadas, mouras-tortas.

③ A linguagem infantil também aqui se amoleceu ao contato da criança com a ama negra. Algumas palavras, ainda hoje duras ou acres quando pronunciadas pelos portugueses, se amaciaram no Brasil por influência da boca africana. Da boca africana aliada ao clima – outro corruptor das línguas européias, na fervura por que passaram na América tropical e subtropical.

④ O processo de reduplicação da sílaba tônica, tão das línguas selvagens e da linguagem das crianças, atuou sobre várias palavras dando ao nosso vocabulário infantil um especial encanto. O “dói” dos grandes tornou-se o “dodói” dos meninos. Palavra muito mais dengosa.

⑤ A ama negra fez muitas vezes com as palavras o mesmo que com a comida: machucou-as, tirou-lhes as espinhas, os ossos, as durezas, só deixando para a boca do menino branco as sílabas moles. Daí esse português de menino que no norte do Brasil, principalmente, é uma das falas mais doces deste mundo. Sem *rr* nem *ss*; as sílabas finais moles; palavras que só faltam desmanchar-se na boca da gente. A linguagem infantil brasileira, e mesmo a portuguesa, tem um sabor quase africano: *cacá, pipi, bumbum, tentém, neném, tatá, papá, papato, lili, mimi, au-au, bambanho, cocô, dindinho, bimbinha*. Amolecimento que se deu em grande parte pela ação da ama negra junto à criança; do escravo preto junto ao filho do senhor branco. Os nomes próprios foram dos que mais se amaciaram, perdendo a solenidade, dissolvendo-se deliciosamente na boca dos escravos. As Antônias ficaram Dondons, Toninhas, Totonhas; as Teresas, Tetés; os Manuéis, Nezinhas, Mandus, Manés; os Franciscos, Chico, Chiquinho, Chicó; os Pedros, Pepés; os Albertos, Bebetos, Betinhos. Isto sem falarmos das Iaiás, dos Ioiôs, das Sinhás, dos Manus, Calus, Bembens, Dedés, Marocas, Nocas, Nonocas, Gegês.

⑥ E não só a língua infantil se abrandou desse jeito mas a linguagem em geral, a fala séria, solene, da gente grande, toda ela sofreu no

Brasil, ao contato do senhor com o escravo, ⁴um amolecimento de resultados às vezes delicioso para o ouvido. Efeitos semelhantes aos que sofreram o inglês e o francês em outras partes da América, sob a mesma influência do africano e do clima quente. Mas principalmente do africano. Nas Antilhas e na Louisiana "*bonnes vieilles négresses*" adocicaram o francês, tirando-lhe o fanhoso antipático, os *rr* zangados; no sul dos Estados Unidos as "*old mammies*" deram ao ranger das sílabas ásperas do inglês uma brandura oleosa. Nas ruas de Nova Orléans, nos seus velhos restaurantes, ainda se ouvem anunciar nomes de bolos, de doces, de comidas em um francês mais lírico que o da França: "*pralines de pacanes*", "*bon café tout chaud*", "*blanches tablettes à la fleur d'oranger*". Influência das "*bonnes vieilles négresses*".

7 Caldcleugh, que esteve no Brasil em princípios do século XIX, deliciou-se com o português colonial. Um português gordo, descansado. Distinguiu-o logo do da metrópole. A pronúncia dos brasileiros pareceu-lhe menos nasal do que a dos portugueses; e menos judia ("*not so Jewish*") na maneira de pronunciar o *s*; "*and on the whole is a more agreeable language than in the mouth of a native.*"¹²³ Fato que Caldcleugh atribuiu exclusivamente ao clima. Ao calor dos trópicos. O clima lhe pareceu agir sobre a fala, como sobre a atividade mental dos brasileiros, no sentido de uma grande lassidão. Curioso, porém, que, tão atento à influência dos judeus sobre a pronúncia reinol do *s*, Caldcleugh não tivesse reparado na influência dos negros sobre o português no Brasil. Quando os negros foram maiores inimigos que o clima dos *ss* e dos *rr*; maiores corruptos da língua no sentido da lassidão e do langor. Mães negras e mucamas, aliadas aos meninos, às meninas, às moças brancas das casas-grandes, criaram um português diverso do hirto e gramatical que os jesuítas tentaram ensinar aos meninos índios e semibrancos, alunos de seus colégios; do português reinol que os padres tiveram o sonho vão de conservar no Brasil. Depois deles, mas sem a mesma rigidez, padres-mestres e capelães de engenho procuraram contrariar a influência dos escravos, opondo-lhe um português quase de estufa. Mas quase em vão.

8 Embora tenha fracassado o esforço dos jesuítas, contribuiu entretanto para a disparidade, a que já aludimos, entre a língua escrita e a falada do Brasil: a escrita recusando-se, com escrúpulos de donzelona, ao mais leve contato com a falada; com a do povo; com a de uso

corrente. Mesmo a língua falada conservou-se por algum tempo dividida em duas: uma, das casas-grandes; outra, das senzalas. Mas a aliança da ama negra com o menino branco, da mucama com a sinhá-moça, do sinhozinho com o moleque acabou com essa dualidade. Não foi possível separar a cacos de vidro de preconceitos puristas forças que tão freqüente e intimamente confraternizavam. No ambiente relasso da escravidão brasileira, as línguas africanas, sem motivos para subsistirem à parte, em oposição à dos brancos, dissolveram-se nela, enriquecendo-a de expressivos modos de dizer; de toda uma série de palavras deliciosas de pitoresco; agrestes e novas no seu sabor; muitas vezes, substituindo com vantagem vocábulos portugueses, como que gastos e puídos pelo uso. João Ribeiro, mestre em assuntos de português e de história da língua nacional, que o diga com voz autorizada: "Número copioso de vocábulos africanos penetraram na língua portuguesa, especialmente no domínio do Brasil, por efeito das relações estabelecidas com as raças negras". E não apenas vocábulos soltos, desconjuntados, se acrescentaram à língua do colonizador europeu: verificaram-se alterações "bastante profundas não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma".¹²⁴ É certo que as diferenças a separarem cada vez mais o português do Brasil do de Portugal não resultaram todas da influência africana; também da indígena; "dos ciganos"; "dos espanhóis"; e João Ribeiro acrescenta: "do clima, de novas necessidades, novas perspectivas, novas cousas e novas indústrias". Mas nenhuma influência foi maior que a do negro. As palavras africanas hoje do nosso uso diário, palavras em que não sentimos o menor sabor arrevesado do exótico, são inúmeras. Os menos puristas, escrevendo ou falando em público, já não têm, como outrora, vergonha de empregá-las. É como se nos tivessem vindo de Portugal, dentro dos dicionários e dos clássicos; com genealogia latina, árabe ou grega; com pai ou mãe ilustre. São entretanto vocábulos órfãos, sem pai nem mãe definida, que adotamos de dialetos negros sem história nem literatura; que deixamos que subissem, com os moleques e as negras, das senzalas às casas-grandes. Que brasileiro – pelo menos do Norte – sente exotismo nenhum em palavras como *caçamba*, *canga*, *dengo*, *cafuné*, *lubambo*, *mulambo*, *caçula*, *quitute*, *mandinga*, *moleque*, *camundongo*, *munganga*, *cafajeste*, *quibebe*, *quengo*, *batuque*, *banzo*, *mucambo*, *bangüê*, *bozô*, *mocotó*, *bunda*, *zumbi*, *vatapá*, *caruru*, *ban-*

zé, jiló, mucama, quindim, catinga, mugunzá, malungo, birimbau, tanga, cachimbo, candomblê? Ou acha mais jeito em dizer “mau cheiro” do que “catanga”? Ou “garoto” de preferência a “moleque”? Ou “trapo” em vez de “molambo”? São palavras que correspondem melhor que as portuguesas à nossa experiência, ao nosso paladar, aos nossos sentidos, às nossas emoções.

9 Os padres-mestres e os capelães de engenho, que, depois da saída dos jesuítas, tornaram-se os principais responsáveis pela educação dos meninos brasileiros, tentaram reagir contra a onda absorvente da influência negra, subindo das senzalas às casas-grandes; e agindo mais poderosamente sobre a língua dos sinhô-moços e das sinhazinhas do que eles, padres-mestres, com todo o seu latim e com toda a sua gramática; com todo o prestígio das suas varas de marmelo e das suas palmatórias de sicupira. Frei Miguel do Sacramento Lopes Gama era um dos que se indignavam quando ouvia “meninas galantes” dizerem “mandá”, “buscá”, “comê” “mi espere”, “ti faço”, “mi deixe”, “muler”, “coler”, “le pediu”, “cadê ele”, “vigie”, “espie”.¹²⁵ E dissesse algum menino em sua presença um “pru mode” ou um “oxente”; veria o que era beliscão de frade zangado.

10 Para frei Miguel – padre-mestre às direitas – era com os portugueses ilustres e polidos que devíamos aprender a falar, e não “com tia Rosa” nem “mãe Benta”, nem com nenhuma preta da cozinha ou da senzala. Meninos e moças deviam fechar os ouvidos aos “oxentes” e aos “mi deixe” e aprender o português correto, do reino. Nada de expressões bundas nem caçanjes.

11 Sucedeu, porém, que a língua portuguesa nem se entregou de todo à corrupção das senzalas, no sentido de maior espontaneidade de expressão, nem se conservou acalafetada nas salas de aula das casas-grandes sob o olhar duro dos padres-mestres. A nossa língua nacional resulta da interpenetração das duas tendências. Devemo-la tanto às mães Bentas e às tias Rosas como aos padres Gamas e aos padres Pereiras. O português do Brasil, ligando as casas-grandes às senzalas, os escravos aos senhores, as mucamas aos sinhô-moços, enriqueceu-se de uma variedade de antagonismos que falta ao português da Europa. Um exemplo, e dos mais expressivos, que nos ocorre, é o caso dos pronomes. Temos no Brasil dois modos de colocar pronomes, enquanto o português só admite um – o “modo duro e imperati-

vo":¹²⁶ *diga-me, faça-me, espere-me*. Sem desprezarmos o modo português, criamos um novo, inteiramente nosso, caracteristicamente brasileiro: *me diga, me faça, me espere*. Modo bom, doce, de pedido. E servimo-nos dos dois. Ora, esses dois modos antagônicos de expressão, conforme necessidade de mando ou cerimônia, por um lado, e de intimidade ou de súplica, por outro, parecem-nos bem típicos das relações psicológicas que se desenvolveram através da nossa formação patriarcal entre os senhores e os escravos: entre as sinhá-moças e as mucamas; entre os brancos e os pretos. "Faça-me", é o senhor falando; o pai; o patriarca; "me dê", é o escravo, a mulher, o filho, a mucama. Parece-nos justo atribuir em grande parte aos escravos, aliados aos meninos das casas-grandes, o modo brasileiro de colocar pronomes. Foi a maneira filial, e meio dengosa, que eles acharam de se dirigir ao *pater familias*. Por outro lado o modo português adquiriu na boca dos senhores certo ranço de ênfase hoje antipático: "faça-me isso"; "dê-me aquilo". O mestre ilustre que é João Ribeiro permita-nos acrescentar esta tentativa de interpretação histórico-cultural ao seu exame psicológico da questão dos pronomes; e ao mesmo tempo fazermos nossas estas suas palavras: "Que interesse temos, pois, em reduzir duas fórmulas a uma única e em comprimir dois sentimentos diversos numa só expressão?"¹²⁷ Interesse nenhum. A força, ou antes, a potencialidade da cultura brasileira parece-nos residir toda na riqueza dos antagonismos equilibrados; o caso dos pronomes que sirva de exemplo. Seguiremos só o chamado "uso português", considerando ilegítimo o "uso brasileiro", seria absurdo. Seria sufocarmos, ou pelo menos abafarmos metade de nossa vida emotiva e das nossas necessidades sentimentais, e até de inteligência, que só encontram expressão justa no "me dê" e no "me diga". Seria ficarmos com um lado morto; exprimindo só metade de nós mesmos. Não que no brasileiro subsistam, como no anglo-americano, duas metades inimigas: a branca e a preta; o ex-senhor e o ex-escravo. De modo nenhum. Somos duas metades confraternizantes que se vêm mutuamente enriquecendo de valores e experiências diversas; quando nos completarmos em um todo, não será com o sacrifício de um elemento ao outro. Lars Ringbom vê grandes possibilidades de desenvolvimento de cultura no mestiço: mas atingido o ponto em que uma metade de sua personalidade não procure suprimir a outra.¹²⁸ O Brasil pode-se dizer que já atingiu esse ponto: o fato de já

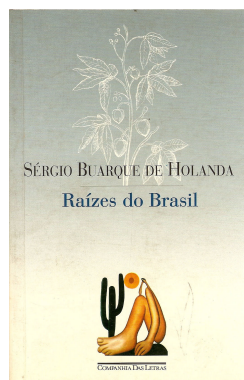
dizemos “me diga”, e não apenas “diga-me”, é dos mais significativos. Como é o de empregarmos palavras africanas com a naturalidade com que empregamos as portuguesas. Sem aspas nem grifo.

⑫ À figura boa da ama negra que, nos tempos patriarcais, criava o menino lhe dando de mamar, que lhe embalava a rede ou o berço, que lhe ensinava as primeiras palavras de português errado, o primeiro “padre-nosso”, a primeira “ave-maria” a”, o primeiro “vôte!” ou “oxente”, que lhe dava na boca o primeiro pirão com carne e molho de ferrugem”, ela própria amolegando a comida – outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora. O vulto do moleque companheiro de brinquedo. O do negro velho, contador de histórias. O da mucama. O da cozinheira. Toda uma série de contatos diversos importando em novas relações com o meio, com a vida, com o mundo. Importando em experiências que se realizavam através do escravo ou à sua sombra de guia, de cúmplice, de curandeiro ou de corruptor.

Ao moleque companheiro de brinquedo do menino branco e seu leva-pancadas, já nos referimos em capítulo anterior. Suas funções foram as de prestadio mané-gostoso, manejado à vontade por nhonhô; apertado, maltratado e judiado como se fosse todo de pó de serra por dentro; de pó de serra e de pano como os judas de sábado de aleluia, e não de carne como os meninos brancos. “Logo que a criança deixa o berço”, escreve Koster, que soube observar com tanta argúcia a vida de família nas casas-grandes coloniais, “dão-lhe um escravo do seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e em punição [...]. Enfim, a ridícula ternura dos pais anima o insuportável despotismo dos filhos.”¹²⁹ “Não havia casa onde não existisse um ou mais moleques, um ou mais curumins, vítimas consagradas aos caprichos de nhonhô”, escreve José Veríssimo, recordando os tempos da escravidão. “Eram-lhe o cavalo, o leva-pancadas, os amigos, os companheiros, os criados.”¹³⁰ Lembra-nos Júlio Belo o melhor brinquedo dos meninos de engenho de outrora: montar a cavalo em carneiros; mas na falta de carneiros, moleques. Nas brincadeiras, muitas vezes brutas, dos filhos dos senhores de engenho, os moleques serviam para tudo: eram bois de carro, eram cavalos de montaria, eram bestas de almanjarras, eram burros de liteiras e de car-

Anexos

Capítulo 7



Humboldt foi ultimamente condecorado com a grande ordem brasileira em virtude de sentença arbitral que proferiu num litígio entre o Brasil e a Venezuela.³⁸ Valera seu parecer, ao Império, uma porção apreciável de território.

— Em outros tempos, no Rio de Janeiro, quiseram prender-me e mandar-me de volta à Europa como espião perigoso, e o aviso baixado nesse sentido é exibido por lá como objeto de curiosidade. Hoje fazem-me juiz. É evidente que eu só poderia decidir em favor do Brasil, pois necessitava de uma condecoração, coisa que não existe na república da Venezuela!

Interrompi essas palavras, ditas com jovial ironia:

— Como tudo muda!

— É isso mesmo — retrucou Humboldt. — A ordem de prisão primeiro; depois a comenda”.³⁹

2. A LÍNGUA-GERAL EM SÃO PAULO

O assunto, que tem sido ultimamente objeto de algumas controvérsias, foi tratado pelo autor no *Estado de S. Paulo* de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, em artigos cujo texto se reproduz, a seguir, quase na íntegra.

Admite-se, em geral, sobretudo depois dos estudos de Teodoro Sampaio, que ao bandeirante, mais talvez do que ao indígena, se deve nossa extraordinária riqueza de topônimos de procedência tupi. Mas admite-se sem convicção muito arraigada, pois parece evidente que uma população “primitiva”, ainda quando numerosa, tende inevitavelmente a aceitar os padrões de seus dominadores mais eficazes.

Não faltou, por isso mesmo, quem opusesse reservas a um dos argumentos invocados por Teodoro Sampaio, o de que os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi em seu trato civil e doméstico, exatamente como os dos nossos dias se valem do português.

Esse argumento funda-se, no entanto, em testemunhos precisos e que deixam pouco lugar a hesitações, como o é o do padre Antônio Vieira, no célebre voto que proferiu acerca das dúvidas suscitadas pelos moradores de São Paulo em torno do espinhoso problema da administração do gentio. “É certo”, sustenta o grande jesuíta, “que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão

ligadas hoje humas ás outras, que as mulheres e os filhos se criam mystica e domesticamente, e a lingua que nas ditas familias se fala he a dos indios, e a portugueza a vão os meninos aprender à escola [...]"⁴⁰ (Lisbon, 1856)

Não se diga que tal afirmação, vinda de quem veio, pudesse ter sido uma invenção piedosa, destinada a abonar o parecer dos adversários da entrega do gentio a particulares e partidários do regime das aldeias, onde, no espiritual, pudessem os índios ser doutrinados e viver segundo a lei da Igreja. Era antes um escrúpulo e dificuldade, que tendia a estorvar o parecer de Vieira, pois "como desunir esta tão natural união", sem rematada crueldade para com os que "assim se criaram e há muitos anos vivem"?

Tentando precaver-se contra semelhante objeção, chega a admitir o jesuíta que se os índios ou índias tivessem realmente tamanho amor aos seus chamados senhores, que quisessem ficar com eles por espontânea vontade, então ficassem, sem outra qualquer obrigação além desse amor, que é o cativo mais doce e a liberdade mais livre.

Que Vieira, conhecendo apenas de informações o que se passava em São Paulo, tenha sido levado facilmente a repetir certas fábulas que, entre seus próprios companheiros de roupeta, correriam a respeito dos moradores da capitania sulina não é contudo improvável. Caberia, por conseguinte, ao lado do seu, coligir outros depoimentos contemporâneos sobre o assunto e verificar até onde possam eles ter sido expressão da verdade.

O empenho que mostraram constantemente os paulistas do século XVII em que fossem dadas as vigararias da capitania, de preferência a naturais dela, pode ser atribuído ao mesmo nativismo que iria explodir mais tarde na luta dos emboabas. Mas outro motivo plausível é apresentado mais de uma vez em favor de semelhante pretensão: o de que os religiosos procedentes de fora, desconhecendo inteiramente a língua da terra, se entendiam mal com os moradores.

É explícita, a propósito, uma exposição que, isso já em 1725, enviaram a el-rei os camaristas de São Paulo.⁴¹ E em 1698, ao solicitar de Sua Majestade que o provimento de párocos para as igrejas da repartição do Sul recaísse em religiosos conhecedores da linguagem dos índios, o governador Artur de Sá e Meneses exprimia-se nos seguintes termos: "[...] a mayor parte daquella Gente se não explica em outro ydioma, e principalmente o sexo feminino e todos

os servos, e desta falta se experimenta irreparável perda, como hoje se ve em São Paulo como o nouo Vigario que veio provido naquella Igreja, o qual ha mister quem o interprete”.⁴²

Que entre mulheres principalmente o uso da língua-geral tivesse caráter mais exclusivista, eis uma precisão importante, que o texto citado vem acrescentar às informações de Vieira. Mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica. E a tradição que no caso particular mais vivaz se revela é precisamente a introduzida na sociedade dos primeiros conquistadores e colonos pelas cunhãs indígenas que com eles se misturaram.

Em favor da persistência de semelhante situação em São Paulo através de todo o século XVII deve ter agido, em grau apreciável, justamente o lugar preeminente que ali ocuparia muitas vezes o elemento feminino. Casos como o de uma Inês Monteiro, a famosa *Matrona* de Pedro Taques, que quase sem auxílio se esforçou por segurar a vida do filho e de toda a sua gente contra terríveis adversários, ajudam a fazer idéia de tal preeminência. Atraindo periodicamente para o sertão distante parte considerável da população masculina da capitania, o bandeirismo terá sido uma das causas indiretas do sistema quase matriarcal a que ficavam muitas vezes sujeitas as crianças antes da idade da doutrina e mesmo depois. Na rigorosa reclusão caseira, entre mulheres e serviçais, uns e outros igualmente ignorantes do idioma adventício, era o da terra que teria de constituir para elas o meio natural e mais ordinário de comunicação.

Num relatório escrito por volta de 1692 dizia o governador Antônio Pais de Sande das mulheres paulistas que eram “formosas e varonis, e he costume alli deixarem seus maridos á sua disposição o governo das casas e das fazendas”. Linhas adiante acrescentava ainda que “os filhos primeiro sabem a lingua do gentio do que a materna”.⁴³ Isto é, a portuguesa.

Um século depois de Antônio Vieira, de Artur de Sá e Meneses, de Antônio Pais de Sande, condição exatamente idêntica à que, segundo seus depoimentos, teria prevalecido no São Paulo do último decênio seiscentista será observada por d. Félix de Azara em Curuguati, no Paraguai. Ali também as mulheres falavam só o guarani e os homens não se entendiam com elas em outra língua, posto que entre si usassem por vezes do castelhano. Essa forma de bilingüismo

desaparecia, entretanto, em outras partes do Paraguai, onde todos, homens e mulheres, indiscriminadamente, só se entendiam em guarani, e apenas os mais cultos sabiam o espanhol.

Deve-se notar, de passagem, que ao mesmo Azara não escaparam as coincidências entre o que lhe fora dado observar no Paraguai e o que se afirmava dos antigos paulistas. “*Lo mismo*”, escreve, “*ha sucedido exatamente en la inmensa provincia de San Pablo, donde los portugueses, habiendo olvidado su idioma, no hablan sino el guarani*”.⁴⁴

Ao tempo em que redigia suas notas de viagem, essa particularidade, no que diz respeito a São Paulo, já pertencia ao passado, mas permaneceria viva na memória dos habitantes do Paraguai e do Prata castelhanos, terras tantas vezes ameaçadas e trilhadas pelos antigos bandeirantes.

Sobre os testemunhos acima citados pode dizer-se que precisamente seu caráter demasiado genérico permitiria atenuar, embora sem destruir de todo, a afirmação de que entre paulistas do século XVII fosse corrente o uso da língua-geral, mais corrente, em verdade, do que o do próprio português. Nada impede, com efeito, que esses testemunhos aludissem sobretudo às camadas mais humildes (e naturalmente as mais numerosas) do povo, onde a excessiva mistura e a convivência de índios quase impunham o manejo constante de seu idioma.

Que os paulistas das classes educadas e mais abastadas também fossem, por sua vez, muito versados na língua-geral do gentio, comparados aos filhos de outras capitanias, nada mais compreensível, dado seu gênero de vida. Aliás não é outra coisa o que um João de Laet, baseando-se, este certamente, em informações de segunda mão, dá a entender em sua história do Novo Mundo, publicada em 1640. Depois de referir-se ao idioma tupi, que no seu parecer é fácil, copioso e bem agradável, exclama o então diretor da Companhia das Índias Ocidentais: “*Or les enfants des Portugais nés ou eslevés de jeunesse dans ces provinces, le savent comme le leur propre, principalement dans le gouvernement de St Vincent*”.⁴⁵

Outros dados ajudam, no entanto, a melhor particularizar a situação a que se referem os já mencionados depoimentos. Um deles é o inventário de Brás Esteves Leme, publicado pelo Arquivo do Estado de São Paulo. Ao fazer-se o referido inventário, o juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro Neto, prático na língua da terra,

a fim de poder compreender as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, “por não saber falar bem a língua portuguesa”.⁴⁶

Cabe esclarecer que o juiz de órfãos era, neste caso, d. Francisco Rendon de Quebedo, morador novo em São Paulo, pois aqui chegara depois de 1630 e o inventário em questão data de 36. Isso explica como, embora residente na capitania, tivesse ele necessidade de intérprete para uma língua usual entre a população.

O exemplo de Luzia Esteves não será, contudo, dos mais convincentes, se considerarmos que, apesar de pertencer, pelo lado paterno, à gente principal da terra, era ela própria mamaluca de primeiro grau.

Mais importante, sem dúvida, para elucidar-se o assunto é o caso de Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares e desbravador do Piauí. Na ascendência do grande régulo parnaibano o elemento português predomina francamente, embora, para acompanhar a regra, não isento de mestiçagem com o gentio pois, se não falham os genealogistas, foi tetraneto, por um lado, da filha de Piquerobi e, por outro, da tapuia anônima de Pedro Afonso. *o corretor*

Não deixa, assim, de ser curioso que, tendo de tratar com o bispo de Pernambuco no sítio dos Palmares, em 1697, precisasse levar intérprete, “porque nem falar sabe”, diz o bispo. E ajunta: “nem se diferença do mais barbaro Tapuia mais que em dizer que he Christão, e não obstante o haver se casado de pouco lhe assistem sete Indias Concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais”.⁴⁷

Um estorvo sério à plena aceitação desse depoimento estaria no fato de se conhecerem, escritos e firmados de próprio punho por Domingos Jorge, diversos documentos onde se denuncia certo atilamento intelectual que as linhas citadas não permitem supor. Leiam-se, por exemplo, no mesmo volume onde vêm reproduzidas as declarações do bispo de Pernambuco, as palavras com que o famoso caudilho procura escusar e até exaltar o comportamento dos sertanistas preadores de índios, em face das acres censuras que tantas vezes lhes endereçaram os padres da Companhia.

Primeiramente, observa, as tropas de paulistas não são de gente matriculada nos livros de Sua Majestade, nem obrigada por soldo ou pão de munição. Não vão a cativar, mas antes a reduzir ao conhecimento da civil e urbana sociedade um gentio brabo e comedor de carne humana. E depois, se esses índios ferozes são postos a servir nas lavras e lavouras, não entra aqui nenhuma injustiça clamo-

“Botuca”; Gaspar de Godói Moreira, o “Tavaimana”; Francisco Dias da Siqueira, o “Apuçá”; Gaspar Vaz da Cunha, o “Jaguare-tê”; Francisco Ramalho, o “Tamarutaca”; Antônio Rodrigues de Góis, ou da Silva, o “Tripoi”. Segundo versão nada inverossímil, o próprio Bartolomeu Bueno deveu aos seus conterrâneos, não aos índios goiás, que por sinal nem falavam a língua-geral, a alcunha tupi de Anhangüera, provavelmente de ter um olho furado ou estragado. O episódio do fogo lançado a um vaso de aguardente, que anda associado à sua pessoa, Pedro Taques atribuiu-o a outro sertanista, Francisco Pires Ribeiro.

No mesmo século XVII as alcunhas de pura origem portuguesa é que constituem raridade. Um dos poucos exemplos que se podem mencionar é a de “Perna-de-Pau” atribuída a Jerônimo Ribeiro, que morreu em 1693. Não faltam, ao contrário, casos em que nomes ou apelidos de genuína procedência lusa recebem o sufixo aumentativo do tupi, como a espelhar-se, num consórcio às vezes pitoresco, de línguas tão dessemelhantes, a mistura assídua de duas raças e duas culturas. É por esse processo que Mecia Fernandes, a mulher de Salvador Pires, se transforma em Meciuçu. E Pedro Vaz de Barros passa a ser Pedro Vaz Guaçu. Num manuscrito existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro lê-se que ao governador Antônio da Silva Caldeira Pimentel puseram os paulistas o cognome de Casacuçu, porque trazia constantemente uma casaca comprida.⁴⁸ Sinal, talvez, de que ainda em pleno Setecentos persistiria, ao menos em determinadas camadas do povo, o uso da chamada língua da terra. E não é um exemplo isolado. Salvador de Oliveira Leme, natural de Itu e alcunhado o “Sarutaiá”, só vem a morrer em 1802.

Trata-se, porém, já agora de casos isolados, que escapam à regra geral e podem ocorrer a qualquer tempo. O que de fato se verifica, à medida que nos distanciamos do século XVII, é a frequência cada vez maior e mais exclusivista de alcunhas portuguesas como as de “Via-Sacra”, “Ruivo”, “Orador”, “Cabeça do Brasil”, e esta, de sabor ciceroniano: “Pai da Pátria”. As de origem tupi, predominantes na era seiscentista, é que vão diminuindo, até desaparecerem praticamente por completo. Não parece de todo fortuita a coincidência cronológica desse fato, que sugere infiltração maior e progressiva do sangue reinol na população da capitania, com os grandes descobrimentos do ouro das Gerais e o declínio quase concomitante das bandeiras de caça ao índio.

lit no como 532m
128

Em que época, aproximadamente, principia a desaparecer, entre moradores do planalto paulista, o uso corrente da língua tupi? Os textos até aqui invocados para indicar o predomínio de tal idioma procedem, em sua grande maioria, do século XVII, conforme se viu, e precisamente do último decênio do século XVII. De 1692 ou 93, pouco mais ou menos, é o relatório de Antônio Pais de Sande. O famoso voto do padre Antônio Vieira sobre as dúvidas dos moradores da capitania traz a data de 1694. De 1697 é o depoimento do bispo de Pernambuco acerca de Domingos Jorge Velho. 1693 é o ano da carta do governador Artur de Sá e Meneses, recomendando que recaísse em sacerdotes práticos na língua do gentio o provimento de párocos em São Paulo, assim como em todo o território da repartição do Sul.

Nos primeiros tempos da era setecentista ainda aparecem, é certo que menos numerosas, referências precisas ao mesmo fato. Em 1709, segundo documento manuscrito que me acaba de ser amavelmente comunicado pelo mestre Afonso de Taunay, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho teve ocasião de surpreender uma conversa entre cabos de forças paulistas acampadas perto de Guaratinguetá, cujo teor, desprimoroso para ele e sua gente, o governador emboaba só conseguiu perceber devido a ter sido anteriormente capitão-general do Maranhão, terra onde também era corrente o emprego do tupi. Ou talvez devido à presença, em sua escolta, de algum padre catequista habituado ao trato do gentio.

A textos semelhantes junte-se ainda o significativo testemunho do biógrafo, quase hagiógrafo, do padre Belchior de Pontes. Este, segundo nos afiança Manuel da Fonseca, dominava perfeitamente o “idioma que aquela gentilidade professava, porque era, naquelles tempos, comum a toda a Comarca”.⁴⁹ Tendo-se em consideração que Belchior de Pontes nasceu no ano de 1644, isto quer dizer que a língua do gentio seria usual em toda a capitania pela segunda metade do século XVII. Já não o era em meados do seguinte, pois o padre Manuel da Fonseca se refere ao fato como coisa passada. De modo que o processo de integração efetiva da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode dizer-se que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII.

E é possível que, mesmo nessa primeira metade e até mais tarde, não se tivesse completado inteiramente em certos lugares, ou entre algumas famílias mais estromes de contato com novas levas de

européus. Assim se explica como Hércules Florence, escrevendo em 1828, dissesse, no diário da expedição Langsdorff, que as senhoras paulistas, sessenta anos antes — isto é, pelo ano de 1780 —, conversavam naturalmente na língua-geral brasílica, que era a da amizade e a da intimidade doméstica. “No Paraguai”, acrescentava, “é comum a todas as classes, mas (como outrora em São Paulo) só empregada em família, pois com estranhos se fala espanhol.”⁵⁰

Observação que se ajusta à de d. Felix de Azara, já citada, e que ainda em nossos dias pode ser verificada não apenas na República do Paraguai como na província argentina de Corrientes e em partes do sul do nosso Mato Grosso. Na província de São Paulo, onde chegou no ano de 1825, o próprio Florence pudera ouvir ainda a língua-geral da boca de alguns velhos. Não seria para admirar se isso se desse durante sua demora de mais de um semestre em Porto Feliz, distrito onde fora numerosa a mão-de-obra indígena e onde, segundo se lê nas *Reminiscências* do velho Ricardo Gumbleton Daunt, em princípios do século passado “de portas adentro não se falava senão guarani”.⁵¹

Nos lugares onde escasseavam índios administrados, e era o caso, por exemplo, de Campinas, o português dominava sem contraste. Mesmo em Campinas, porém, havia por aquele tempo quem ainda soubesse falar correntemente o tupi. Gumbleton Daunt, fundando-se em tradição oral, informa que um genro de Barreto Leme, Sebastião de Sousa Pais, era “profundo conhecedor dessa língua”. Poderia acrescentar que, tendo nascido bem antes de 1750, posto que morresse no século seguinte, já centenário, segundo ainda reza a tradição, Sousa Pais era ituano de origem e ascendência, como talvez a maioria dos principais moradores de Campinas. De terra, por conseguinte, onde tinha sido considerável o número de índios administrados durante grande parte do Setecentos.

A utilização em larga escala de tais índios nos misteres caseiros e na lavoura, enquanto não se generalizava a importação de escravos pretos, deve atribuir-se à menor docilidade com que, em algumas zonas rurais, os habitantes cederam ao prestígio, já então sempre expansivo, da língua portuguesa. Ainda em princípio do século passado, d. Juana Furquim de Campos, filha de português, não falava sem deixar escapar numerosas palavras do antigo idioma da terra. E isso vinha, segundo informa Francisco de Assis Vieira Bueno,

da circunstância de seu pai, estabelecido em Mogi-Guaçu, ter tido ali grande “escravatura indígena por ele domesticada”.⁵²

Note-se que essa influência da língua-geral no vocabulário, na prosódia e até nos usos sintáticos de nossa população rural não deixava de exercer-se ainda quando os indígenas utilizados fossem estranhos à grande família tupi-guarani: o caso dos bororos e sobretudo o dos parecis, que no São Paulo do século XVIII tiveram papel em tudo comparável ao dos carijós na era seiscentista, a era por excelência das bandeiras. É que, domesticados e catequizados de ordinário na língua-geral da costa, não se entendiam com os senhores em outro idioma.

Sabemos que a expansão bandeirante deveu seu impulso inicial sobretudo à carência, em São Paulo, de braços para a lavoura ou antes à falta de recursos econômicos que permitissem à maioria dos lavradores socorrer-se da mão-de-obra africana. Falta de recursos que provinha, por sua vez, da falta de comunicações fáceis ou rápidas dos centros produtores mais férteis, se não mais extensos, situados no planalto, com os grandes mercados consumidores de além-mar.

Ao oposto do que sucedeu, por exemplo, no Nordeste, as terras apropriadas para a lavoura do açúcar ficavam, em São Paulo, a apreciável distância do litoral, nos lugares de serra acima — pois a exígua faixa litorânea, procurada a princípio pelo europeu, já estava em parte gasta e imprestável para o cultivo antes de terminado o século XVI. O transporte de produtos da lavoura através das escarpas ásperas da Paranapiacaba representaria sacrifício quase sempre penoso e raramente compensador.

Para vencer tamanhas contrariedades impunha-se a caça ao índio. As grandes entradas e os descimentos tinham aqui objetivo bem definido: assegurar a mesma espécie de sedentarismo que os barões açucareiros do Norte alcançavam sem precisar mover o pé dos seus engenhos. Por estranho que pareça, a maior mobilidade, o dinamismo, da gente paulista, ocorre, nesse caso, precisamente em função do mesmo ideal de permanência e estabilidade que, em outras terras, pudera realizar-se com pouco esforço desde os primeiros tempos da colonização.

Mas se é verdade que, sem o índio, os portugueses não poderiam viver no planalto, com ele não poderiam sobreviver em estado puro. Em outras palavras, teriam de renunciar a muitos dos seus há-

bitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem. E foi, em realidade, o que ocorreu. —

O que ganharam ao cabo, e por obra dos seus descendentes mestiços, foi todo um mundo opulento e vasto, galardão insuspeitado ao tempo do Tratado de Tordesilhas. O império colonial lusitano foi descrito pelo historiador R. H. Tawney como “pouco mais do que uma linha de fortalezas e feitorias de 10 mil milhas de comprimento”.⁵³ O que seria absolutamente exato se se tratasse apenas do Império português da era quinhentista, era em que, mesmo no Brasil, andavam os colonos arranhando as praias como caranguejos. Mas já no século XVIII a situação mudará de figura, e as fontes de vida do Brasil, do próprio Portugal metropolitano, se transferem para o sertão remoto que as bandeiras desbravaram. E não será talvez por mera coincidência se o primeiro passo definitivo para a travessia e exploração do continente africano foi dado naquele século por um filho de São Paulo e neto de mamalucos, Francisco José de Lacerda e Almeida. Tão memorável tentativa foi a sua, que passados muitos decênios ainda se conservava na lembrança dos pretos selvagens, conforme o atestou Livingstone em seu diário.

No trabalho monumental que escreveu sobre o caráter do descobrimento e conquista da América pelos europeus, Georg Friederici teve estas palavras acerca da ação das bandeiras: “Os descobridores, exploradores, conquistadores do interior do Brasil não foram os portugueses, mas os brasileiros de puro sangue branco e muito especialmente brasileiros mestiços, mamalucos. E também, unidos a eles, os primitivos indígenas da terra. Todo o vasto sertão do Brasil foi descoberto e revelado à Europa, não por europeus, mas por americanos”.⁵⁴

Não penso em tudo com o etnólogo e historiador alemão onde parece diminuir por sistema o significado da obra portuguesa nos descobrimentos e conquistas, contrastando-a com a de outros povos. Acredito mesmo que, na capacidade para amoldar-se a todos os meios, em prejuízo, muitas vezes, de suas próprias características raciais e culturais, revelou o português melhores aptidões de colonizador do que os demais povos, porventura mais inflexivelmente aferidos às peculiaridades formadas no Velho Mundo. E não hesitaria mesmo em subscrever pontos de vista como o recentemente sustentado pelo sr. Júlio de Mesquita Filho, de que o movimento das ban-

deiras se enquadra, em substância, na obra realizada pelos filhos de Portugal na África, na Ásia, e na América, desde os tempos do infante d. Henrique e de Sagres.⁵⁵ Mas eu o subscreveria com esta reserva importante: a de que os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para poder crescer e dar muitos frutos.

TEM QUE MORRER PARA
O AINDA MAIS DE ALEGRIA.

3. AVERSÃO ÀS VIRTUDES ECONÔMICAS

As qualidades morais que requer naturalmente a vida de negócios distinguem-se das virtudes ideais da classe nobre nisto que respondem, em primeiro lugar, à necessidade de crédito, não à de glória e de fama. São virtudes antes de tudo lucrativas, que à honra cavalleiresca e palaciana procuram sobrepor a simples honorabilidade profissional, e aos vínculos pessoais e diretos, a crescente racionalização da vida.

Sucedem que justamente a repulsa firme a todas as modalidades de racionalização e, por conseguinte, de despersonalização tem sido, até aos nossos dias, um dos traços mais constantes dos povos de estirpe ibérica. Para retirar vantagens seguras em transações com portugueses e castelhanos, sabem muitos comerciantes de outros países que é da maior conveniência estabelecerem com eles vínculos mais imediatos do que as relações formais que constituem norma ordinária nos tratos e contratos. É bem ilustrativa a respeito a anedota referida por André Siegfried e citada em outra parte deste livro, acerca do negociante de Filadélfia que verificou ser necessário, para conquistar um freguês no Brasil ou na Argentina, principiar por fazer dele um amigo.

“Dos amigos”, nota um observador, referindo-se especialmente à Espanha e aos espanhóis, “tudo se pode exigir e tudo se pode receber, e esse tipo de intercuro penetra as diferentes relações sociais. Quando se quer alguma coisa de alguém, o meio mais certo de consegui-lo é fazer desse alguém um amigo. O método aplica-se inclusive aos casos em que se quer prestação de serviços e então a atitude imperativa é considerada particularmente descabida. O resultado é que as relações entre patrão e empregado costumam ser mais amistosas aqui do que em outra qualquer parte.”

Bibliografia

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Casa-Grande & Senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.

_____. *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras Incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1998.

BORBA, Francisco da Silva. *Teoria sintática*. São Paulo, Edusp, 1979.

BENVENISTE, Émile. (1966) *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, Pontes, 1988.

_____. (1974) *Problemas de Linguística Geral II*. 4ªed. Campinas, Pontes, 1995.

_____. *Vocabulário das Instituições Indo-européias, I e II*. Campinas Editora da Unicamp, 1995.

CASTILHO, Ataliba. “O Português do Brasil” In: Ilari, R. *Linguística Românica*. São Paulo, Ática, 1992.

DIAS, Luiz. Francisco. *Os Sentidos do idioma nacional*. Campinas, SP, Pontes, 1996.

_____. “Os nomes da língua do Brasil: uma questão polêmica”. In: *História das idéias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional*. Campinas, SP, Pontes/Unemat, 2001, pp. 185-198.

DUCROT, Oswald. (1972). *Princípios de Linguística Geral*. São paulo, Cultrix, 1977.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. (1980). *Mil Platôs*. V. 2. Rio de janeiro, Editora 34, 1997.

FEBVRE, Lucien. “Deux philosophies opportunistes de l’histoire: de Spengler à Toybee. In: *Combats pour l’histoire*. Paris, Armand Colin, 1953. p. 119-43. Trad. Maria Elisa Mascarenhas; vol. 2 org. Carlos Guilherme Mota. Coleção Grandes Cientistas Sociais, coord. Florestan Fernandes. Ática, 1992.

FOUCAULT, M. *O que é o autor?* Passagens, s/d.

FREGE, G. (1892) *Sobre o sentido e a referência. Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo, Cultrix/Edusp, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 49ª ed. São Paulo, Global, 2004.

GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na linguagem*. Campinas, SP, Pontes, 1989.

_____. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas, SP, 1995.

_____. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. Campinas, SP, Pontes, 1987.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP, pontes, 2002.

_____. "Os sentidos de Cidadão no Império e na República no Brasil" (1991). In: *Língua e Cidadania*. Campinas, Pontes, 1996.

_____. "O sujeito e os estudos da significação na década de 70 no Brasil". *Estudos enunciativos no Brasil. História e Perspectivas*. Campinas, Pontes/FAPESP, 2001.

_____. "Uma Política da Língua em Said Ali." *Revista da ANPOLL*, 8, 2001.

_____. & Orlandi, Eni. P. (orgs.) *Língua e Cidadania*. Campinas, Pontes, 1996.

GRICE, H. P. *Meaning*. 1957. In: "Stainberg, E. & Jakobovits, L. A. *Semantics*. Cambridge University Press, 1974.

HENRY, Paul. "Construções relativas e articulações discursivas": In. *Caderno de estudos lingüísticos* (19): jul-dez, 1990.

_____. *A ferramenta imperfeita, língua, sujeito e discurso* [trad. Maria Fauta Pereira de Castro]. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1992.

ILARI, Rodolfo. *Lingüística Românica*. São Paulo, SP, Ática, 1992.

ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1988.

_____. *Interpretação, autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*.
Pretrópolis, RJ, Vozes, 1998.

_____. *Língua e Conhecimento Lingüístico*. São Paulo, Cortez, 2002.

_____. (org.) *História da Idéias Lingüísticas*. Campinas, Pontes/Unemat Editora, 2001.

_____. & Guimarães, E. (orgs.) *Institucionalização dos Estudos da Linguagem*. Campinas, Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. (1982). “Lire L’archive Aujourd’Hui”. In: *Archives et documents*, 2, St. Cloud. Trad. Bras. In: *Gestos de Leitura*, ed. Unicamp, 1996.

_____. *O discurso, estrutura ou acontecimento* [trad. Eni Orlandi].
Campinas, SP, Pontes, 1997.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*.
Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1982). “Délimitations, retournements et déplacements”. In:
L’Homme et la société, n. 63-64, Paris.

PINTO, EDITH. P. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, 1- 1820/1920*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

_____. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos, v.2-1920/1945*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1981.

ROCHA, João Cezar de castro. *O exílio do Homem cordial : ensaios e revisões*. Rio de janeiro : Museu da República, 2004.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, SP, Cultrix, s/d.

SERRANI, S. M. *A Linguagem na pesquisa sócio-cultural*. Campinas, SP, Editora da
Unicamp, 1993.

_____. Delta, 2000, no prelo.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil* 3. ed. Rio de Janeiro, Presença; Brasília, INL, 1976.

_____. *Introdução ao estudo da Filologia Portuguesa*. São Paulo, SP, Companhia Editora Nacional, 1956.

_____. *Língua, cultura e civilização: estudos de Filologia Portuguesa* Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1960.

_____. *A língua portuguesa no Brasil*. 1960.

RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes na história: um ensaio de poética do saber*. Trad. Guimarães, E. & Orlandi, E. São Paulo, Pontes/Educ, 1994.

SILVEIRA BUENO, Francisco da. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1958.

STAROBINSKIS, Jean. *As Máscaras da Civilização*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. “Gilberto Freyre: uma leitura crítica”. In: *Leituras brasileiras: itinerários do pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

VIANA, Antônio. C. *Da Palavra ao Texto: roteiro de redação*, digitação ceav/UFS, São Cristóvão, SE, sem editora, 1994.

_____. *Roteiro de redação: lendo e argumentando*, São Paulo, ed. Scipione, 1998.

VOGT, Carlos. *O intervalo semântico: contribuição para uma teoria semântica argumentativa*. São Paulo, Ática, 1977.